



Universidade de Brasília - UnB  
Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS

**A partir das águas:**  
argumentações midiáticas, resistência  
popular e a transposição do rio São Francisco

Christianne Evaristo de Araújo

Mônica Castagna Molina  
Orientadora

Tese

Brasília-DF, junho/2012

Araújo, Christianne Evaristo de

**A partir das águas:** argumentações midiáticas, resistência popular e a transposição do rio São Francisco / Christianne Evaristo de Araújo.

Brasília, 2012.

268 p. : il.

Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.  
Universidade de Brasília, Brasília.

1. Rede de resistência popular. 2. Transposição do rio São Francisco. 3. Mídia e ideologia. I. Universidade de Brasília. CDS.  
II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Christianne Evaristo de Araújo

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**A PARTIR DAS ÁGUAS: ARGUMENTAÇÕES MEDIATIZADAS,  
RESISTÊNCIA POPULAR E A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**

Christianne Evaristo de Araújo

Tese de doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

---

Mônica Castagna Molina – (CDS/UnB)  
Doutora em Desenvolvimento Sustentável - UnB  
(Orientadora)

---

Lais Maria Borges de Mourão Sá – (Faculdade de Educação/UnB)  
Doutora em Antropologia - UnB  
(Examinadora Interna)

---

Fernando Oliveira Paulino – (Jornalismo/UnB)  
Doutor em Comunicação Social - UnB  
(Examinador Interno)

---

Perci Coelho de Souza – (Serviço Social/UnB)  
Doutor em Serviço Social - UFRJ  
(Examinador Interno)

---

Irene Alves Paiva – (Ciências Sociais/UFRN)  
Doutora em Educação - USP  
(Examinador Externo)

Brasília-DF, 26 de junho de 2012

A  
minha amada mãezinha Gleydes,  
por me fazer sentir também amada a cada momento  
por todo ensinamento de paz,  
de resistência e otimismo frente às dificuldades da vida;  
pelo irrestrito incentivo às minhas escolhas

## AGRADECIMENTOS

Esta tese é fruto de uma enorme rede de solidariedade de muitas pessoas que me incentivaram e compartilharam comigo seu apoio, fazendo do percurso para cumprir esta pesquisa, momentos amparados em muito amor, amizade e afeto.

À querida Professora Mônica Castagna Molina, agradeço de todo coração pela frutífera oportunidade de ser sua orientanda. Sua dedicação e amor à educação popular, à educação do campo, aos ensinamentos freireanos, me fizeram ser uma orientanda privilegiada. Obrigada por toda leitura crítica passo a passo, por ter me animado nos momentos de dificuldades, por todo incentivo a uma escolha investigativa autônoma, por me lembrar que o término desta tese é só uma etapa de um curso investigativo que se seguirá.

Quero manifestar enorme gratidão a minha querida co-orientadora Professora María Luisa Tarrés, pela acolhida em El Colegio de México; por seu incentivo a minhas pesquisas de campo sobre a realidade de mobilização popular contra grandes empreendimentos em rios no México (pesquisa de meu mais alto apreço e que tão logo desencadeará uma série de novos artigos), por me receber nas preciosas classes sobre teorias da ação coletiva. Estendo esse agradecimento ao Professor Francisco Zapata, que também se colocou sempre aberto a ajudar.

Agradeço ao acompanhamento, à leitura e às observações cuidadosas, passando pela qualificação de tese, pré-defesa e agora defesa de tese, da Professora Lais Mourão Sá. Sei o quanto ela se preocupou comigo, além das atribuições de membro de banca. Obrigada por sua torcida e por me dar a mão nesta jornada, por ter sido tão delicada ao expor seus pontos de vista em todas essas minhas bancas.

Sou bastante grata ao Professor Fernando Paulino, pelo olhar atento à minha escrita, por me encorajar a adentrar nos trabalhos de autores importantes para esta tese e para minha formação profissional; por me auxiliar a perceber as limitações próprias do universo da labuta cotidiana do jornalista. Suas considerações, desde a qualificação, pré-defesa e defesa de tese, alimentaram em muito a escrita desta pesquisa.

Agradeço à generosidade da Professora Irene Alves Paiva que teve todo cuidado de me ajudar a elucidar problemas teóricos que surgiram. Suas contribuições serão utilizadas para aperfeiçoar minha escrita e certamente as levarei comigo, ao longo de minha futura vida de pesquisadora.

Sou bastante grata às contribuições do Professor Perci Coelho de Souza, também por sua prática acadêmica orientada para considerar o espaço universitário como um

espaço de estímulo à pesquisa voltada aos movimentos populares, à mídia e à compreensão das contradições do modo de produção capitalista.

Agradeço ao Professor Rafael Villas Bôas, por me ajudar a perceber tanto alguns dos aportes que esta tese pode revelar, quanto algumas de suas lacunas. Obrigada por me alertar que isso pode ser realizado quando forem preparados os artigos ou um livro baseado na tese. Obrigada por esse grande presente e pelo incentivo à publicação.

Nesses momentos em que uma só palavra de elogio de um professor a quem tanto respeitamos faz tranquilizar o coração de um doutorando em uma defesa de tese, gostaria de compartilhar minha alegria com aqueles que se preocupam comigo, dizendo que meu coração esteve o mais confortado possível, diante da generosidade de todos os professores que compuseram minha banca de defesa. Eles permitiram um diálogo profícuo, com as colocações críticas todas tão bem expostas, sem que houvesse uma só rudeza característica de tantas bancas de doutorado. Agradeço pela riqueza de diálogo que me foi proporcionado por eles durante a defesa, mais uma vez, reconheço a sensibilidade e dedicação da minha orientadora para que esse momento fosse possível.

Aproveito a oportunidade para considerar todo o incentivo e carinho a mim dirigido por todos os meus professores do CDS. Especialmente, agradeço à coordenadora de meu curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável (PPG-CDS), Professora Doris Aleida Villamizar Sayago, que mesmo em momentos de conversas difíceis, de aconselhamentos, das diversas pressões a que somos submetidos, professores e doutorandos, sempre dela foi ressaltado seu carinho.

À equipe de secretariado do CDS, Maurício Dianah, Ana Paula Brito e Antônio Mota, agradeço pelo profissionalismo, pela presteza e atenção com que sempre me trataram, desde minha entrada no doutorado. Obrigada por me ajudarem com tantos telefonemas e papéis burocráticos, além da torcida.

Reconheço o precioso apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), custeando minhas pesquisas no Brasil e no México, pelo Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE); agradeço aos funcionários que sempre me atenderam com presteza. Especialmente, gostaria de agradecer à técnica Rosilene, que me acompanhou, entre mil e umas burocracias, desde 2009 até o término desta tese.

Agradeço ao apoio e companheirismo nas minhas pesquisas de campo aos militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Consejo de Ejidos y Comunidades Opositores a La Parota (Cecop), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada (Irpaa). Considero ter recebido um amparo excepcional de diversos lutadores sociais. Meu desejo é o de agradecer nominalmente a cada um com

letras garrafais. Porém, sei que compreendem meu comprometimento de não revelar seus nomes por ética de pesquisa.

Agradeço ao apoio do ilustre Professor Rodolfo Stavenhagen, a quem reservo especial apreço por seu engajamento político na agenda internacional em defesa dos direitos humanos dos povos indígenas. Sou-lhe grata por seu incentivo para que eu realizasse parte dos estudos em El Colegio de México, e assim também pela oportunidade de presenciar seu ciclo de palestras *Confesiones de un relator especial de la ONU*. Estendo meu agradecimento à querida Elia Aguilar, por seus abraços e por me ajudar com as transcrições de entrevistas.

Também registro meu enorme respeito e carinho ao ilustre Professor Gilberto López y Ribas, incansável lutador pelos direitos humanos, cuja prática de investigador-militante anima nossas crenças de que a ordem sociopolítica de transição se fortalece.

Quero, muito especialmente, manifestar minha gratidão à Professora Irene Lage de Britto, mais que ao empenho e profissionalismo pela revisão cuidadosa desta tese, pela sorte de tê-la encontrado neste meu itinerário de escrita. Muito, muito obrigada por seu precioso cuidado para com a minha tese e para comigo.

Obrigada à querida amiga Gabriela Antunes e ao querido Arthur, pela amizade verdadeira e pelo estímulo decisivo para a conclusão desta tese.

Às minhas grandes amigas, Clesley Tavares, Marcinha Mocellin, Rosana Magalhães, Alice Zahi, Nilda Rosa, Toinha Soares, Jose Josane e Cléo Sousa, por me acompanharem como verdadeiras irmãs, por tantas palavras de força e ânimo, por nossas alegrias de sempre, por eu saber que sempre terei um porto seguro de felicidade, por tantos ensinamentos e, por horas e horas de conversas sobre o processo de doutorado.

Agradeço ao querido amigo Bruno Baronnet, por nossos diálogos sobre os movimentos antissistêmicos Brasil-México-França; por toda gentileza e disposição em me ajudar e por me auxiliar com o *résumé*.

Agradeço à querida Simoni Frangella, Sí-Sí, pela amizade, pelos cuidados especiais com a minha família; por me ajudar com o meu *abstract*.

Às amáveis Ana Flávia e Tina, obrigada por toda a torcida, por toda alegria, pela imensa força com as passagens aéreas necessárias a alguns trâmites desta pesquisa, pelo acolhedor espaço da Ecosturismo. Muito obrigada amigas minhas.

À linda amiga Cristine Viana, muito obrigada por ter sido excepcionalmente prestativa além do companheirismo de colegas de doutorado, obrigada por muitos ensinamentos sobre política de recursos hídricos e, em particular, sobre a transposição. Estendo agradecimento a todos meus colegas de turma, pelos inúmeros momentos de apoio mútuo.

À minha família de amigos, agradeço por toda consideração a mim, ao Fred e à Dani (pelo carinho e pelo colírio de *manzanilla*, sem isso esta tese dificilmente sairia), ao Cris-Crisler e ao Rodolfinho (pelos *camons*), à Marcelinha (obrigada pelas transcrições), à querida Adriana (por me advogar), ao Fernandinho (obrigada pelas transcrições). Obrigada ao Gabriel, à Lorena e ao Jovem (por todo momento de apoio e às leituras críticas, *booop*). Agradeço ao grande amigo Sandro Vitório, por todo companheirismo, por toda alegria compartilhada e força prática ao final da tese. Agradeço ao amigo Francisco Lima, pelas transcrições, presentes e pelas histórias da arte mexicana. Querido Jean Paul Eddy, por ter sido um grande vecino-amigo, compartilhando diálogos sobre o mundo acadêmico.

Com muito amor, quero agradecer a meus anjos amigos: Daniel Rojo e Horte Rojita. Devo dizer que defendi esta tese com a minha pulseirinha da sorte, presente querido; assim, fiquei um pouco mais calma.

Se minha tese “falasse”... acho que ela se faria em uma outra tese só para agradecer o amor da minha família a mim e meu a ela. Obrigada ao meu irmão Elias, por me acolher em sua casa, por me explicar alguns aspectos sobre Direito, por seu sempre abraço estendido a mim. Obrigada ao meu irmão Henrique, pelos cuidados especiais com nossa mãezinha, por sempre ter me acompanhado em cada momento de mudanças, com tanta satisfação e boa vontade. Aos meus dois pequenos príncipes, Gabriel e Guilherme, agradeço pelas risadas, sorrisos e brincadeiras juntos, por trazerem à minha vida um horizonte muito mais valioso.

Obrigada à tia Christina, por ser minha amada segunda mãe, por todas as lições de vida sobre o que é a bondade, pelos meses de acolhimento em sua casa, tendo me ajudado imensamente durante a produção desta tese com tanto carinho.

Ao meu esposo, Beto, agradeço por todo amor e ao apoio a minhas pesquisas, pela paciência em dialogar comigo incontáveis vezes sobre a tese; seu amor ao rio São Francisco e as comunidades sertanejas certamente me foi de grande sorte. Estendo agradecimento à querida Maria, por ter sido uma companheirinha linda em trabalhos de campo, por ter sido, mesmo com sua pouca idade, incentivadora desta pesquisa.

À minha querida mãezinha, para mim a pessoa mais genial do mundo, amável, linda e generosa, dedico esta tese por todo amor mútuo e incondicional que nos une infinitamente.

## RESUMO

Grandes projetos infraestruturais em rios, como, transposições, barragens para geração de energia e abastecimento hídrico, têm sido propulsores de conflitos socioambientais em diversas realidades do sistema-mundo capitalista. Contra esses empreendimentos, articulam-se inúmeras redes de resistência antissistêmicas que pretendem com base na participação popular, efetivar a defesa socioambiental de forma indissociável da concretização de alternativas ao modelo capitalista. Essas defesas contribuem para o acúmulo de poder popular, por meio da elaboração e disseminação de ideologias emancipatórias, objetivando a necessária construção da ordem sociometabólica de transição. Tais redes disputam um novo modelo de sociedade em diversos espaços, entre eles o midiático controlado hegemonicamente pelo poder dominante. Um caso específico desse contexto é a transposição do rio São Francisco, situada no Nordeste brasileiro: obra de maior porte infraestrutural iniciada no governo Lula e objeto de intensa midiáticação. Contra a obra, convergiram diversas ações coletivas fruto da união entre movimentos sociais, como, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entidades religiosas, etnias indígenas e comunidades quilombolas. Essas forças sociais conformaram a rede de resistência popular contra a transposição do rio São Francisco, constituindo uma articulação sem precedentes em termos de diversidade social contra uma obra estatal no Brasil. Seu ciclo de mobilizações teve pico de efervescência entre 2005 e 2007, sofrendo um refluxo em 2008, com o avanço do empreendimento, então, liderado pelo Exército. Nesse contexto, esta tese foi motivada pela seguinte pergunta: de que forma discursos veiculados pela Folha de S.Paulo retrataram a rede de resistência popular contra a transposição do rio São Francisco, no período de 2005 a 2007? A metodologia utilizada foi a análise de discurso com base em referentes imagéticos e textuais da Folha de S.Paulo, interessando compreender por quais mecanismos ideológicos, isto é, por quais estratégias de construção simbólica a resistência popular foi retratada pelo Jornal. A pesquisa verificou que 61,5% das reportagens do Jornal sobre a transposição foram elaboradas de forma a noticiar centralmente ações da rede de resistência. Entretanto, nas capas, fotografias, reportagens e editoriais, notou-se que, em grande medida, essas publicações ocultaram a diversidade de atores sociais da rede de resistência, bem como, as suas propostas socioambientais e alternativas à transposição. Outra estratégia utilizada foi a de ridicularizar e/ou minimizar a importância política das lideranças e da organização da resistência. Comumente, as mobilizações foram simbolizadas como atos violentos vinculados a vandalismos, a invasões ou representadas em oposição a forças militares. Percebe-se que a busca desses atores por participação política emancipatória foi bastante deslegitimada pelo Jornal, e seus argumentos voltados à defesa ambiental e dos direitos humanos, foram silenciados ou descaracterizados das propostas originais. Todavia, cabe considerar diferenças no interior do Jornal, visto que a maioria dos autores dos artigos de opinião se posicionou contra a obra e/ou favorável à rede de resistência.

**Palavras-chaves:** rede de resistência popular; transposição do rio São Francisco; mídia e ideologia.

## ABSTRACT

Big infrastructural projects on rivers, such as transposition, dams for energy generation and water supply have been propellers of conflicts in diverse realities of the capitalist world. Many anti-systemic resistance networks are articulated against these enterprises. Based on popular participation, they intend to create socio-environmental defences in an inseparable way from the implementation of alternatives to the capitalist model. Such defences contribute for the accumulation of popular power through the elaboration and dissemination of emancipating ideologies, seeking the necessary construction of the socio-metabolic order of transition. These networks fight for a new model of society in many spaces, among which the media one, controlled in a hegemonic way by dominant power. The transposition of the river São Francisco, located in the Northeast of Brazil, is a specific case of this context, the biggest infrastructural work that began in Lula's government and strongly highlighted by the media. Many collective actions against the work emerged, uniting social movements such as the such as the Movement of the People hit by Dams (MAB), the Landless Movements (MST), religious entities, indigenous ethnic groups and *quilombola* communities. They built the resistance network against the transposition of the river, with a pioneer diversity against a State construction in Brazil. This mobilization cycle had its effervescence between 2005 and 2007, retreating in 2008 due to the progress of the work led by the Army. In this context, this thesis was motivated by the following question: in what way did discourses propagated by Folha de S.Paulo portrait the popular resistance network against the transposition of the river São Francisco, in the period of 2005 to 2007? The methodology used was the analysis of discourse based on image and textual references of Folha de S.Paulo, seeking to understand through which ideological mechanisms, that is, through which strategies of symbolic constructions popular resistance was portrayed by the newspaper. The research verified that 61,5% of the news on the transposition in the newspaper were formulated in order to present centrally actions of the resistance network. However, it was observed that in the covers, pictures, articles and editorials, these publications concealed the diversity of the social actors within the network, as well, as their socio-environmental proposals and alternatives to the transposition. Another strategy that was used was to ridicule or to minimize the political importance of leaderships and organization of the resistance set. The mobilizations were portrayed generally as violent acts connected to vandalism, invasions or represented in opposition to military forces. One notices that the search of these actors to emancipating political participation was discredited by the Newspaper, and the arguments about environmental and human rights defence were silent or misrepresented from the original proposals. However, it is important to consider differences within the newspaper, for the majority of the authors of opinion sections were positioned against the work and/or supporting the resistance network.

**Keywords:** popular resistance network; transposition of São Francisco river; media and ideology.

## RÉSUMÉ

De grands projets d'infrastructure sur les rivières, tels que des transferts des eaux, des barrages pour la production d'électricité et l'approvisionnement en eau, ont été les moteurs de conflits environnementaux dans différentes réalités mondiales du système capitaliste. Face à ces entreprises, plusieurs réseaux anti-systémiques se sont articulés pour résister à ceux-ci. Fondés sur l'exercice de la participation populaire, ils prétendent développer des plaidoyers socio-environnementaux de manière indissociable à la mise en œuvre de solutions alternatives au modèle capitaliste. Ces plaidoyers contribuent à l'accumulation du pouvoir populaire, à travers l'élaboration et la diffusion d'idéologies émancipatrices, en recherchant des constructions nécessaires d'une transition d'ordre socio-métabolique. Ces réseaux luttent pour un nouveau modèle de société dans plusieurs domaines, y compris dans celui des médias contrôlés de manière hégémonique par le pouvoir dominant. Un cas particulier dans ce contexte est celui du transfert d'une partie des eaux du fleuve Sao Francisco, situé dans le nord-est du Brésil: les grands travaux d'infrastructure ont été commencés par le gouvernement Lula et sont l'objet d'une intense couverture médiatique. En opposition à ce projet, plusieurs actions collectives ont convergé en représentant le résultat de l'union entre les mouvements sociaux, tels que le Mouvement des Affectés par les Barrages (MAB), le Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans Terre (MST), des organisations religieuses, des groupes autochtones et des communautés de marrons. Ces forces sociales ont mis en place un réseau de résistance populaire contre le transfert partiel des eaux du fleuve Sao Francisco, en formant une articulation sans précédent en termes de diversité sociale allant à l'encontre d'un chantier d'État au Brésil. Son cycle de mobilisations a atteint un pic d'effervescence entre 2005 et 2007, avant de connaître un reflux en 2008, avec l'avancement de l'entreprise alors dirigée par l'armée. Dans ce contexte, cette thèse a été motivée par la question suivante: comment les discours véhiculés par le journal *Folha de São Paulo* dépeignent-ils le réseau de résistance populaire contre le transfert partiel des eaux du fleuve Sao Francisco, au cours de la période de 2005 à 2007? La méthodologie utilisée a été celle de l'analyse du discours basé sur les références pictographiques et textuelles de *Folha de São Paulo*, en s'intéressant à la compréhension de mécanismes idéologiques, c'est-à-dire aux stratégies de construction symbolique de la résistance populaire décrite par le journal. La recherche a révélé que 61,5% des reportages journalistiques sur ce grand chantier de transfert des eaux ont surtout été élaborés pour rendre compte des actions du réseau de résistance. Toutefois, sur les couvertures et les photographies, dans les articles de presse et éditoriaux, on remarque qu'en grande partie ces publications ont dissimulé la diversité des acteurs sociaux du réseau de résistance, ainsi que leurs propositions sociales, environnementales et alternatives au transfert des eaux vers des canaux. Une autre stratégie a été celle de ridiculiser et/ou de minimiser l'importance du leadership politique et de l'organisation de la résistance. Régulièrement, les manifestations ont été symbolisées par des actes de violence liés au vandalisme, aux invasions ou ceux représentés à l'encontre de l'armée. On note que la quête de participation politique émancipatrice émanant des acteurs a été très délégitimée par le journal, et leurs arguments axés sur la protection de l'environnement et

des droits de l'Homme ont été réduits au silence ou falsifiés à l'égard des propositions originales. Cependant, il convient de tenir compte des différences au sein du journal, puisque la plupart des auteurs des articles d'opinion était opposés au chantier et/ou favorables au réseau de résistance.

**Mots-clés:** réseau de résistance populaire, chantier de la rivière Sao Francisco, médias et idéologie.

## RESUMEN

Megaproyectos de infraestructuras en ríos, como transvases, presas para la producción de energía y abastecimiento hídrico, han generado conflictos socioambientales en diversas realidades del sistema-mundo capitalista. Contra Frente a ellos, se han articulado múltiples redes de resistencia antisistémicas basadas en la participación popular, que pretenden realizar defensas socioambientales desde un modo indisociable de la concretización de alternativas al modelo capitalista. Estas defensas contribuyen a acumular poder popular a través de la elaboración y difusión de ideologías emancipadoras, objetivando la necesaria construcción del orden sociometabólico de transición. Tales redes disputan un nuevo modelo de sociedad en distintos espacios, entre ellos el mediático controlado de manera hegemónica por el poder dominante. Un caso específico de este contexto es el transvase del río São Francisco, ubicado en el Nordeste brasileño: es la obra de mayor alcance en términos de infraestructura iniciada por el gobierno de Lula y es objeto de una intensa mediatización. Contra la obra, convergieron acciones colectivas que son el fruto de la unión entre movimientos sociales, como, el Movimiento de los Afectados por Presas, (MAB), el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), grupos religiosos, pueblos originarios y comunidades de cimarrones. Estas fuerzas sociales conformaron la red de resistencia popular contra el transvase del río São Francisco, constituyendo una articulación sin precedentes en términos de diversidad social en oposición a una obra pública en Brasil. Su ciclo de movilizaciones marcó un pico de efervescencia entre 2005 y 2007, sufriendo luego un reflujo en 2008, con el avance de la obra entonces liderado por el Ejército. En este contexto, la presente tesis fue motivada por la siguiente pregunta: ¿bajo qué forma los discursos vehiculados por el periódico *Folha de São Paulo* retrataron la red de resistencia popular contra el transvase del río São Francisco, entre 2005 y 2007? La metodología utilizada fue el análisis del discurso basado en referencias iconográficas y textuales de la *Folha de São Paulo*, con el interés de comprender por cuáles mecanismos ideológicos, es decir, por cuáles estrategias de construcción simbólica la resistencia popular fue retratada. La investigación muestra que el 61,5% de los reportajes del periódico sobre el transvase fue elaborado de forma a informar centralmente acerca de acciones de la red de resistencia. Sin embargo, en las portadas, fotografías, reportajes y editoriales, se observa que, en gran medida, las publicaciones ocultaron la diversidad de actores sociales involucrados en la red de resistencia, así como sus propuestas socioambientales y alternativas al transvase. Otra estrategia utilizada fue la de ridiculizar y/o minimizar la importancia política de los liderazgos y de la organización de la resistencia. Comúnmente, las movilizaciones fueron simbolizadas como actos violentos, de vandalismos, de invasiones o representadas en oposición a las fuerzas militares. Se comprueba que la búsqueda por estos actores de una participación política emancipadora fue muy deslegitimada por el periódico, y sus argumentos orientados hacia la defensa ambiental y de los derechos humanos, fueron silenciados o minimizaron sus propuestas originales. Además, se nota diferencias en el interior del periódico, pues se constata que la mayor parte de los autores de los artículos de opinión se posicionaron en oposición a la obra y/o fueron favorables a la red de resistencia.

**Palabras-claves:** red de resistencia popular; transvase del río São Francisco; media e ideología.

## LISTA DE SIGLAS

AATR – Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia  
Abrampa – Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente  
ANA – Agência Nacional de Águas  
ANJ – Associação Nacional de Jornais  
Apoime - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo  
APP – Área de Preservação Permanente  
APSF – Articulação Popular do São Francisco  
ASA – Articulação do Semi-Árido Brasileiro  
BID – Banco Interamericano do Desenvolvimento  
Bird – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)  
BNB – Banco do Nordeste do Brasil S/A  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CAA – Centro de Assessoria do Assuruá  
Cagece – Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará  
CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica  
CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco  
CCTCI – Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática  
CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável  
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base  
Certoh – Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica  
Chesf – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco  
CIPP – Complexo Industrial e Portuário do Pecém  
CMB – Comissão Mundial de Barragens ou CWD, *World Commission on Dams*  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Cogerh – Companhia de Gestão de Recursos Hídricos  
Conama – Conselho Nacional de Meio Ambiente  
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
Dert – Departamento de Estradas e Obras Públicas (Ceará)

Dnocs – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas  
Dnos – Departamento Nacional de Obras de Saneamento  
DOI-Codi – Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna  
DOU – Diário Oficial da União  
Eco-92 ou Rio-92– Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento  
EIA – Estudo de Impacto Ambiental  
Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.  
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A  
EMGF – Efervescência midiática da greve de fome  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FPDSF - Fórum Permanente de Defesa do São Francisco (Bahia)  
FSM – Fórum Social Mundial  
FSP – Folha de S.Paulo  
Funai – Fundação Nacional do Índio  
Funcate – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais  
Gamba – Grupo de Ambientalista da Bahia  
Gasfor – Gasoduto da Petrobras Guamaré-Pecém  
GT – Grupo de Trabalho  
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial  
Ibama – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Idace – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará  
Ifocs – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas  
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro  
IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da América do Sul  
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
locs – Instituto de Obras Contra as Secas  
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IRN – *International Rivers Network*  
Irpaa – Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada  
IVC – Instituto de Verificação de Circulação  
LI – Licença de Instalação  
LO – Licença de Operação

LP – Licença Prévia

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação

MI – Ministério da Integração Nacional

MiniCom – Ministério das Comunicações

MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MPF – Ministério Público Federal

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OFM – Ordem dos Frades Menores

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

P1MC – Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAE – Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado da Bacia do Rio São Francisco e da sua Zona Costeira; ou, Projeto GEF São Francisco

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

Plano da BHSF ou PBHSF – Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

PFL – Partido da Frente Liberal (desde 2007, Democratas – DEM)

PIB – Produto Interno Bruto

Pisf – Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

PNB – Produto Nacional Bruto

PNMA – Programa Nacional de Meio Ambiente

Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Pnuma – Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente

PPA – Plano Plurianual de Ação

PPP – Parceria Público-Privada  
PPS – Partido Popular Socialista  
Proágua – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido Brasileiro  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
Rede de Educomunicadores – Rede de Educomunicadores em Defesa dos Povos do Rio São Francisco e da Articulação Popular em Defesa do Rio São Francisco  
Ride de Petrolina - Juazeiro – Região Integrada de Desenvolvimento de Petrolina - Juazeiro  
Rima – Relatório de Impacto Ambiental  
RL – Reserva Legal  
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
Seagri – Secretaria de Agricultura Irrigada e Pecuária do Ceará  
Semace – Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará  
Seplan – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Tocantins  
Setas – Secretaria do Trabalho e Ação Social (Ceará)  
Sirac – Serviços Integrados de Assessoria e Consultoria Ltda.  
Sisnama – Sistema Nacional de Meio Ambiente  
Snuc – Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
SRH – Secretaria de Recursos Hídricos (Ceará)  
STF – Supremo Tribunal Federal  
Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
TAC – Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta  
TCU – Tribunal de Contas da União  
Telebrás – Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A) e sistemas de TVs educativas  
Termoceaná – Usina Termelétrica Senador Carlos Jereissati  
TRF – Tribunal Regional Federal  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
UC – Unidade de Conservação  
UDR – União Democrática Ruralista  
UFBA – Universidade Federal da Bahia  
UFC – Universidade Federal do Ceará  
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UHE – Usina Hidrelétrica

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UOL – Universo Online

USBR – United States Bureau of Reclamation

USP – Universidade de São Paulo

WWC – Conselho Mundial de Água

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1. Detalhe do mapa de Halfeld (1860) indicando o ponto de partida para a canalização do rio São Francisco ao rio Jaguaribe, conforme apontou Marcos Antonio de Macedo.....	65
Ilustração 2. Detalhe de mapa sobre a localização do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional.....	71
Ilustração 3. Detalhe do mapa indicando os trechos do Eixo Norte e do Eixo Leste do Pisf.....	72
Ilustração 4. Precipitação média anual conforme Atlas Nordeste (ANA, 2006).....	103
Ilustração 5. Símbolo da resistência popular contra a transposição.....	107
Ilustração 6. Tipologia peirceana da estrutura comum do signo, exemplificado na imagem como signo.....	151

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Quantidade de reportagens por ano sobre a transposição na FSP: de 2000 a 2011.....	137
Gráfico 2. Quantidade de matérias sobre a transposição com marco na <i>efervescência midiática em torno da greve de fome (EM-GF): 2005 e 2007</i> .....	140
Gráfico 3. Comparação da evolução da efervescência midiática das duas greves de fome na Folha de S.Paulo.....	141

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Síntese da análise quali-quantitativa sobre o desempenho de notícias na FSP, sobre a transposição: 2005 e 2007.....	143
Tabela 2. Quantidade de matérias sobre a transposição e a resistência na FSP.....	145
Tabela 3. Quantidade e tendência das matérias de opinião sobre a transposição: de fevereiro de 2005 a janeiro de 2008.....	146
Tabela 4. Quem (ou o quê) atua nos editoriais da transposição?.....	208

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Capa e fotografia sobre a primeira greve: 1 de outubro de 2005.....	161
Figura 2. Destaques de página sobre a greve de fome: 1 de outubro de 2005.....	162
Figura 3. Capa, detalhe de capa e fotografia da reportagem: 3 de outubro de 2005.....	165
Figura 4. Capa, detalhe de capa e fotografia, no interior do Primeiro Caderno, alusivos à primeira greve: 5 de outubro de 2005.....	167
Figura 5. Capa, detalhe de capa e fotografia sobre a greve: 7 de outubro de 2005.....	169
Figura 6. Fotografia de indígenas vigiados por militares: 7 de outubro de 2005.....	171
Figura 7. Capa, detalhe de capa e fotografia sobre a resistência contra a transposição: 16 de março de 2007.....	174
Figura 8. Capa e fotografia sobre a Ocupação do Canteiro de Obras da Transposição: 29 de junho de 2007.....	179
Figura 9. Imagem sobre a Ocupação do Canteiro de Obras: 29 de junho de 2007.....	180
Figura 10. Fotografias relativas às matérias sobre a Ocupação do Canteiro de Obras: 27 de junho e 4 de julho de 2007.....	181
Figura 11. Fotografias presentes no banco de dados da FSP mas não publicadas no jornal impresso: 28 de junho e 01 de julho de 2007.....	183
Figura 12. Imagens no interior do Primeiro Caderno em duas páginas que abordam a Ocupação do Canteiro de Obras: 30 de junho e 1 de julho de 2007.....	185
Figura 13. Destaque aos Trukás: 6 de julho de 2007.....	187
Figura 14. Capa e fotografia sobre a segunda greve: 18 de dezembro de 2007.....	191
Figura 15. Capa e fotografia sobre a Manifestação em frente ao STF: 19 de dezembro de 2007.....	192
Figura 16. Capa e fotografias sobre a segunda greve: 20 de dezembro de 2007.....	195

Figura 17. Fotografias alusivas à decisão do STF sobre a transposição: 20 de dezembro de 2007.....	196
Figura 18. Capa e fotografia alusivas à audiência no Senado: 15 de fevereiro de 2008.....	198
Figura 19. Fotomontagem alusiva à audiência no Senado sobre a transposição: 15 de fevereiro de 2008.....	199

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Síntese de representações na capa da Folha/tema transposição: 2005.....	158
Quadro 2. Síntese de representações na capa da Folha/tema transposição: 2007.....	159
Quadro 3. Síntese de representações na capa da Folha/tema transposição: 2008.....	160
Quadro 4. Águas do São Francisco – 20 de fevereiro de 2005 – 1º Editorial.....	219
Quadro 5. Mar de controvérsia – 8 de outubro de 2005 – 3º Editorial.....	225
Quadro 6. Águas turvas – 1 de julho de 2007 – 4º Editorial.....	231
Quadro 7. Sede de votos – 15 de dezembro de 2007 – 5º Editorial.....	235

## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE TABELA

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS

INTRODUÇÃO.....28

**CAPÍTULO I O CURSO DO DISCURSO  
IDEOLOGIA, MÍDIA E MOVIMENTOS SOCIAIS..... 36**

1.1 ASPECTOS PARA A ANÁLISE DOS ARGUMENTOS DISCURSIVOS.....36

1.2 IDEOLOGIA E ANÁLISE DISCURSIVA .....39

1.3 FORMAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS ANTISSISTÊMICOS..... 44

1.4 MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTÃO AMBIENTAL..... 49

1.5 SILENCIAMENTO DOS SUJEITOS E AS RELAÇÕES NORTE/SUL, NORDESTE-  
SUL/SUDESTE, SERTÃO/LITORAL..... 52

1.6 GRANDE MÍDIA E MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES..... 54

**CAPÍTULO II O PARTIR DAS ÁGUAS  
DA CANALIZAÇÃO À TRANSPOSIÇÃO,  
A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-DISCURSIVA.....56**

2.1 A DISCURSIVA HISTÓRICA: A CANALIZAÇÃO DO S. FRANCISCO NO SÉC. XIX...56

2.1.1 A RETÓRICA DA TRANSPOSIÇÃO COMO SECULARIZAÇÃO DE UMA PROMESSA.....56

2.1.2 A IDEIA DE CANALIZAR O S. FRANCISCO: NEM HALFELD NEM D. PEDRO II.... 61

2.1.3 DA COMISSÃO CIENTÍFICA À MUDIATIZAÇÃO DA NARRATIVA-HISTÓRICA..... 67

2.1.4 O INVESTIMENTO IDEOLÓGICO NA TRANSPOSIÇÃO E O CEARÁ..... 69

2.2 A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO E O GOVERNO LULA..... 74

2.2.1 A TRANSPOSIÇÃO COMO LEGADO DO GOVERNO FHC..... 74

2.2.2 RELEMBRANDO A POLÍTICA LULA ANTES DA PRESIDÊNCIA..... 76

2.2.3 DAS CARAVANAS DA CIDADANIA À TRAIÇÃO AOS MOVIMENTOS..... 78

2.2.4 DAS ELEIÇÕES (2002) À MODELAGEM DA TRANSPOSIÇÃO (2003-2004)..... 79

2.2.5 MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E A RELAÇÃO COM O GOVERNO LULA (2005-2007). 84

2.2.6 O GOVERNO PERSONIFICADO DE LULA E A TRANSPOSIÇÃO.....87

<b>CAPÍTULO III</b>	<b><u>A TRAMA DA REDE NO MOVIMENTO DO RIO</u></b>	
	<b><u>RESISTÊNCIA POPULAR CONTRA A TRANSPOSIÇÃO,</u></b>	
	<b><u>EM DEFESA DOS POVOS E DO RIO SÃO FRANCISCO</u></b> .....	92
3.1	CONFLITOS SOCIAIS E BARRAGENS.....	92
3.2	A ASSOCIAÇÃO PRA BARCA ANDAR.....	96
3.3	CAPPIO E A PEREGRINAÇÃO AMBIENTAL PELO SÃO FRANCISCO (1992-1993).	97
3.4	O COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO (CBHSF).....	101
3.5	A REDE DE RESISTÊNCIA POPULAR CONTRA A TRANSPOSIÇÃO.....	106
3.6	A ARTICULAÇÃO POPULAR DO SÃO FRANCISCO (APSF).....	111
3.7	A GREVE DE FOME.....	112
3.8	O DIÁLOGO DE SURDOS DE 2006.....	113
3.9	A RESISTÊNCIA DEPOIS DE 2007.....	116
3.10	DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA RESISTÊNCIA POPULAR.....	116
<b>CAPÍTULO IV</b>	<b><u>A TRAVESSIA DA NOTÍCIA</u></b>	
	<b><u>DA CORPORAÇÃO FOLHA AO RECORTE DO OBJETO,</u></b>	
	<b><u>A TRAJETÓRIA DA NOTÍCIA SOBRE A TRANSPOSIÇÃO</u></b> .....	125
4.1	NOTÍCIA-PRODUTO E PODER CORPORATIVO-MIDIÁTICO DO GRUPO FOLHA...	125
4.2	POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO BRASILEIRA E MONOPÓLIO DA INFORMAÇÃO....	130
4.3	O GRUPO FOLHA E A LEGITIMAÇÃO POLÍTICA.....	133
4.4	A COLETA DE MATÉRIAS DA FOLHA DE S.PAULO.....	135
4.5	AS MATÉRIAS ENTRE 2000 E 2011 ABORDANDO A TRANSPOSIÇÃO.....	136
4.6	O DESEMPENHO JORNALÍSTICO EM 2007 E A COMPARAÇÃO COM 2005.....	139
4.7	SÍNTESE DO DESEMPENHO DAS MATÉRIAS DE 2005 E 2007.....	143
4.8	OS ARTIGOS DE OPINIÃO DA FOLHA SOBRE A TRANSPOSIÇÃO.....	145
4.9	O ENFOQUE DOS JORNALISTAS QUE MAIS NOTICIARAM A TRANSPOSIÇÃO....	148
<b>CAPÍTULO V</b>	<b><u>À MARGEM DA IMAGEM</u></b>	
	<b><u>ANÁLISE A PARTIR DE CONTEXTOS</u></b>	
	<b><u>IMAGÉTICOS E ESCRITOS</u></b> .....	150
5.1	MARCO TEÓRICO PARA ANÁLISE DO CONTEXTO IMAGÉTICO.....	150
5.2	OBJETO E OBJETIVO DA ANÁLISE A PARTIR DO CONTEXTO IMAGÉTICO.....	155
5.3	A TRANSPOSIÇÃO NA CAPA DA FOLHA DE S.PAULO.....	156
5.4	A IMAGEM DA PRIMEIRA GREVE DE FOME: 2005.....	160
5.4.1	Primeira etapa da greve de 2005: foco na religiosidade.....	160
5.4.2	Segunda etapa da greve de 2005: legitimidade política.....	166
5.5	A IMAGEM DA RESISTÊNCIA CONTRA A TRANSPOSIÇÃO: 2007.....	172
5.5.1	A Manifestação em Brasília: março de 2007.....	172
5.5.2	A Ocupação do Canteiro de Obras em Cabrobó: junho/julho de 2007.....	178
5.6	A IMAGEM DA SEGUNDA GREVE DE FOME: 2007.....	189

5.7 A IMAGEM DO DEBATE NO SENADO: FEVEREIRO DE 2008.....	198
5.8 IDEOLOGIA E FABRICAÇÃO DO DISCURSO: MARCO TEÓRICO-ANALÍTICO.....	201
5.9 NA NARRATIVA DOS EDITORIAIS: OS PARTICIPANTES DO CONFLITO DA TRANSPOSIÇÃO.....	206
5.9.1 A resistência segundo os editoriais.....	209
5.9.2 Outros atores nos editoriais.....	211
5.10 ANÁLISE DE DISCURSO SOBRE A RESISTÊNCIA NOS EDITORIAIS.....	216
5.10.1 Águas do São Francisco: 1º Editorial (20/02/05).....	216
5.10.2 Dúvidas na transposição: 2º Editorial (05/10/05).....	220
5.10.3 Mar de controvérsia: 3º Editorial (08/10/05).....	220
5.10.4. Águas turvas: 4º Editorial (01/07/07).....	227
5.10.5. Sede de votos: 5º Editorial (15/12/07).....	233
5.11. Íntegra dos Editoriais.....	237
<b>CONCLUSÃO</b> .....	242
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	252
<b>APÊNDICE A</b> – REFERÊNCIA DA FOLHA SOBRE A TRANSPOSIÇÃO POR CRONOLOGIA E DESTAQUE TEMÁTICO: RESISTÊNCIA, OPINIÃO E JUSTIÇA.....	269
<b>APÊNDICE B</b> – CRONOLOGIA: CONTEXTO HISTÓRICO DA TRANSPOSIÇÃO.....	284
<b>APÊNDICE C</b> – MODOS DE OPERAR DA IDEOLOGIA.....	291
<b>ANEXO A</b> – CARTAS DE DOM CAPPIO E DOS MOVIMENTOS POPULARES.....	293

## INTRODUÇÃO

Thompson (2002) considera que uma das características da sociedade moderna é o processo de mediação da cultura na qual cada vez mais, a vida social, política e econômica é influenciada pelas representações simbólicas criadas, reproduzidas e repercutidas pela mídia. Nessa esfera, a ideologia dominante cria e estabelece sentido a serviço do poder hegemônico, por meio de diversas estratégias de construção simbólica para manutenção do *status quo*. A ideologia dominante é ancorada materialmente, entre outros fatores, no controle dos meios de produção da grande mídia.

O objeto de pesquisa desta tese encontra-se na confluência investigativa a) sobre a rede de resistência popular contra a transposição do rio São Francisco, vinculada a um conflito socioambiental contemporâneo (que encontra semelhanças sociais, em termos de dificuldades de organização da resistência, em diversas outras partes do Brasil e do sistema-mundo), e b) sobre como essa rede foi projetada por um importante veículo da grande mídia brasileira, sendo esse também um espaço de disputa das representações simbólico-ideológicas.

Dessa forma, a presente tese tem como objeto de análise, argumentações publicadas pela Folha de S.Paulo. Esse Jornal é considerado o impresso de maior prestígio entre parlamentares e por boa parte da elite e de grupos intelectualizados nacionais. Trata-se do jornal com o maior número de assinantes do país, cerca de 300 mil. Sua maior capilaridade advém de sua inserção em páginas da internet, por meio da Folha.com (o jornal virtual mais acessado do país) e por reproduções de suas notícias no Universo Online (UOL) de modo geral. Assim sendo, tem grande poder de produzir e de disseminar formas simbólicas de legitimação social, sobretudo voltando-se para a elite com forte controle da economia e da política.

Esta pesquisa retrata parte de um processo, sobretudo entre 2005 e 2007, em que imagens foram criadas e disseminadas no momento em que organizações e movimentos sociais populares reclamavam o direito de participação na tomada de decisão, não apenas do projeto de transposição (para evitar a concretização), mas também do desenvolvimento do Nordeste, em temas como, reforma agrária, distribuição e acesso público à água de qualidade, irrigação, economia de exportação, meio ambiente e rios revitalizados, entre outros. O cenário político em que se insere essa resistência popular é propriamente o de um conflito socioambiental, cuja confrontação política mais relevante diz respeito à disputa por modelos distintos de sociedade.

Esta pesquisa examinou como parte da ideologia dominante operou na construção da imagem da resistência popular pela Folha de S.Paulo. Mais precisamente, interessou compreender as estratégias de construção simbólica que o Jornal disseminou sobre a resistência popular em seus discursos imagéticos e textuais.

Para tanto, esta tese orientou-se pela seguinte *pergunta*: De que forma discursos veiculados pela Folha de S.Paulo retrataram a rede de resistência popular contra a transposição do rio São Francisco, no período de 2005 a 2007?

Como *objetivo geral* da pesquisa, formulou-se a seguinte tarefa investigativa: caracterizar a formação da rede de resistência popular contra a transposição do rio São Francisco e analisar discursos divulgados pela Folha de S.Paulo sobre essa temática, para apreender diferentes representações sobre essa mesma rede de resistência.

Quanto aos *objetivos específicos*, esses se inscrevem da seguinte forma:

1) descrever, na perspectiva histórica, sobre a formação de retóricas justificadoras da obra de transposição do rio São Francisco por seus defensores e sobre como ocorreu o diálogo de atores da rede de resistência com representantes do Estado;

2) descrever aspectos sobre a materialização dos meios de produção do Grupo Folha, como corporação midiática, bem como compreender o comportamento de conteúdos jornalísticos, como reportagens, contextos gerais de capas e páginas internas do Jornal, fotografias, artigos de opinião e editoriais da Folha de S.Paulo que contemplaram a rede de resistência popular contra a transposição ;

3) realizar análise do discurso importando notar as estratégias de construção simbólica, compreendendo-se a perspectiva ideológica utilizada para retratar a resistência popular e suas ações coletivas entre 2005 e 2007.

A metodologia, como forma de direção geral desta pesquisa qualitativa, baseia-se na análise de discurso e nos marcos teóricos sobre ideologia.

Os métodos de pesquisa realizados foram:

1) elaboração de estudos teóricos para fins heurísticos da pesquisa, com base em referências reconhecidas academicamente no âmbito das macro-temáticas vinculadas aos objetivos desta investigação. Segue-se a indicação de alguns dos trabalhos utilizados conforme os assuntos específicos. Sobre análise de discurso e aportes a ela: Orlandi (2007), Joly (2000), Barthes (1980, 2005). Sobre movimentos sociais: Wallerstein (2008), Zibechi (2007) e Rojas (2010). Sobre ideologia e/ou mídia: Mészáros (2004, 2002), Thompson, (2002, 1998), Dellamea (1995), Debord (1997). Sobre conflitos socioambientais: Little (2006, 2001), Martínez Alier (2007), Santilli (2005);

2) realização de análises de discursos de representantes do Estado (sobretudo, do ex-presidente Lula) e midiáticos sobre o histórico da transposição, notando-se a fabricação narrativa de um “mito de origem” ou ideia-gênese sobre a transposição.

Concomitante, fez-se análise de documentos históricos e de artigos alusivos à canalização do rio São Francisco, no século XIX. Buscou-se entender o processo de apropriação de imagens alusivas ao Brasil Império como argumentos retóricos para promover a transposição como representação social de promessa secularizada, ao se relacionar Dom Pedro II à própria criação da transposição, por ele representar um personagem heroico, um símbolo patriótico no imaginário nacional;

3) realização de levantamento da trajetória histórica do projeto de transposição no governo Lula, bem como do político Lula em relação aos movimentos sociais (de forma geral) e à resistência popular contra a transposição. Para tanto, foram utilizados documentos oficiais, registros jornalísticos, transcrições de entrevistas, entre outros materiais;

4) realização de pesquisa de campo para entrevistar atores de organizações e movimentos sociais populares sobre a resistência popular. Dialogou-se com militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no contexto da barragem Castanhão, no estado Ceará (considerada reservatório pulmão da transposição). Houve também trabalho de campo entre os municípios de Juazeiro e Sobradinho, na Bahia, em que foram entrevistados militantes do MAB, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada (Irapaa) e da Rede de Educomunicadores do São Francisco. Grande parte desse material encontra-se transcrito. Essas entrevistas subsidiaram as análises que se seguirão, sobretudo em pontos que destacam a relação entre o governo federal e a rede de resistência popular contra a transposição, e a respeito da formação política dessa (demandas, ações coletivas, protestos, acampamentos, mutirões). Cabe esclarecer que por questões éticas, os nomes dos entrevistados não serão revelados nesta pesquisa. Antes de iniciar de cada entrevista, a autora desta tese se comprometeu a não divulgar a autoria dos discursos transcritos;

5) realização de levantamento histórico sobre a corporação midiática do Grupo Folha e do jornal Folha de S.Paulo por meio de artigos publicados a respeito da corporação e do veículo, bem como, por meio de material do próprio Jornal para retratar a si próprio;

6) levantamento e classificação das matérias e capas da Folha de S.Paulo por meio dos sistemas de busca eletrônica do Jornal (disponível em: <<http://search.folha.com.br/search>>, bem como, disponível em: <<http://acervo.folha.com.br>>), com base no referencial de palavras-chaves transposição do rio São Francisco (Apêndice A). Não foram levadas à análise discursiva e de contabilidade geral matérias que apenas trouxeram, de forma pontual, a questão da transposição do rio São Francisco, bem como redações jornalísticas pequenas de até dois parágrafos;

7) a análise de discurso imagético centrou-se no contexto jornalístico de composição de capas, títulos, legendas e outros elementos textuais correlatos, buscando-se

identificar o comportamento/organização das imagens, para se apreender os sentidos que transmitem/significam. Conjuntamente, foram indicadas as repetições nas formas imagéticas e textuais, ausentes e presentes, explícita e implicitamente nas mensagens. Buscou-se perceber as imagens dentro de um pano de fundo: a ideologia.

Ao todo, foram contempladas 29 fotografias, 10 delas situadas na capa do periódico, e quase todas as demais contidas na mesma edição da Folha de S.Paulo que reservou espaço de capa à transposição. A escolha da amostra foi pensada para que fosse possibilitada uma sequência representativa de dados verificáveis. O ciclo de imagens analisado acompanha o processo de mobilizações caracterizado pela efervescência e refluxo da resistência popular contra a obra da transposição. Fizeram-se necessárias às análises das imagens, diversas contextualizações sociopolíticas sobre os fatos noticiados. Intencionou-se verificar o tipo de modelagem do discurso criado pela Folha de S.Paulo e que refletiu na criação da representação simbólica sobre a resistência popular e nas demandas políticas dessa. Nota-se que a escolha das imagens repercute um sistema de signos, portanto, valorações simbólicas e disseminação de ideologia;

8) elaboração de análise de discurso dos editoriais, por ser uma posição mais próxima à defendida pela política da empresa jornalística. Foram utilizadas algumas das abordagens epistemológicas sobre o *modus operandi* da ideologia, para auxiliar o exame crítico da análise de discurso sobre como os argumentos foram construídos e/ou reproduzidos ao abordar ou ocultar a resistência popular à transposição. Para tanto, buscou-se subsídio no trabalho realizado por Thompson (2002) sobre ideologia e mediação da cultura moderna. Particularmente, considerou-se sua reflexão sobre os modos de operar da ideologia em que o autor apresenta cinco modos: legitimação; dissimulação; unificação; fragmentação e reificação (a compreensão teórica destes conceitos está contida no capítulo da análise).

Foram elaboradas quatro tabelas analíticas com todos os fragmentos dos textos editoriais alusivos às resistências populares. As colunas de análise foram divididas para que se observassem: os atores da resistência; as ações e protestos; a legitimidade de reivindicações e os argumentos; o tipo de descrição; a valoração dos atores/ações. O *modus operandi* da ideologia foi contemplado dentro dessa análise. A partir dessa tabela, organizaram-se os materiais para análise do discurso elaborado pela Folha de S.Paulo sobre a resistência popular à transposição.

Na oportunidade desta introdução, cabe esclarecer sobre o que aqui se considera *resistência popular contra a transposição* do rio São Francisco, explicitando a diferença entre a resistência popular e a formação de outros grupos de oposição à transposição.

Nesta tese, o termo movimento social será utilizado como referência direta aos movimentos sociais populares. Afinal, pondera-se a existência da diversidade de

movimentos sociais que não têm como propostas de ação coletiva as causas dos trabalhadores e/ou dos grupos marginalizados, como, por exemplo, parte dos movimentos feministas, dos movimentos ecologistas e dos movimentos relacionados a questões homossexuais.

Diversos outros grupos de oposição à transposição ocorreram no cenário geral das disputas políticas centradas na transposição. Esses grupos foram diversificados em seus segmentos de classe, como, políticos, funcionários públicos, empresários, instituições de interesse industrial e até o Banco Mundial. Eles não são considerados partícipes da resistência popular contra a transposição do rio São Francisco, casos especiais, como alguns políticos e funcionários públicos desse grupo, podem ser considerados como seus apoiadores.

A resistência popular contra a transposição foi caracterizada por organizações e movimentos sociais populares que têm trabalhos e projetos políticos de base popular. A esse grupo, somam-se segmentos de comunidades indígenas, quilombolas, fundo-de-pasto, ribeirinhas, sertanejas, entre outras, sobretudo, do semiárido nordestino e de regiões de cerrado relacionadas à bacia do rio São Francisco. Diversos desses atores sociais conformaram a Articulação Popular do São Francisco (APSF) com cerca de 300 entidades, englobando, conjuntamente, diversos fóruns de debates e demais articulações. Intelectuais orgânicos dos movimentos sociais populares e religiosos que têm relação com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) são considerados como parte da resistência popular, incluindo-se nesse rol, Dom Luiz Flávio Cappio<sup>1</sup>.

A esta pesquisa interessou a conformação da rede de resistência popular como organizadora de ações coletivas contrárias ao projeto/obra da transposição do rio São Francisco. Isso implica dizer que não foi analisado todo o contexto de diversas lutas existentes na bacia do rio São Francisco atuantes por diversos outros motivos e ainda no contexto do semiárido brasileiro, apesar de haver aqui o resgate em algumas análises sobre essa complexidade de lutas sociais. Ocorre que essas realidades são extremamente amplas, e à pesquisa demanda um recorte temático e temporal.

Cumprе salientar que não se pode reduzir a magnitude de uma rede, como a da Articulação Popular do São Francisco, a manifestações contra o projeto/obra da transposição. Há uma série de outras atividades a ela relacionadas, que a posicionam,

---

<sup>1</sup> Grande parte dos atores da rede de resistência popular contra a transposição chama a Dom Luiz Flávio Cappio de “Dom Luiz”. A Folha de S.Paulo nomina-o, em geral, de “d. Cappio” (sempre com d minúsculo, assim como o faz para designar os demais bispos, ainda que a regra gramatical prescreva o D maiúsculo). Nesta tese, optou-se por nominar ao bispo por Dom Cappio, assim como, parte do grande público o identifica.

contribuindo para a construção de um novo modelo de sociedade. Entre suas ações estão: a defesa socioambiental das populações da bacia do São Francisco, a revitalização dos rios, os posicionamentos contra as barragens na bacia, contra a ação de carvoarias, mineradoras, produtores de cana-de-açúcar, monocultivos de eucalipto, soja, entre outros.

Não houve nomeação de um movimento social popular contra a transposição. Isso dependeria de os próprios atores coletivos enunciarem essa formação. O que se levantou, neste trabalho, foi a união de diversas redes populares, como fóruns, comitês, articulações indígenas, quilombolas, movimentos e entidades de âmbito local, nacional e internacional, a notar pelos participantes das diversas ações coletivas, pelas firmas em cartas e manifestos (Anexo A). Demonstrou-se uma notável dinâmica de união e diversidade de forças populares no Brasil, conformando a rede de resistência popular mobilizada pelo desafio de exercer uma luta social laboriosa, devido às próprias características do gigantismo da transposição, como: a) a dimensão do vale do São Francisco, b) a extensão da obra de transposição com 622 km de canais, c) a quantidade de estados da federação envolvidos no conflito, englobando todos os nove do Nordeste, mais Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal.

Quando aqui se utilizam os termos *resistência popular*, *rede popular* ou *articulação popular contra a transposição do rio São Francisco*, quer-se representar o conjunto de ações coletivas empreendidas por entidades e movimentos sociais populares contra a execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf), pelo governo Lula.

As ações coletivas da *resistência popular* tornaram-se mais visíveis a partir de junho de 2004, quando o Estudo de Impacto Ambiental do projeto foi lançado. Antes desse período, já havia histórico de ações coletivas contra a obra, isto é, ações geradas em torno da previsão de que o projeto da obra seria lançado.

A rede de resistência foi influenciada pelas duas greves de fome de Dom Cappio. Apesar do amplo apoio solidário ao bispo e sua causa, esses momentos não representam o máximo do protagonismo da rede popular, assim como se pôde conferir nas ações de 2007, sendo: as Manifestações em Brasília, a Ocupação do Canteiro de Obras da Transposição em Cabrobó e, os mutirões de visita às comunidades então ameaçadas pela transposição. Com o avanço da obra, imposta física e simbolicamente pela força de intimidação do Exército, a resistência contra a transposição sofreu um refluxo na sua agenda de atividades em 2008.

Ao mesmo tempo, novas frentes de ações coletivas relacionadas à obra de transposição continuaram se organizando, como o Encontro dos Atingidos e Atingidas pela Transposição do Rio São Francisco, ocorrido em junho de 2010, em luta pelo cumprimento dos direitos humanos desses grupos.

A seguir, apresenta-se uma breve explicação sobre as estruturas dos capítulos dessa tese.

O Capítulo I é configurado por uma discussão teórica sobre análise de discurso, ideologia, mídia e movimentos sociais. Nele há uma explanação sobre a análise de discurso como produção simbólica e de sentidos, como o lugar dos sujeitos na criação, portanto, no protagonismo da História. Assim, o debate a respeito da compreensão sobre movimentos antissistêmicos (um campo teórico e prático ao qual se pode identificar muitos dos movimentos populares atuantes na rede de resistência popular contra a transposição do rio São Francisco) a partir do acúmulo de poder popular, alguns de seus dilemas e limites que têm se mostrado em um longo percurso de antagonismos de classe.

O Capítulo II discorre sobre a narrativa da gênese da transposição do rio São Francisco alusiva ao Brasil Império. Neste capítulo busca-se dialogar entre fatos históricos, fragmentos de falas de políticos e publicações da imprensa jornalística, objetivando compreender parte da estratégia simbólica de narrativização, como uma das formas em que a ideologia opera. Nesse percurso analítico, percebe-se a elite política cearense como incentivadora do projeto de transposição desde o século XIX e, mais recentemente, no século XXI, liderando e realizando investimentos para promover ideologias a favor da obra.

No Capítulo II, há a análise da transposição de forma relacionada à trajetória política do presidente Lula antes da Presidência da República, sua retórica de promessa de um governo democrático popular e, as contradições na condução de seu governo frente à classe trabalhadora e movimentos populares.

O Capítulo III traz uma caracterização da rede de resistência popular contra a transposição do rio São Francisco. Para entendimento de sua formação, a análise buscou compreender como se constituiu parte da organização da popular na bacia antes da enunciação do projeto de transposição no governo Lula: compreendendo-se as lutas sociais em torno dos impactos sociais das grandes barragens sobre a população ribeirinha desde a década de 1970; a organização popular articulada por sujeitos vinculados à Igreja Católica, na década de 1990, as deliberações do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, em 2004, posicionando-se contrariamente à transposição caso essa fosse construída para outros usos que não ao abastecimento populacional e à dessedentação animal.

A partir de então, a análise adentra o entendimento da formação da propriamente aqui nominada *rede de resistência popular contra a transposição do rio São Francisco*, como a conjuntura e diversas de suas atividades, sua capacidade e limitações para enfrentar o projeto (entre o despertar e o se organizar).

O Capítulo IV discute parte da trajetória do Grupo Folha, uma das corporações midiáticas mais poderosas do país, para subsidiar a compreensão da notícia como um

produto vinculado ao seu meio institucional e aos interesses de classe aos quais o Grupo vincula-se.

Objetivando compreender como o tema da transposição do rio São Francisco se manifestou na Folha de S.Paulo, foi elaborado um gráfico apontando a evolução da temática entre os anos de 2000 a 2011. Nele, verifica-se a maior concentração das notícias nos anos de 2005 e 2007 e grande parte dessas centrada em atividades relacionadas à rede de resistência. Um segundo gráfico foi elaborado para se perceber a diferença das coberturas entre 2005 e 2007, a partir dos episódios da greve de fome de Dom Cappio, verificando-se uma redução drástica da atenção ao tema por parte do Jornal, sobretudo se compara-se a quantidade de dias empreendidos na greve de fome.

Ainda, uma análise foi realizada para se perceber o comportamento e posições no Jornal em seus espaços reservados aos artigos de opinião, notando-se que o enfoque predominante dos artigos de opinião foram distintos, sobretudo, das coberturas a respeito das resistências populares em que, frequentemente, as mobilizações foram descritas de forma pejorativa.

O Capítulo V traz duas séries teóricas, uma delas mais voltada para subsidiar as análises sobre as fotografias e seus contextos jornalísticos (diagramações de página, títulos, subtítulos, demais fotografias), lançando-se mão também de aportes da semiótica. Outra série teórica veio subsidiar a metodologia utilizada para a análise do discurso contido nos editoriais da Folha de S.Paulo, sendo que essa buscou muitos dos seus referentes nos aportes de Thompson (2002) sobre o *modus operandi* da ideologia (legitimação, dissimulação fragmentação, unificação e reificação). As duas análises, tanto a imagética quanto a dos editoriais, puderam percorrer a temporalidade do ciclo de efervescência das atividades da rede de resistência. Assim, a análise pôde contemplar a contento o processo de reação dos movimentos populares ao projeto, algumas de suas principais mobilizações e a entrada de refluxo das atividades da rede e ao mesmo tempo como esse processo foi retratado por um dos mais importantes jornais impressos (e em suas extensões virtuais) do país.

# CAPÍTULO I

## O CURSO DO DISCURSO

### IDEOLOGIA, MÍDIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

#### 1.1 ASPECTOS PARA A ANÁLISE DOS ARGUMENTOS DISCURSIVOS

A produção da informação midiática, muitas vezes, fabrica efeitos de sentidos simplificadores. Diante desse aspecto, Kanavillil Rajagopalan (2003) alerta que a grande mídia dissemina interesses quando escolhe a pauta e os nomes que são usados nas notícias. Comumente, simplifica os conflitos em dois lados, o bom e o mau, por meio das palavras que usa e dos modos como comunica, designa e nomeia: “é no uso político de nomes e apelidos que consiste o primeiro passo que a mídia dá, no sentido de influenciar a opinião pública a favor ou contra personalidades e acontecimentos noticiados” (p. 82).

Nesse sentido, percebe-se que os discursos podem no decorrer de suas produções antagonizar atores, velando uma possível riqueza de argumentos políticos, as tomadas de decisões a eles vinculadas, as relações de poder e as ideologias, isto é, invisibilizando-se os aspectos chaves ao entendimento dos processos sociais.

Silenciar a voz do oprimido tem sido a principal estratégia do poder hegemônico em todo o mundo. Para o pesquisador Walter Mignolo (2003), essa estratégia de silenciamento do dominado faz parte da construção do imaginário do mundo moderno-colonial, no qual esse sistema nasce e permanece em torno dessa lógica. É um processo em que há “complexa articulação de forças, de vozes esquecidas ou apagadas, de memórias compactadas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado que suprimiram outras memórias [...]” (p. 63). Essa tem sido a regra global, mas ela não significa o total apagamento dos rastros dessas vozes silenciadas. A resistência pode permanecer latente por muitos anos, ao aguardo da sua eclosão.

Os discursos são manifestações de interesse. Assim, podem estar integralizados, como menciona István Mészáros (2004), na prática que cria e reproduz condições ideológicas materialmente ancoradas e sustentadas. Tais práticas mantêm a atual ordem dominante, mas, não devem ser encaradas como prerrogativas para a manutenção ad aeternum do modo de produção capitalista.

Sobre os meandros da análise de discurso, Eni Orlandi (2007a) destaca que é na investigação da produção da linguagem que se pode perceber a relação dos chamados sujeitos com os sentidos, as lógicas, os valores e com a história. É uma esfera complexa que não retrata, apenas, um repasse de dados. São relações que evidenciam o lugar dos sujeitos na história, indicando como se delineiam suas argumentações, suas subjetivações e

como, por meio dessas relações, os sujeitos constroem a realidade, produzindo o efeito de historicizar o sentido. A autora acrescenta:

A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar. Isso que é a contribuição da análise de discurso: coloca-nos em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos, ao menos, sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem. (2007a, p. 9).

Para Orlandi, a comunicação não é perceptível por si mesma, mas compreendida no contexto sociocultural. A linguagem também serve para não comunicar. Os processos de linguagem possuem efeitos opacos e com lógicas múltiplas e variadas: “Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (2007a, p. 21).

O silenciamento sobre as principais argumentações de militantes de movimentos sociais em defesa de justiça ambiental encontradas na grande mídia, bem ilustram o poder desta em construir estratégias de ocultamento desses argumentos, quando as informações são modificadas pela própria lente de quem produz a notícia. A partir dos discursos assim construídos, contextualizam-se a seguir - por fazer parte indissociável da metodologia da análise de discurso – como classes sociais antagônicas em seus grupos de representações políticas, para nada unívocos, defendem distintos interesses sob suas específicas circunstâncias sociohistóricas.

Com esta pesquisa, o que se busca é apresentar uma análise sobre como a posição ideológica de classes, identificada nos discursos midiáticos, molda os interesses sobre o uso social da água especificamente no conflito pela disputa da água do rio São Francisco. Diante do objeto da pesquisa, cabe observar de modo mais detalhado, os argumentos midiáticos sobre os movimentos populares em resistência contra a transposição do rio São Francisco.

Nessas argumentações, apresentam-se discursos sobre meio ambiente, enunciados por atores que se posicionam tanto a favor quanto contra o empreendimento, refletindo a tendência de crescente capilaridade, no cotidiano das sociedades contemporâneas, que a temática ambiental vem adquirindo. Nota-se que, quando o assunto gira em torno de um megaempreendimento infraestrutural, essa tendência torna-se uma marca patente na produção de discurso legitimador de ideologias.

Vale lembrar que as argumentações declaradas pelos sujeitos militantes e apoiadores, atuantes em movimentos sociais populares, também revelam o chamado efeito de ambientalização na prática de movimentos sociais que não se autodesignam, puramente, ambientalistas; por exemplo, os movimentos camponeses, indígenas e feministas. Emana dessa prática um corpo de ações coletivas direcionadas à promoção de justiça ambiental.

Alguns dos maiores movimentos sociais brasileiros, como, por exemplo, o MST, fundado em 1984, e o MAB, fundado em 1991, contribuem para a construção de um debate ambiental do ponto de vista popular. Esses sujeitos do campo estão, cada vez mais, conscientes da violação aos direitos humanos imposta por grandes empreendimentos capitalistas situados nos cursos dos rios e às suas margens. Transposições, hidrelétricas, monocultivos, mineradoras, siderúrgicas, provocam enorme expulsão das comunidades de seu lugar de origem, inclusive, muitas que outrora já haviam sido assentadas e/ou reassentadas. Tais empreendimentos resultam na precarização da força de trabalho do sujeito do campo que, não raro, é submetido a condições análogas à escravidão.

Dessa forma, a questão do uso social da água e da terra não se desvincula do entendimento sobre os modos de produção capitalista e da degradação socioambiental. Tudo isso tem sido um desafio para os apoiadores e militantes de movimentos sociais, na tentativa de exercer uma práxis contra o agronegócio e o hidronegócio, conjuntamente à práxis da defesa socioambiental.

As bandeiras do MST não se encerram na luta pela Reforma Agrária bem como, as demandas do MAB não se encerram na luta contra as barragens: apresentam como objetivo maior a superação do modo de produção capitalista. Por isso, organizam uma diversidade de lutas sociais, como, o não à transposição do rio São Francisco e as ações contra a privatização das empresas públicas (a citar as campanhas relacionadas à Companhia Vale do Rio Doce e à Petrobrás). Surgem as ações de enfrentamento direto aos monocultivos de eucaliptos, sobretudo nos estados do Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais. No âmbito internacional, há um engajamento desses movimentos sociais em lutas populares de semelhança política, principalmente na América Latina.

A luta popular contra a transposição protagonizou debates sobre o agronegócio e o hidronegócio, desenvolvidos no vale do rio São Francisco e no Nordeste, como uma estratégia de reflexão coletiva que objetivou, a partir desses debates, materializar ações contra os interesses do capital na região.

Entre as atividades da rede de resistência esteve a tarefa nada simples de compreender a complexidade de empreendimentos (implementados, em construção e em planejamento) no vale do São Francisco e de outros interligados à transposição, de forma explícita ou implícita. Do mesmo modo, a rede enfrentou o desafio de compreender a transposição e seu impacto nas comunidades locais sertanejas e, de identificar em que pontos a transposição se encontra estreitamente vinculada a outros mega-empreendimentos capitalistas, como os complexos porto-industriais, em Pernambuco e no Ceará. Tais projetos são levados a cabo na esteira de grandes interesses político-econômicos que também disputam essa água.

## 1.2 IDEOLOGIA E ANÁLISE DISCURSIVA

Vários autores têm-se debruçado sobre a categoria ideologia, desde que Destutt de Tracy cunhou o termo, em 1776, sinalizando-o como Ciência das Ideias. Para ele, essa deveria ser a primeira das ciências a funcionar como alicerce da produção de todo conhecimento (THOMPSON, 2002).

A partir de A ideologia alemã, de Marx e Engels (1997), essa categoria ganha outra noção, adquirindo uma dimensão pejorativa. Seria a ideologia o tapete da consciência social a esconder os meandros dos modos de produção capitalista responsáveis pela dominação de classe. Para os autores, o estudo da sociedade deve compreender que todo pensamento é historicamente determinado, não havendo separação entre a condição das ideias e as condições sociais e materiais nas quais elas são produzidas. A separação entre essas condições é o que determina a ideologia. Da mesma forma, não se separam a história da natureza e a história do ser humano, uma vez que são determinantes mútuos.

Nessa esfera, o surgimento da ideologia relaciona-se com a separação entre trabalho material ou manual e trabalho intelectual. A partir daí, também se formam as divisões sociais do trabalho, privilegiando o segundo em relação ao primeiro. Esse distanciamento entre produção material e produção intelectual oferece lugar para que as ideias surjam como entidades autônomas (independentes dos seres humanos), permanecendo ocultas as contradições sociais.

Esclarecem os autores que, para a classe dominante capitalista, por meio da disseminação da sua ideologia, há a vantagem de as relações a respeito da superestrutura – como, da formação da política, da construção dos sistemas simbólicos, dos valores, das leis, teologias – permanecerem parecendo apartadas da construção da infraestrutura, isto é, das relações econômicas de produção dominantes.

Na ideologia, interesses particulares e coletivos, oposição entre proprietários e não-proprietários, sociedade civil e suas lutas de classe, confundem-se como se fossem a própria sociedade dada, acabada, intransponível. Nessa cabe toda chave de hierarquia social de classe a sustentar o poder dominante, como se fosse parte de um processo natural. Dessa forma, a ideologia é o processo pelo qual as ideias de interesse das classes dominantes tornam-se as ideias dominantes de todas as classes sociais. Para Marx e Engels, a ideologia é claramente associada à questão da *falsa consciência* e às ideias dominantes, por esconderem as relações materiais de dominação.

Compreende Mézáros (2004) que “a ideologia dominante do sistema social estabelecido se afirma fortemente em todos os níveis, do mais baixo ao mais refinado” (p. 59). Discute que a ideologia não se trata de confundir o falso com o verdadeiro. Tampouco tem relação intrínseca com superstição religiosa de pessoas supostamente desinformadas,

mas é reflexo de uma “forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada” (p. 65).

Embora hegemonia e ideologia possam aproximar-se nessa formulação de Mészáros, deve-se indicar que se está utilizando o termo hegemonia no sentido ampliado de dominação pelo consentimento, tal como se tornou conhecida através da teoria marxista de Antonio Gramsci. O autor dedicou-se a compreender porque a classe dominante foi tão bem sucedida em promover seus próprios interesses na sociedade. Fundamentalmente, hegemonia é o poder da classe dominante de convencer outras classes de que seu interesse é o interesse de todos. Dominação é, dessa forma, exercida não necessariamente pela força tampouco pela persuasão ativa, mas por um poder mais sutil e dissipado por sobre a economia e por sobre os aparelhos de Estado, tais como, a educação e a mídia. Por meio desses, o interesse da classe dominante é apresentado como interesse comum e dessa forma, tornado indiscutível (ASHCROFT *et. al.*, 1998; BOCAYUVA, 1992).

Para Gramsci, uma hegemonia deve ser trocada por uma outra hegemonia, sendo essa a contra-hegemonia. Uma revolução implica a derrocada de uma hegemonia específica e a criação de uma hegemonia alternativa (WILLIAMS, 2007). Complementando essa ideia, Mészáros (2004) explica que a ideologia não pode ser *superestimada*. Ela pode se tornar socialmente ultrapassada, caso haja a construção de uma consciência política coletiva dos grupos explorados, capaz de disseminar um conjunto de valores e de estratégias para evidenciar como a classe dominante tem exercido hegemônica influência sobre os *processos materiais do metabolismo social*.

Slavoj Zizek (1996) afirma que uma ideologia não é necessariamente falsa. Seu conteúdo pode ser *extremamente preciso*, quanto mais assim for, melhor para o efeito ideológico, afinal, o que se coloca em jogo não é o conteúdo em si. Importa a maneira como o conteúdo interfere na postura subjetiva de sua própria enunciação; importa se esse conteúdo é capaz de impor a relação de dominação social, de poder e de exploração. Ela surge intrínseca e implicitamente não transparente, cuidando-se para que a lógica de legitimação da relação de dominação permaneça oculta. A crítica do autor sobre ideologia, entre outros aspectos, assenta-se no “pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil mentir sob o disfarce da verdade” (p. 14).

Thompson (1998; 2002) e Mészáros (2002; 2004) aportam reflexões críticas que se mostram esclarecedoras a esta pesquisa, como por exemplo: sobre as formas simbólicas; a construção de representações sociais; e como o domínio de meios técnicos que servem para *estabelecer e sustentar relações de dominação*, e que, então, se colocam sob o foco do estudo da mídia.

Thompson (2002) chama atenção para a importância da contextualização, quando se trata de investigar formas simbólicas midiáticas. Para a compreensão do aparato

institucional em que o meio técnico é desenvolvido, pois, como tal, é integrante de um amplo contexto, no qual complexos sistemas são coordenados entre si. Incluem-se nesse contexto, redes de difusão, políticas editoriais, legislação específica, entre outros.

É evidente nos escritos de Thompson (1998; 2002), a ideologia concebida como forma de *mobilização de sentidos a serviço do poder*, em que formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas de modo a *criar, a estabelecer, a sustentar, a apoiar e a reproduzir relações de dominação, sistematicamente assimétricas*. Esses modos perceptivos sobre a ideologia mostram-se, constantemente, nessas obras citadas de Thompson.

Para Mézáros (2002; 2004), deve-se atentar para o seguinte: a disputa pelas estruturas sociais, na qual se regulam as práticas produtivas e distributivas, configura o conflito *mais fundamental* do qual a luta de classes decorre; uma disputa que não se resolve no âmbito legislativo isoladamente. As classes hegemônicas utilizam-se de todas as estratégias possíveis para sempre estar elevando, como verdade máxima e indiscutível, a representação social do capital como *poder econômico onipotente*. E esse é um fundamento alicerce ideológico, por meio do qual se pretende naturalizar o modo de produção capitalista como determinante inevitável. Nesse sistema, impõe-se a auto-expansão da economia de mercado como prerrogativa de liberdade de consumo para todos, ocultando-se, censurando, massacrando qualquer irrupção concreta das classes dominadas de proporem alternativas viáveis para o fim da exploração perversa de uma classe social sobre outra.

Mézáros ressalta, além do caráter simbólico, discursivo, também o caráter da materialidade tangível como aspectos que sustentam a ideologia dominante. Com consequências diretas na formação de uma *consciência prática*, como se fosse dada naturalmente desde o sempre, como se fosse inevitável. Uma materialização que se processa, inclusive, pelo uso violento dos aparelhos de repressão. Para Thompson esse uso é encarado como outro mecanismo de dominação e não uma produção simbólica ideológica.

É importante frisar que Thompson difere de Mézáros em sua forma de considerar a dominação de classe como contingencial, como apenas uma das possibilidades pela qual o estudo da ideologia pode transcorrer. Essa diferença teórica pode ser claramente percebida nas duas seguintes citações transcritas. Primeiramente, destaca-se a de Thompson:

[...] É importante enfatizar que relações de classe são apenas uma forma de dominação e subordinação, constituem apenas um eixo da desigualdade e da exploração; as relações de classe não são de modo algum a *única* forma de dominação e subordinação. [...] Se devemos elogiar as preocupações de Marx com as relações de classe, *devemos também cortar o elo entre o conceito de ideologia*

e o de dominação de classe. Esse elo deve ser visto como contingente, ao invés de necessário. Ao estudar ideologia devemos nos interessar pelas maneiras como o sentido mantém relações de dominação de classe, mas devemos também, interessar-nos por outros tipos de dominação, tais como as relações estruturadas entre homens e mulheres, entre um grupo étnico e outro, ou entre estados-nações hegemônicos e outros estados-nação localizados à margem do sistema global. (1998, grifo nosso, p. 77-78).

Diferentemente, Mészáros (2002, 2004) possui uma concepção de ideologia que emana, centralmente, de um exercício crítico das relações estruturais de classe como um poderio destrutivo, instituído historicamente. Por serem tão letais, essas relações não podem ser desconsideradas fundamentais e ao sabor da rota disseminadora de seus propósitos:

[...] É por isso que o estruturalmente mais importante conflito – cujo objetivo é manter ou, ao contrário, negar o modo dominante de controle sobre o metabolismo social dentro dos limites das relações de produção estabelecidas – encontra suas manifestações necessárias nas “formas ideológicas (orientadas para a prática) em que os homens se tornam conscientes desse conflito e o resolvem pela luta” [apud: Marx, Prefácio a Contribuição à crítica da economia política]. (2004, p. 65).

Se para Thompson, a ideologia é *sentido a serviço do poder*, como estratégia exclusiva dos grupos hegemônicos, para Mészáros – apesar dele ter se debruçado, largamente, sobre os modos de disseminar ideologia pelas forças produtivas do capital – vem reconhecer também a importância das forças contra-hegemônicas, ao conceber que há outros tipos de ideologia em disputa, as ideologias emancipatórias. Elas são de suma importância para o alcance de soluções *para além do capital* em que se institui uma *ordem sociometabólica de transição*, visando a um novo modo de produção, o socialista. Essa ideologia emancipatória “questiona a viabilidade histórica da própria sociedade de classe, propondo como objetivo de sua intervenção prática consciente, a superação de todas as formas de antagonismo de classe.” (2004, p. 68).

Para esta pesquisa, que lida com a construção de representações simbólicas sobre movimentos populares, torna-se coerente concordar com a elaboração conceitual de ideologia desenvolvida por Mészáros (2002, 2004). Sua teoria busca evidenciar a cisão de classes como fator estruturante das desigualdades sociais e como fortes impeditivos para que grande parte da humanidade seja possibilitada de satisfazer suas necessidades básicas elementares.

Isso não exclui, de modo algum, as considerações sobre as desigualdades de gênero, étnicas e raciais, por exemplo, como formas de dominação ideológica, afinal, por

todas elas perpassam o poder e a política, a produção de representações, símbolos e sentidos. São constituintes inextrincáveis do mesmo macro processo histórico-ideológico de dominação.

São processos aparentemente autônomos entre si. Porém, na formação da *consciência social prática* estão agregados e subjugados ao mesmo propósito, o da manutenção do *status quo*. Grifa-se, aqui, que tais aspectos não são hierarquizáveis, como se uns se caracterizassem mais importantes que outros.

As contribuições teóricas de Thompson (1998, 2002), na confluência entre ideologia e meios de comunicação de massa, indicando esses como mecanismos privilegiados da produção e da disseminação ideológica, são bastante elucidativos dos contextos históricos da sociedade moderna.

O autor desenvolve o conceito de *mediação da cultura moderna*, esclarecendo que a ideologia é disseminada com impacto massivo, como um fenômeno de massa. Sendo assim, somente foi possível com o surgimento dos meios de comunicação de massa, pelos quais perpassam os interesses políticos e econômicos específicos de redes regionais, nacionais e transnacionais complexas. A sociedade moderna tem efetivado o ambiente mais expressivo quanto à fluidez e à velocidade com que as formas simbólicas são produzidas, reproduzidas, circuladas, recebidas e intercambiadas.

Trata-se de um fenômeno crescente, pois, cada vez mais, as formas simbólicas são mediadas pelos aparatos técnicos e institucionais da indústria da mídia. O fenômeno é ampliado dia-a-dia, de modo sem precedente, diante de cada novidade tecnológica da informação. Extrapola-se em extensão de escalas, das nacionais às planetárias, permitindo a possibilidade instantânea de difusão; encurtando a distância entre o fato ocorrido e sua divulgação a milhares de seres humanos em sociedades com culturas as mais diversas entre si, influenciando o cotidiano pessoal e coletivo.

Sobre os modos de operação da ideologia, Thompson (1998) traça um enorme e variado campo de possibilidades, de forma geral, expressos como, *legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação* (discussão desenvolvida no Capítulo 5). Nesse campo, as formas simbólicas são construídas e utilizadas para estabelecer e para sustentar relações de dominação, diante de processos que se tornam recorrentes nos meios de comunicação de massa, na fala de parlamentares e de representantes de alto escalão do Estado e/ou do capital privado, entre outros.

Mészáros (2004) acrescenta que se tratam de estratégias muito bem definidos e estruturalmente resguardados de manipulação do poder político e econômico.

Para melhor elucidar as tendências argumentativas que surgirão no contexto das matérias jornalísticas analisadas, um corpo de sugestões elencadas, tanto por Mészáros quanto por Thompson, indicam diversas possibilidades de investigar (e não únicas) como a

ideologia se manifesta diante da concretização da produção de bens simbólicos. Algumas dessas indicações de *modus operandi* da ideologia são utilizadas ao longo da pesquisa como ferramenta teórica útil à análise dos argumentos mediatizados.

Em termos práticos, para a análise dos argumentos mediatizados, vêm facilitar à pesquisa algumas das abordagens epistemológicas que, entre outras contribuições, sistematizam os modos de se operar a ideologia na sociedade moderna, caracterizada, entre outros fatores, pela crescente mediação da cultura.

### 1.3. FORMAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS ANTSSISTÊMICOS

Marx evidencia que a História e com ela seu motor, a luta de classes, sempre foi caracterizada pela rebeldia dos sujeitos oprimidos – escravos, os servos feudais, os proletários – como uma marca constante. Com o surgimento do mercantilismo, durante os processos de expansão territorial da Europa Ocidental e sua política colonizadora ao custo de infindáveis genocídios, as estratégias de resistência dos povos autóctones foram-se multiplicando, sem lhes garantir as reais condições de paz e dignidade ou, como diriam os zapatistas de Chiapas, sem lhes garantir a concretização do sonho de *un mundo donde quepan muchos mundos*.

Entre os grupos que se rebelam e que mais têm promovido demandas organizativas notam-se os movimentos sociais populares, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Esses são considerados *movimentos antissistêmicos*, para usar os termos de Immanuel Wallerstein (2008), isto é, manifestam-se na luta das classes oprimidas, orientam-se por seus projetos políticos, por planejamentos coletivos orgânicos com as classes populares trabalhadoras a curto, médio e longo prazo e pretendem tornar o socialismo uma realidade planetária.

A larga discussão que o autor realiza imbuí-se de sentido para atualizar diversos dos aprendizados e dos dilemas deixados pela prática dos movimentos sociais ao longo da formação de suas histórias. Wallerstein (2008) discute que, após a Revolução Francesa de 1789, concretizam-se as ações coletivas nas quais se inspiram os primeiros passos dos movimentos sociais antissistêmicos, dada a propagação laica do ideário da tríade Liberdade, Igualdade, Fraternidade, em todo o *sistema-mundo*. Diversos movimentos de libertação nacional se valeram desse ideário, multiplicando o nascimento de Estados-nações por toda Europa, a *primavera das nações*, e as lutas de “independência” das colônias.

A partir daí surgiram conceitos ressignificados como o de soberania, que até então estava interligado à figura do rei soberano. Ressignificado, ele passa à noção de povo soberano, ideia importante para a superestrutura do Estado e para a nacionalidade. Porém, nessa acepção há contradições, pois, ao mesmo tempo, o conceito serve ao poder

revolucionário popular e à retórica das forças de opressão dos Estados, tornando-se, mesmo, uma barreira ideológica para a fraternidade, no amplo sentido do termo, entre todas as classes oprimidas de todas as nacionalidades.

Nessa perspectiva, cabe distinguir o tipo de luta pela formação de novos Estados-nações ou pela “independência” como movimento nacional, uma vez que seus objetivos são bem diferentes, das lutas de movimentos sociais que surgiram, na segunda metade do século XIX, na esteira da insurreição francesa de 1848. Nessa, um planejamento estratégico e formas de comunicação foram elaborados para se obter êxito junto à população. Apesar da derrota dos rebeldes, se iniciou um forte acúmulo de forças que permitiu a formação da Primeira Internacional Comunista e, depois, suas diversas reedições.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, os sindicatos atuaram tentando ampliar os direitos dos trabalhadores em negociações com os industriais, por vezes, mediadas por autoridades relacionadas ao Estado. Para tanto, suas táticas foram as greves e as interrupções da produção. Enquanto isso, os partidos socialistas exerciam pressões sobre as estruturas de domínio “político” do Estado para consequentes negociações. É de supor-se que seria fácil uma simbiose entre sindicatos e partidos socialistas. Porém, rapidamente, surgiram problemas de hierarquia entre os dois tipos de organizações: de um lado, emergiu a “aristocracia operária”, composta por operários mais qualificados e remunerados, em geral conservadores nas reivindicações trabalhistas, devido a suas “posições de classe” relativamente próximas ao patronato. Com isso, as demandas ficaram cada vez mais centradas em necessidades materiais imediatistas e, agiam como se a consciência deles fosse a “tradução justa” dos anseios da classe operária, implicando no problema da *falsa consciência*. Por outro lado, os partidos socialistas cada vez mais passavam a ser representados por intelectuais de origem burguesa, com boas condições profissionais, melhor qualificados que os operários no âmbito da tarefa da organização necessária ao partido político e ocupando postos de responsabilidade. Esses começaram a se sentir uma vanguarda intelectual, sobrepondo-se arrogantemente ao comando “incorreto” da aristocracia operária.

Em resumo, aí estava presente o debate que se referia ao tipo de conquista do poder do Estado, se pela via parlamentar, gradual, por meio do voto, ou pela insurreição revolucionária. É a antiga, mas atual, crítica de Rosa Luxemburgo: Reforma ou Revolução?

De fato, o sufrágio foi uma explícita demanda da classe trabalhadora, sobre a qual, as forças conservadoras passaram a perceber que podiam obter vantagens a partir da concessão dessa exigência para cooptação dos movimentos, tornando atual, mais uma vez, o antigo questionamento: os movimentos populares socialistas devem ou não se envolver em atividades de eleições e em disputas parlamentares? Para alguns, a disputa é vantajosa, pois a grande maioria dos votantes é a população com eles identificada. Dessa forma,

paulatinamente, o Estado se inclinou a algumas das demandas da classe operária, realizando grandes *reformas*. Para outros, estava claro que a burguesia não se dobraria facilmente apenas por resultados eleitorais. Sendo assim, o operariado deveria preparar-se para a *revolução*.

Wallerstein (2008) bem lembra que, entre 1945 e 1968, pelo menos um terço dos Estados-nações encontrava-se sob a liderança política de partidos comunistas. Outro terço (no âmbito pan-europeu) era governado por partidos socialdemocratas, ainda que com alternância de poder. A oposição conservadora já havia aceito, claro que não integralmente, as ideias básicas socialistas, como, o sufrágio e a diminuição das horas de trabalho, e outras concessões sob a égide retórica do Estado de bem-estar. Em outro terço, nos países do Sul (Ásia, África e América Latina) grande parte dos movimentos de libertação nacional também havia chegado ao poder. Apesar das diversas conquistas dos trabalhadores, todos ainda tinham um grande desafio: mudar o mundo, o difícil *segundo passo*.

Esse é um dos motivos pelos quais se irrompe a revolução mundial de 1968, com os revoltosos queixando-se da incapacidade da *velha esquerda* de caminhar em direção ao *segundo passo*, ou seja, transformar o mundo depois da conquista do poder. Expressa Wallerstein:

As revoluções de 1968 (melhor dito, entre 1966-1970) foram todas derrotadas. *Mas a desilusão expressada não pôde jamais ser apagada*. As três décadas subsequentes foram vendo a queda, um a um, da maioria de ditos regimes que haviam conseguido conquistar o poder no momento do auge e no clímax dos movimentos antissistêmicos. O colapso da União Soviética de 1991 foi simplesmente a conclusão simbólica desse rechaço dos regimes da *velha esquerda*. O problema, depois de 1968, para todas as forças antissistêmicas mundiais era como reconstruir a si mesmas, mais especificamente, como voltar a revisar novamente suas estratégias políticas desenvolvidas historicamente. (2008, p. 166, tradução e grifo nosso).

Para Wallerstein, o período das revoluções ocorridas em diversas partes do globo entre 1968-1970 coincide com o início da derrocada e do *caos sistêmico* das forças capitalistas, com o que concorda Mészáros (2004), ao afirmar ser esse o marco emblemático do momento de *erupção da crise estrutural do sistema do capital*. Ele chama a atenção para o fato de que, mesmo em países de economias do centro capitalista, surge o fenômeno do *desemprego estrutural* o que até os defensores neoliberais keynesianos tiveram de admitir ser esse um problema que se aprofunda sem solução dentro das possibilidades da lógica do capital.

Ao explicitar parte das feições perversas do metabolismo da sociedade capitalista, Mészáros (2004) alerta sobre a importância de as *forças sociopolíticas de transição*

situarem-se contra a ideologia das classes dominantes. Essa dissemina, a seu favor, as benesses do acúmulo de riquezas como solução adequada para sanar todos os problemas do desemprego estrutural. É uma situação que se agrava face ao desperdício de investimentos vultosos para fortalecimento de complexos militar-industriais à revelia do atendimento das necessidades básicas dos seres humanos.

Sobre os modos de empreender a luta socialista para uma nova e *radical reestruturação do metabolismo da sociedade*, Mészáros explica que o próprio levantar desse curso revolucionário representa em si, inéditas maneiras na direção de uma “integração verdadeiramente autodeterminada dos indivíduos dentro da estrutura da ação coletiva consciente e, assim, sua emancipação em relação às cegas determinações de classe, como previa a perspectiva marxiana da nova *consciência de massa* comunista.” (2004, p. 338).

Na formação dessa *nova consciência de massa comunista*, Aguirre Rojas (2010) também concorda ser um ponto de mudanças paradigmáticas a Revolução de 1968, pois os movimentos antissistêmicos que surgiram após esse período começaram a adotar novas formas de agir em suas relações interpessoais para organizar as ações coletivas; abandonaram criticamente o antigo caráter hierárquico e quase militar que marcou o comportamento dos movimentos antissistêmicos anteriores, de 1848 a 1968.

Daí em diante, os movimentos buscam novas formas horizontalizadas e descentralizadas, recusando o mando de indivíduos “superiores”. As tomadas de decisão são discutidas em Coletivos, para então, poderem ser levadas nas vozes de todos os militantes e daqueles que são nomeados diante de um reconhecimento comum aos militantes dos movimentos, como mediadores externos, coordenadores de coletivos, ou, como existem em diversos países da América Latina, os *voceros*.

Como resume Raúl Zibechi:

Se trata de mirar el pasado para no repetirlo. Pero, sobre todo, se trata de mirar hacia adentro, hacia el interior de los movimientos. El panorama que surge, cada día con mayor intensidad, es que el ansiado mundo nuevo está naciendo en sus propios espacios y territorios, incrustado en las brechas que abrieron en el capitalismo. Es «el» mundo nuevo real y posible, construido por los indígenas, los campesinos y los pobres de las ciudades sobre las tierras conquistadas, tejido en base a nuevas relaciones sociales entre los seres humanos, inspirado en los sueños de sus antepasados y recreado gracias a las luchas de los últimos veinte años. Ese mundo nuevo existe, ya no es un proyecto ni un programa sino múltiples realidades [...] frágiles. Defenderlo, para permitir que crezca y se expanda, es una de las tareas más importantes que tienen por delante los activistas durante las próximas décadas. Para ello deberemos desarrollar ingenio y

creatividad ante poderosos enemigos que buscarán destruirlo; paciencia y perseverancia ante las propias tentaciones de buscar atajos que, ya sabemos, no conducen a ninguna parte. (2007, p. 27).

Essa nova forma mais flexível à participação e à expressão autodeterminada dos militantes torna propício um campo para a multiplicação das redes de movimentos sociais, cada vez mais articuladas às perspectivas da criação do que se configuram por “rede de redes” ou por “movimento de movimentos”.

A nova forma de agir das redes de movimentos populares e organizações sociais representa também formas complexas de redes de comunicação e de intercâmbios entre os atores sociais. Ao que compreende Alberto Melucci (1991), tratam-se das características das redes de movimentos sociais, conectadas a circuitos de solidariedade lideradas não por uma *leadership* concentrada, mas difusa, com estrutura policéfala, reticulada, segmentada. Cada vez mais se coloca em evidência o dinamismo provocado pelas novas estruturas de comunicação e o surgimento de múltiplas *redes de movimentos sociais*, com traços de funcionamento semelhantes aos de circuitos de solidariedade que mantêm sujeitos individuais e organizacionais em inter-relacionamento. Na prática, as redes de movimentos sociais utilizam estratégias para assegurar coesão e consenso, enfrentar momentos de descrença e repressão política.

Scherer-Warren (2006) considera ser necessário, ao estudo de movimentos sob forma de redes, compreender como se formam as relações sociais e suas estruturas de poder; como são democratizados ou concentrados os poderes, as tarefas, as diretrizes, e como são alicerçadas as relações de reciprocidade e de compartilhamento. É preciso, assim, ter claro que uma rede contém *e/los* mais fortes, como por exemplo, lideranças, militantes, pesquisadores, organizações de referência. É também necessário analisar como é constituída a autonomia dos mais excluídos, por vezes escondidos sob o título genérico de *povo* no discurso de mediadores.

#### 1.4 MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTÃO AMBIENTAL

A irreversibilidade do processo de destruição ambiental em curso é questão das mais preocupantes, não por forjar um determinismo histórico, e sim, pela constatação do estado de degradação atual. Uma das grandes perguntas que se faz presente nesse contexto é se um êxito da construção da nova ordem socialista alcançará, na História, algo de natureza saudável. Ainda, indaga-se se seria possível promover o socialismo diante da natureza em alto processo de degradação ambiental. A voracidade da economia capitalista do sistema-mundo deixará possibilidade de boa qualidade de vida às gerações subsequentes? Sobretudo, visto os processos bélicos que transcorrem nas produções de bombas nucleares. Para Mészáros:

Se quisermos transformar a ordem estabelecida em outra, da qual serão removidos os perigos de autodestruição da humanidade – uma ordem que seja ao mesmo tempo positivamente sustentável, de modo a prevenir a destruição no futuro desses perigos sob uma ou outra forma –, *é necessário identificar as determinações centrais do sistema atual que causaram nossas dificuldades perigosamente incontroláveis.* [...] É necessário a retificação radical para superar não somente a injustiça assustadora. Inseparável dessa dimensão moral, uma retificação radical é também uma questão de *preocupação social reprodutiva, resultante do imperativo absoluto de assegurar a sustentabilidade de uma ordem social alternativa viável.* (2004, p. 39, grifo nosso).

Visto a necessidade de identificar os fatores causais da própria possibilidade de autodestruição como prerrogativa básica de se assegurar *uma ordem social alternativa viável*, como apontou Mészáros, faz-se indispensável compreender os conflitos socioambientais como espaço de ação política.

Uma das opções aqui em perspectiva é valer-se das ferramentas epistemológicas da *ecologia política*, que combina análises da ecologia humana e da economia política, para investigar as relações estruturais de poder na sociedade, colocando visíveis os choques entre sistemas produtivos, e as mudanças econômicas a eles interligadas.

Para tanto, algumas perguntas podem orientar o corpo analítico deste trabalho, como por exemplo: quem usa os recursos em disputa, quando, como, por quais razões? A que preço e com quais impactos? Que estratégias utilizam para alcançar seus objetivos? Como distinguem aquilo que é do que não é negociável? É importante uma análise dos conflitos, pesando a equação de poder entre os grupos, suas assimetrias e antagonismos, evidenciando interesses, ideologias e símbolos utilizados. Para tanto, faz-se necessário o entendimento dos impactos ambientais ocorridos e potenciais (LITTLE, 2006).

Os conflitos socioambientais podem ser considerados um arranjo de disputas entre grupos sociais de distintos interesses e cosmologias. Esses processos influenciam os modos de inter-relacionamento ecológico, portanto, a prática de uso dos recursos naturais.

A temática *conflito socioambiental* é tanto um campo de estudos quanto de ação política. As teias de relações dos conflitos podem ocupar escalas espaciais locais, regionais, nacionais e planetárias, compondo redes específicas de atores. Deve-se observar quais atores surgem de forma explícita no conflito, mas também há os que aparecem de forma “fantasmagórica”, sem que se possa alcançá-los à primeira vista; porém, que são peças-chave nas disputas pelos recursos naturais (LITTLE, 2006).

O conceito socioambiental engloba as seguintes dimensões: a biofísica e seus ciclos naturais, as relações humanas e suas estruturas sociais e o relacionamento entre essas dimensões. Para se buscar entendê-los, é importante ter clareza de como ocorrem as mudanças no funcionamento do Estado, no setor privado, no capital especulativo, na ideologia neoliberal e nas privatizações mundiais, além da forma como se arranjam os movimentos sociais, a sociedade civil organizada e a mídia, entre outras temáticas (LITTLE, 2001).

Entre os estudos sobre conflitos sociais, há preocupações no que diz respeito ao grau de consciência e à racionalidade dos atores ativos nesses conflitos, pois, às vezes, um determinado grupo de atores é identificado como *massa de manobra* de ações coletivas, a ponto deles serem desqualificados quanto à legitimidade de suas atividades reivindicatórias frente à opinião pública.

Mancur Olson (1965), em seus escritos sobre teoria da ação coletiva e as escolhas racionais, afirma que somente quando os atores esperam proveitos diretos da ação coletiva – funções de poder ou vantagens financeiras – é que dela participam ativamente. O viés individualista e utilitarista dessa teoria torna-a bastante polêmica, uma vez que diversos movimentos sociais têm provado o contrário, na medida em que muitos dos bens a serem alcançados pela ação coletiva não são divisíveis. A ação racional não é, assim, apenas utilitarista, já que depende da construção das identidades e de solidariedades para com o grupo social ao qual se reconhece pertencer, podendo haver uma forte dimensão afetiva como motivador da participação.

Os objetos de disputa pelos quais os sujeitos envolvidos nos movimentos sociais lutam são por eles reconhecidos, bem como, eles têm consciência da importância de seus protagonismos. Por isso participam de inúmeros encontros e de grupos de estudos no interior do movimento ou nos espaços que se abrem de escolas populares de formação política. Nesse processo, cada ator tem pontos de vista próprios e até distintos, considerando o universo de seu movimento.

Em contraposição ao viés utilitarista levantado por Olson (1965), outros autores apontam os esforços dos movimentos sociais para a construção de pautas de demandas, nas quais, os ganhos têm caráter de benefícios amplamente coletivos, como nos movimentos ambientalistas que, cada vez mais, ramificam-se em suas especificidades (MELUCCI, 1991; SCHERER-WARREN, 1993). Nesse sentido, há uma tendência de ações ambientalistas que ampliam as reivindicações de ativistas estritamente voltados ao preservacionismo ecológico.

Na prática, por seu termo, o movimento ambientalista deveria abarcar, conjuntamente, as relações sociais e as biofísicas. Contudo, em geral, uma maior atenção é dada aos aspectos biofísicos, como, a proteção a determinadas espécies da fauna e da flora, e a cenários de rara beleza cênica natural. Entretanto, desconsideram-se implicações sociais, como por exemplo, as relações com comunidades locais tradicionais e/ou urbanas. Por isso, veio a necessidade de alguns movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs) sublinharem, em seu ambientalismo, o radical linguístico *sócio* como forma de explicitar suas preocupações, especialmente, com os grupos humanos marginalizados. No cenário brasileiro, principalmente pós Eco-92, emerge um rol de ações coletivas que podem ser incluídas no *socioambientalismo*, cuja abordagem almeja a sustentabilidade social planetária.

Santilli (2005) afirma que a luta no âmbito do socioambientalismo pretende, entre outras estratégias, forçar as políticas públicas, não somente as ambientais, a valorizar as comunidades locais, compartilhando com elas os processos de tomada de decisão, por serem detentoras autênticas de conhecimentos e práticas de manejo ambiental, específicas de seu ambiente.

No rol dos movimentos socioambientalistas, há aqueles que não se autointitulam necessariamente como tal, mas que, por suas articulações, podem ser assim considerados. Nesse quadro, um dos apontados é o Movimento dos Atingidos por Barragens, por incorporar o componente ambiental a suas lutas, aliando a defesa dos povos atingidos à defesa dos rios e dos ecossistemas. Ao Movimento, coube a tarefa de estudar, coletivamente, alternativas à política energética e à utilização de recursos hídricos. Assim sendo, é possível afirmar que são muitos os movimentos, como os camponeses e os feministas, que estão se *ambientalizando* e contribuindo para dar maior visibilidade pública aos conflitos socioambientais.

Os conflitos sociais envolvem processos políticos e trajetórias com interesses e valores explícitos e implícitos que distinguem cada agente. A movimentação dos processos dos conflitos pode intensificar a construção da identidade de cada grupo, bem como a criação de novas identidades. Assim, as transformações identitárias dentro de cada grupo social em conflito devem ser situadas em seus tempos históricos.

Angela Alonso e Valeriano Costa (2000) apontam que somente o cenário presente da ação coletiva não é suficiente para compreender a configuração de um determinado conflito. O modo como os atores constroem as relações de alianças com militantes, com o Estado e com a Igreja, como divulgam seus valores e como resignificam suas identidades é processual.

Para esses autores, na análise da configuração dos conflitos, é fundamental o foco na compreensão do processo político, não exatamente nos atores e grupos sociais em choque; perceber como se estabelece a estrutura de oportunidades políticas; as mudanças no ambiente político-institucional interno e externo ao Estado que interferem nas ações coletivas dos sujeitos; e, ainda, referir-se ao *poder de mobilização* dos sujeitos, sem perder de vista as *estruturas de mobilização* que possuem.

Situações em que comunidades são postas de surpresa frente às mega-obras de infraestrutura e têm conseqüentemente, que se colocar como agentes ativos em conflitos ambientais são um traço característico da realidade contemporânea mundial.

Martínez Alier (2007) explica que se tratam de conflitos estruturais planetários, oriundos de projetos desenvolvimentistas e de desigualdades relacionadas ao direito de acesso e de propriedade à terra, à água e aos demais recursos naturais, dos quais as comunidades locais têm sido excluídas. É um conjunto de enredos de conflitos dos quais emergem forças reivindicatórias, às quais ele designa de *ecologismo popular*, *ecologismo dos pobres*, ou *movimentos por justiça ambiental*.

São, em geral, grupos que defendem a natureza de maneira indissociável da luta pela existência, de seus *modus vivendi* e de suas cosmologias (LITTLE, 2006). A partir do tecido reivindicatório desses movimentos, Martínez Alier suscita questões desafiadoras para as novas investigações e que, nesta pesquisa, se pretende inseri-las de modo transversal: *que linguagens são possíveis de perceber-se entre os efeitos de convencimento? Que sistemas de valores estão em jogo? Como os direitos humanos são defendidos nessas lutas?*

#### 1.5 SILENCIAMENTO DOS SUJEITOS E AS RELAÇÕES NORTE/SUL, NORDESTE-SUL/SUDESTE, SERTÃO/LITORAL

A confluência de forças sociais que resistem à transposição do São Francisco possui um caráter que pode ser esclarecido quando em seus discursos, é observado frente ao silenciamento do dominado que analisa Paulo Freire, interligando-se aos diferentes níveis de consciência na realidade latino-americana.

Freire (2001) desenvolve uma linha teórica baseada na crítica à *cultura do silêncio* para denominar formas peculiares de consciências dominadas, postas em relação dialética a uma “cultura dominante”.

Explica que se forma um forte imaginário por meio dos processos ideológicos inculcando em todos que o Primeiro Mundo tem, em si, seu Terceiro Mundo, suas classes dominadas com sua cultura do silêncio. No entanto, essas formam uma totalidade dominante, repercutindo o mito de sua *superioridade natural*. Um sentimento de que podem fazer prevalecer suas vontades sobre todos do Terceiro Mundo. Da mesma forma, incute-se que o considerado Terceiro Mundo tem seu Primeiro Mundo, com suas classes dominantes, não obstante, subordinadas ao Primeiro Mundo como ventríloquos da “voz imperial”. Essas classes dominantes do Terceiro Mundo possuem suas classes ainda mais subalternas que, em conjunto, formam uma totalidade dependente, repercutindo o mito de sua *inferioridade natural*. A superação da cultura do silêncio para as classes dominadas do Terceiro Mundo está na ação revolucionária capaz de transformar suas estruturas.

Assim como em diversos países da América Latina, no Brasil, há uma situação de *colonialismo interno*. Evidencia-se uma metrópole interna (especialmente localizada no Sul, no Sudeste e na capital do país) e uma colônia interna (no Norte, no Nordeste e em parte do Centro-Oeste), mediadas por uma *sempre móvel fronteira interna*, subjugadas ao capital transnacional.

No que diz respeito ao Nordeste, essa relação – Nordeste *versus* Sul/Sudeste – é bem perceptível, e a mobilidade dessa fronteira interna também reflete o dualismo sertão *versus* litoral (do próprio Nordeste). Tem-se a criação do sertão como o lugar que, a partir da destruição de seus povos, permite o nascimento da civilização nacional. As populações sofrem o êxodo rural, seja pelos efeitos políticos relacionados, de certo modo, ao fenômeno climático da seca, seja pelos grandes projetos de infraestrutura desenvolvimentistas.

No caso do sertão nordestino, o esforço de criação de imagens e a apropriação do significado da coletividade dos grupos sertanejos são caudatários de nomes como José de Alencar e Euclides da Cunha, literatos concebidos como grandes tradutores da realidade. Esse último, em um de seus escritos, chega a mencionar a transposição do São Francisco como solução às secas: “[...] até mesmo uma provável derivação das águas do São Francisco, para os tributários superiores do Jaguaribe e do Piauí, levando perpetuamente à natureza torturada do Norte os alentos e a vida da natureza maravilhosa do Sul.” (CUNHA, 1907, p. 40).

Esse trecho, que descreve e simboliza o Nordeste como um lugar do inóspito, do sofrimento, da natureza torturada, e coloca o Sul como o lugar da maravilha, aparece em diversos documentos oficiais da transposição. Na região Nordeste, há a instituição governamental centenária, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), que historicamente está vinculado à construção do projeto de transposição. O Dnocs reproduz narrativas como essas e cria outras com base nos “problemas da seca e de suas populações incapacitadas de soluções próprias” para implantar inúmeros açudes “públicos”,

poços artesianos e projetos de irrigação. Os grupos dominantes recriam a seus modos e interesses, concepções do que é a maneira como as populações do semiárido vivem e como querem viver.

Para tornar o Nordeste objeto sempre explorado, há uma elite que: a) projeta-se como legítima para pensar pela população sertaneja, como se essa sempre estivesse concordando com ela e fosse passiva para receber seus projetos; b) supostamente onisciente dos desejos e necessidades da vida na região; c) menospreza e ridiculariza a possibilidade de diálogo com os movimentos sociais populares.

Pensadores que se identificam com espaços situados na borda ou fora do Ocidente, cada vez mais, tratam a modernidade como sinônimo de situação colonial. Algo que Mignolo (2003) deixa claro ao sempre grafar *mundo moderno-colonial*, lembrando que a constituição do *sujeito soberano europeu* foi possível graças à constituição da mercantilização no circuito Atlântico.

Em que pese toda consciência ser cindida e fragmentada, essa ideia de Mignolo é esclarecedora, por marcar posições diferenciadas dentro da América Latina. Os sujeitos nacionais têm suas identidades situadas dentro das respectivas realidades, mas “sempre” curvando-se ao olhar da elite branca europeia, formando-se uma dupla consciência branca. Esse processo gerou, no período pós-independência, o *colonialismo interno*: “a diferença nacional exercida pelos líderes da construção nacional” (2003, p. 68), pela dupla consciência *americana* e *europeia* desses líderes, fazendo desaparecer os sujeitos (o Outro) que, criam um discurso ventríloquo conforme interesse do Centro, aos quais estão a espelhar-se.

## 1.6 A GRANDE MÍDIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES

Antes e durante o período de ditadura militar, era comum ver os movimentos sociais retratados em páginas policiais jornalísticas. Com o movimento Diretas-Já pela abertura política no Brasil, e com o desenvolvimento de fortes movimentos sociais camponeses em meados da década de 1980, houve um deslocamento no modo como os movimentos estavam sendo representados na grande mídia. Isso pode ser considerado uma conquista na disputa de espaço midiático ao começarem a receber status diferenciado, e uma melhor visibilidade, surgindo em páginas consideradas nobres dos jornais impressos, em cadernos voltados a assuntos políticos. Ainda que o viés apresentado sobre os movimentos camponeses muitas vezes viesse a denegri-los isso era concebido sob uma forma menos pejorativa e desrespeitosa que os formatos publicados a partir do final da década de 1990.

Gohn (2000) faz uma análise, dentre outros aspectos, sobre como as marchas do MST de 1997 e 1998 foram retratadas pela grande mídia. As matérias jornalísticas e as reportagens televisivas sobre a Marcha a Brasília, organizada pelo MST, de fevereiro a abril

de 1997, obtiveram importantes espaços nos veículos de comunicação massivos. Esses cobriram todos os dias da Marcha de forma a retratar o Movimento e seus militantes de forma positiva e respeitável.

Ainda que as coberturas jornalísticas desse período tenham situado o MST como uma força social isolada, tachando outros movimentos participantes da Marcha de *surfistas* na mobilização dos sem-terra, a grande mídia contribuiu para divulgar uma imagem a favor de suas reivindicações. Acredita-se que a opinião pública brasileira tenha sido influenciada por esses eventos midiáticos contribuindo, dentre outros motivos, para que o MST avançasse em apoio e em simpatia por parte da população brasileira.

Após o período da Marcha a Brasília e com a posição do governo FHC em defesa da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, era necessário ao setor político dominante brasileiro neutralizar as ações coletivas contra a privatização. Nesse contexto e dentre outros motivos, a próxima marcha do MST, a de 1998, decresceu muito em termos de espaço midiático em relação à Marcha de 1997. Coberta somente a partir do dia anterior de sua chegada a Brasília e, grande parte do tom promovido foi o de desqualificar o Movimento. Um processo que tem se agudizado a cada dia.

A partir de então – apesar do movimento ter crescido em conquistas e organização –, em espaços da grande mídia nacional, cada vez mais, retrata-se o MST de forma a depreciá-lo e a criminalizá-lo, prejudicando sua imagem frente à opinião pública. Contribuindo para que parcela considerável da população brasileira, antes simpática às práticas do movimento, passasse a percebê-lo de modo diferente, devido aos escritos e imagens midiáticos que vem retratando-o como grupos resumido a invasores e a arruaceiros. Gohn comenta: “Nunca as conquistas e os bons resultados dos assentamentos agrícolas já consolidados foram divulgados como manchetes. Todos os destaques passaram a ser para os acampados recém-invasores” (2000, p. 141).

**CAPÍTULO II**  
**O PARTIR DAS ÁGUAS**  
**DA CANALIZAÇÃO À TRANSPOSIÇÃO,**  
**A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-DISCURSIVA**

2.1 A DISCURSIVA HISTÓRICA: A CANALIZAÇÃO DO S. FRANCISCO NO SÉC. XIX

2.1.1 A RETÓRICA DA TRANSPOSIÇÃO COMO SECULARIZAÇÃO DE UMA PROMESSA

O levantamento de dados sobre as primeiras ideias e planos de desenvolvimento de obras de engenharia para transpor o rio São Francisco oferece elementos para o delineamento de um cenário sociohistórico sobre o atual Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf), considerado o maior projeto infraestrutural em termos de estratégias para o “desenvolvimento” da economia do Nordeste. Ao ser contemplado na primeira edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no governo Lula, a transposição estava orçada em R\$ 4,5 bilhões. No PAC 2, no governo Dilma Rousseff, a obra já possui orçamento previsto em R\$ 8,8 bilhões.

É interessante perceber que, na tentativa de concretizar o projeto, os arautos mais destacados na defesa da transposição, como o presidente da República e ministros à frente da Integração Nacional, utilizaram retóricas que simbolizam a transposição dentro da representação de uma promessa secularizada, portanto, de um projeto não cumprido, desde o Brasil Império, e, ao mesmo tempo, enobrecendo figuras históricas.

Dessa forma, percebe-se que o projeto é construído dentro de uma narrativa que o identifica, entre outros referenciais, como de criação do governo imperial e, mais que isso, forjado como se tivesse sido concepção do próprio imperador D. Pedro II. Qual a vantagem do uso imagético da nobreza imperial ao reportar-se à atual transposição?

Essas são algumas das questões que, inicialmente, surgem e que se projetam em entrelaço com o uso social da água no Nordeste. Para exemplificar, a seguir destacam-se, trechos de alguns discursos do presidente Lula:

Não tem estado doador e estado receptor. A água é criada pela natureza, o rio é federal, o rio, portanto, é um rio de integração nacional. Nós estamos apenas fazendo aquilo que D. Pedro queria fazer em 1847. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 15 out. 2009, p. 3).

[...] Eu lembro, esse projeto não é novo. Você está lembrado que esse projeto é de 1847, ou seja, dom Pedro era imperador e não conseguiu fazer, porque as forças ocultas eram muito fortes. E nós fomos com jeito, primeiro mandamos o Zé Alencar [então, vice-

presidente da República] fazer um trabalho de campo [...]. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 15 out. 2009, p.10).

Hoje é 14 de dezembro [de 2010]. Eu, a dezesseis dias de deixar a Presidência da República, venho aqui quase me despedir de vocês, porque a gente poderia ter feito um grande comício, mas eu não queria fazer comício, eu queria só vir aqui visitar a obra, porque esta obra é uma das paixões da minha vida. Esta obra... é importante vocês lembrarem que D. Pedro, imperador deste país, tentou fazer e não conseguiu. Eu digo sempre que o Lula de dona Lindu conseguiu fazer a obra que o Imperador, filho do rei Dom João VI, [...] não pôde fazer. Então, porque isso demonstra que é vontade política. Quando você decide fazer, você faz e acontece. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 14 dez. 2010b, p. 3).

Nós estamos fazendo uma obra aqui, companheiros, e toda a vez que você olhar este canal, cada vez que vocês olharem este canal, vocês irão lembrar que, em 1847, Dom Pedro tentou fazer este canal. Ele era imperador do Brasil e não deixaram ele fazer. E, quase 150 anos depois, nós estamos fazendo essa obra tão necessária a milhões e milhões de nordestinos. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 14 dez. 2010a, p. 3).

O uso da imagem de D. Pedro II é realizado com cuidado patriótico – o imperador foi impedido por *forças ocultas* de realizar a obra –, causando um efeito discursivo como se a obra da transposição tivesse sido sempre esperada desde tempos remotos. Para então, emergir, modestamente, um herói atual, o próprio presidente, para realizar, por “vontade política”, a redenção dos males da seca. O imperador impedido de executar a obra foi honrado pelo herói nordestino-operário-presidente, que explicitamente proclama ser essa obra *uma das maiores paixões da vida*, ou seja, de seu especial orgulho e importância política. Assim ele declarou na véspera de transferência do cargo presidencial, momento em que os presidentes costumam indicar, desde seus pontos de vista, sobre o que deve o Estado realizar de mega-empresendimentos infraestruturais.

A utilização de retóricas anacrônicas em que se tomam emprestados personagens do passado, transformando-os em totens heroicos no presente, no intuito de legitimar propostas políticas de líderes carismáticos, foi discutida por Karl Marx, em O 18 Brumário. Aqui auxilia sua reflexão para compreender esse mecanismo discursivo que ainda se reatualiza:

[...] exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial. (2011, p. 26-27).

Dessas enunciações, destaca-se a força do uso das imagens que aludem ao Brasil Império. Em primeiro lugar, o discurso de que o “honrado” D. Pedro II, o mesmo sobre quem frequentemente lemos e ouvimos, teria dito que, se fosse preciso, *venderia até a última joia da coroa para sanar os problemas da seca no Nordeste*.

Muitas vezes, isso é repassado automaticamente para acabar não exatamente com a problemática da seca, mas para levar a cabo a própria construção da transposição, como nesta declaração do ex-ministro da Integração Nacional, no período do governo FHC, Fernando Bezerra, que, em 2003, estava como senador do Rio Grande do Norte (estado considerado receptor das águas a serem transpostas):

Esse projeto é tão antigo quanto as secas no Nordeste e vem sendo adiado há mais de 150 anos. [...]. Deixá-lo para mais tarde é condená-lo ao fracasso, mais uma vez, desde que D. Pedro II determinou os primeiros estudos, em 1852, afirmando que a obra era tão importante que, se necessário, venderia as joias da própria Coroa para financiá-la. (BEZERRA, 06 out. 2003, p. 1).<sup>2</sup>

Percebe-se que a prática ideológica da classe política dominante brasileira do século XIX, sob os auspícios monárquicos e depois recém-republicanos, interliga-se à prática ideológica do início do século XXI. Entende-se que as classes sociais não são unívocas mas heterodoxas, seja dominantes ou dominadas, e que existem interlocutores dessas classes que são incumbidos de salvaguardá-las diante de seus interesses. Embora não sejam nem representem totalidades, existem recriações e representações sociais que fazem com que grupos dominantes permaneçam materialmente privilegiados.

A intenção é observar a ideologia como fruto de um sistema de valores que se consolida atrelado a fatos, a enredos, a narrativas e a simbologias, a partir dos quais é possível compreender parte das argumentações básicas, criadas pela classe hegemônica para legitimar a transposição como uma política defensável.

A metodologia da análise de discurso então aplicada neste capítulo conecta a base de dados históricos obtidos em documentos oficiais e em análises de historiadores, com parte da atual narrativa sobre a história da transposição, encontrada nos documentos do Pisf, nos discursos oficiais do governo e em jornais escritos da grande mídia.

As primeiras ideias sobre a possibilidade de canalização do rio São Francisco foram criadas por uma elite provincial cearense relacionada à corte imperial, que inicialmente não

---

<sup>2</sup> As citações referentes aos conteúdos jornalísticos são aqui referenciadas com data completa (dia, mês, ano) nos textos. Esse formato impede que as referências sejam facilmente confundidas, pois, um só autor poderia receber a indicação 2005a, 2005b... 2005m. As matérias da Folha de S.Paulo, além de surgirem na referência geral da tese, também estão organizadas por ordem cronológica (Apêndice A). Quando a referência for da Folha de S.Paulo poderá surgir a indicação de página como “p. 1”, isso implica dizer que a informação foi extraída diretamente do sistema de busca virtual da Folha.com, o qual fornece o texto da matéria, porém, sem indicar sua página de publicação no jornal impresso.

correspondeu com interesse ao projeto, não vislumbrando a possibilidade de lucro rápido em seu benefício, como ocorria com a exploração das minas de ouro e de diamante. É de considerar-se que havia a barreira imposta pela própria limitação técnica, quando, no Brasil, mal se registravam as canalizações de esgotos das cidades mais populosas. Mais tarde, constrói-se uma identidade para o rio São Francisco, alcunhado de rio da *unidade nacional*, depois, de rio da *integração nacional*, nomenclatura bastante utilizada nos discursos sobre a transposição.

No âmbito da fabricação de representações simbólicas no imaginário coletivo brasileiro, emerge o ideário de *unidade* e de *integração* associados à categoria nacional como significados-chaves para a legitimação dos grandes projetos no rio São Francisco. As retóricas alusivas ao *interesse da nação* têm-se mostrado corolário de poder do Estado, em que, na construção social, tem-se dogmaticamente mantido como elementos de legitimidade na hierarquia simbólica das culturas modernas.

Como ponto peculiar a ser observado na história da transposição, quanto a características envolvendo as relações sociais entre indivíduos das classes privilegiadas, nota-se o Ceará como um *locus-protagonista* especial. A partir do Ceará (também em sua época de província) diversos atores criam e recriam argumentos de defesa da obra. A relação de atores políticos locais com atores políticos, como da corte ou da presidência, estabelece uma dinâmica de “doação ou repasse” das ideias originárias do empreendimento a indivíduos representantes do poder político central. Esses últimos “adotam” a obra e submetem-na a suas redes de interesses econômicos locais, nacional e transnacional.

As elites políticas locais são privilegiadas de diversas formas: pela possibilidade/concretização de financiamento da obra; com o estreitamento de laços sociais com grupos mais poderosos; com a cooperação mútua entre indivíduos para a manutenção e o fortalecimento de determinados grupos no poder político; com a facilidade de legitimar institucionalmente o megaprojeto, por ele estar vinculado, seja ao governo imperial seja ao governo federal, e às respectivas personalidades carismáticas (o imperador/o presidente, e outros); com a “garantia de barreiras” que se parecem, praticamente, intransponíveis à contestação política de grupos opositores, devido às contradições materiais, jurídicas e militares.

As primeiras ideias a respeito do que atualmente nomina-se de transposição/integração do rio São Francisco emergiram no início do século XIX, quando o assunto era designado de *canalização do rio de São Francisco*. A partir de então, surgiram idealismos de grupos políticos, de engenheiros e de pessoas da comunidade científica, movidos menos pela “vontade política” em atender as necessidades básicas da população e mais pelo interesse de serem privilegiados com o processo: na aceitação deles e de suas

ideias por grupos sociais politicamente dominantes. Desse modo, tampouco tem a ver o surgimento dessas ideias com a vontade política e pessoal de D. Pedro II.

Se existem documentos em que se pode averiguar uma clara argumentação, desde o ponto de vista da ordem dominante naquilo em que é defendido e silenciado, esses documentos são os de *estudos de impacto ambiental*. Eles moldam e distorcem histórias para a persuasão da opinião pública. Seus conteúdos expressam a ideologia do poder hegemônico. Reflete parte, pois não é unívoco, do pensamento do corpo de funcionários e políticos que defendem o projeto. Esse pensamento se refletirá em informações disseminadas por numerosos meios de comunicação de massa que compartilham seus interesses. O seguinte trecho foi retirado do Relatório de Impacto Ambiental do Pisf:

A seca de 1877 a 1879 dizimou a economia da região, afetando mais de 1,5 milhão de pessoas e matando centena de milhares de brasileiros. O Governo Imperial, embora sensível à tragédia, não teve meios de minimizá-la. (BRASIL, MI *et. al.*, 2004b, p. 2.19).

Interessa salientar que toda narrativa – nesse caso específico, no que se refere às narrativas para ilustrar os grandes empreendimentos – é produzida com a intencionalidade de transparecer ao público geral uma racionalidade de que o projeto é defensável, como se não houvesse melhor saída para os problemas sociais que o empreendimento materializado.

As argumentações que introduzem o projeto de transposição do rio São Francisco na história do país são carregadas de valores simbólicos, pautados em uma visão elitista. Por vezes, incorporam uma imagem simbólica, como se o governo imperial tivesse sido sensível aos problemas sociais relacionados ao fenômeno das secas no Nordeste. Parte do reflexo do discurso praticado nos livros didáticos de história que retratam o Império envolto de uma aura heroica e bondosa. Seus personagens “proclamam a independência” do Brasil, “libertam os escravos”. São representados como símbolos patrióticos a zelar. Há uma confluência de qualidades atribuídas ao Império “notavelmente bondoso” com a construção da noção de que ele somente não executou a transposição devido aos aspectos técnicos. Como se a ele devêssemos o “Real” legado do projeto, ao passo que se transmite um sentimento de que devemos, toda a nação, honrar essa dívida histórica.

Ainda que a análise dos dados históricos comprove que D. Pedro II não tinha vínculos pessoais ou interesse em construir uma canalização de águas do rio São Francisco ao rio Jaguaribe no Ceará, sua imagem é usada para reiterar que se deve de todas as formas levar a cabo a promessa da transposição assim secularizada. Narrativas como a seguinte, à época em que no governo FHC, a obra havia sido adiada, e depois, no primeiro mandato do governo Lula, foram por diversas vezes repetidas em veículos como a Folha de S.Paulo:

Planejado e adiado desde o reinado de d. Pedro 2º, o projeto de transposição previa a construção de uma espécie de rio artificial [...]. A Folha apurou que, para evitar choque com as bancadas dos Estados beneficiados, o governo poderá manter a obra em suas previsões para o ano que vem. Mas será jogo de cena. (TRAUMANN, 29 jul. 2001, p. 1).

Ainda exemplificando, como na abertura do primeiro editorial da Folha de São Paulo sobre a transposição (1º editorial analisado no Capítulo 5) em que repete a criação do ano de 1847 (época na qual Dom Pedro II tinha apenas 20 anos), como uma data fundacional da primeira ideia política sobre a transposição, assim como, verifica-se nos discursos de Lula citados anteriormente:

O governo pretende iniciar em breve o projeto de transposição das águas do rio São Francisco, que, idealizado pela primeira vez em 1847, ganhou desde então várias versões. A atual prevê que uma fração, segundo o Ministério da Integração Nacional correspondente a 1% do volume da água que o rio despeja no mar [...]. (ÁGUAS DO SÃO FRANCISCO, 20 fev. 2005, p. A2).

#### 2.1.2 A IDEIA DE CANALIZAR O S. FRANCISCO: NEM HALFELD NEM D. PEDRO II

Segundo Luiz Cruz Lima (2005), teria sido o padre carmelita João de Santa Rosa o responsável por enviar carta-documento a D. João VI, solicitando a canalização do rio São Francisco ao rio Jaguaribe. Assim, D. João VI teria encarregado D. Pedro I para dispensar atenção ao assunto. Esse, por sua vez, teria ordenado ao presidente da província do Ceará, Costa Barros, que verificasse as reais possibilidades de empreender a canalização. Todavia, frente ao movimento emancipacionista da Confederação do Equador de 1824 em diversas províncias do Nordeste (Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte), essas atividades teriam caído no esquecimento.

Como documento histórico, seguramente, um dos primeiros a citar a temática da canalização do São Francisco, e ainda como inserção de um comentário, foi a pesquisa desenvolvida entre 1852 e 1854 pelo engenheiro alemão radicado no Brasil, Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld, mais conhecido por Henrique Guilherme Fernando Halfeld.

Os estudos de Halfeld (1860) se voltavam para a análise sobre o potencial de navegabilidade do rio São Francisco e de seus afluentes, resultando no livro *Atlas e relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco desde a Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlantico: levantado por Ordem do Governo de S. M. I. O Senhor Dom Pedro II*.

Segundo versões atuais, o imperador teria se sensibilizado diante das fortes secas no Nordeste, encomendando a Halfeld estudos para a realização, (ou a própria obra de engenharia) da canalização São Francisco-Jaguaribe. O que Halfeld pretendia com o seu

estudo era tornar a calha do rio São Francisco e de seus afluentes objeto de lucratividade para o governo imperial, por meio da cobrança pela navegação no rio São Francisco, e pela abertura de uma via de transporte fluvial, para otimizar o escoamento de matérias-primas com vistas ao convencional mercado europeu.

Para tanto, o relatório de Halfeld indicava a necessidade de realização de centenas de obras no rio São Francisco, prevendo-se a construção de eclusas (como nas cachoeiras de Pirapora, de Sobradinho e de Paulo Afonso) e a dinamitação de rochedos ao longo de todo o curso do rio. Foram calculados os gastos para financiar cada obra, bem como, para manutenção das eclusas e salários dos trabalhadores, além de recomendações para uso de embarcações a vapor. Coube, entre o conjunto do relatório, apontar aspectos climatológicos, geológicos, alguns dados sobre a vegetação e a ictiofauna e não faltaram observações sobre os hábitos das comunidades ribeirinhas, como, os tipos de barcos utilizados em atividades de pesca e transporte, limitações mercadológicas, cultivos e produtos, em geral, comercializados no São Francisco. Todo o estudo estava orientado para o desenvolvimento mercantil da Coroa.

Supõe-se que, devido à proximidade de Halfeld com o governo imperial que ele costumava ser procurado por políticos provinciais ávidos por executar grandes obras, como o fez Marcos Antonio de Macedo, na ocasião, deputado provincial do Ceará. Macedo escreveu sobre aspectos geológicos e sobre a seca no Nordeste, bem como sobre a navegabilidade do São Francisco. Resultam de seus escritos as primeiras ideias mais próximas à sistematização de um projeto sobre a canalização do rio São Francisco à bacia hidrográfica do rio Jaguaribe. Sendo, exatamente, sobre isso o que Halfeld (1860) comenta em seu famoso relatório.

Isso faz com que muitas vezes o comentário de Halfeld sobre as ideias de Macedo seja transformado, equivocadamente, por alguns autores, como se tivesse sido o próprio Halfeld o autor dos primeiros estudos sobre a transposição.

Estudando as origens da canalização do rio São Francisco, Eduardo Campos (1981) concorda que Macedo foi um dos maiores entusiastas da obra. Para Campos, originalmente a ideia partiu do padre carmelita João de Santa Rosa, quando em estada no Cariri entre 1818-1820. Logo depois, o ouvidor José Raimundo de Passos Porbem Barbosa viajou para a comarca do Crato onde foi convencido da empresa, mandando realizar cálculos. Depois de uma viagem à Europa, Macedo empreendeu estudos *in loco* no São Francisco, em 1939, para verificar de onde partiria as águas do rio São Francisco a serem canalizadas.

Foi a respeito desse estudo de Macedo que Halfeld (1860) emitiu comentário concordando e colocando-se confiante ante a possibilidade da obra:

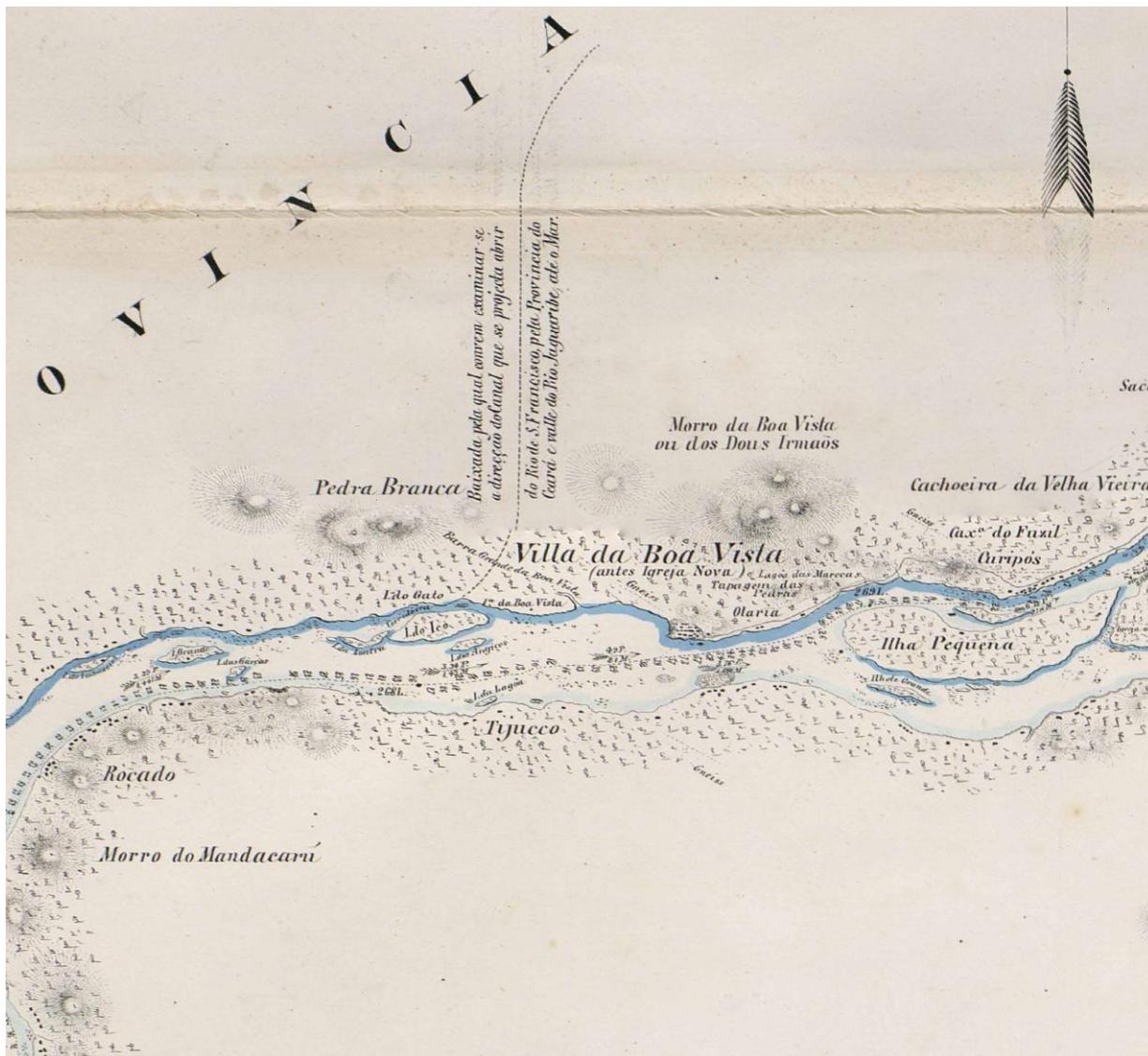
#### 268º LÉGUA

Continúa a seguir o canal melhor proximo ao barranco da margem direita ao encontro de muitas pedras, das quaes póde-se desobstruir a sua linha com o dispêndio de 2:000\$000. Á esquerda desta fica a ilha da Quixába, do Imbuzeiro, a ilha Grande, a das Garças, da Lontra, e a do Icó. *É neste ponto, onde as pessoas ilustradas, particularmente, o Dr. Marcos Antonio de Macedo, julgaõ que será possível tirar e conduzir-se do Rio de São Francisco um canal em direção para o riacho dos Porcos, e canalizar-se este até a sua confluencia com o riacho Salgado, e este até a sua embocadura no rio Jaguaribe, e finalmente deste rio até a sua foz no mar.* O projeto é gigantesco, porém se fôr possível conseguir-se a sua execução, terá o benefico resultado de incalculavel trancendencia para a província do Ceará, Pernambuco, Piauhy, Goyaz e particularmente para a província do Ceará que, de primeira mão receberá o benefício da facil comunicação comercial do mar para o interior do imperio e vive-versa, e aproveitaria as águas do Rio de S. Francisco para a irrigação de suas terras, como meio mais certo e efficaz de providenciar contra o horriavel flagello das grandes seccas que lá, casi annualmente, poem em consternação grande parte dos habitantes daquela provincia; mas também a communição directa do mar para o Valle do Rio de São Francisco, e dos seus tributários seria o maior impulso afim de acordar a indústria, que em profundo lethargo jaz naquelas regiões, e de promover a felicidade dos seus habitantes. A certeza sobre a probabilidade de poder-se executar aquelle projecto depende em primeiro lugar de um exactíssimo nivelamento da linha, que tem de seguir o futuro curso do canal tirado do Rio de S. Francisco, e que convem começar no braço do dito Rio, que passa entre a sua margem esquerda e a ilha do Icó, meia légua acima da villa da Boa Vista [atual localização de onde parte o eixo Norte da transposição, em Cabrobó-PE], e dirigi-lo com constante aproveitamento do terreno, que melhor se oferecer para a execução da intencionada empreza para a baixada da Serra do Araripe, e desta para as vertentes do riacho dos Porcos, riacho Salgado e rio Jaguaribe abaixo até ao mar. Se a serra do Araripe não pôser obstáculos invencíveis à exiquibilidade deste gigantesco projecto, neste caso apoiando a minha convicção sobre observações feitas e informações obtidas, tenho a persuasão de que não haverá outros, que por sua natureza possão impedir a sua execução; para mais alguns esclarecimentos relativos a esse projecto apresento junto a essas linhas, o original de uma carta e a planta que (a meu pedido) o Dr. Marcos Antonio de Macedo me fez obzequio de communicar. (p. 36).

A partir dessa citação, pode-se perceber algumas das características técnicas e simbólicas do projeto que se seguem atualmente: a dimensão do projeto esboçado já ostentava um *gigantismo* em engenharia; a ideia do projeto alardeava uma política heroica de combate ao *flagello da secca* e; justificava-se a obra devido a um importante impulso à organização da produção agrícola irrigada e ao progresso da indústria, que como comentado, encontrava-se em *profundo lethargo* na província do Ceará. Além disso, as ideias voltavam-se para beneficiar particularmente o Ceará, não se notando, com igual importância, outros estados que de idêntico modo fazem parte do domínio morfoclimático da caatinga. A narrativa básica criada no século XIX, para enaltecer e justificar um projeto de transposição do rio São Francisco, em grande medida persiste até hoje.

Dessa forma, observa-se que se tinha, na ocasião, uma hipótese indicando a localização geográfica dos pontos de saída do canal do rio São Francisco e dos subsequentes caminhos fluviais considerados mais adequados para receber as águas transpostas. Verifica-se, em um dos mapas elaborados por Halfeld (1860, mapa 22), o apontamento sobre o local que Macedo lhe indicou como o ponto de onde, supostamente, partiria a canalização do São Francisco (Ilustração 1). Halfed ressaltava que a projeção necessitava de comprovações de estudos futuros. Assim, lê-se: “*Baixada pela qual convém examinar-se a direção do Canal que se projecta abrir do Rio de São Francisco, pela provincia do Ceará e valle do Rio Jaguaribe*” (1860, p. 36).

Ilustração 1. Detalhe do mapa de Halfeld (1860) indicando o ponto de partida para a canalização do rio São Francisco ao rio Jaguaribe, conforme apontou Marcos Antonio de Macedo



Fonte: Halfeld (1860, mapa 22).

Obs.: O mapa de 1860 aponta o local estudado para uma possível saída da canalização do rio São Francisco em Villa da Boa Vista, atual Cabrobó (PE), coincidindo com o mesmo local de onde atualmente parte o Eixo Norte da transposição do São Francisco em direção ao rio Jaguaribe, no Ceará.

Cabe mencionar que a localização do roteiro da antiga transposição baseava-se em uma acertada planimetria, uma vez que o antigo traçado permanece muito próximo ao atual do Pisf, visto o percurso do Eixo Norte que parte de Cabrobó e vai em direção aos rios Salgado e Jaguaribe, ao que foram acrescentadas ramificações, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. No século XIX, a dúvida sobre a engenharia da canalização pairava sobre como seria possível a adução sobre um obstáculo natural, a serra do Araripe. Hoje, isso

somente é possível graças às tecnologias hidráulicas de bombeamento de água, e que demandam grande quantidade de energia elétrica. Essa era uma efetiva limitação técnica para o século XIX.

Convém esclarecer conforme já afirmado, que é comum, em atuais discursos políticos e técnicos sobre a transposição, deparar-se com atribuições a respeito das aspirações pessoais de D. Pedro II de levar a cabo as obras da canalização do rio São Francisco ao rio Jaguaribe, porém, não existem documentações para comprovar esse fato. O que possivelmente tenha causado a confusão é que o trabalho de Halfeld foi financiado pelo imperador.

Contudo, cabe esclarecer que além de Halfeld não ter estudos sobre canalização do rio – ainda que seja essa uma ideia disseminada em documentos ao longo de todo governo republicano e nos meios de comunicação –, tampouco, há registros de que D. Pedro II tenha solicitado pesquisas para subsidiar futuras obras de canalização. Ao fim e ao cabo, a canalização do São Francisco nunca obteve crédito oficial como projeto do governo imperial.

Dessa forma, verifica-se a criação de fatos históricos que não ocorreram, que são repetidos em artigos oficiais e nos meios de comunicação. Nota-se que a ideia esboçada pelo deputado provincial Marcos Antonio de Macedo, sobre uma possível canalização do rio São Francisco, comentado e apoiado em relatório pelo engenheiro Guilherme Halfeld, passa a ser, em algumas das atuais narrativas políticas, um projeto deliberado pela vontade do governo imperial ou pelo próprio D. Pedro II.

O objetivo desta pesquisa não é alcançar o quando e por quem essas transformações narrativas, distorcendo os papéis dos sujeitos e da história, foram exatamente criadas e, posteriormente, apropriadas pelos diversos meios oficiais e pela mídia. Interessa salientar que, as narrativas legitimadoras de um grande empreendimento infraestrutural são criadas com a intencionalidade de transparecer ao público geral, o sentido de que a obra é defensável, de que não há melhor saída para os problemas sociais que o projeto a ser materializado.

### 2.1.3 DA COMISSÃO CIENTÍFICA À MEDIATEZADAÇÃO DA NARRATIVA-HISTÓRICA

Um dos motivos pelos quais se aborda aqui a Comissão Científica de Exploração é que, a partir dela surgem alguns importantes escritos sobre as secas no Nordeste, especialmente no Ceará, como os de Capanema (1878) e de Raja Gabaglia (1861). Esses se colocaram claramente *contra* a política de açudagem e contra procedimentos, em matéria de políticas públicas relacionados a grandes projetos hídricos no Nordeste seco. Entre os seus debates inclui-se a canalização do rio São Francisco. Nota-se que, atualmente, também incorrem afirmações que imputam à Comissão a responsabilidade pelos primeiros estudos e ideias sobre a canalização do rio São Francisco. Isso é um fato equivocado por meio do qual, em geral, promove-se a figura do Barão de Capanema, Guilherme Schüch Capanema, como uma espécie de porta-voz dessas ideias, como se confere no Estudo de Impacto Ambiental do Pisf:

Em 1859, através do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi realizada missão de sua Comissão Científica Exploratória [deveria ser escrito Comissão Científica de Exploração] à Província do Ceará, chefiada pelo Barão de Capanema [não foi Capanema quem chefiou, e sim, Francisco Freire Alemão] e composta de uma equipe técnica multidisciplinar, que recomendou a necessidade de melhoria dos meios de transporte e armazenamento de água na região, incluindo a construção de 30 açudes e a abertura de um canal ligando o rio São Francisco ao rio Jaguaribe, este referido como o maior rio seco do mundo. (BRASIL, MI *et. al.*, 2004b, p. 2-19).

Não constam registros a partir dos quais se possa inferir que Capanema tenha defendido a canalização do rio São Francisco como proposta para o desenvolvimento do Nordeste. Tudo leva a crer que não era seu costume propor mega-obras ao governo; ao contrário, seus aconselhamentos eram em torno de medidas baseadas na experiência prática, apreendidas junto às populações sertanejas ou em suas viagens a diversos países. Nessa passagem, ele mesmo explica sobre seus conselhos ao governo imperial: “não procuro arrastá-lo a sacrifícios de resultados dúbios, ofereço só a evidência de dados práticos, mantendo-me no terreno da realidade. [...]” (CAPANEMA, 1886, p. 104).

Ele sustentava a posição sobre a necessidade de políticas previdentes em relação às secas, com uma sazonalidade aguardada. Assim como, em países onde neva, deve-se esperar o inverno rigoroso com determinados cuidados, providenciando-se o armazenamento de todos os mantimentos necessários para enfrentar o período. De modo que, para Capanema era necessário adotar medidas compatíveis com a realidade local. Criticava, ainda, o modo de fazer política local que, para ele, mais se incorria em nocivas cisões internas nas pequenas localidades, do que se permitia o avanço de alternativas

benéficas. Capanema referia-se às classes políticas das províncias como indiferentes aos problemas da população acometida pelas secas, por tratarem-na com desleixo e zombaria oferecendo-lhe punhados de farinha.

Se por um lado, Capanema pertencia a uma cultura elitista da corte imperial, não criticando, por exemplo, as práticas escravagistas e a concentração de terras, por outro, parece ter-se deixado surpreender com os conhecimentos e com as belezas naturais da caatinga e da cultura sertaneja. Em geral, vistas com lentes cobertas por estigmas sociais que, se conectam à descrença das práticas populares e de suas bases epistemológicas para impulsionar políticas públicas para a qualidade de vida no semiárido. Assim, cabe rememorar os seguintes trechos em Capanema:

Ao cearense nos períodos normais de inverno de fartura os meses de janeiro e abril bastam para lhe proporcionar os meios de subsistência durante o ano inteiro. [...] com isso desenvolve uma atividade e uma ostentação de força admiráveis, passa o dia inteiro, às vezes durante semanas, a correr gado, coisa que exige muita habilidade, destreza e sangue frio. [...]. (1886, p. 109).

Em 1877, Capanema escreveu ao Instituto Politécnico, levando à luz pública suas recomendações para o governo imperial (logo depois, republicano) auxiliar a população sertaneja. Indicava procedimentos, como a construção de cisternas, o incentivo à produção de grãos em períodos chuvosos, a implantação de armazéns adequados para os grãos e para o feno dos animais, arborização, construção de estradas. Ainda, percebia nas culturas de vazante excelentes práticas a serem incentivadas (CAPANEMA, 1886).

[...] pois condições climatológicas que subsistem [...] atravessando todos os períodos geológicos até hoje, não é a débil mão do homem que agora as poderá alterar. A questão é outra, de execução relativamente fácil e de resultados seguros. Já se sabe que cada geração do Ceará passará por duas secas, é uma calamidade periódica; como é impossível fazer chover à vontade, previnam-se os meios para arrostá-la placidamente. (ALVES, [s.d], p. 238).

Detalhadas análises de historiadores como Lopes (1996) e Braga (1962) sobre a constituição e desenvolvimento da Comissão, bem como os próprios escritos do Barão de Capanema a respeito das secas (pois, ele desenvolveu mais de vinte anos de pesquisa no Ceará), denotam que a ideia de recomendar a abertura de um canal partindo do rio São Francisco e ao rio Jaguaribe não lhe pertenceu, bem como, ele também desaprovava a construção de açudes sem rigor técnico, como muitos que o próprio Barão presenciou no Ceará (atualmente apelidados de açudes sorrisal porque à primeira chuva se desmancham).

A Comissão Científica de Exploração foi criada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ela estava relacionada diretamente ao governo imperial, e tinha por objetivo pesquisar o Norte e Nordeste do Brasil, então regiões pouco conhecidas do centro político do país. Foi apelidada de Comissão do Ceará devido ao principal destino escolhido para as investigações ser esse estado, onde a Comissão permaneceu por mais de dois anos (1859-1861).

Os principais motivos que moveram os cientistas do Império a escolher o Ceará, como um *locus* primordial de pesquisa, não se justificavam pela própria sensibilidade dos científicos, ou mesmo pela de D. Pedro II, nem pela necessidade de se estudar os efeitos das secas sobre a população sertaneja. As atas do IHGB demonstram que a razão das pesquisas pautava-se na premissa de que a província cearense guardava jazidas de ouro, prata, diamantes, carvão mineral, entre outros minerais, portanto, urgia a averiguação. Moveram-se dentro do ideário da conquista de um novo eldorado para aquilatar fortunas para o Império, uma vez que as mais ricas e conhecidas jazidas mingravam-se (BRAGA, 1962).

Por fim, os cientistas concluíram que o Ceará não seria a nova Minas Gerais, mais um solo rico a ser explorado. Esse fato ocasionou ferrenhas críticas de seus opositores que alegaram que tamanho dispêndio de nada tinha valido; os cientistas eram tratados como incompetentes e perdulários às expensas do governo.

Entre uma das várias atividades desenvolvidas pela Comissão está o caso da introdução dos quatorze dromedários com seus quatro tratadores oriundos da Argélia para o Ceará. Essa história sempre é utilizada como exemplo de política inoperante para resolver dificuldades do Nordeste. Ela também adentra como uma base legitimadora, de subterfúgio, de que o problema da seca no Nordeste é a falta de “vontade política” e que depende das soluções hidráulicas.

#### 2.1.4 O INVESTIMENTO IDEOLÓGICO NA TRANSPOSIÇÃO E O CEARÁ

Como salienta Lopes (1996), o caso dos dromedários (popularmente também chamado caso dos camelos) tornou-se até mesmo nota de samba-enredo de escola de samba no Rio de Janeiro, a Imperatriz Leopoldinense em 1995. Essa escola venceu o carnaval carioca com o tema *Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará*. Eis um trecho do samba: “Ecoam pelo ar/Histórias de tesouros escondidos/Sou poeta da canção/E embarco nesse/sonho encantado/Vou com destino ao Ceará/Em busca de um novo eldorado”. (p. 50).

Parece sintomático que à essa época de disseminação do *novo eldorado* alusivo ao Ceará, que tivesse seu governo investido massivamente na imagem desse estado como

sendo moderno, industrializado e de turismo desenvolvido, enquanto o governo federal investia em mais estudos para a obra de transposição. O governo do Ceará, nesse período, chegou a apoiar a exibição da novela *Tropicaliente*, da Rede Globo, para divulgar imagem de sua modernidade. Era uma das políticas do governo Ciro Gomes no Ceará, como a construção do Canal do Trabalhador (115 km), inaugurado em 1993, para adução da água do rio Jaguaribe a Fortaleza, consagrando-se o feito na mídia como um ato heroico do político, por ter “salvo” Fortaleza de um colapso hídrico. Esse tema segue se repetindo nos discursos do político, a ressaltar o termo *colapso hídrico* para dar legitimidade discursiva a mais uma obra de “salvacionista”, neste caso, a transposição.

A prática de patrocinar a divulgação midiática foi bem incorporada por políticos do Ceará. Em 2006, o governo liberou cerca de meio milhão de reais do Fundo Estadual da Cultura Ceará para a escola de samba do Rio de Janeiro, a Estação Primeira de Mangueira, que adotou como título de seu samba-enredo *Das águas do Velho Chico, nasce um rio de esperança*, defendendo a transposição do rio São Francisco e a irrigação para exportação. Era uma aposta alta visto que essa escola de samba é uma das mais conhecidas no Brasil.

A seguir, um trecho do referido samba-enredo da Mangueira com destaque para a defesa da política de “integração” e de irrigação visando à exportações para o mercado externo:

Vou navegar... / Com a minha Estação Primeira / Nas águas da  
integração, chegou Mangueira / [...] Graças à irrigação, o chão  
virou pomar / E tem frutas de primeira pra saborear / Um brinde à  
exportação, um vinho pra comemorar / O velho Chico! É pra se  
orgulhar [...] A esperança do sertão. (ESTAÇÃO PRIMEIRA DE  
MANGUEIRA, 2006).

Essas histórias – *Vou com destino ao Ceará/Em busca de um novo eldorado... (Imperatriz)/Um brinde à exportação...* (Mangueira) – se tornam alegorias de carnaval, mas não casuisticamente. São alguns dos mecanismos de disseminação ideológica. As mensagens das canções das escolas de samba se capilarizam através das redes de comunicação em todo o país, afinal, elas possuem alta visibilidade midiática por se propagarem no cotidiano por meio de inúmeras repetições. Dessa forma, o ideário que representam possui o poder de influenciar o imaginário coletivo nacional.

Sobre a história da transposição como construção de um discurso legitimador, pouco é dito sobre outros períodos (por exemplo, sobre o governo Itamar em que a transposição também foi defendida) tanto quanto a narrativa com base no Brasil Império. A criação da imagem da transposição como ideia de promessa secularizada parece possuir uma espécie de portal histórico-narrativo com representações simbólicas desse período.

Como descrito, a construção e a disseminação ideológica, no caso, voltada para a legitimação do empreendimento, possui os mais variados mecanismos: a construção de

uma narrativa-histórica amparada pela distorção de fatos históricos; a apropriação dessa retórica histórica por representantes políticos carismáticos e bastante midiáticos; a capilarização da ideia da transposição por meio da cultura popular midiática, entre outros.

Uma outra forma de se construir a imagem de um projeto é pela construção de mapas e croquis explicativos. Observa-se que, em nenhum mapa (bem como, em forma textual) do Estudo de Impacto Ambiental da transposição (cf. BRASIL, MI, 2004b) buscou-se esclarecer que a água aduzida pelo Eixo Norte alcançaria, por meio da integração com outros canais, no caso por meio do Eixo da Integração (atualmente, em fase final de conclusão), o Complexo Portuário e Industrial do Pecém (CIPP), onde se consumirá mais água que Fortaleza.

Ilustração 2. Detalhe de mapa sobre a localização do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Pisf)



Fonte: BRASIL, MI *et. al.*, 2004a, p. 5.



Atualmente, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), estão instaladas siderurgias já com diversas ampliações programadas e, há um porto moderno inaugurado em março de 2002, cuja implantação deslocou forçosamente centenas de pessoas de uma comunidade tradicional de pescadores, bem como, veio impactar indígenas da etnia Anacé.

Como parte do projeto de transposição do rio São Francisco, revelam-se outras intenções econômicas mediadas pela elite política do Ceará. Um dos eixos da transposição deverá ser interligado à barragem do Castanhão. A partir dela, surge o canal adutor chamado Eixo de Integração, com 270 km (em término de construção). Esse Eixo conecta-se, em uma de suas pontas finais, à Região Metropolitana de Fortaleza. Isso é bem divulgado pelo EIA/Rima, contudo, não se esclarece que o Eixo de Integração também aduzirá água para o CIPP, no litoral oeste do Ceará.

Até dezembro de 2007, o Plano Piloto do CIPP apontava o uso e a ocupação de uma área de 320 km<sup>2</sup>. Os planos sobre o tamanho desse terreno mudaram e foram oficializados em decreto de concessão de área para utilidade pública sua ampliação em mais 700 ha, onde se pretende a concretização da Usina Siderúrgica do Pecém, da companhia coreana Dongkuk e da Companhia Vale do Rio Doce. A receita anual prevista do empreendimento é de US\$ 340 milhões (CIPP, 2010).

A usina produzirá, na primeira fase, entre 2,5 e 3 milhões de toneladas de placas de aço, produção que pode ser expandida, no futuro, para até 5 milhões de toneladas. Para tal objetivo, a usina precisará do fornecimento médio de 4 m<sup>3</sup>/s de água. Isso está relacionado com a transposição. A Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (Cogerh) e a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) estão em avançado contrato para o fornecimento (CIPP, 2010).

Integrando a constituição do CIPP e como chamariz de investidores internacionais, há instalado o Gasoduto da Petrobrás Guamaré-Pecém (Gasfor), inaugurado em 2002. Esse gasoduto transporta do Rio Grande do Norte ao Ceará 2,8 milhões de metros cúbicos de gás natural para abastecer a TermoFortaleza (310,7 MW) e a Termoceará (270 MW) na geração de energia elétrica. Isso representa cerca de 50% do atual consumo do Ceará (BRASIL, MI, 2008).

Estima-se que os investimentos da União e do governo do Ceará com o CIPP, com o canal adutor Eixo de Integração e com a barragem do Castanhão atinjam cerca de 1,8 bilhão de reais (ARAÚJO, 2006).

## 2.2 A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO E O GOVERNO LULA

### 2.2.1 A TRANSPOSIÇÃO COMO LEGADO DO GOVERNO FHC

A transposição do rio São Francisco foi promessa de campanha de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1994 e em 1998. Era um período de início de arranjos políticos para possibilitar o mega-empreendimento. Durante seu governo (1995-2002), houve bastante investimento financeiro para a realização de estudos de viabilidade do projeto de transposição e, já em 1995, foi criado o programa Compromisso pela vida do Rio São Francisco em 1995. A transposição esteve contemplada no mais importante programa econômico de governo desse período, o Avança Brasil, do qual foi reservado a ela cerca de R\$ 3 bilhões, porém, não gastos nessa finalidade.

Em julho de 2001, FHC divulgou que não havia possibilidade de o empreendimento ocorrer, devido ao recorde de insuficiência hídrica no rio São Francisco comparando-se aos trinta anos anteriores. Concomitantemente, os estudos de viabilidade indicavam que a transposição poderia reduzir em 10% a capacidade energética das usinas hidrelétricas situadas no rio São Francisco, em um momento em que o país vivenciava o caso de colapso de energia que ficou conhecido como “apagão”.

Além disso, o projeto sofria forte oposição nos estados da Bahia, de Sergipe, de Alagoas e de Minas Gerais. Por tais motivos, a partir daí, a transposição passou a ser considerada um projeto para o futuro governo federal. Soma-se a essa conjuntura o fato de que a FHC não cabia mais nenhuma possibilidade de inaugurar a obra, portanto, os esforços para a implementação do empreendimento contariam poucos pontos na divulgação das imagens de *marketing* político vinculadas a obras públicas a qual toda campanha de presidencial utiliza. A promessa da transposição, tanto do rio São Francisco quanto do rio Tocantins, foi transferida para a eleição presidencial de José Serra (PSDB) em 2002.

Ao final de seu mandato, em dezembro de 2002, FHC esteve no Ceará, no município de Alto Santo, para inaugurar simbolicamente a barragem do Castanhão, cujo reservatório somente encheu com as chuvas do inverno de fevereiro de 2004. Em discurso de despedida no Castanhão, FHC considerou inevitável a transposição para o desenvolvimento do Nordeste, e justificou que no seu governo ele teve dificuldades para executar a obra devido a barreiras político-partidárias entre os estados da federação.

Segundo matéria da Folha de S.Paulo, entre outras declarações, o presidente afirmou: “Empenhei-me bastante nesse assunto, mas há muitas oposições políticas, algumas irracionais, outras com certa dose de razão” (ANTENORE, 24 dez. 2002, p. 1). Da cerimônia, veio a participar o então senador Tasso Jereissati, ex-governador do Ceará, e defensor da transposição. FHC sentenciou que ao novo governo eleito “não se deveria ficar inventando a roda, a transposição era dever a ser cumprido” (p. 1).

Segundo informações colhidas em entrevistas de campo, para alguns dos moradores atingidos pela construção da barragem do Castanhão em 2004 e para integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens, somente então foi possível perceber em um discurso oficial dirigido diretamente à população, que a barragem do Castanhão tinha sido construída para receber as águas da transposição. Antes disso, nunca essa função da barragem havia sido esclarecida publicamente.

Foram inúmeras as reações ao projeto de transposição que surgiram a partir da explicitação das intenções do governo de FHC (1995-2002) de executar a obra. O fato causou enorme conflito entre diversas personalidades dos setores públicos contra e a favor do projeto.

Foram diversos os deputados, senadores, governadores e demais funcionários do alto escalão do governo federal e dos governos estaduais que estiveram envolvidos no conflito federativo em torno das águas do rio São Francisco. Em resumo, esses atores ficaram divididos exatamente entre: os *contra-transposição*, representantes dos estados chamados *doadores* da água para a transposição, como Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Alagoas (à exceção de Goiás e do Distrito Federal, nos quais os políticos praticamente ausentaram-se da discussão), e os *pró-transposição*, representantes dos estados chamados *beneficiários* da transposição, como Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Cabe considerar que, no governo FHC, Pernambuco tinha como um de seus representantes, Marco Maciel, como o vice-presidente de FHC (VIANA, 2005)<sup>3</sup>. Embora seja esse um estado doador, isto é, pertencente à bacia hidrográfica do rio São Francisco, ele também está previsto para receber as águas da transposição por meio da construção do Ramal do Entremontes, que partirá do Eixo Norte, na altura da cidade de Salgueiro, em direção ao oeste de Pernambuco, uma região realmente com baixo índice pluviométrico.

Essa composição do conflito federativo praticamente manteve-se durante o Governo Lula (2003-2010). Alguns estados mudaram suas composições político-partidárias, como a Bahia, onde diminuiu o poder do grupo relacionado a Antônio Carlos Magalhães (ACM), sobretudo porque em 2007, assumiu o posto de governador pelo PT, o ex-ministro das Relações Institucionais da primeira fase do governo Lula, o político Jaques Wagner (que então já havia mediado o diálogo com Dom Cappio para encerramento da primeira greve de fome).

Quanto às reações da sociedade civil em relação à transposição ainda no período FHC, uma das mais fortes posições contrárias surgiu a partir das deliberações do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, criado em 2001 (observando que sua composição

---

<sup>3</sup> Essa polêmica está documentada em Viana (2005), que realizou uma pesquisa de análise de discurso de narrativas de atores governamentais com base no conflito federativo da transposição.

também é formada por funcionários públicos e também por membros de setores econômicos usuários da água da bacia). Nota-se que o debate contra a transposição e a favor da revitalização foi fomentado em diversos espaços acadêmicos e por vários Fóruns de mobilização popular. Entre eles, o Fórum Permanente de Defesa do São Francisco criado em 1999, no estado da Bahia. Esse Fórum reúne diversas entidades da sociedade civil, pastorais da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), movimentos sociais populares, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), organizações não governamentais ambientalistas e de direitos humanos, além de jornalistas. O Fórum ampliou os debates e as ações coletivas em outros estados da bacia do São Francisco e mesmo fora dessa.

### 2.2.2 RELEMBRANDO A POLÍTICA LULA ANTES DA PRESIDÊNCIA

O momento em que Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se favorável à transposição das águas do rio São Francisco é uma temática polêmica em si mesma, porque aí se imbricam discursos curiosamente controversos. Nesse rol, surgem diversos sujeitos dos movimentos populares que se posicionam contra a transposição declarando que foram pegos de surpresa, ou propriamente traídos, pois houve o rompimento de confianças políticas construídas entre eles e o Lula anterior à conquista do poder presidencial e que se romperam ao longo do seu governo no comando do país.

Rememora-se que Lula foi um ator político importante, tanto para a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, quanto para a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. Em seu percurso político, paulatinamente ele ampliou suas bases de apoio junto aos movimentos sociais, aos sindicatos de trabalhadores e aos intelectuais de esquerda que se identificavam com a possibilidade de um presidente que se declarava representante da classe trabalhadora e dos marginalizados.

Desde sua campanha para deputado federal pelo estado de São Paulo, em 1989, quando foi recordista entre os candidatos a deputado com 650 mil votos, e em todas as suas candidaturas a presidente, Lula obteve apoio declarado dos setores populares.

Seria uma inadequada estratégia do ponto de vista eleitoral, se em 2002, o então candidato Lula manifestasse, em seu *programa de governo*, que empreenderia obras como a transposição do rio São Francisco, como as barragens no rio Madeira (as UHE Santo Antônio e Jirau) e no rio Xingu (a UHE Belo Monte), pois diversos movimentos sociais (ambientalistas, indígenas, negro, o MAB, o MST, entre tantos outros) e pastorais da Igreja Católica (como a CPT e a CPP), há muito, rechaçavam megaprojetos calcados no modelo do agronegócio e do hidronegócio.

Com o decorrer do governo Lula, diversos atores dos movimentos populares e até mesmo muitos sujeitos da base petista passaram a discutir que havia um crescente distanciamento entre a realidade da gestão Lula, com aquilo que o próprio PT tinha por compromisso assumido em suas plenárias. Para se dimensionar um pouco sobre quais eram algumas das diretrizes em que se afirmava o PT, a seguir se discorre duas dessas que foram elaboradas no 7º Encontro Nacional do PT de 1990, e que vieram a ser reafirmadas em 1999, no 2º Congresso Nacional do partido, como sendo norteadoras do que deveria ser o Socialismo Petista (PT, 1999):

10. O PT não concebe o socialismo como um futuro inevitável, a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo. Para nós, o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos. Um projeto que, por essa razão, só será de fato emancipador na medida em que o concebemos como tal, ou seja, como necessidade e ideal das massas oprimidas, capaz de desenvolver uma consciência e um movimento efetivamente libertários. Daí porque recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre o socialismo e humanismo. (PT, 1990, p. 5).

11. A nova sociedade que lutamos para construir inspira-se concretamente na rica tradição de lutas populares da história brasileira. Deverá fundar-se no princípio da solidariedade humana e da soma das aptidões particulares para a solução dos problemas comuns. Buscará constituir-se como um sujeito democrático coletivo sem, com isso, negar a fecunda e desejável singularidade individual. Assegurando a igualdade fundamental entre cidadãos, não será menos ciosa do direito à diferença, seja esta política, cultural, comportamental etc. Lutará pela libertação das mulheres, contra o racismo e todas as formas de opressão, favorecendo uma democracia integradora e universalista. (PT, 1990, p. 6).

O distanciamento das propostas originais foi, de fato, claramente notado, ainda que para alguns militantes de movimentos sociais já estivesse claro qual seria a postura de um governo do PT. Desde 1994, o partido já se declarava inclinado a um *socialismo com empresários*.

O ambientalista Apolo Heringer Lisboa, contrário à transposição e representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, explicita sua opinião sobre o descompasso entre o discurso e a prática petista visto as implicações políticas do governo Lula, a citar o caso da transposição. Lisboa chega a externar que, as ações do PT na condução do Poder político do Brasil podem ser comparadas a um caso de estelionato eleitoral e de quebra de princípios:

[...] eles estão na lógica dos acordos políticos. Em troca de acordos eleitorais, em troca de poder e em troca de apoio financeiro às campanhas eleitorais, os políticos acabam todos ficando iguais uns aos outros. No caso especial do Partido dos Trabalhadores (PT), que era contra a transposição, eu acho que ele cometeu um erro muito grande, porque a questão do São Francisco não implica apenas mudar de posição para uma coisa que não teria importância; é, antes de tudo, uma questão de princípios. Então, eu penso que o PT acabou fazendo uma mudança de posição estratégica, ferindo interesses de pessoas que acreditavam no que defendiam e se sentiram, de uma hora para outra, traídos. É o caso do bispo dom Cappio, das tribos indígenas, dos movimentos ligados à Igreja, dos ambientalistas, como eu, que acreditaram que o PT era contra a transposição. [...] Quando você vai construir a democracia, se as pessoas prometem uma coisa na eleição e depois mudam de opinião, mudam o projeto prometido, significa que você votou numa coisa e colhe outra. Isso é um estelionato eleitoral. Eu falo isso em relação à transposição do São Francisco. Tem coisas que no governo do Fernando Henrique Cardoso foram muito piores do que no governo Lula, mas há coisas que o Lula está fazendo mais para agradar o grande capital do que o FHC fez. (LISBOA, 2008, p. 22-23).

### 2.2.3 DAS CARAVANAS DA CIDADANIA À TRAIÇÃO AOS MOVIMENTOS

Lula, objetivando ampliar as bases de apoio e a simpatia do eleitorado, em meio ao seu processo de candidato a presidente da República, realizou uma jornada de atividades, entre as quais, surgiram as famosas Caravanas da Cidadania, em 1989 e, entre 1993 a 1994. Essas caravanas consistiam em visitas a pontos estratégicos do país, com reuniões partidárias, encontros de diálogos com entidades da sociedade civil e reuniões partidárias.

O político defendia ser necessário conhecer de perto os problemas sociais de “cada rincão do Brasil”. Reiteradamente, afirmava terem sido as caravanas a sua própria universidade, em um verdadeiro aprendizado “olho-no-olho com os mais necessitados”, e utilizava essas experiências para combater críticas de opositores políticos sobre sua baixa escolaridade.

Uma dessas caravanas ficou conhecida como a Caravana da Cidadania pelo São Francisco. Ela ocorreu em 1994, em um ano de campanha eleitoral. As atividades dessa caravana tornaram-se bastante lembradas pelos atores da rede de resistência popular contra a transposição, surgindo como um marco divisor da linha política do Lula antes e depois de 2003, em relação a sua preferência ao projeto de transposição.

Em entrevistas realizadas para esta pesquisa, integrantes de movimentos e entidades populares mencionaram as passagens das caravanas de Lula pela bacia do rio

São Francisco, em 1989 e em 1994, em que ele frisava a importância de novas políticas públicas para uma efetiva revitalização do São Francisco e para a melhoria da qualidade de vida de suas populações. Ao mesmo tempo, esses atores enfatizaram que nunca um projeto de transposição fora apontado por Lula como um plano para um governo futuro seu. Por isso, esses sujeitos se declaram terem sido surpreendidos com a mudança do pensamento do presidente:

É interessante resgatar isso, a Caravana do São Francisco. Aqui em Juazeiro, ele fez um discurso que era um grande absurdo se pensar em transposição do São Francisco que o rio estava morrendo, precisava de cuidado, precisava de ser revitalizado e não de transposição, ele falou isso publicamente aqui nessa Caravana do São Francisco, quando ele conheceu melhor o rio né, ele fez um discurso aqui na beira do rio em Juazeiro (Integrante do Projeto São Francisco da CPT, jul. 2010, dados de entrevista de campo).

[Lula] Fez duas caravanas. Passou aqui em Juazeiro, que ele era contra a transposição, que a transposição não valia nada, que ia acabar com o rio e coisa e tal. Ele fez essa caravana em várias cidades à beira do rio dizendo que era contra a transposição e que “o projeto de transposição não é de Lula, o projeto é de Fernando Henrique Cardoso”. Ele ressuscitou o projeto. Lula era contra enquanto candidato, depois que ele foi presidente que ele fez essa loucura, porque eu acho que é loucura, ou vaidade do Presidente, abraçar um projeto desse. Então ele quer deixar um projeto, e nem vai deixar porque ele não vai conseguir fazer... vai deixar pra outros governos, mas nem outros governos vão terminar tão cedo também. Então, é um megaprojeto que ele viu, como assim... uma marca pra deixar que é uma coisa doida (Integrante do MST-BA, jul. 2010, dados de entrevista de campo).

Também, sobre a mudança de planos de Lula em relação à transposição, outro integrante da CPT, cita a Caravana de 1994 lembrando que ele chegou a participar de um diálogo com Lula, momento em que o político foi esclarecido sobre as condições de degradação socioambiental do rio. Naquele período, estava claro para os movimentos populares que a realização do projeto de transposição não fazia parte dos planos de Lula, contudo, à época, de fato havia uma pressão da mídia para que o presidente se posicionasse sobre o projeto:

Então, num gesto de ímpeto, afirmou: Se eu ganhar essa eleição, formo uma comissão de alto nível e se esse projeto (disse outra expressão) for viável eu gasto não um, mas dois, mas três bilhões se forem necessário (Integrante da CPT, jul. 2010, dados de entrevista de campo).

Para além do personalismo presente na possível afirmação de Lula “Se eu ganhar [...] formo [...] eu gasto [...]”, deve-se observar que a Comissão para estudar a transposição foi formada menos por um grupo de alto nível técnico e mais por um grupo de alto nível político, então, coordenada pelo próprio vice-presidente, José Alencar.

É difícil precisar. Talvez, Lula já estivesse particularmente convencido sobre ser a transposição uma saída viável para amenizar os problemas de escassez hídrica do semiárido nordestino. O geógrafo Aziz Ab`Sáber, contrário à ideia da transposição, também foi assessor de Lula e esteve presente na Caravana da Cidadania pelo rio São Francisco, apoiando o PT em 1994. Ab`Sáber declarou que foi o bispo Dom Cappio, durante a Caravana, que persuadiu Lula de que a transposição “não resolvia o problema da pobreza regional” (RR; MP, 09 out. 2005, p. 1).

#### 2.2.4 DAS ELEIÇÕES (2002) À MODELAGEM DA TRANSPOSIÇÃO (2003-2004)

Muitos jornalistas afirmam que a transposição foi promessa de campanha de Lula em 2002. Porém, nesse ano, não fica claro o posicionamento de Lula em relação ao projeto. Em todas as fontes verificadas (em jornais como Folha de S.Paulo, Diário do Nordeste, Correio Braziliense, Estado de São Paulo e nos debates presidenciais de 2002), não foi encontrada nenhuma declaração direta do político sobre o assunto; nenhuma citação direta a esse respeito pôde ser vista indicando de modo evidente sua vontade de levar a cabo a transposição em um governo seu. Apenas foram encontradas respostas evasivas, assinalando sua posição sobre ser urgente a revitalização do rio São Francisco.

As reações contrárias à transposição expressadas por atores dos setores públicos, dos movimentos populares e de algumas entidades católicas, acrescidas ao fato de Lula já ter sido três vezes derrotado em eleições presidenciais, podem ter contribuído para que ele não adotasse posição pública em relação à transposição.

Relembrando: Lula perdeu as eleições em 1989 para Fernando Collor de Melo (PRN) no segundo turno; em 1994 e 1998, perdeu seguidamente no primeiro turno para Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Quando candidato pela quarta vez, em 2002, mudou sua conhecida imagem como político “radical” de esquerda, que não agradava aos grupos conservadores, sobretudo da elite político-econômica e dos latifundiários.

O candidato optou por realizar uma campanha de *conciliações de interesses*. Nela, estrategicamente, Lula não debateu em público temas considerados polêmicos, para que assim, não viesse a fragmentar a simpatia da sociedade em geral, dos movimentos sociais e dos sindicatos trabalhistas, bem como, das alianças político-partidárias e de suas negociações com os setores empresariais. Por isso, entre os diversos temas polêmicos, o da transposição estava claramente proibido, assim como as críticas exacerbadas aos adversários, candidatos presidenciais; estratégia que lhe foi de grande valia.

No segundo turno das eleições de 2002, Lula disputou contra José Serra (PSDB), e venceu com cerca de 60% dos votos válidos. Para tanto, sua coligação partidária obteve um importante aliado, o candidato derrotado no primeiro turno, porém bem votado, o cearense Ciro Gomes (PSB).

Ciro Gomes foi prefeito de Fortaleza, entre 1989 e 1990, e seguidamente governador do Ceará entre 1991 e 1994. Como comentado, sua gestão foi marcada pelo autoritarismo na realização de grandes obras públicas, entre elas, a construção do Canal do Trabalhador, midiaticizada como ato heroico. Para “salvar” Fortaleza de um colapso hídrico, a obra ficou pronta em três meses, custando US\$ 48 milhões, sem licitação pública.

Ciro Gomes também ficou conhecido como o mais fervoroso político em favor da transposição, o próprio *pai da transposição*, pois, em suas campanhas presidenciais sempre defendeu intensamente o projeto. Sabe-se do peso que a aliança política entre Lula e Ciro, ainda durante a campanha política, veio representar para o futuro encampamento do projeto da transposição pelo governo Lula, no qual Ciro Gomes seria o seu ministro da Integração Nacional (2003-2006).

Então, quando Ciro Gomes defendia já como ministro da Integração Nacional o projeto de transposição, por vezes, tornava seus argumentos sobre a obra um tanto confusos, dado o tom emotivo de seus discursos. Em entrevista no programa televisivo Roda Viva, chegou a pedir a compreensão dos entrevistadores usando expressões como: “Porém, pelo amor de Deus, pelo amor de Deus, eu falo isso para você e falo para opinião pública brasileira, e é pelo amor de Deus mesmo, porque eu já vi isso na carne [os problemas da seca] o que significa.” (RODA VIVA, 14 fev. 2005). Também, para defender o projeto, usava de narrativas apelando para sua experiência pessoal sofrida com as auguras da seca. Algo ambíguo devido ao fato de Ciro ter nascido em família da elite política de Sobral, uma das cidades mais industrializadas do Ceará, onde seu pai foi prefeito.

Ainda falando do Lula presidenciável, verifica-se no seu Programa de Governo para candidatura à Presidência, em 2002, a inexistência de menção ao projeto de transposição, assim como a qualquer outro grande empreendimento em cursos hídricos, embora tantos desses projetos tenham surgido imediatamente após o êxito eleitoral. O Programa de Governo de 2002 indicava apenas um foco estratégico que tendia à revitalização do São Francisco e também a programas que contemplariam o acúmulo de conhecimentos das organizações ribeirinhas, ainda que colocado, contraditoriamente, ao lado de seus conhecimentos, o de empresas hidrelétricas. Pode-se conferir:

O novo governo, aproveitando o conhecimento acumulado pelos organismos responsáveis pela administração dos recursos hídricos, pelas empresas responsáveis por hidrelétricas, pelas organizações ribeirinhas e por outras tantas organizações que vivem em função de nossos rios, vai dar prioridade à revitalização

de bacias, numa visão de integração nacional, entendendo que os rios são corredores de desenvolvimento fundamentais (PALOCCI FILHO, 2002, parágrafo 24).

Todos esses aspectos que caracterizaram a nova fase da política de Lula, o da conciliação de interesses, como, a aliança do PT com Ciro e outros políticos de partidos muito distintos ao seu, a aliança com os empresários do setor de construção civil e o jogo discursivo de Lula com os movimentos populares foram também contemplados no primeiro pronunciamento do Lula recém-eleito à Presidência, chamado *Compromisso com a mudança*:

Mas esta vitória [...]. É uma conquista das classes populares, das classes médias, de parcelas importantes do empresariado, dos movimentos sociais e das entidades sindicais que compreenderam a necessidade de combater a pobreza e defender o interesse nacional.

[...] Em especial, quero destacar o apoio dos ex-presidentes José Sarney [ex-inimigo político de Lula] e Itamar Franco e, no segundo turno, o precioso apoio que recebi de Anthony Garotinho e Ciro Gomes.

Como disse ao lançar meu Programa de Governo, gerar empregos será minha obsessão. Para tanto, vamos mobilizar imediatamente os recursos públicos disponíveis nos bancos oficiais – e nas parcerias com a iniciativa privada – para a ativação do setor da construção civil e das obras de saneamento. Além de gerar empregos, tal medida ajudará à retomada gradual do crescimento sustentado. [...]

Exigirá também uma inversão de prioridades no financiamento e no gasto público, valorizando a agricultura familiar, o cooperativismo, as micro e pequenas empresas e as diversas formas de economia solidária. (LULA DA SILVA, 28 out. 2002, p.1).

No que diz respeito à transposição, logo no primeiro semestre do governo Lula, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), em junho de 2003, para estudos e articulações políticas dentro do cenário da criação, viabilidade e articulação do projeto de “integração” de águas do rio São Francisco com outras bacias hidrográficas. Uniram-se esforços entre a Casa Civil, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Integração Nacional.

Uma das tarefas do GTI foi a análise dos estudos produzidos no governo FHC, quando, especialmente, acumularam-se conhecimentos técnicos voltados para obra de transposição do rio São Francisco e do rio Tocantins. Alguns desses estudos foram desenvolvidos pela Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate), e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia ao qual essa fundação é estreita, ambos com sede em São José dos Campos

(BRASIL, FUNCATE, 2000; 2003). Sobre a transposição do rio Tocantins, também existiram estudos realizados pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Tocantins (TOCANTINS, SEPLAN, 2000)

Origina-se desse processo a própria elaboração de novos argumentos de persuasão, como, por exemplo, a transposição não ser mais referida pelos atores institucionais como um projeto de *transposição* e sim como um projeto de *integração* de bacias. Outro argumento, a partir de então sempre grafado, é o de que a transposição também se justificaria pela alta soma de gastos da União com obras de combate às secas no Nordeste. Começou-se a divulgar que, somente entre o período de 1997 a 1999, os gastos públicos com o combate à seca consumiram cerca de US\$ 4 bilhões. Agregaram-se a discursivas para legitimar o projeto como essas citadas, outras discursivas relacionadas ao perfil carismático do presidente, nas quais a transposição passou a ser também retratada como o grande sonho do presidente Lula e como uma das obras de seu maior orgulho.

O GTI atuou rapidamente e, em setembro de 2003, o vice-presidente da República, José Alencar, apresentou o Plano São Francisco, indicando que os gastos com os projetos de “integração” de bacias seriam na ordem de US\$ 6,5 bilhões.

A mega-obra envolveria diretamente treze estados brasileiros. Previa-se a construção de várias barragens e a transposição do rio Tocantins integradas ao conjunto da transposição do rio São Francisco, em uma segunda etapa do empreendimento. Da mesma forma, previam-se várias obras nos estados considerados contrários à transposição do São Francisco. O estado da Bahia, por exemplo, seria contemplado com o chamado Eixo Sul, com adutoras que engrossariam o caudal do rio Vaza-Barris e do rio Itapicuru. O estado de Pernambuco receberia o benefício dos Eixos Norte (com o ramal do Entremonte a oeste do estado) e Leste. Alagoas seria contemplada com o Canal Sertão Alagoano e Sergipe receberia o Canal Xingó. O estado do Piauí receberia o Eixo Oeste da transposição partindo da barragem de Sobradinho. O estado de Minas Gerais também estaria contemplado com a construção de grandes barragens no norte do estado caracterizado por regiões semiáridas.

Todavia, o Plano São Francisco transformou-se, em julho de 2004, no Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf). Um plano mais modesto, pautado “apenas” no Eixo Norte e no Eixo Leste (Ilustração 2 e 3). Assim, a nova modelagem não causaria tantas complicações políticas como se caso a transposição do rio Tocantins estivesse aí também contemplada, pois, assim, o projeto poderia incorrer tanto em maiores conflitos entre os políticos por verbas públicas quanto em outras reações adversas por parte da sociedade civil organizada.

Nesse processo de construção de argumentos a favor da transposição, os políticos favoráveis à obra passaram a falar na convicta existência de *uma unidade política*, um consenso de que a transposição seria um empreendimento prioritário que beneficiaria a

todos. Porém, permaneceram divergências na esfera das políticas estaduais e, mais fortemente na esfera da sociedade civil organizada, como bem ilustram os inúmeros pleitos legais contra o projeto, manifestações, greves de fome etc.

Nesse período, ainda se formatava o plano de revitalização do rio São Francisco e não da bacia do rio São Francisco. O plano de revitalização foi orçado em R\$ 2,9 bilhões, independente da efetivação da transposição, e contempla: a recuperação de matas ciliares do São Francisco e afluentes; drenagem; contenção e estabilização das margens. Esse plano foi compreendido pelos atores dos movimentos populares como uma espécie de *moeda de troca* frente a eles e aos políticos dos estados opositores à transposição.

Enquanto isso, ainda no início do governo Lula, os movimentos populares encampavam com entusiasmo novos espaços criados para discussão pública e participação popular na área de políticas públicas. Esses espaços, posteriormente, foram analisados como instrumentos de cooptação e de manobra dos militantes para processos institucionalizados e que espelharam pouco resultado prático aos anseios dos movimentos.

Nesse âmbito, as chamadas Conferências Nacionais do Meio Ambiente, convocadas pelo governo federal, tinham o objetivo de construir decisões coletivas que se tornassem diretrizes deliberativas ao Estado. O Fórum Permanente de Defesa da Bacia do São Francisco da Bahia (FPDSF) participou ativamente da primeira conferência, entre 27 e 30 de novembro de 2003. Por isso, o Fórum lamentou que o governo federal desrespeitasse as Deliberações de Recursos Hídricos da Conferência que se posicionavam claramente contra a transposição do rio São Francisco e do rio Tocantins, ainda que estudos de viabilidade técnica fossem favoráveis à obra, conforme consta o registro no Caderno de Deliberações da Conferência Nacional de Meio Ambiente (FPDSF, 2004).

#### 2.2.5 MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E A RELAÇÃO COM O GOVERNO LULA: 2005-2007

A Caravana da Cidadania pelo São Francisco foi lembrada por Dom Cappio em dois momentos: na carta enviada por ele ao presidente, datada do dia que iniciou sua primeira greve de fome, em 2005, e, na sua audiência que teve com o presidente no Palácio do Planalto, em 8 de outubro de 2005, no período pós-greve (Anexo A).

A carta é iniciada rememorando o encontro do próprio bispo com Lula na Caravana (ver citação abaixo). O tom utilizado parece remeter-se a uma boa lembrança, em que Dom Cappio recorda ter sido esse momento da Caravana intermediado pelo religioso Leonardo Boff. A narrativa da carta transmite a disposição de Dom Cappio para um exercício de reciprocidade fraterna e expõe sua confiança no presidente. Dessa forma, a lembrança da Caravana vem como uma das chaves para facilitar a abertura do diálogo com a Presidência, deixando explícito que o bispo não seria pessoa estranha ou avessa ao Presidente. A carta postula-se sob um estilo bastante delicado de cobrar o compromisso de cuidar do rio

realizado outrora pelo presidente. É de imaginar-se que nenhuma carta, sob a linha tênue entre a vida e a morte do bispo, faria Lula ficar tranquilo, nesse período, pois o protesto da greve de fome causou um motim midiático constrangedor à Presidência da República.

Além disso, nessa época, os escândalos políticos se amontoavam e se inter-relacionavam na mídia a quase todos os processos políticos mais importantes do país. Lembra-se que a partir de maio de 2005, diversos escândalos vieram à tona, como, o do mensalão, o dos bingos, o dos Correios e o do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu (PT). Tais escândalos refletiram diretamente na satisfação popular para com o governo Lula, tornando-a a mais baixa entre seus oito anos de governo.

Nessa carta, o bispo não direciona acusação ao presidente no sentido de sugerir traição política. Ao contrário, Dom Cappio se dizia confiar no diálogo com o Presidente:

Tive a oportunidade de conhecê-lo por ocasião da passagem do senhor por Bom Jesus da Lapa (BA), na Caravana da Cidadania pelo São Francisco, em 1994. Isto aconteceu pouco tempo depois que fizemos [Cappio, Adriano Martins, Orlando Araújo, Irmã Conceição Menezes] uma Peregrinação pelo rio São Francisco, da nascente à foz, com objetivo de conscientizar o povo ribeirinho sobre a importância do rio para a vida de todos e a necessidade de preservá-lo. Fui-lhe apresentado por meu professor de teologia, Frei Leonardo Boff.

Sempre fui seu admirador. Participei ativamente em todas as campanhas eleitorais do PT, alimentando o sonho de ver o povo no poder.

[...]

Quando cessa o entendimento e a razão, a loucura fala mais alto. Em meu gesto não existe nenhuma atitude anti-Lula neste momento delicado da vida nacional. Pelo contrário. Quem sabe seja uma maneira extrema de ajudá-lo a entender pelo coração aquilo que a razão não alcança. Tenha certeza, é um profundo testemunho de amor à vida. (CAPPIO, 26 set. 2005, p.1).

A referência ao ex-frei franciscano Leonardo Boff pode ser lida como uma maneira de dizer ao presidente que houve uma testemunha respeitada por ambos, sobre o que dialogaram na Caravana. Também foi uma forma de explicitar a existência de forças sociais de pressão para a abertura do diálogo com a Presidência e de chamar a atenção da mídia. Além de ter sido assessor de Lula durante as caravanas, Leonardo Boff possui um bom diálogo com atores de movimentos sociais, com religiosos aderentes à filosofia da Teologia da Libertação, tem a admiração de vários grupos ambientalistas, sendo uma personalidade internacional importante. Foi um dos relatores da *Carta da Terra* aprovada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 14 de março de 2002, envolvendo esforços de 42 países. Portanto, a menção a sua pessoa ajudou a chamar a atenção da mídia para a greve de fome de Cappio.

A primeira greve de fome objetivava paralisar as ações do governo em prol de levar adiante a transposição, e estabelecer com o governo o compromisso de promover um amplo debate público sobre as alternativas à obra e que visassem à melhoria das condições hídricas e socioambientais do São Francisco e do semiárido brasileiro. O bispo, apoiando as forças sociais contra a transposição, optou pela estratégia de confiar em uma inflexão do governo federal, com base no seu diálogo e dos movimentos e entidades populares com a Presidência da República.

O protesto de Dom Cappio somado à pressão dos movimentos populares (decepcionados também com outras políticas) e, particularmente, devido à conjuntura política da época dos grandes escândalos desfavoráveis ao governo petista, foram fatores determinantes que fizeram com que as obras da transposição fossem freadas e com que houvesse uma abertura inicial da Presidência ao diálogo, ainda que, aos moldes do que os movimentos chamaram de diálogo de surdos, como se comenta adiante.

A Presidência também se comportou conforme interesses eleitorais. Assim, se o ela resolveu ceder um pouco e declarar uma “abertura ao diálogo”, isso também tem a ver com o fato de que ao final de 2005, a gestão federal foi avaliada pelos brasileiros da seguinte maneira: a gestão foi considerada boa ou ótima por 28% dos brasileiros; ruim ou péssima, por 29% e, regular por 41% (DATAFOLHA, 2011). De modo que, esses índices de popularidade são os piores entre os oito anos de governo Lula.

Em 2006, o governo federal justificou seu ínfimo espaço para promover, como acordado, o debate participativo sobre a problemática socioambiental do São Francisco, devido às fases de campanha política, portanto, para não incorrer em anti-ética eleitoral. Uma justificativa dentro do processo que deflagrou no fechamento completo do “diálogo”, logo porque algo mais preocupante para os movimentos populares estava em gestação, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Ao que se pesem as campanhas de 2006, a gestão federal reergueu seu índice de popularidade a ponto de Lula emitir declarações como a publicada pela agência de notícias Reuters, em julho de 2006, afirmando que, politicamente, nunca havia sido de esquerda:

“Você pode melhorar porque você já tem quatro anos de experiência, quatro anos de maturação, porque tem muitos projetos em andamento no Brasil. [...] Então, não há por que mudar, há o que aperfeiçoar”, afirmou Lula. “Eu nunca fui um esquerdista”, declarou Lula. (LULA SE DIZ LONGE DA ESQUERDA, 14 jul. 2006, p.1).

Lula admitia que as políticas a privilegiar os grupos econômicos dominantes continuariam em um segundo mandato. O presidente foi reeleito e o seu índice de aceitação popular, avaliado por 52% dos entrevistados pelo Datafolha, foi considerado como ótimo ou bom, bastante acima do quadro da avaliação de ruim ou péssimo de 14% dos entrevistados.

Com a eleição ganha, a rede de resistência popular contra a transposição passa a ser explicitamente ignorada pelo governo, enquanto esse levava a público seu planejamento cada vez mais alinhado à lógica capitalista.

Em janeiro de 2007, após o *glamour* das posses de governos federal e estaduais, o PAC foi apresentado com o principal objetivo de elevar o PIB brasileiro em 5%. Para tanto, os investimentos previstos foram da monta de R\$ 500 bilhões a serem sacados do Orçamento Geral da União e estados, para custear, sobretudo, mega-obras infraestruturais (hidrelétricas, termoelétricas, gasodutos, ferrovias, portos, entre outros), das quais o Pisf correspondia a um dos empreendimentos mais caros.

Frente ao avanço das políticas desenvolvimentistas, os movimentos sociais quiseram relembrar ao governo federal a importância de se reiniciar o processo de debate amplamente participativo sobre a melhoria das condições socioambientais do rio São Francisco e do semiárido, como acordado em 2005.

Nesse intuito, em fevereiro de 2007, Dom Cappio enviou outra carta ao presidente, no mesmo tom de confiança da carta de 2005, de crença na abertura do diálogo, de não colocar-se em colisão com a Presidência, transmitindo a perspectiva de que os movimentos estariam dispostos a colaborar para a discussão coletiva e popular.

Senhor presidente, sempre vestimos sua camisa. Ainda estamos vestidos nela. Nossa contribuição de fiel militante da causa do povo é para que o senhor seja verdadeiramente aquilo a que se propôs, o de ser o presidente de todo o povo brasileiro, especialmente dos pobres deste país, por serem os que mais necessitam de sua atenção. (CAPPIO, 21 fev. 2007, p. 2).

Nessa etapa de anúncio do PAC e avanço da transposição no início de 2007, diversos militantes dos movimentos sociais ainda tinham esperança de persuadir o governo a um arrependimento sobre a transposição. Para tanto, o Acampamento em Brasília (aqui também chamado de Manifestação em Brasília) foi levantado em março de 2007, com mais de 600 militantes para protestar contra o projeto. Contudo, a abertura ao diálogo não ocorria, ao contrário, a Licença de Instalação foi liberada pelo Ibama ainda nesse mesmo mês.

Em junho de 2007, as obras se iniciaram, em Cabrobó, chefiadas pelo próprio Exército. Em resposta, os movimentos sociais realizaram o acampamento para a Ocupação do Canteiro de Obras da Transposição, com a participação de cerca de dois mil militantes no local. Todavia, o governo não quis escutar (no Capítulo V, há mais detalhes tanto sobre a Manifestação em Brasília quanto sobre a Ocupação).

## 2.2.6 O GOVERNO PERSONIFICADO DE LULA E A TRANSPOSIÇÃO

O governo Lula foi marcado por uma política extremamente personificada na representação individual do presidente que caracterizava seus discursos por meio do uso

combinado de suas múltiplas identidades, como, nordestino, operário, sindicalista, pobre e, depois, como presidente das grandes obras, do “sucesso” do PAC. Esses usos narrativos foram um dos motivos pelos quais Lula alcançou extraordinária popularidade.

No que diz respeito à defesa da transposição, Lula utilizou vários argumentos para enaltece-la recorrendo a sua própria trajetória pessoal como membro de família pobre sertaneja, tal como na seguinte fala, ao final do seu mandato em 2010:

As pessoas não sabem como é que vive o sertanejo, às vezes andando sete, oito, nove, dez, onze quilômetros para pegar um balde d’água numa cacimba suja, e vai disputar aquela água com cavalo, com cabra, com vaca, metade é fezes, metade é água, e tem que colocar num pote para assentar para a gente tirar com canequinha para beber. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 14 dez. 2010a, p. 6).

Relatos como este foram repetidos durante os oito anos do mandato de Lula, e surtiram efeito identitário para sensibilizar a opinião pública a favor da transposição. Todavia, esse tipo de discurso de Lula relacionado a um pertencimento pessoal ao Nordeste é bastante questionado por outros nordestinos integrantes de movimento populares contrários à transposição. A construção discursiva do presidente denota mais um imaginário elaborado pela cinegrafia da seca ou pelo discurso sobre o fenômeno climático construído, no Sudeste, do que de fato ocorre, demonstrando desconhecimento. Não se caminha tantos quilômetros com uma lata na cabeça, quando a distância é de tal tamanho ocorre uma migração que pode ser transitória, bem como, é comum a utilização do transporte animal. Lula saiu do sertão pernambucano, atual município de Inhamuns, para morar em São Paulo quando tinha cerca de sete anos, e exagera em afirmações como esta, fazendo com que venha a ser deslegitimado do seu pertencimento quanto a ser nordestino, por alguns lutadores populares nordestinos:

Ele não é nordestino não. Ele fica lá em São Paulo, ele não tem mais nada a ver com o Nordeste não, nordestinos somos nós que nascemos aqui, se criamos aqui e estamos aqui né, ele não, ele não tem nada com o Nordeste não, Lula não. (Integrante do MST-Bahia, 2010, dados de entrevista).

Fato é que Lula, cada vez mais, foi declarando a sua satisfação para com a obra de modo aberto, demonstrando estar totalmente à vontade e vaidoso dela. Como de costume, os presidentes são orgulhosos das obras erguidas em seus governos, quando anseiam ser imortalizados diante de suas monumentais imagens. Lula não fugiu à regra.

Quanto à transposição, não existe outra obra do PAC que tenha maior amplitude espacial. Seu gigantismo estará erguido em 622 km de extensão, onde deverão estar acoplados diversos aqüedutos (cerca de 30 km deles) e reservatórios hídricos. Lula chegou a comentar sobre o esforço da construção da transposição comparando-o ao da construção

da Muralha da China (com oito metros de largura e mais de oito mil quilômetros de extensão), obviamente, uma comparação inadequada pelo exagero.

Lógico que ainda falta muita coisa para fazer, mas muita, mas falta muita coisa, nós estamos apenas começando. Você não desfaz o desmazelo de um século em quatro anos, cinco anos ou seis anos, é um processo, isso é como construir uma escada, a gente vai construindo... Você está lembrado quando começou a fazer a Muralha da China, aquilo não foi terminada em um ano ou em dois anos, aquilo, alguém teve a coragem de começar a colocar a primeira pedra e, dali, outros que vieram foram colocando pedras, até que construíram a Muralha da China. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 15 out. 2009, p. 25).

Importou sempre estar grafando a imagem do empreendimento na sua característica de gigantismo infraestrutural, aliás, as imagens da transposição foram intensivamente ostentadas nas propagandas presidenciais de 2006 e 2010, como sinônimo de política a realizar justiça social aos problemas da seca no Nordeste. Temática que sensibiliza a opinião pública, reforça a política da realização de grandes obras como solução aos problemas sociais e agrada às corporações de engenharia, que como de notório conhecimento, financiam grande parte das campanhas eleitorais.

Em outubro de 2009, no ensejo de uma espécie de reedição da Caravana da Cidadania pelo São Francisco de 1994, Lula concedeu uma entrevista coletiva a diversas rádios localizadas em estados do Nordeste, considerados beneficiários da transposição, em que respondeu sobre o fato da obra ter sido ou não promessa de campanha. O presidente negou a promessa sob o argumento de que fazer moeda de campanha com a transposição que seria postura antiética. Afirmou que fez pronunciamento na Assembleia Legislativa do Ceará, estado mais aguerrido na defesa da transposição, esclarecendo que não se comprometeria com a realização da transposição durante a campanha eleitoral. Porém, a transposição tornou-se um projeto para o qual convergiram alianças, assim, funcionando como inevitável *peça de campanha* por sua importância aos interesses de diversos partidos aos quais Lula se coligou no segundo turno das eleições.

Eu acho, veja, é engraçado, veja o que é coincidência [...] eu nunca prometi [a transposição]. Eu conheço a história política deste país, eu disputei três eleições. Em 89, 94 e 98 tinha candidato a presidente que chegava no Ceará, ele era totalmente favorável. Chegava à Bahia, era totalmente contra. Ele chegava à Paraíba, era totalmente favorável. Chegava em Sergipe, era totalmente contra. Ele chegava ao Rio Grande do Norte, era totalmente favorável. Chegava em Alagoas, era contra. Ou seja, aquela coisa do político de duas caras. Eu, como nunca prometi, eu fui... eu tenho [...] na Assembléia Legislativa do Ceará, um ato de protesto lá aprovado, porque eu não assumi o compromisso de

fazer a transposição. Porque eu achava que era uma obra tão importante que a gente não deveria utilizá-la como peça de campanha. Então, eu nunca prometi, como eu nunca prometi a Santarém-Cuiabá e nós estamos fazendo.

[...] Eu não vou fazer promessa de campanha com essas coisas, eu, quando ganhar as eleições, vou estudar, se tiver viabilidade, eu vou fazer. Ganhei as eleições e estamos fazendo. Com o rio São Francisco é a mesma coisa. Agora, eu acho que é uma obra muito, muito importante para o Brasil. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 15 out. 2009, p. 11).

Assim como FHC esteve na barragem do Castanhão, em uma de suas cerimônias de encerramento de governo, indicando que a transposição seria *dever a ser cumprido*, em que *não se deveria inventar a roda*, Lula também esteve em lugares de grandes obras no encerramento do seu governo. Frente às obras da transposição, reafirmou que ela deverá ter toda continuidade no governo Dilma. O seguinte trecho discursivo foi proferido no sertão da Paraíba, junto à construção de um aquatúnel (inconcluso ainda em 2012), que bem resume os conflitos internos no próprio Estado. Nesse discurso, também é possível perceber a construção da ideia de que o rio São Francisco não possui proprietário (à revelia das comunidades ribeirinhas que habitam em todo seu curso), bem como, a retórica que tanto o uso da água quanto da terra em torno do canal de transposição que deverão favorecer aos pequenos agricultores e à agricultura familiar:

Eu vim fazer minha última viagem aqui até o final do meu mandato, porque esta obra do São Francisco, para mim, é uma coisa que me dá muito orgulho, porque nós enfrentamos muitos obstáculos para fazer esta obra. Diziam que o governo da Bahia não ia deixar – o Jaques Wagner foi um parceiro extraordinário –, diziam que o Piauí era... Sergipe era contra, não teve contra, que Alagoas era contra, não teve contra, porque ninguém era dono do rio. O rio é do Brasil porque é um rio nacional, e qualquer cidadão brasileiro tem direito a beber a água do rio Amazonas, do rio São Francisco, do rio Tietê e de qualquer rio deste país. Ninguém é dono, quem é dono é o povo brasileiro. Eu estou com muito orgulho, porque eu estou percebendo que a obra vai ser inaugurada definitivamente em 2012 [em agosto de 2011, a nova previsão é para dezembro e 2015] – a não ser que aconteça um dilúvio ou qualquer coisa – mas está previsto a gente inaugurar definitivamente a obra até 2012, o que será a redenção da região mais sofrida do Nordeste brasileiro, e o povo do Nordeste vai poder decidir, como disse o João Santana [ministro da Integração Nacional, à época], a utilização dessa água. Eu posso dizer aqui: se depender de mim, essa água, se tiver que utilizar para a produção, ela tem que prioritariamente atender os interesses da pequena agricultura brasileira, da agricultura familiar, das cooperativas, porque senão a gente vai ter um só tomando a água

do São Francisco e vai continuar o resto, a maioria de fora, morrendo de sede, porque o grandão não deixa o pobre encostar na água do São Francisco. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 14 dez. 2010b, p. 4, grifo nosso).

O próximo discurso também é parte do mesmo evento de “inauguração” das obras. Dessa vez, em Pernambuco, em um dos 18 reassentamentos do Pisf a serem construídos, chamados de Vila Produtiva Rural (VPR), cuja promessa é atender a cerca de 800 famílias atingidas pela transposição. Percebe-se a continuidade do discurso, por parte do governo, de que o uso da terra e da água, relacionadas ao projeto de transposição, deverão passar pelas decisões participativas da população nordestina.

E nós vamos garantir, Eduardo [Eduardo Campos, governador do estado de Pernambuco, pelo PSB], porque nós transformamos, nós desapropriamos, por interesse público, dois quilômetros de cada lado do canal. E nós vamos discutir quem é que vai utilizar essa terra. Uma coisa a gente não vai permitir mais: é que apenas os grandes latifundiários se apoderem da água, como já se apoderaram da água do rio São Francisco e de tantas outras águas neste país. O que nós queremos é que essa água possa favorecer os pequenos agricultores, as cooperativas, para que a gente, no século XXI, dê chance a quem não teve chance no século XX, que foi a maioria do povo pobre deste país. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 14 dez. 2010a, p. 3).

A conclusão do final do mandato de Lula, a contar a partir de 2009, ano de forte crise econômica internacional, é que a popularidade do presidente continuou elevando-se até que em dezembro de 2010, chegou a alcançar 81%, seu recorde de popularidade. Isso reflete também na avaliação concernente à performance do governo Lula em relação ao início do mandato, quando 76% esperavam um bom ou ótimo governo, superando as expectativas de 83% dos brasileiros em dezembro de 2010. Para uma comparação, essa avaliação no início do governo FHC, em 1995, era de 70%, representando aqueles que acreditavam na futura gestão de seu governo como bom ou ótimo, opinião que foi declinando até que apenas 26% dos entrevistados, no final do seu mandato presidencial em 2002, avaliaram sua gestão como ótima ou boa (OPINIÃO, 2010).

### **CAPÍTULO III**

#### **A TRAMA DA REDE NO MOVIMENTO DO RIO**

#### **RESISTÊNCIA POPULAR CONTRA A TRANSPOSIÇÃO, EM DEFESA DOS POVOS E DO RIO SÃO FRANCISCO**

##### **3.1 CONFLITOS SOCIAIS E BARRAGENS**

É reconhecido que há um longo histórico de ações coletivas de resistência popular no vale do rio São Francisco, ou seja, há um acúmulo de forças sociais resistentes aos grandes projetos do Estado e, via de regra, do grande capital. Casos emblemáticos são as mobilizações geradas com as construções das barragens de Sobradinho e de Itaparica discutidos por Sigaud (1992). Esses conflitos não cessaram até o presente momento visto a persistência da ausência de respostas concretas à problemática dos grupos atingidos.

Antigas pautas reivindicatórias dessas lutas sociais continuam atuais, tais como: a implantação de reassentamentos para as populações; indenizações “justas”; projetos econômicos voltados aos atingidos, de irrigação ou de plantio de sequeiro, de criação de animais; revitalização do rio São Francisco; atenção à saúde e educação; acesso à energia e à água de qualidade; as demarcações das terras indígenas e quilombolas, entre outros. Essas antigas demandas se reatualizam e se somam à nova frente de ações coletivas contra a transposição, oficialmente, Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf).

A hidrelétrica de Sobradinho, inaugurada em 1979, possui uma das histórias mais catastróficas em termos de tratamento às populações atingidas, ela deslocou compulsoriamente a cerca de 70 mil pessoas. Os conflitos ocasionados pela construção de Sobradinho, à época considerado o maior espelho d'água artificial do planeta, fizeram com que o Banco Mundial solicitasse à Eletrobrás um estudo de avaliação de impactos ambientais. A partir desse momento, o Banco Mundial passa a elaborar suas primeiras políticas de reassentamento de famílias atingidas também em outros lugares do mundo. Em 1984, uma parte dos atingidos por Sobradinho ainda não havia sido reassentada. Quando a barragem foi inaugurada, muitos dos atingidos foram deslocados para a Serra do Ramalho, no estado da Bahia, a 700 km do local de origem de onde moravam. Ainda, cidades inteiras foram suprimidas pela paisagem da represa, como: Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Sobradinho e grande parte da cidade de Pilão Arcado foi demolida sem que ocorresse sua submersão, restando apenas ruínas na localidade.

Em 1986, devido à construção da hidrelétrica de Itaparica, o povo indígena Tuxá foi expulso de suas terras, e 120 famílias foram reassentadas em Ibotirama, no estado da

Bahia, a mil quilômetros de distância do seu legítimo território. Itaparica submergiu Petrolândia e Itacuruba, em Pernambuco. E, Rodelas e Barras do Tarrachil, na Bahia, desabrigando a cerca de 40 mil pessoas. Uma das principais demandas dos atingidos até hoje, é para que indígenas e comunidades ribeirinhas recebam a titularidade de suas terras.

Os atingidos seguem exigindo o cumprimento das benfeitorias sociais, como reassentamento rurais em projetos populares de irrigação. O acordo entre os atingidos e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) foi para que, em 1988, logo após enchimento do reservatório, todos os projetos econômicos estivessem em operação. Todavia, as famílias permaneceram impossibilitadas de trabalhar. Algumas conseguiram taxas de assistência da Chesf, uma situação que, na prática, com o decorrer de tantos anos, os atingidos comparam a um projeto débil de aposentadoria precoce. Os atingidos organizados no Polo Sindical do Submédio São Francisco, no município de Petrolândia (PE), denunciam e pressionam o governo e o Banco Mundial para que seus direitos sejam alcançados. Em 1997, solicitaram um painel de inspeção ao Banco Mundial, por ele ter sido um dos principais financiadores da hidrelétrica e por haver descumprimentos de acordos prévios sobre os projetos de reassentamento de Itaparica. Eis um dos trechos da carta do Polo Sindical ao Banco Mundial:

Quase dez anos depois do deslocamento compulsório da população, apenas 35% dos projetos de irrigação (6.800 ha) estão implantados, 34% estão em construção (6.600 ha) e 31% (6.000 ha) encontram-se ainda em fase de estudos. Dos 35% dos sistemas de irrigação em funcionamento, grande parte apresenta problemas técnicos de operação e manutenção. (POLO SINDICAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO, 1997, p. 2).

Na política do Banco Mundial, uma vez completados os desembolsos relativos aos empreendimentos financiados, esses se tornam oficialmente encerrados e finda-se a responsabilidade do banco sobre qualquer aspecto problemático oriundo da obra. Conforme Viana Júnior (2005), isso foi o que aconteceu em 1999, com os atingidos de Itaparica que se viram sem ter a quem questionar por seus direitos.

Aos conflitos do vale do São Francisco, como essas barragens citadas e o caso da transposição, se somam ainda outros conflitos surgidos em barragens já erguidas no chamado Nordeste Setentrional. Essas foram construídas sem que se tivesse tornado público que a principal função desses reservatórios seria armazenar a água da transposição. Nesse processo, a barragem do Castanhão no vale do Jaguaribe (CE), veio afogar a cidade de Jaguaribara em 2004, deslocando cerca de vinte mil pessoas situadas em quatro municípios, Jaguaribara, Jaguaratama, Alto Santo e São João do Jaguaribe. O Castanhão representa a maior obra de engenharia do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), órgão vinculado ao Ministério da Integração Nacional.

Um dos objetivos divulgados pelo Dnocs no que se refere à finalidade da barragem do Castanhão foi o de proporcionar a irrigação de 43 mil hectares (cf. BRASIL, DNOCS, SIRAC, 1990). Entretanto, para atingir esse objetivo no semiárido, seriam necessários, no mínimo, 60 m<sup>3</sup>/s de água – cinco vezes mais que a vazão máxima da própria barragem, de 12,35 m<sup>3</sup>/s. Para o órgão, esta irrigação estaria vinculada a empresas consolidadas e não a uma gestão participativa que beneficiaria aos pequenos agricultores atingidos, em geral, estigmatizados pelos órgãos públicos, como se fossem incapazes de gerir tais empreendimentos devido à complexidade técnica dos projetos de irrigação.

Porém, diante de reivindicações do MAB – em uma longa batalha por direitos humanos no que diz respeito a uma compensação mais honesta aos atingidos, irrompendo-se inclusive contra estigmas sociais sobre os grupos sertanejos e aos atingidos –, esse movimento popular conquistou tornar três dos reassentamentos rurais, entre os vinte do Castanhão, como vinculados a projetos de irrigação.

Na prática, um dos grandes gargalos do MAB em relação aos projetos de irrigação é o de realmente transformá-los em referências de produção agroecológica e de agricultura familiar. Não há preocupações maiores quanto ao manejo dos equipamentos de irrigação, como no caso Castanhão. Aliás, aí esses equipamentos, conforme prometido pelo governo, ainda não chegaram aos reassentamentos por completo e, outros se deterioraram pela falta de uso e manutenção (sic em entrevistas de 2010). Isto é, os projetos de irrigação em si ainda não funcionam. O que se torna uma grande preocupação ao MAB é a de como realizar a produção irrigada sem comprometer os pequenos agricultores com dívidas que findariam por, de todo modo, a expulsá-los do campo, e por causar mais transtornos psicológicos pessoais e familiares aos atingidos.

No Castanhão, atualmente, além de não existir um só projeto de irrigação em funcionamento, muitos dos reassentamentos rurais não têm sequer água encanada e energia nas residências, assim como, muitas das casas já estão com suas estruturas condenadas devido a grandes rachaduras.

Face às demandas sociais locais, os militantes do MAB se deparam com grandes desafios, entre eles o de aprender a enfrentar na prática o próprio Estado. Continuando com o caso Castanhão para seguir exemplo, percebe-se que os diálogos e as negociações não envolvem o atingido com apenas um órgão, aí o principal é o Dnocs, entretanto, além dele há inúmeros outros. Os militantes acabam por ter de compreender sobre atividades de diversas instituições, suas limitações, sobre quais funcionários estão nas respectivas direções e quais têm poder de decisão. Devem lidar com as modificações constantes em cargos de diretoria dentro de um mesmo governo, bem como, com as mudanças de cunho partidário, notando-se até que órgãos podem ser extintos. Nessa esfera, exigir direitos é

também manejar informações que demandam longo tempo de aprendizagem e determinação consciente de quem está do lado popular de uma luta de classes.

Para um panorama breve do caso do Castanhão/MAB, aqui se elenca parte da complexidade institucional envolvida e que reflete em ações de responsabilidades da militância, conforme cada demanda específica. A seguir, apresentam-se dados gerais relacionados a demandas de um único reassentamento rural: desapropriação (SRH); titulação (SRH); seleção das famílias (Seagri); capacitação dos produtores (Seagri); organização dos produtores (Seagri); infraestrutura hídrica de uso comum (SRH); infraestrutura elétrica de uso comum (SRH); projeto de exploração (Modelo Caminhos de Israel) (Seagri); projeto do núcleo habitacional (120 casas e 1 escola) (Idace); implantação do núcleo habitacional (Dert); construção das 4 casas dos técnicos (Seagri); projeto da sede de administração (Seagri); construção da sede da administração (Seagri); projeto da unidade de seleção e embalagens de produtos (Seagri) construção da unidade de seleção e embalagem de produtos (Seagri); desmatamento (SRH); transferência das famílias (Idace); programa emergencial de sustentação (Setas); negociação e contratação de crédito (Seagri); assistência técnica (Seagri); licença ambiental (Seagri) e implantação do Projeto (Seagri). (Dnocs, Plena, 2002).<sup>4</sup>

Conforme observado em pesquisas de campo, o MAB não consegue estabelecer um diálogo integrado com todos esses órgãos de uma só vez. Quando ocorrem audiências em que estão presentes diversos representantes governamentais, em geral, isso se deve ao calor das pressões de marchas, de ocupações de prédios públicos e de rodovias. O Movimento busca realizar as audiências da forma mais participativa possível (com membros de diversas comunidades atingidas, inclusive, com atenção quanto às questões de gênero), e de modo que não sejam em salas fechadas com poucos atingidos. As audiências são mediadas pelos próprios militantes, para que não se ocupe o tempo com assuntos fora das demandas previamente pautadas. Assim, se busca evitar manobras discursivas daqueles que não têm interesse em resolver os problemas e tentam diminuir a autonomia do atingido, o que pode ocasionar audiências infrutíferas e sem encaminhamentos práticos.

Ainda cabe mencionar que os dados quantitativos sobre o número de atingidos tanto por barragens quanto por canais de adução hídrica e pelos projetos de irrigação no São Francisco e no semiárido como um todo, são informações difíceis de precisar. Há falta de transparência quanto aos números oficiais do Estado por não divulgá-los a contento. Quando divulgados, incorrem em grande distanciamento em relação aos números

---

<sup>4</sup> As siglas significam: Secretaria de Agricultura Irrigada e Pecuária do Ceará (Seagri); Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (Idace); Departamento de Estradas e Obras Públicas (Dert); Secretaria de Recursos Hídricos (SRH/Ceará); Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace); Secretaria do Trabalho e Ação Social (Setas).

levantados pelos movimentos sociais, portanto, dificultando as argumentações em favor dos grupos atingidos e até de construções de políticas públicas e legislações especiais para proteger os direitos dessas populações.

Em meio a essa caracterização de populações socialmente fragmentadas pela violação explícita de seus direitos humanos, percebe-se que são histórias que correspondem a uma dinâmica própria para a existência e manutenção da economia-mundo, ávida por lucro. Entre as várias contradições, essa economia provoca o efeito de diásporas compulsórias devido aos grandes empreendimentos hídricos cujo maior financiador isolado vem a ser o Banco Mundial. No Brasil, cerca de um milhão de pessoas já foi deslocada forçadamente por barragens, integrando o quadro de cerca de oitenta milhões de pessoas em todo o planeta. O relatório da Comissão Mundial de Barragens (*World Commission on Dams*, 2006) reconhece que as políticas de compensação do Banco Mundial são fracassadas, tendo gerado mais o empobrecimento das populações atingidas que benefício.

### 3.2 A ASSOCIAÇÃO PRA BARCA ANDAR

Surgida no final dos anos 1980, a Associação pra Barca Andar representa para diversos atores de movimentos sociais, um marco na história da articulação popular no que concerne a englobar ações coletivas das quatro sub-bacias do rio São Francisco. Segundo a Articulação Popular do São Francisco (2009), a Associação é a que melhor se aproxima de uma primeira articulação de toda bacia, pois, integrou a numerosas entidades ambientalistas, religiosas, a movimentos sociais, grupos de estudantes, de artistas e de intelectuais, cujo objetivo era a defesa socioambiental do São Francisco. Antes dela, não há registros de uma articulação similar.

Algumas entidades que compunham a Associação pra Barca Andar estavam estreitamente vinculadas à Igreja Católica, reflexo da notável capilaridade que as comunidades eclesiais de base e pastorais sociais conseguiram alcançar ao longo da bacia. É uma forte influência em diversas das iniciativas de organização popular em defesa do São Francisco.

Alguns dos coordenadores da referida Associação mantêm-se, até hoje, como atores de referência nas resistências populares do São Francisco, como Ruben Siqueira, coordenador nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e Adriano Martins, o sociólogo que também participou da peregrinação com Dom Luiz Flávio Cappio (nesse período, ainda não era bispo) e que o assessorou em suas duas greves de fome.

Como parte da história da Associação, encontra-se a iniciativa de pessoas que viajaram por dezessete dias de barco pelo Médio São Francisco, indo de Pirapora, em Minas Gerais, a Xique-Xique, na Bahia, com o intuito de conhecer os aspectos

socioambientais do rio. Esse grupo também foi composto por membros do Centro de Assessoria do Assuruá (CAA), com trabalhos em diversos municípios baianos, que inclusive já recebiam, nessa época, o apoio de Dom Luiz Flávio Cappio (esse, mais tarde contou com o conhecimento dessa experiência em sua futura peregrinação). A Associação pra Barca Andar durou até 1994, contribuindo para o conhecimento e para a solidariedade entre as organizações da bacia, que viriam posteriormente a formar outras redes de mobilização.

Na fala de alguns militantes, a Associação representou uma articulação ambientalista pioneira no rio São Francisco e, também, um marco nas atividades de comunicação popular voltada às questões de defesa do rio, chegando a ser produzido por ela um jornal educativo.

Era uma atuação limitada [da Associação pra Barca Andar] mas que já transcendia à idéia de região do São Francisco em: Alto, Médio, Sub-médio e Baixo. Já se pretendia uma organização integrada em toda a bacia do São Francisco. Então, a rede [Rede de Educomunicadores do Rio São Francisco] bebe muito dessa experiência da Associação pra Barca Andar, inclusive, dada a seriedade de pessoas que foram da Associação e continuam com trabalhos e resistindo na luta popular (Integrante da Rede de Educomunicadores do Rio São Francisco, jul. 2010, dados de entrevista de campo, em Juazeiro, Bahia).

### 3.3 CAPPIO E A PEREGRINAÇÃO AMBIENTAL PELO SÃO FRANCISCO (1992-1993)

Outro marco histórico da luta ambiental em favor da bacia do rio São Francisco é a peregrinação ecológica do frei Luiz Flávio Cappio e de seus três companheiros: a freira franciscana Conceição Tanajura Menezes, o sociólogo Adriano dos Santos Martins, que coordenava a Associação pra Barca Andar e mantinha trabalhos voluntários na paróquia de Gentio do Ouro, e Orlando Rosa de Araújo, lavrador e sindicalista do município de Brotas de Macaúba. Todos tinham forte atuação social no estado da Bahia. A peregrinação percorreu o rio São Francisco da sua nascente à foz. O objetivo era dialogar com as populações ribeirinhas, aprendendo tanto sobre suas belezas e riquezas naturais e humanas quanto sobre seus principais problemas sociais e ambientais. A experiência foi registrada em diversas cartas reunidas no livro *Rio São Francisco: uma caminhada entre a vida e a morte* (CAPPIO, MARTINS, KIRCHNER, 1995).

A escolha das datas para início e fim da peregrinação, entre 4 de outubro de 1992 e 4 de outubro de 1993, reflete parte do simbolismo místico, permeado de identificações simultâneas entre os peregrinos, a história, a religião e o rio, em que há uma série de coincidências com o 4 de outubro.

O rio São Francisco por ter sido, pela primeira vez, invadido pelos portugueses no dia de comemoração de São Francisco de Assis, em 4 de outubro de 1501, recebeu um

nome de batismo católico em homenagem ao santo que se comemorava no dia. Com isso, encobre-se seu nome tupí, Opará, como era aparentemente mais conhecido por diversas nações autóctones da sua foz.<sup>5</sup> Outra coincidência é a de que Dom Cappio tem aniversário em 4 de outubro, dia de comemoração de seu rio e santo de reverência, pois nasceu em 4 de outubro de 1946, em Guaratinguetá (SP).

Dom Cappio é graduado em Filosofia e Teologia, e em Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas. Ele pertence à Ordem dos Frades Menores (OFM) e à irmandade franciscana da Imaculada Conceição. Atuou durante três anos em periferias urbanas de São Paulo pela Pastoral do Mundo do Trabalho, período em que Dom Paulo Evaristo Arns assumiu a arquidiocese de São Paulo. Desde 1974, atua no vale do São Francisco. Essa foi uma época em muitos padres franciscanos iniciavam importantes trabalhos de cunho popular sob a vertente da Teologia da Libertação, na sua corrente latino-americana, como o caso da inserção de Cappio. Essa pastoral também reflete a influência de Dom Hélder Câmara em um dos setores considerados progressistas da Igreja Católica no Brasil.

Antes de iniciar a peregrinação (1992-1993), frei Cappio contava com quase vinte anos de devoção às populações pobres do vale do São Francisco e já tinha conhecimento prático sobre as riquezas e mazelas sociais e ambientais do rio, dos ecossistemas do semiárido e do cerrado. A notar que o ano de 1992 também fora marcado pela Eco-92, pela ampliação do número de movimentos e de protestos relacionados às questões ambientais, aumentando as possibilidades do diálogo ambientalista-religioso, como o foi também para o teólogo franciscano Leonardo Boff. Os lemas desenvolvidos durante a peregrinação marcam bem o quanto a degradação do rio representa, para eles, a degradação concomitante das populações que vivem em suas barrancas. Tais lemas também se tornaram palavras de ordem na luta contra a transposição e a favor da revitalização do São Francisco, como: rio vivo, povo vivo; rio morto, povo morto; rio ameaçado, povo ameaçado; rio doente, povo doente; rio agredido, povo agredido; rio explorado, povo explorado.

A peregrinação marca um ponto de inflexão, um rito de passagem do Cappio frei da localidade de Barra para o Cappio conhecido por seu engajamento político nacional, que leva consigo o apoio explícito dos outros três peregrinos, que também estiveram a seu lado durante suas duas greves de fome que vieram posteriormente.

---

<sup>5</sup> Aparentemente, a maior parte das populações do Baixo São Francisco pertencia ao tronco Macro-Jê (MELLATI, 1976). Isso indica que Opará também é uma designação posterior visto ser um vocábulo Tupi, língua utilizada pelos portugueses como língua franca. Não se pode inferir quantos foram os nomes dados ao curso do rio. Sabe-se que ao longo de todo o rio habitavam inúmeros grupos indígenas que foram vítimas de etnocídio. Os grupos sobreviventes, aldeados pelos missionários, foram forçados ao esquecimento das suas línguas originárias. Assim é que, no Nordeste brasileiro, apenas o grupo indígena Fulniô, localizados no estado de Pernambuco, têm mantido língua particular.

Ressalte-se que a peregrinação foi importante para que Dom Cappio, mais tarde, na época da greve de fome, fosse reconhecido com mais facilidade pela comunidade religiosa do São Francisco, como uma liderança com legítimas preocupações voltadas para as populações ribeirinhas que, prontamente, responderam a seu chamado de mobilização.

A cultura no vale do São Francisco é permeada por fortes resistências populares, muitas delas marcadas por figuras de peregrinos como Antônio Conselheiro. Assim, não se sabe exatamente: se isso representa uma herança de resistência que se ressignifica; se há uma releitura dessas resistências; até que ponto essas histórias são lembradas no imaginário de moradores da região e têm contribuído para que os eles reconheçam o bispo como agente legítimo para representar a luta em defesa das populações ribeirinhas; o quanto esse imaginário pode ter influenciado no poder de Dom Cappio de chamar a mobilização de diversos grupos.

Não obstante, nota-se que os grupos de romeiros atuais não são os mesmos da época de Antônio Conselheiro – e que também há que se desmitificar que esses eram grupos de fanáticos religiosos e que tampouco se constituíam em movimentos messiânicos, ainda, aqui se resgata que o grupo de Antônio Conselheiro era anti-republicano e em prol da monarquia (GALVÃO, 2001; NOGUEIRA, 1974; QUEIROZ, 1965) – e que as romarias atuais vêm cada vez mais se politizando coletivamente, não no sentido de movimentos antissistêmicos, mas de toda forma, críticos ao modo de produção capitalista, desde as perspectivas da religiosidade católica não hegemônica. Ressaltando-se, nessa esfera das realidades das organizações sociais, que não existe tipo ideal de organização.

Cabe registrar o grande conhecimento que o grupo de frei Cappio obteve sobre as diversas entidades religiosas e sociais atuantes na bacia sanfranciscana. Fato que se verifica com as mais de trezentas cartas enviadas às entidades populares, assim como a 16 dioceses e a 97 paróquias ribeirinhas. Todas enviadas pelo grupo de peregrinos antes de partirem à viagem pelo rio. O grupo percebeu um campo social pendente de comunicação e de articulação entre as lutas sociais da bacia sanfranciscana.

Será discutido adiante que, para determinados grupos, como os de políticos, os de empresários e os que representam a mídia brasileira, foi o *modo de protestar* e não os *motivos do protesto*, o que mais se usou meticulosamente para deslegitimar o protesto do bispo. Com isso a visibilidade das justificativas ficou opaca, esvaziando as greves de fome de seu teor político. O movimento foi vinculado a imagens estereotipadas, calcadas no fanatismo religioso, na “ignorância popular”. Parte de um discurso ideológico que foi construído para oprimir qualquer forma de insurreição popular relacionada à religião, como se verifica desde Canudos e Contestado.

A crueza da realidade social do São Francisco, testemunhada antes, durante e depois da peregrinação, marca e modela a visão que Dom Cappio tem dos problemas do

vale sanfranciscano. Compreender a visão de Cappio e a de seu grupo de peregrinos a respeito das necessidades das populações do São Francisco é entender parte dos motivos que sublinharam a chamada radicalidade presente nas greves de fome de 2005 e 2007 e que foram silenciados pela grande mídia.

Para buscar um pouco dessa compreensão, recorre-se aqui a parte dos relatos registrados pelo grupo durante o percurso pelo São Francisco e que foram publicados em Cappio, Martins e Kirchner (1995). Entende-se esse livro como subsídio a outras análises, por tratar-se de relevante diagnóstico sobre as vulnerabilidades socioambientais em que viviam as populações ribeirinhas, nesse período do início da década de 1990, em que houve forte avanço dos grandes projetos de irrigação e barragens, sob o paradigma do hidronegócio e do agronegócio, no rio São Francisco.

À época da peregrinação, o Brasil estava sob transição política devido ao *impeachment* presidencial de Fernando Collor de Mello, que renunciou em 2 de outubro de 1992, quando Itamar Franco assumiu o governo. Nesse período, a transposição do São Francisco não foi publicizada como projeto de governo, embora houvessem planos sendo costurados por órgãos públicos de ações no Nordeste brasileiro, como o Dnocs.

As preocupações das organizações do vale do São Francisco se voltavam para sua conservação ambiental; a transposição não estava em pauta. Até mesmo um projeto da envergadura de uma *revitalização* ampla não era assim mencionado. Falava-se em *reflorestamento* das margens do rio como ações em políticas públicas para o cuidado ambiental do rio. Durante e depois da peregrinação, o grupo de Cappio também se direcionou às autarquias públicas municipais, estaduais e do governo federal, enviando cartas à Presidência da República com cobrança e alerta sobre os cuidados necessários para com o rio e para com suas populações. O grupo chegou a receber a visita do então ministro do Meio Ambiente, Rubens Ricupero, que posteriormente escreveu carta endereçada ao Grupo de Ambientalistas da Bahia (Gamba):

Conversei pessoalmente com Frei Luiz e alguns de seus companheiros na peregrinação pelo São Francisco, e tenciono encontrá-los brevemente em um ponto às margens do rio para discutir o assunto e estudar formas de ampliar o esforço de mobilização popular em favor da proteção ambiental na área da bacia, no próprio rio e em seus afluentes. Por instruções minhas, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal deverá em breve assinar convênios com as prefeituras dos municípios próximos às cabeceiras do Rio São Francisco com o objetivo de promover de imediato o reflorestamento da região [...] (RICUPERO, 22 dez. 1993, Carta nº 109 MMA/Gabin, p. 1).

### 3.4 O COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO (CBHSF)

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) foi criado com a aprovação do Decreto Presidencial de 5 de junho de 2001. O país passava por um momento de elaboração, aprovação e consolidação de legislações ambientais. Especificamente ao que se refere aos recursos hídricos, é importante mencionar a Lei 9433/97 instituindo a Política Nacional de Recursos Hídricos e, criando o Sistema Nacional de Gerenciamento Hídrico. A Lei foi fortalecida pela Resolução n.º 5 do CNRH por essa determinar os aspectos para a condução e atribuições dos Comitês de Bacia Hidrográfica (BRASIL, 2000).

Para se compreender os motivos pelos quais o CBHSF defende ter sido ilegal a aprovação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf), pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), torna-se necessária a discussão sobre alguns méritos da Lei 9433/97. Seu art. 1º, inciso VI dispõe que “a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.” Para fortalecer a participação da sociedade civil decidindo junto ao Poder Público nos processos decisórios, a Lei atribui aos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) a agência de espaço de legitimidade para discussões e deliberações de modo participativo com a coletividade de usuários da bacia. Cabendo aos CBH a aprovação do Plano de Recursos Hídricos de cada bacia, seu acompanhamento e execução de suas metas com o apoio das instâncias públicas cabíveis (art. 38, incisos III e IV), assim: “Os Planos de Recursos Hídricos são planos diretores que visam a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos.” (Art. 6º). Eles são instrumentos importantes para a gestão do uso das águas de modo a considerar os aspectos de sustentabilidade ambiental.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco no uso das suas atribuições legais aprovou o Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio do São Francisco 2004-2013 (Plano da BHSF) em 17 de junho de 2004. Sobre a possibilidade de que um projeto de transposição viesse a ser colocado em discussão perante o Comitê, esse adiantou a seguinte deliberação no Plano da BHSF:

Entendendo que o Comitê não pode ficar insensível ao problema da seca no Nordeste, referenda a Transposição exclusivamente para abastecimento humano e dessedentação animal, desde que atenda critérios específicos para este uso, não excedendo o limite máximo de vazão de 12 m<sup>3</sup>/s, que equivale ao valor previsto para consumo na bacia do rio São Francisco em 2013. (CBHSF, p. 239).

E mais adiante no documento, essa decisão é corroborada da seguinte forma:

Relativamente aos projetos de transposição de águas para uso de populações externas à Bacia, a Câmara reafirma sua

concordância em outorgar água para abastecimento humano e dessedentação de animais, mas estabelece como condicionantes, para outorga desses usos, que sejam efetivamente avaliadas:

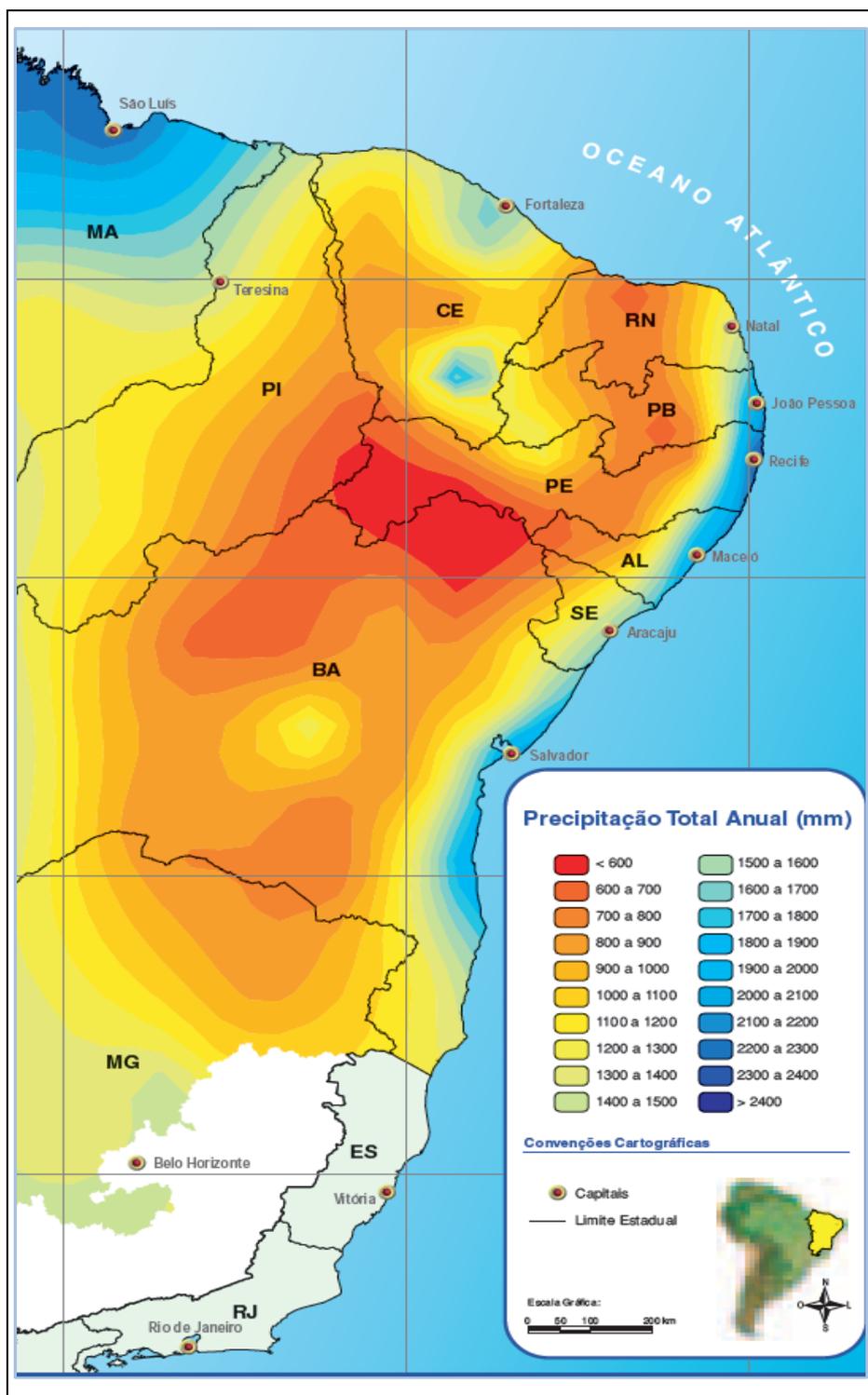
- a) As reais demandas das populações das bacias receptoras e a indisponibilidade hídrica nestas bacias;
- b) Que seja observado o limite máximo para uso externo das águas do rio São Francisco, a ser estabelecido pelo Comitê, de forma que não ultrapasse o total atualmente consumido pelas populações do semi-árido da Bacia do São Francisco;
- c) Que as transposições para abastecimento humano sejam compatibilizadas com sistemas alternativos de acumulação de água de chuva e exploração de água subterrânea. (CBHSF, p. 243-244).

Logo após ter sido aprovado o Plano da BHSF, o MI lançou em julho de 2004, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Pisf à apreciação do Ibama. No EIA, as indicações para o uso das águas do São Francisco são conflitantes com o que determina o Comitê.

Entre o que o Comitê havia estipulado e o que o projeto de transposição pretendia, tem-se alguns aspectos conflitantes. Para o Comitê, a taxa de outorga de uso da água fora da bacia poderia ser no máximo, de 12 m<sup>3</sup>/s; enquanto para o Pisf, a vazão hídrica máxima da transposição poderia alcançar até 127 m<sup>3</sup>/s. Para o Comitê, o consumo dessa água seria de exclusividade para uso humano e dessedentação animal; enquanto o Pisf, extrapolava esse uso para os setores de produção agrícola irrigada, para produção de camarão e pesca, e para o uso industrial (cf. BRASIL, MI, *et. al.* 2004b, p. 2-14). Para o Comitê, uma transposição apenas ocorreria com a comprovação inequívoca de escassez hídrica. No entanto, o EIA não estava alicerçado pelos dados compatíveis com a realidade de disponibilidade hídrica, conforme diversos documentos seguidamente vieram comprovar (cf. SBPC, 2004; Ipea, 2011).

Sobre esse último critério relativo à necessidade de comprovação de escassez hídrica para as regiões receptoras de água da transposição, o CBHSF exigiu pareceres formais da ANA, contudo, sem recebê-los. Todavia, o Atlas Nordeste, documento técnico da própria ANA, indica que o vale do rio São Francisco possui uma extensa área com o menor índice pluviométrico do Nordeste e que as regiões receptoras das águas da transposição são, em grande parte, aquelas com maior índice pluviométrico dentro da região semiárida brasileira (Ilustração 4).

Ilustração 4 – Precipitação média anual conforme Atlas Nordeste (ANA 2006)



Fonte: BRASIL, ANA, 2006.

Dessa forma, o mapa indica que a área de precipitação pluviométrica mais baixa do Nordeste (menor que 600 mm) está localizada no próprio vale do rio São Francisco e contígua a ele. Mostra também áreas do Ceará (Cariri, vale do Jaguaribe, e regiões próximas a Fortaleza) divulgadas genericamente como de escassez hídrica pelo Pisf, na

realidade, como sendo regiões de maior índice de precipitação pluviométrica do Nordeste, entre 1.500 a 2000 mm.

Discute Jorge Khoury (2008) que o processo de aprovação do Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco implicou um amplo processo de participação por meio de atividades que envolveram cerca de 1.200 pessoas. Ocorreram consultas públicas nas diferentes regiões fisiográficas da bacia, discussões em Fóruns, reuniões das Câmaras Técnicas e do Grupo de Trabalho, bem como, duas reuniões plenárias com a finalidade de julgar o Plano. Dada a discordância de membros do governo federal a respeito das deliberações sobre os usos externos à bacia da água do São Francisco, foi realizada uma plenária exclusivamente para discutir esses aspectos. Na ocasião, o resultado final da votação sobre o tema decidiu mediante 42 votos contra 4 (os quatro votos foram todos de membros do governo federal), pela prioridade de outorga da água do rio São Francisco para uso interno à sua própria bacia e, para o uso externo, como antes mencionado, apenas para uso humano e dessedentação animal.

No entanto, a transposição está orientada para que se utilize cerca de 70% dos recursos hídricos desse projeto para atividades de irrigação e carcinicultura, 24% para uso industrial e, apenas 4% para o consumo humano e dessedentação animal (PAD, 2009; HERINGER, 2007).

Cabe ainda notar que a Lei 9433/97 é clara quanto à convalidação da outorga de água pela ANA em conformidade com o aprovado e preceituado pelo Plano de Recursos Hídricos por meio do seu CBH: “Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos [...]” (art. 13º).

O Plano da BHSF 2004-2013 (CBHSF, 2004) indica que a vazão média regularizada do rio São Francisco é de 1.850 m<sup>3</sup>/s. Sobre o uso desse aporte hídrico, há a exigência do Ibama que assegura a vazão mínima de 1.300 m<sup>3</sup>/s de chegada de água à foz do rio. Para a segurança de funcionamento das hidrelétricas do São Francisco, está outorgada ao setor elétrico uma vazão média de 185 m<sup>3</sup>/s. Portanto, restando o máximo de 365 m<sup>3</sup>/s para usos consuntivos, isto é, para usos fora da calha fluvial do rio. Essas quantias balizaram o Plano da BHSF para permitir que fossem outorgados para usos consuntivos até no máximo 360 m<sup>3</sup>/s. Notando-se que as outorgas preexistentes já alocavam 335 m<sup>3</sup>/s da vazão outorgada, assim, restando o máximo de 25 m<sup>3</sup>/s de vazão hídrica outorgável para os futuros usos consuntivos.

O Pisf (2004b) indica que a transposição de águas baseia-se em uma vazão mínima de 26 m<sup>3</sup>/s, vazão média de 65 m<sup>3</sup>/s e, vazão máxima de 127 m<sup>3</sup>/s. Em que pesem o preestabelecido pelo Plano da BHSF para o saldo disponível para futuras outorgas (25 m<sup>3</sup>/s) e, pelo o que o Pisf requer de vazão mínima (26 m<sup>3</sup>/s), percebe-se que o Pisf atuará sobre o

déficit de 1,4 m<sup>3</sup>/s; notadamente, dificultando o uso da disponibilidade outorgável de vazão hídrica na própria bacia, o que deveria de ser o uso de prioridade como recomenda o Plano.

Sobre a disponibilidade hídrica conjunta dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, o Plano da BHSF (CBHSF, 2004) aponta ser essa de 285 m<sup>3</sup>/s. Portanto, sendo uma incongruência a necessidade de se ocupar mais que o aporte outorgável de 25 m<sup>3</sup>/s da bacia. Causando maior discrepância ainda, os cálculos de uso de vazão máxima de 127 m<sup>3</sup>/s a ser utilizado pelo Pisf. Assim, torna-se indagativo o fato do Pisf defender que esses estados não têm alternativas para a demanda de seus consumos hídricos internos.

A despeito dessas contradições, em regime de urgência, atores do governo federal, defensores do Pisf, solicitaram para o dia 30 de novembro de 2004, uma audiência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (composto por mais de 50% de seus membros oriundos do próprio governo federal) para deliberar em votação sobre o Pisf. Um Mandado de Segurança foi impetrado pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Distrito Federal contra a presidente do CNRH, a então ministra do MMA, Marina Silva, impedindo que o Pisf fosse à votação. Apesar da liminar judicial, em 17 de janeiro de 2005, o CNRH se reuniu sem mesmo conclamar a participação das Câmaras Técnicas, aprovando o projeto. Na ocasião, não foi realizada nenhuma menção ao Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2004-2013, principal instrumento de gestão da bacia, resguardado sob a legitimidade da Lei 9433/97 e pela Resolução n. 5 do CNRH de 2000 e suas atualizações (CBHSF, 2005).

No dia seguinte à aprovação do Pisf, a ANA realizou a outorga hídrica preventiva para a transposição. Dessa forma o CNRH, desconsiderou o Plano da BHSF positivado e referendado na participação popular e em inúmeros estudos técnicos, preferindo aprovar o Pisf com base em apenas uma reunião e em uma só Nota Técnica da ANA (n.º 492, 23 set. 2004). A ANA discorreu apenas que o rio São Francisco possuía disponibilidade hídrica suficiente. A Nota Técnica foi, posteriormente, motivo de interpelações jurídicas devido à suspeitas de fraudes (CBHSF, 2005).

No decorrer das atividades do CBHSF, percebe-se que o período entre 2004 e meados de 2005 foi um momento de esperança por parte dos opositores à transposição. Esses estavam confiantes, respaldados no poder legalmente instituído do CBHSF, por sua função como espaço deliberativo a partir da participação de atores situados na esfera pública e na sociedade civil organizada, pois, a princípio, as decisões aí tomadas sobre o uso da água do rio deveriam ser acatadas pelo Poder Público.

Dado o crescente avanço das forças favoráveis à transposição dentro e fora do governo federal, bem como devido à ineficiência de frear o projeto via CBHSF e por pleitos jurídicos, começou-se a tentar também outras estratégias na tentativa de ampliar a discussão para além das organizações existentes na própria bacia sanfranciscana. Algo

desafiador visto a dimensão geográfica e heterogeneidade de movimentos, sindicatos e ONGs em questão.

Em meados de 2005, os agentes governamentais estavam entusiasmados com o andamento do cronograma do Pisf. Para eles, os maiores limites já haviam sido superados diante da forjada concretização do pacto federativo e das soluções jurisdicionais para contornar os limites de outorga deliberados pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco, fortes opositores que até então haviam impedido o andamento do Pisf.

Nesse período, os gestores do Pisf ocupavam-se do cronograma do projeto junto aos órgãos federativos ambientais e realizando atividades referentes ao sistema financeiro frente ao Tesouro Nacional, um momento de fulcral importância ao avanço do projeto, prestes a sua divulgação como *fato consumado*, como o é de costume quando os responsáveis pelas grandes obras estruturantes obtêm as licenças ambientais.

Então, por outro lado, as alianças de resistência popular davam organicidade a uma rede de mobilização coletiva, formada por inúmeros atores sociais em defesa do rio São Francisco, em que muitos operavam participação dentro do próprio CBHSF. O momento histórico pelo qual a rede passava obrigava-a a desafiar o governo federal diante de uma severa assimetria de forças.

### 3.5 A REDE DE RESISTÊNCIA POPULAR CONTRA A TRANSPOSIÇÃO

As ações coletivas de resistência contra a transposição do rio São Francisco foram executadas por uma complexa rede de atores sociais, individualmente e na forma de organizações. A rede foi formada por inúmeros integrantes que indagaram e se colocaram em oposição ao modo de produção capitalista. A rede uniu forças em favor do rio São Francisco e dos povos do Nordeste. Assim, ser contra a transposição tem vários sentidos para esses agentes.

O tipo de resistência contra a transposição agregou movimentos situados nas diversas categorias de luta, como a operária, a camponesa e mesmo a ambientalista, em defesa do São Francisco e dos povos que nele se espelham, bem como, nos nordestinos rios Jaguaribe, Paraíba e Apodi. A rede retrata a diversidade de populações que habitam o sertão (não apenas no sentido de oposição ao litoral, no sentido euclidiano, mas como lugar onde os sertanejos moram), os indígenas, os sem-terra, os atingidos por barragens, os fundos de pasto, os ribeirinhos, os urbanos de capitais, os pescadores de rios e açudes, os vazanteiros, os barranqueiros, os quilombolas e outros.

## Ilustração 5. Símbolo da resistência popular contra a transposição



Fonte: ARTICULAÇÃO POPULAR DO SÃO FRANCISCO, 2007.

Pela profundidade política que a rede de resistência engendrou e pelas articulações que surgem no caminho por ela traçado, pode-se vislumbrá-la como representando uma classe de oprimidos, considerando-se esses na forma que Marx os define em *Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte* e, como é retomado por Spivak (1994), em que a partir do momento em que uma quantidade de pessoas vive em uma certa condição de existência e que se reúnem para derrubar um tipo de poder (aqui o sentido de poder não está reduzido à tomada de poder de Estado), essas podem ser nominadas de classe. Spivak menciona a passagem em que Marx discute classe:

A contenção de Marx aqui é que a definição descritiva de uma classe pode ser um diferencial – um corte e uma diferença de todas as demais classes: “na medida que milhões de famílias vivem sob condições econômicas de existência que separam o seu modo de vida, seus interesses e suas formações daqueles de outras classes e colocam-nos confrontados como inimigos [feindlich gegenüberstellen], eles formam uma classe” (1994, p. 70-1, tradução nossa).

Uma versão brasileira da passagem de Marx é a seguinte:

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. (2011, p. 142-143).

Entre os elos mais fortes e ativos que compõem a rede de resistência, ao que se pode concebê-la como classe oprimida, estão os movimentos sociais populares, sobretudo os camponeses, que possuem abrangência nacional e têm atuação massiva. É o caso do MAB e do MST. Ao lado desses, estão as pastorais religiosas da Igreja Católica, com a relevante participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Essas organizações têm atuações bem diferentes, mas possuem enormes afinidades políticas entre si: pretendem aumentar o acúmulo de forças sociais para a

construção do socialismo, sem que se almeje o poder de Estado como objetivo. Entre outros motivos, a identidade política dessas organizações permite um fluxo comunicacional de confiança mútua, o que também é fortalecido devido ao fato delas também conformarem a Via Campesina brasileira. Elas têm forte trabalho de base em âmbito nacional e com largas trajetórias. A CPT atua desde 1975, o MST desde 1985 e o MAB desde 1991. No semiárido, criam práticas alternativas com muitos ganhos na busca de soluções pautadas na valorização da sustentabilidade ambiental e econômica dos sertanejos, via de regra, resultantes de suas próprias vivências coletivas.

Tanto o MAB, como o MST e a CPT têm bases regionais em Juazeiro da Bahia. Essa região é tida como o “coração do sertão” por ser o maior centro urbano (Juazeiro e Petrolina) localizado no centro do semiárido. Nessa mesma localidade, atuam o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Conselho Pastoral da Pesca (CPP) e o Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada (Irpaa). Essa última é uma ONG próxima aos movimentos sociais. Essas organizações atuam ativamente na rede resistência, estando presentes nos eventos como, na Manifestação em Brasília, na Ocupação do Canteiro de Obras, e nos apoios às greves de fome de Dom Cappio, entre outras atividades.

O fato desses atores se localizarem em Juazeiro da Bahia, privilegiou o fortalecimento de laços anteriormente construídos entre eles e os indígenas Truká, entre outras etnias. A proximidade espacial de cerca de 200 quilômetros entre Juazeiro e Cabrobó (PE), facilitou a comunicação entre esses elos da rede de resistência a integrar movimentos camponeses, quilombolas e indígenas da região. Cabrobó, em termos de levantes de enfrentamento político contra a transposição, tornou-se uma das localidades mais conhecidas. Aí é onde habitam e resistem cerca de 4.200 trukás na ilha Assunção, é onde foi local da greve de fome de Dom Cappio de 2005 e, é de onde parte o Eixo Norte da transposição, palco da Ocupação do Canteiro de Obras da transposição em 2007.

Os Truká, juntamente com parte de outras etnias que habitam o vale do São Francisco, como os Tuxá, os Tumbalalá, os Kambiwá e os Pipipã, observam que eles já haviam sido desterritorializados, atingidos por barragens (Sobradinho, Itaparica e Moxotó).

A etnia Tumbalalá, em processo avançado de luta pela demarcação de suas terras junto à Fundação Nacional do Índio (Funai), está prevista para ser atingida pela hidrelétrica Pedra Branca, a ser construída no rio São Francisco. Motivo pelo qual, o processo de licenciamento da barragem se encontrou paralisado. Já as terras Kambiwá e Pipipã serão atingidas pelo Eixo Leste da transposição. Outros povos, como os Anacé, do litoral cearense, também foram afetados pelas obras do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), interligado ao macro-plano econômico do Nordeste vinculado à transposição.

Esses indígenas estão integrados à Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime) que contabilizou 34 etnias como afetadas pela transposição. A Apoime assessora os indígenas em ações jurídicas frente ao Estado.

No Nordeste, a capilaridade dos movimentos populares e das pastorais sociais, permitida pela organização de base de seus militantes, foi decisiva para que a resistência contra a transposição fosse multiplicando-se, apesar de todas as barreiras impostas pelo Estado. Nos momentos em que realizam trabalhos de conscientização, militantes do MAB e de outros movimentos populares são elucidativos em seus exemplos quanto aos malefícios que os projetos capitalistas em rios causam à população pobre. Nesse processo, explicam que um dos objetivos entre suas pautas reivindicatórias é o exercício pleno de seus direitos à água, bem como, se confere na Carta Aberta do *Encontro do atingidos e atingidas pela transposição do rio São Francisco*, ocorrido em Campina Grande (PB), em 2010:

“Querida esta água; mas não esperava que fosse desse jeito...”;  
“querida esta água, mas não queria sair...” são queixas muito ouvidas esses dias. Queremos água, terra e vida digna, mas dentro de um modelo que respeite a nossa cultura. O semiárido brasileiro é viável, tem água. São 70 mil açudes e 36 bilhões de metros cúbicos de água acumulada. [...] O que precisamos é democratizar o acesso a esse bem tão precioso para a vida de todos nós.

Isso é o que motiva a nossa luta e resistência. Por isso afirmamos o nosso compromisso em nos mobilizar e continuar na luta para que tenhamos vida e em abundância. A história da Transposição não é nova, é a reedição de folhetins que conhecemos de outros canais. (FRENTE PARAIBANA EM DEFESA DAS TERRAS, DAS ÁGUAS E DOS POVOS DO NORDESTE; *et. al.*, 19 jun. 2010).

Em geral, os atingidos expulsos de suas terras não conseguem uma indenização mínima, quando reassentados têm acesso limitado à água. Não raro, são servidos por água de baixa qualidade de carros-pipa. Lembrem que o acesso direto à água da barragem ou dos canais próximos, como o Eixo de Integração no Ceará, lhes é impedido, havendo por isso, frequentes conflitos entre os reassentados, que tentam sobreviver como podem, e os vigilantes e policiais armados do governo.

Esses grupos estão sendo novamente impactados, dessa vez, pela transposição. A partir dos encontros populares dos atingidos pela transposição, emerge a construção de uma nova consciência sobre suas identidades como sujeitos coletivos por estarem sendo, reiteradamente, violados em seus direitos. Nos seus diálogos, evidenciam que a transposição nasceu com um grande passivo socioambiental, gerado antes mesmo de ser iniciada a sua construção; basta ouvir os relatos de atingidos por barragens e por canais de adução hídrica que serão conectadas à transposição – como, a barragem do Castanhão e o Eixo de Integração, no Ceará; as barragens Coremas-Mãe d’Água e Acauã, o Canal da

Redenção, na Paraíba; a barragem Armando Ribeiro Gonçalves e Santa Cruz, no Rio Grande do Norte, entre outros. Esses empreendimentos, também parte do projeto de transposição, forçosamente implicaram o deslocamento compulsório de grande número de famílias atingidas, e a degradação de ecossistemas que ficaram submersos.

Sobre a atuação do MST no Nordeste, cabe notar que esse, diante da tarefa de apresentar demandas específicas direcionadas à possibilidade de criar novos assentamentos e melhorar a infraestrutura dos existentes, muitas vezes, se viu obrigado a pressionar não somente o Incra mas também o Dnocs (mesmo órgão com que o MAB no Nordeste, é acostumado a lidar). O intuito é que sejam destinadas áreas com possibilidades de cultivo irrigado aos trabalhadores rurais. O MST compreende, portanto, parte das estruturas tradicionais de Estado que privilegiam as elites com terra e água e percebe que a maioria dos canais irrigação existentes estão inutilizados. Percebe ainda, que assentamentos conquistados tornam-se, de uma hora para outra, territórios atingidos por barragens, transposições, irrigações, seguindo uma lógica da contra-reforma agrária do Estado desfazendo o pouco do promovido em favor da reforma agrária.

Assim, o debate sobre uso e acesso aos recursos hídricos é central, tanto a um movimento como o MST quanto ao MAB, aos indígenas e aos quilombolas. Dessa forma, notam-se as identidades dos sujeitos oprimidos sendo imbricadas, sobrepostas em cada um desses movimentos: o indígena atingido por barragem; os camponeses do MST lidando com a questão da identidade negra (o estado da Bahia é um nos quais o Movimento mais possui famílias organizadas em assentamentos e acampamentos); o MAB com seus quilombolas ameaçados por represamentos (como ocorre com as futuras usinas hidrelétricas Pedra Branca e Riacho Seco<sup>6</sup>, no rio São Francisco). Todos, concomitantemente, são identificados com a opressão patente, representada pela transposição imposta, e com uma ampla luta massiva em defesa dos direitos humanos e de justiça ambiental, quando exigem não somente a revitalização urgente do rio São Francisco, como também a dos rios: Parnaíba, Jaguaribe, Piranhas-Açu, Apodi, Paraíba, Capiberibe, Moxotó e Brígida e outros tão vitais aos povos sertanejos e das grandes cidades do Nordeste.

Na heterogeneidade de sujeitos que apoiaram a resistência contra a transposição e que estiveram bastante visíveis nos momentos dos jejuns de Dom Cappio, encontram-se os grupos de romeiros. Em geral, eles têm suas falas suprimidas e são destituídos de razão política sobre a realidade do São Francisco, pela grande mídia. Em muitas das narrativas jornalísticas, eles foram mostrados apenas como grupos levados pela fé cristã, que atendiam a um apelo messiânico, como se repetindo as imagens do filme *Deus e o Diabo na*

---

<sup>6</sup> A construção dessas duas barragens implicará a expulsão de mais 20 mil pessoas de municípios localizados nos estados da Bahia (Curaçá, Abaré e Juazeiro) e Pernambuco (Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande, Orocó e Cabrobó).

*Terra do Sol*, de Glauber Rocha, marcadas pelo fanatismo, pelo banditismo social e pela terra crestada pelo sol.

Esses grupos de romeiros não são alheios à organização política; muitos são os mesmos sujeitos que conformam as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e que preparam seus encontros nacionais interclesiais. Fazem parte das 14 pastorais sociais vinculadas à CNBB, como a CPT e a CPP e, organizam os encontros regionais das Romarias da Terra e da Água. Em 2010, fez-se o 33º encontro da região Nordeste, reunindo dez mil pessoas em Bom Jesus da Lapa (BA)<sup>7</sup>. Não se tratam de massas conduzidas por sua condição alienada. Boa parte está, há muito, refletindo sobre suas realidades como sujeitos explorados e sobre como podem intervir para melhorar a qualidade de vida no semiárido. Portanto, reside aí uma parcela considerável da resistência popular.

Por último, vale considerar que as discussões da rede de resistência se encontraram presentes em inúmeros espaços de união e intercâmbios entre lutas sociais, como, na Assembleia Popular, no Grito dos Excluídos, nos encontros nacionais e internacionais dos povos indígenas e afrodescendentes, no Fórum Social Mundial, nos Encontros da Via Campesina Internacional, nos Encontros Internacionais dos Povos Atingidos por Barragens. Momentos nos quais os sujeitos militantes podem perceber são atingidos por um mesmo sistema-mundo capitalista, com seu modelo e lógicas padronizados, aquele que impõe aos povos oprimidos dos países da América Latina, da África e Ásia, as mesmas cenas de exploração dos seres humanos e da natureza.

### 3.6 A ARTICULAÇÃO POPULAR DO SÃO FRANCISCO (APSF)

Um importante passo para o fortalecimento da articulação popular em torno do rio São Francisco é quando, em 2005, diversos movimentos unem-se para realizar um diagnóstico socioambiental da bacia e do ponto de vista dos povos do São Francisco. Para tanto, foram programados quatro *mutirões de visitas*, um em cada sub-bacia do São Francisco. Esses mutirões foram caracterizados por um posicionamento muito claro: os movimentos e entidades populares deveriam urgentemente se fortalecerem de modo orgânico.

Os mutirões convergiram para um grande encontro com representações de toda a bacia, ocorrido em Bom Jesus da Lapa, na Bahia. Houve a construção de uma agenda de

---

<sup>7</sup> Para compreender-se um pouco da dimensão política que é discutida na Romaria da Terra e da Água, destacam-se os temas abordados em 2010: “Que Reforma Agrária queremos?; Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga como patrimônio nacional; Quilombos: territórios de resistências, guardiões das águas; O rio São Francisco e o negócio da água; Povo de Deus na luta política pelo bem comum; Terra, mãe da juventude: presente que temos, futuro que queremos; CEBs e Ecologia”. Ainda, o evento englobou o lançamento no Nordeste da Campanha Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra. Em 2006, o tema principal foi “São Francisco Vivo! Terra, Água, Rio e Povo!”, o lema da Articulação Popular do São Francisco.

lutas em comum a favor dos grupos oprimidos, da revitalização do rio e pautada no rechaço à transposição do São Francisco. Levanta-se um debate estratégico para tornar as questões do São Francisco uma esfera de cuidado de toda a sociedade brasileira, convergindo esforços para melhorar a situação das populações do semiárido. A partir desses debates, é que se estabelece a Articulação Popular do São Francisco.

Em meio ao período de organização dos mutirões, surge o protesto da greve de fome do bispo Dom Cappio, que veio influenciar as dinâmicas de atuação da Articulação.

A CPT e a CPP organizam, por sua vez, o Projeto São Francisco, que se trata de uma articulação conjunta em apoio às lutas em defesa do rio São Francisco. Esse projeto também faz parte da Articulação Popular do São Francisco.

### 3.7 A GREVE DE FOME

Diante do aceleramento dos processos para a concretização do Pisf e do fato das ações das resistências não estarem conseguindo frear o projeto, é que Dom Cappio decide insurgir-se radicalmente contra a transposição e a favor da revitalização do rio São Francisco. Fato cabalístico ou não, o mesmo dia em que Dom Cappio inicia sua greve de fome foi dia de comemoração do nascimento de São Francisco, 26 de setembro.

A partir desse dia, o bispo promove a greve de fome com a promessa de que a faria por tempo indeterminado até que o próprio presidente da República se comprometesse com a suspensão do Pisf (nesse momento, Dom Cappio ainda não exige cancelamento definitivo da transposição). Também reivindica um amplo e transparente debate nacional sobre a revitalização e as alternativas à transposição, com o intuito de se efetivar o acesso à água de qualidade para toda população nordestina. Para tanto, Dom Cappio obteve o apoio de outros bispos da CNBB, que entregam uma carta do religioso à Presidência da República. A carta ressalta que Dom Cappio estaria disposto a sacrificar sua própria vida pela vida do rio São Francisco (Anexo A).

A primeira greve de fome de Dom Cappio totalizou onze dias, a contar entre 26 de setembro e 6 de outubro de 2005. O lugar escolhido para o protesto foi Cabrobó, em Pernambuco. Em apoio ao bispo, convergiram para o local cerca de 1.200 pessoas de 60 organizações. Pastorais religiosas e movimentos interligados à Via Campesina se solidarizaram de imediato com Dom Cappio devido tanto às demandas por ele apresentadas quanto pela própria vida do religioso. Os debates desses atores concordavam que a oportunidade deveria ser direcionada para que a greve deixasse de ser apenas um ato individual para se tornasse um protesto popular coletivo contra a transposição. O ato da greve acabou sendo realizado também por outros religiosos e militantes sociais, a exemplo de quatro integrantes do MPA.

Cabe registrar como parte da conjuntura política da greve de fome, que quatro dias antes do seu começo, no dia 22 de setembro de 2005, que a ANA concedera o Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica (Certoh) ao Pisf (BRASIL, ANA, 22 set. 2005). Esse certificado é uma licença formal necessária às obras de infraestrutura hídrica a partir de R\$ 10 milhões, implantadas ou financiadas pela União. Até então, para o governo federal, o projeto caminhava sem muitos atropelos e em seu tempo regular.

As críticas do governo federal à greve de fome de Dom Cappio centraram-se na afirmativa de que o protesto representava uma ação individual do bispo, não refletindo a posição da maioria da população. Entretanto, face à midiaticização do caso (muitas vezes, com ângulo favorável à transposição) e, portanto, devido aos olhares da sociedade brasileira, grande parte religiosa e católica, o governo federal foi pressionado a conceder atenção ao protesto de Dom Cappio.

A greve de fome fez com que o ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, se dirigisse a Cabrobó, para negociar o fim do protesto com Dom Cappio. No processo de diálogo, o ministro assina uma carta que gera controvérsias, pois, nessa não há nenhum indicativo de algo que possa se dizer sinônimo de suspensão ou adiamento do Pisf: “[...] o Governo Federal assegura que será prolongado o debate em torno do processo de transposição das águas do rio São Francisco, ainda na fase anterior ao início das obras, para o esclarecimento amplo de questões que ainda suscitem dúvidas e divergências.” (BRASIL, SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, WAGNER, 05 out. 2005, p. 1). Por um lado, há a versão de Dom Cappio e de algumas lideranças dos movimentos sociais afirmando que o ministro assegurara, na reunião, que o governo federal não continuaria com os processos para a concretização do Pisf, até que todo um amplo diálogo com a sociedade fosse efetivado. Por outro lado, o ministro já na saída da reunião desdiz essa versão e responde aos repórteres sobre o adiamento das obras do projeto de transposição: “Você ouviu em algum momento eu citar a palavra adiamento?” (RODRIGUES, 2007, p. 1).

Como comentado anteriormente, 2005 foi um ano de grandes escândalos políticos (vide o escândalo do Mensalão), assim, preocupando a Presidência da República quanto a sua imagem e a de Lula. Portanto, não é de se desconsiderar que, diante da atenção midiática ao caso da greve de fome de Dom Cappio, que a Presidência pudesse temer que a partir disso se criasse uma polêmica ainda maior sobre a transposição e a democracia do governo Lula, refletindo-se diretamente sobre os resultados das eleições de 2006.

### 3.8 O DIÁLOGO DE SURDOS DE 2006

A ação do bispo surtiu alguns efeitos imediatos, pois foi notório um maior agrupamento e fortalecimento da mobilização popular opositora à transposição. Conseguiu-se pautar a mídia nacional que se posicionou relativamente a favor da resistência. Parte da

opinião pública se declarou a favor da paralização da obra e de um amplo debate sobre a transposição e a revitalização do rio São Francisco. Alcançou-se interlocução direta com a Presidência, com o objetivo de se pressionar pelo cancelamento do projeto.

Portanto, a greve de fome logrou frear o cronograma da transposição, mas em nenhum momento os arautos da transposição e suas equipes curvaram-se às principais demandas da rede de resistência. Ao contrário, continuaram a trabalhar, pensando em como driblar as dificuldades que pudessem surgir em 2007, quando possivelmente Lula já estivesse em seu segundo mandato.

Depois da primeira greve de fome, iniciou-se um tímido diálogo entre o governo federal e a rede de resistência popular contra a transposição, chamado pelos movimentos sociais de *diálogo de surdos*. Um quadro emblemático da disputa de interesses sociais em torno da obra. A Presidência da República<sup>8</sup> agiu com paciência, considerando ser 2006 um ano eleitoral. No Brasil, as eleições são marcadas, muitas vezes, por margens de votos muito estreitas entre os candidatos. Assim, a um governo federal propagandeado como sendo “popular”, não caberia uma imagem contraditória: o de ser fechado ao diálogo com as forças populares. No processo de disputa política, sabe-se que há grande movimentação objetivando a conquista da simpatia do eleitor, um momento em que diferentes alianças e concessões são realizadas em nome de maior margem eleitoral.

Em 2006, diversos militantes de organizações populares dirigiram-se a Brasília para discutir com o governo federal uma nova proposta para resolução dos problemas relacionados à escassez hídrica no Nordeste. Discutiram a questão da escassez hídrica baseando-se em argumentos de que os estados considerados beneficiários da transposição possuem quantidade de água armazenada, nas suas diversas barragens, suficiente para suprir as necessidades de toda a população do semiárido, tornando-se o cerne da problemática, resolver a distribuição do recurso hídrico.

Integrantes das pastorais e de movimentos populares conseguiram audiências com políticos e com funcionários de vários órgãos públicos, sobretudo relacionados com a Casa Civil e com o MI. Também, conseguiram reuniões na ANA, em período próximo ao lançamento do Atlas Nordeste, documento técnico utilizado nas argumentações dos movimentos em relação às alternativas à transposição. Para alguns militantes, na época, o documento significou um avanço em relação à posição do governo, pois apresentava um quadro amplo de soluções técnicas para o abastecimento de toda a população urbana do

---

<sup>8</sup> A Presidência da República é formada, entre outras instituições, pela Casa Civil, pela Secretaria-Geral; e pela Secretaria de Relações Institucionais. No que cabe especificamente à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República – presente nas mediações nos períodos de greve de fome de Cappio –, essa possui trabalhos vinculados ao presidente da República, para a coordenação política do governo; para a comunicação com o Congresso Nacional e com os partidos políticos, com os estados e com a sociedade civil organizada.

Nordeste e norte de Minas Gerais. O documento contemplava a avaliação para captação, adução e tratamento em 1.892 sedes urbanas, ao custo de R\$ 3,5 bilhões, ou seja, menos do que o custo calculado para a transposição, 4,5 bilhões de reais. Atualmente, o orçamento de obras para servir às áreas urbanas do Nordeste já está na ordem de R\$ 9 bilhões (seu cálculo parece estar acompanhando o do Pisf, atualmente, em R\$ 8,8 bilhões).

Todavia, o Atlas Nordeste especificava que seu próprio estudo considerava a disponibilidade hídrica dentro do cenário da construção dos eixos do Pisf e de futuras adutoras, como as que estão planejadas em Pernambuco, a Adutora do Pajeú e, pelo Sistema Adutor do Agreste (o cálculo dessas obras não entram na contabilidade do Atlas). O que os movimentos fizeram foi obter uma leitura de que a ANA visibilizou a existência de soluções independentes do Pisf. Contudo, não resta dúvida quanto à posição da ANA, favorável tanto à transposição quanto à privatização dos recursos hídricos:

A implementação do PISF permitirá grandes ganhos de eficiência na utilização dos reservatórios localizados nos rios receptores e poderá viabilizar a oportunidade de interligação de alguns sistemas adutores (construídos e previstos) aos Eixos Norte e Leste, tendo em vista, por exemplo, a redução dos custos de energia elétrica necessária ao bombeamento. (BRASIL, ANA, 2006, p. 57).

A caracterização sobre o chamado diálogo de surdos pauta-se no fato de que não foi cumprida a demanda da rede de resistência sobre a execução de um diálogo intenso. Para alguns integrantes, o governo publicizou o discurso de que estava aberto e escutando atentamente as organizações, contudo, não oferecera nenhum passo além de ouvir. Houve a criação de uma agenda de reuniões para a construção de propostas alternativas, mas sem surtir resultado. O governo argumentou não haver recursos financeiros para tanto e, que o momento pré-eleitoral não era propício para remanejamentos de recursos para possibilitar ampliar esse diálogo. Assim, foi surgindo cada vez mais empecilhos para que o calendário de reuniões junto aos movimentos, aos poucos, fosse arquivado. Os movimentos passaram de uma mediação iniciada com o ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner (depois, governador da Bahia), a até recebidos pelo próprio presidente Lula a um enrolar de trâmites para se fechar por completo as portas do governo, portanto, do diálogo com esse.

Diante dessa situação, a rede de resistência contra a transposição, em 2007, empreendeu diversas ações coletivas, como: as Manifestações em Brasília, em março; as Ocupações no Canteiro de Obras da transposição, em junho e; diversas ações judiciais. Ainda persistindo a falta de diálogo por parte do governo, Dom Cappio empreendeu sua segunda greve de fome, com duração de 23 dias, entre novembro a dezembro. As descrições sobre o contexto dessas atividades estão contempladas no Capítulo 5.

### 3.9 A RESISTÊNCIA DEPOIS DE 2007

Entre as organizações coletivas que tentaram articular as lutas sociais em torno do São Francisco surgiu o *Fórum de Articulação Popular em Defesa do Rio São Francisco*, que reuniu 93 entidades na *Conferência dos Povos do São Francisco e do Semi-Árido*, ocorrida em fevereiro de 2008, na qual foi elaborada a *Carta de Sobradinho*. Em um de seus pontos, a carta advoga pela recuperação das “condições hidro e socioambientais do rio e a sobrevivência de milhões de pessoas e demais espécies que habitam a sua bacia” (MPA, MAB, MMC, *et. al.* 27 fev. 2008, p. 1).

A resistência popular contra a transposição agrega-se a outras redes de luta social contra grandes empreendimentos privados e estatais em rios brasileiros. Em 2008, 800 lideranças indígenas reuniram-se em Brasília, e um dos pontos afirmados em documento final foi:

Destacamos as graves ameaças contidas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, principalmente através de projetos de infraestrutura como [...] a transposição das águas do rio São Francisco que atinge cerca de 26 territórios indígenas da região Nordeste (ABRIL INDÍGENA, 17 abr. 2008, p. 1).

Ao unir pautas reivindicatórias em defesa de diversos rios, o documento evidencia que esses movimentos estão cada vez mais cientes de que o modelo de desenvolvimento hegemônico é socialmente excludente, afetando a maioria de maneira bastante similar.

Sobre outros atuais marcos de lutas sociais frente a empreendimentos em rios no Brasil, vale citar as lutas sociais: no rio Madeira, frente aos projetos das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no estado de Rondônia (rio transfronteiriço com a Bolívia); no rio Tocantins, face à construção da hidrelétrica de Estreito, entre os estados do Tocantins e do Maranhão e; as lutas sociais no rio Xingu que, em 1989, lograram desmontar o projeto da então hidrelétrica Cararaô, agora modificado sob o projeto da hidrelétrica Belo Monte (obra iniciada em 2012). Esse projeto permaneceu a passos lentos, até o término do mandato do governo Lula, devido às pressões de resistências indígenas.

### 3.10 DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA RESISTÊNCIA POPULAR

A organização popular contra a transposição enfrentou dificuldades determinadas pela conjuntura política, específica aos dois períodos do governo Lula de 2003 a 2006, e, de 2007 a 2010, também vinculadas ao cronograma governamental relativo ao projeto de transposição.

A promessa de Lula feita em todas as suas campanhas eleitorais, de que ele empreenderia um governo participativo junto aos movimentos sociais populares, atendendo

às demandas com o máximo de seu esforço, gerou muitas expectativas nesses atores sociais. Nesse sentido, inicialmente, em 2003, para algumas das lideranças de movimentos sociais do campo, como o MAB e o MST, havia esperança de abertura de diálogo direto com a Presidência. Todavia, pouco a pouco, tornava-se cada vez mais claro, sobretudo a partir de 2004, que essas interlocuções eram evasivas e inócuas, utilizadas como subterfúgio de diálogo participativo.

Para outros, era sintomático que devido às alianças realizadas com grandes setores empresariais, ainda em época de campanha eleitoral, que Lula não realizaria um governo de esquerda aliado aos movimentos populares. Nas palavras de uma importante liderança do MAB, quando o governo de Lula completava quase dois anos de mandato:

Temos um histórico de diálogo com o PT, com o Lula, ele conhece bem várias das nossas lideranças, eu mesmo o conheço pessoalmente, ele sabe quem eu sou, e agora, não nos recebe pra nada, nem quando estamos com enfrentamento direto nas marchas, nas barragens. Sempre o apoiamos durante todas as campanhas, apesar de não acreditarmos que as mudanças básicas para a melhoria de vida do povo do campo e da cidade venham a partir da disputa eleitoral. O que muitas vezes tem enfraquecido nossa luta quando companheiros partem para disputar as campanhas, só há perda de força popular e cooptação. Não dá para misturar as coisas, se alguém quer se candidatar, pode depois apoiar mas não é mais um integrante de dentro do movimento [MAB]. Por isso, consideramos o apoio às campanhas sabendo que é uma opção entre o ruim e o que pode ficar ainda pior. Não há ilusão de que o governo Lula é um governo da burguesia, assistimos de perto as alianças que ele fez com grandes empresários em nome de um socialismo que não exclui os grandes empresários do qual somos totalmente contrários, isso é uma farsa, aliás, nem se fala mais em socialismo é só capitalismo mesmo nesse governo. Lutamos por um socialismo verdadeiro em que os meios de produção sejam dos e para benefício dos trabalhadores. A mudança vai ser feita com o povo organizado e não com os políticos organizados, esses já estão aí há muito tempo e as condições opressoras acima do pobre não muda. Vamos ter que lutar muito mais, organizar e trabalhar e nos qualificar muito porque o embate com o governo tem sido muito duro (Integrante da coordenação do MAB, 08 out. 2004, entrevista de campo em Brasília).

Se por um lado, parte dos atores dos movimentos sociais não esperava que acontecesse um governo totalmente aberto aos movimentos, por outro, também não se acreditava que seria um governo de tão difícil acesso ao diálogo. Afinal, em 2003, o presidente Lula prontamente compôs seu grupo de assessores para interlocução com os movimentos sociais, entre os quais, Gilberto Carvalho, que já tinha atuado na Pastoral

Operária, e Silvino Heck, que logo veio a coordenar a Rede de Educação Cidadã, Recid/Talher (essa tem abrangência nacional, e é protagonizada por atores dos mais importantes movimentos populares do país, e está vinculada diretamente à Presidência da República).<sup>9</sup>

No que tange à questão da transposição, Silvino Heck esteve presente em 2005, em Cabrobó, para facilitar a negociação com Dom Cappio. Por sua vez, Gilberto Carvalho (atual Secretário Geral da Presidência, do governo Dilma Rousseff) foi o principal interlocutor do governo no período do segundo jejum. Enfim, esses “diálogos” ocorreram depois de uma larga sucessão de fatos que deixavam clara a posição do governo Lula de não ser tão aberto aos movimentos populares.

Entre esses fatos, citam-se aqui dois momentos de indisposição do governo Lula ao diálogo com os movimentos sociais: durante as ações da *Marcha Nacional Águas pela Vida* organizada pelo MAB, em maio de 2004, e da *Marcha Nacional pela Reforma Agrária* organizada pelo MST, em maio de 2005. A primeira com a participação de cerca de mil atingidos por barragens e a segunda envolvendo cerca de 17 mil militantes. Os militantes percorreram a pé os 230 quilômetros que separam as capitais Goiânia e Brasília. Foram diversos dias de sacrifício militante no intuito de promover visibilidade pública às exigências de inúmeras demandas populares (como, o atendimento ao passivo histórico para com a população atingida por barragem, o cancelamento de inúmeros projetos de grandes barragens, a realização de reforma agrária no sentido amplo do termo, incluindo a garantia da qualidade da educação do campo, saúde, assistência técnica, promoção da agricultura ecológica).

Ao mesmo tempo, os movimentos sociais disseminavam a ideia de que essas ações coletivas significavam um apoio necessário ao governo federal; um estratégico apoio para que o governo “democrático popular”, amparado pela legitimidade das pressões públicas materializasse, a partir de tomadas de decisões dentro das instituições do Estado, as respostas adequadas às demandas sociais que ali se faziam.

---

<sup>9</sup> O objetivo da Recid é fomentar o processo de educação popular no Brasil. Nela participam militantes de diversos movimentos sociais (camponeses, urbanos, mulheres, jovens etc.). Há uma crítica explícita no interior desse programa, e de identidade, pois, muitos militantes se sentem usados e cooptados, ao mesmo tempo, reconhecem que é um avanço, ainda que limitado, de participação popular junto ao governo. Alguns tratam a iniciativa do programa como um “repasso de esmola” para que movimentos sociais possam desenvolver oficinas de educação popular (segundo informações colhidas em reuniões da Recid) e para que o programa sirva como peça de *marketing* do governo federal. Por meio desse programa criam-se laços entre movimentos sociais e a Presidência, parte dos mesmos atores sociais aí envolvidos se relacionam em diversas outras esferas de luta social. O que se ressalta desse processo, é o limiar dos movimentos sociais entre serem apoiadores de um governo considerado democrático-popular e a cooptação de militantes, bem como, a decepção desses ao perceberem que apesar do avanço em programas sociais, há uma fluxo maior na contramão dos movimentos, que é o fortalecimento do grande capital com o apoio do Estado.

Todavia o que se percebeu foi o fechamento do governo Lula aos sujeitos militantes. Por outro lado, essas marchas foram muito pouco exibidas pela grande mídia, minando um dos objetivos dos movimentos populares que era o da visibilidade pública. Os telejornais da grande mídia, em geral, somente ofereceram pequenas matérias sobre a chegada da Marcha do MST em Brasília, embora essa tenha levado 17 dias. Não exibindo o contingente massivo, negligenciando a demanda política, reduzindo a organização a uma pequena confusão.

Durante a primeira etapa do governo Lula (2003-2006), os movimentos sociais viram-se em um processo no qual suas pautas de negociação seguiam-se cada vez menos atendida nas suas principais demandas. O MST assistia ao avanço do amplo apoio do governo federal ao agronegócio e a legalização do uso da soja transgênica. Enquanto isso, muito lentamente avançava-se nas políticas de assentamento das populações organizadas nos acampamentos e, no apoio técnico e financeiro à produção familiar daqueles já assentados. No entanto, nessa etapa, ainda se acreditava que caso não se concretizassem alguns benefícios em prol dos grupos marginalizados durante um governo petista, em outro que pudesse se eleger defendendo políticas mais conservadoras, aí então é que pouco seria efetivado, assim foi que os movimentos sociais agrupados na Via Campesina brasileira apoiaram a reeleição de Lula.

Por sua vez, o MAB também não conseguia um diálogo frutífero com o governo federal para avançar em relação aos direitos das populações atingidas. Do universo de cerca de um milhão de pessoas atingidas por barragens existentes no país, apenas 30% foi de alguma forma indenizada, o que também não implica afirmar que foram compensações justas. A demanda do Movimento pelo cancelamento das barragens programadas não surtia nenhum efeito, apesar das inúmeras ocupações de canteiros de obras e de prédios públicos. Projetos e a concretização de obras de grandes empreendimentos desenvolvimentistas e excludentes socialmente caminharam a passos largos no primeiro governo Lula, a citar: as obras da eclusa de Tucuruí, no Pará; as usinas hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, no estado de Rondônia e; o avanço do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, entre os estados de Mato Grosso e Pará.

Ou seja, os sujeitos militantes dos movimentos sociais realizavam atividades de difícil operação em que um dos pontos de pauta mais desafiadores, encontrava-se a árdua tarefa de pensar estratégias para efetivar uma alternativa ao desenvolvimento agrário e energético do país. E, imbricado a toda essa miríade de tarefas emergia a urgente concentração de esforços populares para combater o projeto de transposição do rio São Francisco que se reativara rapidamente no governo Lula. Isso implicou agregar às atividades já programadas de cada movimento social o, então, novo debate sobre a transposição, portanto, implicou em qualificar quadros da militância de diversos movimentos

para essa demanda específica até haver a configuração de uma rede de resistência popular em oposição à obra, o que ocorreu de forma mais clara depois da primeira greve de fome de Dom Cappio.

Até então, existiam muitos esforços populares contra a obra mas que de modo desconexo. Ainda não havia o conhecimento sobre quais eram as forças coletivas e de intelectuais orgânicos sobre o entendimento que cada um acumulava para efetivar os concretos esforços em oposição à obra.

Entre os movimentos sociais, o MAB veio contribuir com as análises sobre as implicações da transposição como uma obra que expulsaria diversas comunidades de forma direta e indireta. Os sujeitos do MAB historicamente têm acúmulo sobre a compreensão sobre o que significa ser um sujeito (individual e coletivo) atingido pelo gigantismo das megaobras infraestruturais e, o que significa lutar contra as injunções advindas das políticas “compensatórias” dos projetos desenvolvimentistas. A história do tratamento do Estado brasileiro dispensado às populações impactadas é muito similar tanto no caso do empreendimento ser uma barragem para geração de hidreletricidade ou para abastecimento hídrico (como em grande parte das barragens no Nordeste semiárido), o quadro de violação aos direitos humanos é o mesmo. Assim também se compreendia que as populações atingidas pela transposição também sofreriam com as injunções “compensatórias” do PISF.

Os movimentos populares no Brasil ainda não conquistaram espaço político suficiente para que possam participar e agregar o acúmulo de seus conhecimentos junto aos processos de planejamento dos grandes projetos infraestruturais. Assim, as atitudes dos movimentos em relação aos megaprojetos caracterizam-se por um desempenho de ações coletivas reativas a esses megaprojetos. Sobremaneira, isso é reflexo de uma longa trajetória histórica em que essas forças são simbolicamente apresentadas pelo poder dominante, e cada vez mais, como os inimigos internos da nação.

Em grande medida, os sujeitos dos movimentos sociais recebem as notícias sobre os megaprojetos como os demais indivíduos da sociedade, isto é, por meio da mídia (aqui considerando, inclusive, a mídia aliada ou dos próprios movimentos). Ressalta-se que quando tais projetos são anunciados ao grande público, isso se faz em um momento em que eles já possuem uma longa jornada de trabalhos prévios, estudos, articulações políticas e econômicas; porém, toda a prática do planejamento dos projetos é invisibilizada da sociedade quando esses são fabricados em tomadas de decisões de cima para baixo. Quando um projeto desses é anunciado, faz-se a partir do momento em que a orquestração para a sua execução já esteja tão adiantada de modo que dificulte a dinâmica das reações contrárias a ele.

Em entrevistas de campo, militantes do MAB da região Nordeste, comentaram que no início de 2004, eles obtiveram uma audiência com Ciro Gomes, então ministro da

Integração Nacional, que negou a existência de um planejamento avançado em relação à transposição do rio São Francisco, ainda que diversos veículos de comunicação já anunciassem que a própria Presidência da República coordenava estudos para tal. O ministro também negou que o governo Lula planejava a construção de grandes barragens no Nordeste. Outra contradição, pois, também se encontrava em estágio avançado os projetos das barragens de Riacho Seco e Pedra Branca, situadas no trecho entre as barragens de Sobradinho e Itaparica, no rio São Francisco (mesmo sendo projetos liderados pelo MME, especificamente pela Chesf, esses projetos têm responsabilidades interministeriais compartilhadas).

Nessa reunião, uma das exigências dizia respeito à melhoria da política de “compensação” aos atingidos pela barragem do Castanhão de responsabilidade do Dnocs, órgão do MI (esses sujeitos, ao mesmo tempo, são atingidos pela transposição, devido ao Castanhão ser considerado um reservatório-pulmão para receber as águas da transposição). O seguinte relato, colhido pela pesquisadora em 2004, elucida o quanto, os atingidos pela barragem do Castanhão, no início do governo Lula (2003-2004) estavam imersos nas tentativas de resolução das compensações sociais (ainda hoje), em luta por fazer valer a promessa lhes feita de que aconteceriam projetos econômicos para a melhoria da qualidade de vida da população. À época, sobreviviam do “benefício” de cestas básicas conquistado graças as mobilizações sociais. Até então, os militantes do MAB ainda não possuíam o entendimento da dimensão política do Castanhão como estreitamente relacionado com o projeto de transposição do rio São Francisco:

Aqui na região do Castanhão nós ainda não temos um debate a respeito da transposição, nós temos nossa posição [dentro da coordenação do MAB], temos a consciência de que a transposição é altamente destruidora, do ponto de vista ambiental, social e cultural, e que de fato não tem um debate aqui nessa região, sabe, não existe. Na bacia do São Francisco, tem um trabalho de resistência muito forte, sabe. No Baixo São Francisco existe um debate muito forte, o que eu acho é que nós devemos tentar criar as condições pra ampliar esse debate porque eles têm a intenção de fato de fazer a transposição. E o Ministério da Integração Nacional, logo dirigido por quem, né? Por Ciro Gomes, com interesses grupais. Então não é coisa fácil. Outro dia, recentemente, dia 22 [março de 2004], nós tivemos uma audiência com Ciro Gomes, depois da ocupação. E quem não conhece Ciro Gomes? Ciro Gomes é aquela figura, metido a populista, ele recebe, né. E nós já tínhamos se reunido várias vezes no Ministério, nunca com ele o MAB tinha se reunido. Ele veio na mesma linha: “Olha, antes de tudo vai se discutir todo e qualquer projeto com a sociedade, antes de encaminhar, agora, o social, garanto pra vocês que barragem não serão mais feitas!”

Perguntamos sobre a questão da transposição e ele disse: “Não, só tem uma discussão inicial, ninguém tem nada, não existe uma proposta concreta, não existe uma coisa pronta, nem como proposta.” (Integrante da coordenação nacional do MAB, atingido pelo Castanhão, abr. 2004, entrevista de campo em Jaguaribara, Ceará).

Acrescentar às responsabilidades de vários movimentos sociais uma “nova” pauta, ou seja, a luta contra a transposição, implicou criar “novas” lógicas de organização junto às bases militantes existentes naquele momento, as quais se encontravam ocupadas por suas demandas específicas e complexas. Não se tratava de criar algo totalmente novo, pois muitas organizações sociais já discutiam a transposição, mas, de levantar uma larga trajetória de luta dos movimentos, com outras forças sociais heterogêneas, em suas posições políticas e modos de empreender lutas sociais, para se construir uma rede de resistência orgânica contra a transposição.

O modo de processar mobilizações de movimentos como o MAB e o MST não é o mesmo das pastorais como a CPT, embora a essa, como veio a advertir, alguns integrantes dos movimentos da CPT, às vezes, se parecem mais aos movimentos populares do que com as pastorais da Igreja Católica, pois em alguns estados empreendem ocupações de terra, fazem acampamentos, conquistam assentamentos nos moldes muito próximos de atuação do MST. Em outras regiões, difere-se bastante, pois alguns integrantes não se vinculam às atividades gerais da Via Campesina. Isso para não falar em atuações totalmente diferentes como é a de um Comitê de Bacia Hidrográfica e das ONGs. Ainda cabe dizer, que embora existam diretrizes comuns a movimentos nacionais como o MAB e o MST, esses também possuem suas idiosincrasias no *modus operandi* de cada luta regional e local.

Em grande medida, a rede de resistência contra a transposição foi construindo seu percurso com base nas pedagogias populares, as quais não se conformam por atos automáticos. Requerem seu próprio tempo para refletir sobre a realidade e para articular as práticas emancipatórias. Sujeitos históricos não empreendem tarefas de forma mecanizada ou impulsionada por ordens de cima para baixo.

Além disso, os sujeitos militantes nunca se encontram soltos, livres de trabalhos e de responsabilidades cotidianas, estão ocupados entre os difíceis afazeres próprios das lutas sociais e da vida pessoal de cada um. Uma rede de resistência popular não eclode instantaneamente do dia para a noite, mas ela se estabelece a partir de longo estudo coletivo e da realização de trabalhos não remunerados, salvo raras exceções.

Esses aspectos são importantes de se considerar quando ações coletivas se conformam contra grandes empreendimentos infraestruturais, pois, dizem respeito sobre a velocidade e intensidade com que os sujeitos empreendem respostas às ações coletivas. Ao

contrário da ideia da ação coletiva pela escolha racional de Macur Olson (1965), de que os indivíduos se mobilizam por interesses particulares no intuito de serem beneficiados diretamente (por vantagens materiais ou por ascensão a *status* sociais), o que se percebe no caso formação da rede de resistência contra a transposição, é que os indivíduos que aí se mobilizaram o fizeram a partir de um outro patamar de interesses que se expressou mais pela disputa de modelos culturais, ambientais, políticos, econômicos, enfim, de sociedade. Grande parte das comunidades atingidas diretamente pela transposição, porque estão em processo de expulsão de seus territórios, entrou na resistência ao projeto, sobretudo quando a obra já havia se iniciado, à exceção dos grupos indígenas e quilombolas previamente organizados em outras lutas sociais.

Ou seja, aquelas comunidades que não estavam previamente organizadas e que seriam atingidas ao longo de todo o canal da transposição, ainda que tivessem outros interesses a elas, como a defesa do território (aí sim se poderia aproximar melhor da ideia de escolha racional), foram as que mais demoraram a participar da resistência. Essas comunidades poderiam ter oferecido à luta uma visibilidade ainda mais explícita sobre as contradições do projeto.

Dessa forma, construir uma eficiente interlocução com as camadas sociais populares não organizadas pela rede de resistência implicou em ter de esclarecer a essas que o projeto de transposição do governo Lula não estaria comprometido com a resolução dos problemas de escassez de água. Uma verdadeira barreira simbólica devido ao sucesso de popularidade do presidente Lula no Nordeste. O discurso disseminado pela propaganda do governo federal e pelos principais veículos de comunicação (mesmo por muitos daqueles contrários ao governo federal) de que o projeto levaria água aos nordestinos historicamente sofridos com o fenômeno da seca foi bastante eficiente em sua construção simbólica. Inclusive, tornando-se um dos fatores que contribuíram para grande credibilidade popular do presidente (como discutido no Capítulo II).

A organização dentro da bacia sanfranciscana, apesar do largo histórico de resistências (relacionadas às barragens, aos projetos de irrigação, ao monocultivo de eucalipto e cana-de-açúcar, às mineradoras, bem como, às lutas das comunidades indígenas e quilombolas, dos grupos organizados de pescadores e, referente à formação de fóruns em defesa do rio), ainda estava frágil quanto a uma articulação integrada entre as forças populares. Para enfrentar e frear o projeto de transposição, a rede de resistência teve de costurar a união das forças sociais encontradas na bacia sanfranciscana e em diversas outras localidades do Nordeste e de Minas Gerais.

Coletivamente, as forças da resistência começaram a compreender a transposição em sua complexidade espacial, temporal, política, econômica e ambiental, que teve de ser

esmiuçada para melhor qualificação dos argumentos nos debates populares e nos trabalhos de persuasão para que o governo federal cancelasse o projeto.

Outra empreitada que se mostrou difícil à rede de resistência foi o desafio de elevar à escala nacional o debate contra a transposição do ponto de vista da resistência embora muitos dos movimentos já possuíssem organização nacional. Ainda, houve a dificuldade discutir o tema por organizações como a Articulação do Semiárido (ASA) com mais de 700 entidades distintas em suas formações, bem como, devido à sobreposição das atividades dessa a projetos financiados pelo governo.

Ainda, é fato que ocorreram diversos tipos de cooptação da militância dos movimentos sociais centrifugados pela estrutura do governo federal. Muitos desses sujeitos acreditavam que deste modo estariam contribuindo para a mudança nas instituições internas do Estado. Para parte desses sujeitos, alterados da posição de apenas grupos de pressão para aqueles a quem se reivindica, por se tornarem “governo”, era preciso oferecer um voto de confiança ao governo Lula. Uma das retóricas era a de que o governo Lula possuía pouco tempo no comando do Estado para empreender as mudanças estruturais regidas por toda uma larga história de exclusão – um reflexo do mesmo discurso invariavelmente repetido pelo próprio presidente Lula.

Frente à urgência das ações que deveriam ser empreendidas contra a transposição, emergiram dúvidas sobre como realizar a formação da resistência popular, propriamente, sobre os limites das condições a respeito do acúmulo de forças sociais (com quem contar, quais atores sociais estariam interessados e disponíveis, como compatibilizar as diferenças e semelhanças políticas na diversidade de grupos sociais populares), conteúdo legitimador (quais os argumentos mais importantes a construir, com qual orientação política, quais estudos e com quem), bases materiais (como financiar os materiais, a movimentação de militantes e organizações de encontros e manifestações).

**CAPÍTULO IV**  
**A TRAVESSIA DA NOTÍCIA**  
**DA CORPORAÇÃO FOLHA AO RECORTE DO OBJETO,**  
**A TRAJETÓRIA DA NOTÍCIA SOBRE A TRANSPOSIÇÃO**

4.1 NOTÍCIA-PRODUTO E PODER CORPORATIVO-MIDIÁTICO DO GRUPO FOLHA

O fato desta pesquisa apresentar análises de discursos publicados na Folha de S.Paulo sobre a resistência contra a transposição do São Francisco demanda alguns esclarecimentos prévios.

Ao exame crítico do discurso jornalístico cabe contextualizar a reportagem como produto de seu meio institucional, das relações mercadológicas e políticas em que se insere, pois, entende-se que a notícia quando transformada em produto (objeto de venda) reflete a orientação da política editorial de sua empresa, neste caso, do Grupo Folha, que como qualquer outra empresa da grande mídia tem como fim o sucesso dos seus negócios.

Inicialmente, salienta-se que a *grande mídia* não se restringe à indústria da comunicação de massa apenas ao aspecto jornalístico (vinculado às publicações de jornais, revistas, programas de televisão e rádio), todavia, aqui será abordada nesse âmbito, bem como realizado no trabalho de Lima (2006). A grande mídia pertence ao contexto de empresas midiáticas caracterizadas pela fidelidade de um extenso público, pela estabilidade organizativa, infraestrutural e econômica, integrada a fusões corporativas próprias do sistema de padronização globalizada da informação.

Pretende-se contextualizar a confecção da notícia entendendo-se: por quem esse discurso é produzido (o eixo aqui não se centra nos jornalistas, mas na empresa entendida no seu grupo corporativo-midiático); direcionado a quem (que tipo de leitor lhe interessa); com quais interesses políticos (em relação a sua intervenção no poder político).

O desafio lançado por Mézsáros (2004) sobre a necessidade de se compreender como, historicamente, a ideologia cria procedimentos que cooperam para *estabelecer e ancorar materialmente relações de dominação*, tornou-se um dos balizamentos teóricos desta pesquisa. Dessa forma, pretende-se entender a notícia também a partir da posição do poder de produção e de disseminação de informações no contexto de um forte conglomerado midiático à exemplificação do Grupo Folha.

O material foco desta análise, imagens e editoriais, parece ser especial para a percepção da ideologia dominante, pois de sua fabricação depreende-se, em grande medida, o alto grau de controle por parte dos proprietários do Jornal e/ou de seu *staff* de

confiança máxima. Na produção de montagem de capas, escolha de imagens e escrita de editoriais, existe um tanto da consagração do exercício de “diretores de consciência”, para usar um termo elaborado por Bourdieu (1997), ao observar o comportamento, por exemplo, do apresentador de telejornais, quando esse pretensamente postula que é seu dever a enunciação daquilo que acredita ser o mais importante para toda a sociedade e que essa deve perceber os fenômenos sociais: “tornaram-se pequenos diretores de consciência que se fazem, sem ter de forçar muito, os porta-vozes de uma moral [...], que dizem ‘o que se deve pensar’ sobre o que chamam de ‘os problemas da sociedade’” (p. 65, grifos do autor).

Para Guy Debord (1997), faz parte da elaboração do espetáculo midiático ser erigido pela convicção de um grupo de profissionais com o falseamento da realidade, em uma relação binária reproduzida continuamente, entre serventia “consentida” e a autoridade dos “donos do mundo”:

[...] existe a *solidariedade, de profissão e de alma*, com a autoridade geral do espetáculo e com a sociedade que ele expressa, que torna para essa gente um dever, e também um prazer o fato de nunca se afastar da autoridade, sua majestade não deve ser lesada. Convém não esquecer que toda pessoa da mídia, por salário ou por outras recompensas, sempre tem um patrão, senão vários; toda pessoa da mídia sabe que pode ser substituída. (p. 179).

Comenta Noam Chomsky (1997) que o conteúdo disseminado pelos veículos midiáticos é conformado, em grande medida, pela ideologia dos proprietários dos meios de comunicação. O controle sobre a modelagem das informações, em geral, não se faz por meio de uma censura explícita a cercear a “liberdade de expressão” dos profissionais que atuam nas corporações jornalísticas. Para o autor, os mecanismos de controle se expressam de modo a se observar:

[...] se o conteúdo ultrapassa os limites tolerados pelos proprietários, sem dúvida, tomarão medidas para restringi-los. Contudo, há um certo grau de flexibilidade. Os investidores não chegam ao estúdio de televisão para verificar se um repórter ou um apresentador de um determinado programa de entrevistas faça o que eles querem. Existem outros mecanismos mais sutis e complexos para conseguir isso. Trata-se de um longo processo de filtragem que assegura que unicamente ascendam ao cargo de gerente ou editores aqueles que tenham assimilado os valores dos proprietários. Nesse sentido, podem afirmar que têm muita liberdade. [...] (1997, p. 60, tradução nossa).

O exposto anteriormente reforça o porquê de o foco desta pesquisa estar não exatamente sobre a empresa Folha de S.Paulo, mas no recorte de suas notícias, como

significativas de um sistema de produção de representações bastante influenciado pela ótica do poder dominante.

Essa ótica vem sendo assentada, a exemplo de outras corporações midiáticas, no percurso de um longo ciclo que se sustenta pela apropriação dos meios de produção midiáticos e pelo estreitamento de relações sociais entre a corporação e o poder político-econômico.

O jornal Folha de S.Paulo pertence à empresa Folha da Manhã S.A, agregada à corporação midiática do Grupo Folha. Relata o material *Círculo de História* (2011), produzido pelo jornal, que o marco de nascimento do Grupo Folha é a criação do impresso Folha da Noite em 1921. Por sua vez, a Folha de S.Paulo surgiu em 1 de janeiro de 1960, quando então três jornais da empresa, Folha da Noite, Folha da Manhã e Folha da Tarde deixam de ser produzidos, nesse momento.

Conforme relata o *Almanaque Folha* (2008), em 1962, a direção da empresa foi assumida por Carlos Caldeira Filho e por Octavio Frias de Oliveira. Esse último foi intitulado pelo grupo empresarial (isto é, por sua própria família) patrono da Folha de S.Paulo. Sob a condução do empresário, o Grupo elevou seu parque gráfico a um dos maiores da América Latina, cuja importante base instrumental foi alicerçada durante o governo ditatorial brasileiro (1964-1985). Em 2008, o empresário faleceu deixando o controle acionário para seus filhos Luis Frias e Otávio Frias Filho, atuais presidente e editor-chefe da Folha de S.Paulo.

O Grupo Folha, na junção de seus negócios com empresas transnacionais de comunicação de massa, é um dos maiores conglomerados da indústria cultural brasileira, seguindo o padrão da mídia oligopolista do país, representada por pequenos grupos familiares. Esses têm o privilégio de produzir e de disseminar formas simbólicas de legitimação do poder, acumulando para si mesmos e para seus aliados poder político e econômico.

A Folha de S.Paulo pertence ao Grupo Folha que representa o terceiro maior conglomerado brasileiro de mídia, possuindo destaque no mercado de notícias por ser o periódico com o maior número de assinantes no Brasil, e ainda por possuir prestígio como fonte de informação, entre grupos da intelectualidade. Cabe registrar que a Folha de S.Paulo vem se mantendo como o jornal impresso predileto de parlamentares brasileiros, cerca de 78%, como fonte de informação. Assim como, o portal de notícias virtual mais consultado por eles, cerca de 66%, tem sido o UOL/Folha.com (*MÍDIA E POLÍTICA*, 2012).

Merton e Lazarsfeld (2005), ao estudarem a prática dos mass media, perceberam que, nessa esfera, emergiam muitas cifras surpreendentes sobre oferta e consumo midiático (um pouco do que aqui também se projeta a título de contextualização). Contudo, observaram que essas cifras pouco revelavam sobre o modo como o mass media contribui

para modelar os valores sociais, os comportamentos e a atribuição de status. O dado que se segue ilustra a relação produção/consumo da Folha de S.Paulo, ao mesmo passo que oferece uma ideia sobre como esse veículo captura ao seu território o leitor-consumidor como um forte componente da sua própria representação simbólica.

O editor da Folha de S.Paulo, Otavio Frias Filho, vangloria-se que o Jornal tenha conquistado o “establishment” brasileiro na composição de seus leitores. Para ele, isso sempre foi um “grande sonho”. A designação establishment é uma das que mais simboliza cisão classista e que carrega consigo a pseudo-ideia de que existe uma elite cultural “naturalmente” mais apta a ocupar funções de tomadas de decisão nos setores públicos e privados. Seguem os dados: parte significativa dos leitores da Folha de S.Paulo, 47% deles, é considerada de classe média alta, com renda familiar acima de R\$ 2.999,00 e apresentando padrão de escolaridade em que cerca de 17% dos leitores cursou algum tipo de pós-graduação (PERFIL, 2011).

A Folha de S.Paulo, subsidiada a partir de dados quantitativos como esses que ela mesma produz, dissemina a sua imagem como o jornal da “intelectualidade brasileira”, à esteira da aceitação cultural de que a legitimidade do Jornal eleva-se quanto mais escolarizados sejam seus leitores. Ao mesmo tempo, divulga que lhe importa prioritariamente como público-leitor esse establishment – ocultando-se aí a própria produção do Outro, distante e longínquo, os marginalizados não consumidores.

De fato, esse efeito de criação da imagem do Jornal tem sido exitoso comercialmente, a notar que Folha de S.Paulo esteve, por 25 anos, cotada como o jornal pago de maior tiragem do Brasil, sendo seu ápice em 1996, quando alcançou a circulação de mais de 1 milhão de exemplares aos domingos (ALMANAQUE, 2008).

Por uma própria tendência no comportamento do mercado nacional de jornais, em 2010, o Jornal perdeu a sua primeira colocação para o jornal popular mineiro chamado Super Notícia, da Sempre Editora S.A., vendido a R\$ 0,25, porém, por uma margem pequena de cerca de mil exemplares. A tiragem da Folha de S.Paulo, na média de 2010, foi de 294.498 exemplares, conforme o Instituto de Verificação de Circulação (IVC) (ANJ, 2011).

A grande queda de desempenho do Jornal, em relação à tiragem, atribui-se, entre outros fatores, ao aumento de acessos a jornais online, bem como ao crescimento, atualmente estabilizado, de jornais considerados populares, e que o próprio Grupo Folha, também tem sua considerável fatia, a exemplo do Agora São Paulo.

O Grupo Folha possui também outros periódicos, como o Alô Negócios e o Valor Econômico. Esse último é produzido desde 2000, em associação à Infoglobo Comunicações, a qual, por sua vez, publica O Globo e também o seu jornal popular, o Extra.

Em termos gerais sobre o comportamento de jornais impressos no Brasil, em 2010, foram vendidos cerca de 4,3 milhões de exemplares de jornais por dia, significando um crescimento de 2% em relação a 2009 (A CIRCULAÇÃO, 2011). Para comparação, os jornais com o maior número de exemplares pagos do Brasil, em ordem decrescente, são: 1º) Super Notícia (MG) com 295.701; 2º) Folha de S.Paulo (SP) com 294.498; 3º) O Globo (RJ) com 262.435; 4º) Extra (RJ) com 238.236; 5º) O Estado de São Paulo, com 236.369. Vale mencionar que surge, em 12º colocação, o Agora São Paulo do Grupo Folha, com 92.863 (ANJ, 2011).

Na esteira das inovações tecnológicas de telecomunicações e internet, o Grupo Folha tem como ano-marco 1996, quando entrou no mercado de notícias virtual, com o lançamento do Universo Online, com o seu provedor de internet e portal virtual, o UOL, que também possui mercado na Colômbia, na Venezuela e na Espanha. O Universo Online representa mais uma associação do Grupo Folha com outro poderoso conglomerado de mídia, o Abril, de Victor Civita, por sua vez, controlador da revista Veja, do canal MTV Brasil, das editoras Ática e da Scipione, entre outros. O Grupo Folha também possui outro provedor de acesso à internet, o Brasil Online, o BOL.

Dessa forma, se em termos de tiragem, a Folha de S.Paulo teve uma abrupta redução, não significa que suas notícias estejam sendo menos contempladas pelo público. A Folha de S.Paulo pode ser lida na íntegra via internet. Há também a Folha.com cujas notícias são similares às da Folha de S.Paulo, com a diferença de que lança muito de suas notícias são lançadas previamente ao jornal impresso.

É necessário considerar que a internet nem sempre é vista como mídia, devido a suas diversas finalidades, entre as quais a de meio de comunicação, devido às redes sociais eletrônicas e envios de emails, por exemplo. Todavia, é em escala crescente de relevância seu papel como mídia virtual, que vem deslocando espaços aparentemente estabilizados das mídias televisivas e dos jornais impressos. Com isso, mídias consolidadas sofrem grande queda de audiência e de leitores, reproduzindo uma tendência global. Para Thompson:

[...] os meios técnicos de comunicação de massa transformaram e são capazes de transformar, a natureza da interação social nas sociedades modernas. O desenvolvimento dos meios técnicos não deve ser visto como um mero suplemento das relações sociais preexistentes: ao contrário, devemos ver esse desenvolvimento como servindo para criar novas relações sociais, novas maneiras de agir e interagir, novas maneiras de expressarmos-nos e de respondermos às expressões de outros. (1998, p. 26-27).

Vale ressaltar que, para que se tenha internet com conexão banda larga, na maioria das vezes, as pessoas precisam pagar um provedor, o qual se escolhe julgando, entre

outros critérios, o que as empresas oferecem conjuntamente, como acesso virtual a revistas e jornais. Esse é um dos motivos que faz o UOL mediar a maior quantidade de acessos pagos por internet da América Latina, contribuindo para que a Folha.com seja um dos portais jornalísticos mais visitados do país.

Conforme a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad), de forma geral, em 2009, o Brasil já possuía cerca de 13,5 milhões de residências com conexão banda larga (LIMA, 2006). No bojo dessa realidade, cresceu o número de jornais com edições online contemplados por 15,6 milhões de acessos únicos por mês em 2010. O enorme crescimento da internet transformou-a na quinta maior mídia em termos publicitários, com faturamento de cerca de R\$ 1 bilhão no ano de 2009, praticamente ultrapassando o rádio (ANJ, 2010).

É importante perceber que cada vez mais os conglomerados consolidados de mídia da América Latina articulam negócios com grupos da indústria de comunicação de países de economia de centro, uma estratégia de homogeneização da produção do conteúdo jornalístico, que finda em um tipo de controle do fluxo internacional da informação.

Isso ocorre, sobretudo, por meio de agências de notícias responsáveis pela provisão e distribuição de notícias consideradas, umbilicalmente por elas mesmas, como do macro interesse político e econômico global. Também se inter-relaciona a uma ampla cadeia do mercado de entretenimento hegemônico, como cinema e mercado sonoro. Causas diretas da massificação de ideologias ocidentalizadas em escala mundial.

Nessa esfera, cabe notar que o surgimento da Agência Folha em 1994, centralizou-se a produção de notícias do Grupo Folha, quando se alcançou maior poder de disseminação de informações e de produtos de seu banco de imagens digitais. Essa produção passou a ser mercantilizada para uma enorme rede de veículos jornalísticos do país como bens simbólicos, em sua forma de reproduzir notícias de forma homogênea, sob a mesma ótica ideológica.

No caso do Grupo Folha, o UOL possui contratos com a *Turner Broadcasting System International* para aportar sites da *Cable News Network (CNN)*, *Cartoon Network* e *Filmes TNT*, entre outros. Ao mesmo tempo, o Grupo Folha torna-se, para grupos relacionados à CNN, base de referência de produção jornalísticas brasileira. Desde 2000, a Folha de S.Paulo vem destacando matérias produzidas pelo estadunidense *The New York Times* e pelo britânico *Financial Times*.

#### 4.2 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO BRASILEIRA E MONOPÓLIO DA INFORMAÇÃO

Dado o teor temático da pesquisa, torna-se importante esclarecer que o comportamento adotado pelo Grupo Folha, em relação a sua política editorial, não é um exercício isolado desse veículo. Ao contrário, é um reflexo do contexto sociopolítico em que se ergueram os grandes conglomerados midiáticos do país.

No que concerne aos meios de comunicação de massa, a Constituição Federal de 1998, em seu Art. 222, § 5º, estabelece que: “os meios de comunicação não podem ser, direta ou indiretamente, objeto de monopólio ou oligopólio”. Todavia, persiste, no país, a ausência de regulamentação, inscrita sob a forma de leis complementares, para impedir a propriedade cruzada multimídia. Resguarda-se, dessa forma, a concentração de poder dos oligopólios midiáticos.

No Brasil, a grande mídia é liderada, sobretudo, pelas empresas proprietárias de canais televisivos abertos e fechados. As concessões de frequência para televisão devem ser reavaliadas a cada 15 anos. Porém, na prática, trata-se apenas de um consentimento subjugado às principais corporações, uma vez que não há histórico de outorga negado a elas. O sistema brasileiro de concessões de audiovisuais também possibilita às emissoras centrais serem sócias das regionais, ampliando-se as redes de negócios em todos os estados brasileiros e, por conseguinte, uma homogeneização das informações que se repercute em todos os veículos dessas corporações (televisão, jornais e revistas impressos, rádio, internet).

Todavia, a Constituição versa contra a concentração midiática, expressando o dever do Estado e de suas instituições de comunicação de garantir a produção regional, educativa, cultural e o estímulo à produção independente.

O modelo de regulação da comunicação no Brasil, entre a década de 1960 e a de 1980, era concentracionista (o que permanece) e nacionalista (o que se modifica). O próprio Ministério das Comunicações (MiniCom), criado em 1967, coordenava o sistema Telebrás – Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A) e os sistemas de TVs educativas, frequentemente vinculados aos governos estaduais e às universidades. Todavia, na década de 1990, principalmente, no período FHC, há uma inflexão no modelo de regulação da comunicação que passa a refletir as “recomendações” do Banco Mundial para a abertura do mercado ao capital estrangeiro e à privatização de diversos setores produtivos do Estado.

Nesse período, inicia-se a reforma das telecomunicações, momento em que a Embratel foi privatizada, tornando-se negócio do mexicano Carlos Slim, considerado um dos maiores bilionários do mundo pela revista Forbes. Slim é proprietário das telefônicas Telmex, América Móvil (Telcel), France Telecom, entre diversos outros negócios. No Brasil, ele possui o controle acionário da telefonia móvel Claro (presente em 14 países), da Embratel, e 49% das ações da empresa de TV por assinatura NetBrasil associada à TV Globo.

O Grupo Folha e a corporação Globo foram um dos maiores incentivadores da aprovação da Lei de TV a Cabo (BRASIL, Lei 8977/95), que veio permitir até 49% de poder acionário estrangeiro nas empresas desse setor.

A partir de então, sob salvaguardas jurídicas, há uma fusão econômica entre telecomunicações e audiovisual, dividindo o mercado, preponderantemente, em um duopólio, entre o consórcio Embratel (Telmex)/Globo e o consórcio Telefónica/TVA (BOLAÑO, 2007).

Tais fusões estão inseridas no contrato global de *convergência tecnológica da informação e da comunicação*, possibilitada pelas recentes tecnologias (transmissões via satélite, via cabo e potentes tecnologias eletrônicas para processamento e armazenamento da informação). Nesse contexto, poderosos conglomerados transnacionais e empresas locais da indústria da mídia, da indústria de equipamentos informática e da indústria de telecomunicações estabelecem fusões acionárias para dinamizar seus negócios no mercado global.

Néstor Canclini e Piedras Feria (2006) ressaltam a importância de se compreender que as atividades econômico-culturais, baseadas na criatividade como um propulsor importante do crescimento e do desenvolvimento econômico, como tal, compartilham características semelhantes às de outros setores da economia. Eles explicam que o Produto Interno Bruto relativo ao setor da economia baseada na criatividade de países como Brasil, México e Argentina, respectivamente, alcançam 6,7%; 6% e 4%, de forma que se pode encarar tais países como potências econômico-culturais, inclusive, em termos de vantagens competitivas de sua interação comercial com o resto do mundo, porém é importante perceber, comentam, que, nesse bojo, criam-se componentes simbólicos diferente, por exemplo, de bens como um sapato ou um sabão.

No bojo desse processo, há o fenômeno da hiper-concentração da informação e da redução em larga escala de instituições midiáticas locais, com implicações imediatas na imposição de valores culturais controlados por pequenas elites e caracterizados, em grande medida, por interesses de países da economia central.

Merton e Lazarsfeld (2005) compreendem que a monopolização dos meios de comunicação, em que somente as corporações multinacionais organizadas controlam, acompanha, inexoravelmente, o que denominam ser controle do monopólio psicológico, processo que impõe o modo como a sociedade estabelece suas normas sociais, vem atribuir poder e prestígio aos grupos hegemônicos: “Ela [a monopolização dos meios de comunicação de massa] é, sem dúvida, inerente à sociedade autoritária onde o acesso aos meios de comunicação de massa está totalmente fechado àqueles que se opõem à ideologia oficial.” (p. 127).

A monopolização dos meios de comunicação é um processo bem caracterizado na política de mídia do Brasil, onde, por muito tempo, as concessões de frequências de canais em sistemas de audiovisual foram mantidas, sob o comando direto do Poder Executivo, que recorria a esse controle como moeda de troca política.

Bolaño (2007) explica que, no governo de “transição democrática” de José Sarney (1985-1990) – ele próprio já concessionário de filiada da Rede Globo no estado do Maranhão –, as concessões foram negociadas em favor da extensão do mandato do presidente para cinco anos. Novas 418 concessões de rádio e televisão foram efetivadas nesse intuito (no total, outorgaram-se 1.028 concessões). Ao final desse governo, 40% de todas as concessões estavam nas mãos de governadores, parlamentares e prefeitos e/ou de seus familiares.

Essa concentração de poder no setor de difusão audiovisual revela que a política midiática brasileira reserva-se, particularmente, ao oligopólio de empresas vinculadas a pequenos grupos familiares e a de parlamentares, sobretudo do PMDB e do PFL – um legado do regime autoritário, consolidado no governo José Sarney (PMDB) e fortalecido nos seguintes.

Lima (2006) descreve que, em 2005, 51 deputados federais eram concessionários de audiovisual, conforme o próprio cadastro do MiniCom. Nesse período, o país possuía o total 513 deputados federais. Ou seja, aproximadamente a cada dez deputados, um era concessionário de audiovisual. Se fossem considerados os parentes próximos (pai, mãe, mulher, marido e filhos), esse número poderia aumentar consideravelmente.

É importante considerar que esses deputados e senadores concessionários participavam diretamente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados. Diante da composição dessa Comissão, a representação desses deputados-concessionários garantia por si, *quorum* mínimo para aprovar as concessões em audiovisual.

Trata-se de um eficiente estratégia para os interesses político-econômicos da classe dominante, um processo ciclicamente viciado da mídia corporativa, no qual se legisla em causa própria, e desvirtua-se o que deveria estar reservado ao interesse público.

#### 4.3 O GRUPO FOLHA E A LEGITIMAÇÃO POLÍTICA

A história do desenvolvimento inicial da Folha de S.Paulo e de sua consolidação está vinculada à história da imprensa nacional que fomentou a produção simbólica voltada para a *legitimação* do golpe de Estado brasileiro de 1964 e sustentação desse poder no comando da política no Brasil (BIROLI, 2009; TOLEDO, 2009; COMPARATO, 2010). Cabe lembrar que na década de 1960, o Jornal não tinha o alcance corporativo que depois veio apresentar. No entanto, há que se lembrar que, nesse período, a mídia impressa e o rádio ocupavam importante papel como instituição de legitimação na política do país, pois, a televisão brasileira ainda estava a caminho de consolidar-se como mídia massiva nacional.

A título de demonstrar o reflexo dessa política do Grupo Folha na atualidade, pode-se perceber o costume do Jornal ao nominar esse período político como: Regime Militar

(“ditabranda”) e, não como regime/período/governo autoritário, repressor ou ditatorial. Na tônica desse aspecto semântico, aqui se aborda o caso *ditabranda*. Trata-se do neologismo enunciado em editorial do Jornal em que no centro do assunto realizava-se uma espúria comparação entre o governo de Hugo Chávez e a ditadura vivida no Brasil:

Mas, se as chamadas "ditabrandas" – caso do Brasil entre 1964 e 1985 – partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça-, o novo autoritarismo latino-americano, [...] faz o caminho inverso. O líder eleito [Hugo Chávez] mina as instituições e os controles democráticos por dentro, paulatinamente. (FOLHA, 17 fev. 2009).

Esse editorial causou polêmica pública. Em rechaço ao teor do editorial, houve manifestação em frente à sede da Folha organizada pelo Movimento dos Sem Mídia, em 7 de março de 2009.<sup>10</sup> O Movimento alertou que a sociedade deve ficar atenta ao que pode ser, em potencial, mais um embrião (com base no poder de manipulação da opinião pública pela mídia corporativa) para a criação de regime de exceção política.

Caio Navarro Toledo (2009) publicou um artigo na revista *Sociologia e Política* explicitando que o Movimento e uma série de relatos públicos relembram à sociedade que a Folha de S.Paulo durante o regime ditatorial: a) não sofreu censura como ocorreu aos outros veículos; b) publicou a execução de presos políticos, antes do fato ocorrido, denotando sua intimidade a repressão; c) publicava manchetes sobre execuções da ditadura como se devessem a situações de fuga de “terroristas” da polícia.

Essa conjuntura é parte do processo em que corporações midiáticas apoiam forças reacionárias e, depois, por não haver sustentação social expressiva, se autointitula vanguardista de uma contracorrente progressista.

A Folha de S.Paulo revela na construção de sua narrativa histórica sua interferência no poder político, intitulado-se precursora da chamada nacional a favor do *impeachment* do presidente Collor (CÍRCULO, 2011). Outra face da sua política foi uma notória defesa das eleições e do governo FHC (PSDB), não explicitando as intenções de privatização de diversos setores estatais. Também é conhecida a postura do Jornal contra o governo de Lula, quando foram lançadas diversas notícias para fomentar a possibilidade de *impeachment* presidencial em 2005, época dos diversos escândalos políticos. Na mesma

---

<sup>10</sup> Sobre a manifestação do Movimento dos Sem Mídia pode ser conferida uma série de vídeos e depoimentos (FON FILHO, 2009; GUIMARÃES, 2009; LANCELOTTI, 2009). Desse ato participaram entidades como o Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, a União Nacional dos Estudantes (UNE), trabalhadores da revista Caros Amigos e do jornal Brasil de Fato, o Fórum Permanente de Ex-Presos Políticos de São Paulo, e diversas organizações de defesa dos direitos humanos e dos movimentos sociais populares.

linha, foram publicadas informações durante a campanha presidencial de 2010, quanto à veracidade aparente da ficha policial de Dilma Rousseff durante o regime autoritário.

A rigor, é um processo de fabricação de discursos ideológicos para a manipulação da opinião pública. Dessa forma, inventa-se uma crise sociopolítica, disseminando-a subrepticiamente nos meios de comunicação de massa, por meio de enfoques narrativos específicos, para que se torne uma crise de fato, muitas vezes obtendo-se sucesso, outras não.

Chomsky (1997) explica que as ideias noticiadas são trabalhadas gradativamente ou, de uma vez, exaustivamente, conduzindo os indivíduos a se acostumarem e a aceitarem as decisões políticas passivamente. Ainda fica a crença de que as decisões foram deliberadas democraticamente, como a própria voz da nação.

Sobre a continuidade do espetáculo, Debord (1997) defende que se processo não decorre exatamente da tecnologia avançada, mas:

[...] do fato de a dominação espetacular ter podido educar uma geração submissa a suas leis. As condições extraordinariamente novas em que viveu essa geração constituem um resumo exato e suficiente de tudo o que doravante o espetáculo impede; e também de tudo o que ele permite. (p.171-172).

Merton e Lazarsfeld (2005) concordam que toda a política de comunicação, bem como toda a vertiginosa materialização dos meios de produção responsáveis pela eficácia da grande mídia, age do mesmo modo, a favor da manutenção da estrutura social e cultural dominante que para a sua modificação.

#### 4.4 A COLETA DE MATÉRIAS DA FOLHA DE S.PAULO

As matérias jornalísticas da Folha de S.Paulo foram coletadas para esta pesquisa por meio do sistema de busca eletrônica do próprio Jornal (Disponível em: <<http://search.folha.com.br/search>>), com base nas palavras-chaves *transposição do rio São Francisco*. Também se recorreu a outro banco de dados eletrônico do jornal, o Acervo Folha (Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br>>), pelo qual foi possível a visualização digitalizada de edições impressas da Folha de S.Paulo na íntegra, com ilustrações e fotografias.

Não foram levadas para a análise discursiva nem de contabilidade geral as matérias que apenas trouxeram de forma pontual a transposição do rio São Francisco, bem como, redações jornalísticas pequenas de até dois parágrafos.

Ressalta-se que, primeiramente, foi realizado um quadro de desempenho geral da temática transposição como foco de matérias publicadas na Folha de S.Paulo no intervalo entre os anos de 2000 a 2011. Esse quadro geral evidencia a partir de aspectos

cronológicos e quantitativos de matérias, o quanto a resistência popular contra a transposição do rio São Francisco provocou atenção da Folha de S.Paulo. Esse quadro também ajuda a contextualizar e a relativizar o desempenho da Folha de S.Paulo dentro do recorte temporal e temático específico a essa pesquisa.

O recorte temporal para a análise dos argumentos escritos e imagéticos centra-se, sobretudo, nos anos de 2005 e 2007, devido a ter sido encontrado nesses dois anos uma maior quantidade de matérias jornalísticas motivadas como reflexo direto da quantidade de ações da resistência popular à transposição.

Nota-se que, em 2006, não surgiu nenhuma capa na Folha de S.Paulo contemplando essa temática, bem como a quantidade de matérias aí publicadas foi muito menor em relação a 2005 e 2007; mas o contexto desse período é fundamental para a compreensão dos demais fatos e matérias que se seguirão.

Ainda ressalta-se que, em fevereiro de 2008, surgiu a última capa na temática transposição (isso pôde ser verificado diante da coleta de matérias até 2011, apenas para atestar a ocorrência ou não de notícias na temática). Assim essa capa e seu contexto também serão contemplados no conjunto analisado, por ter se mostrado bastante elucidativa quanto ao momento em que se inicia um forte refluxo das ações coletivas contra a transposição e conseqüente midiaticização sobre a temática.

Pelo exposto, é que se confere a 2005 e a 2007 o principal recorte da pesquisa. Nesse período surgiram importantes eventos vinculados às resistências populares contra a transposição situados da seguinte forma 1) a primeira greve de fome de Dom Cappio entre setembro e outubro de 2005; 2) as manifestações massivas contra a transposição do rio São Francisco, em Brasília em março de 2007; 3) o acampamento no canteiro de obras da transposição, em Cabrobó (PE), em junho de 2007; 4) o jejum político do bispo Dom Luiz Flávio Cappio, na cidade de Sobradinho (BA), entre novembro e dezembro de 2007.

#### 4.5 AS MATÉRIAS ENTRE 2000 E 2011 ABORDANDO A TRANSPOSIÇÃO

Como mencionado, para fins de contextualização geral e relativização do desempenho das matérias analisadas (sobretudo, em 2005 e 2007), foi realizado um levantamento ampliado das matérias produzidas entre os anos 2000 a 2011.

Ao longo desse período, a Folha de S.Paulo publicou 282 matérias jornalísticas com temática central na transposição do rio São Francisco inclui-se, nesse conjunto, editoriais e artigos opinativos gerais.<sup>11</sup>

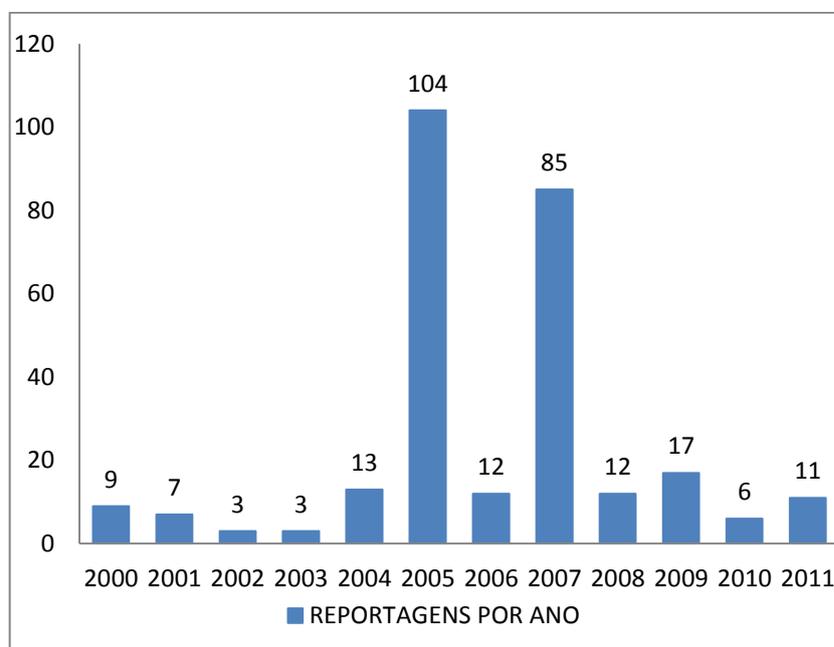
---

<sup>11</sup> Para compor essa listagem (Apêndice A) e a contabilidade geral das matérias, consideraram-se as matérias acima de parágrafos. As capas foram tratadas separadamente. Ainda, cabe esclarecer, que devido ao volume de matérias, há possibilidades de incompatibilidade entre o publicado e o inserido na listagem da própria página virtual e vice-versa, como verificado, mas esses casos foram pouco

Quase todas as matérias sobre a transposição foram publicadas no Primeiro Caderno, sobretudo, na Seção Brasil (atual, Poder). Nesse caderno, também são publicados os editoriais, artigos de opinião de colunistas, editores e leitores.

Na especificidade do recorte temático-temporal, foi organizada a referência hemerográfica da Folha de S.Paulo, conforme as fases do conflito em torno da transposição: 2005 (antes da primeira greve; na primeira greve; depois da primeira greve), 2006 (gerenciamento do diálogo de surdos), 2007 (antes da Ocupação do Canteiro de Obras; sobre a Ocupação; entre a Ocupação e a segunda greve; sobre a segunda greve e depois dessa). Também se estendeu essa listagem ao ano de 2008. (Apêndice A).

Gráfico 1. Quantidade de reportagens por ano sobre a transposição na FSP: de 2000 a 2011



Fonte: Elaborado pela autora.

Entre 2000 e 2003, isto é, nos três últimos anos do período FHC e no ano de abertura do governo Lula, a temática foi pouco noticiada pela Folha de S.Paulo, apesar de o projeto de transposição ter representado uma agenda política importante, no que diz respeito aos estudos e planejamentos da obra de transposição nos dois governos. O ano 2000 apresentou 9 matérias; em 2001, surgiram 7 matérias e, em 2002 e em 2003, foram 3 matérias em cada ano, totalizando-se 22 matérias no intervalo 2000-2003.

Todas as 13 matérias sobre o tema transposição publicadas de 2004 foram publicadas no segundo semestre desse ano.

---

representativos face ao total de matérias. Por esses e outros motivos, é salutar ponderar uma margem de erro de até 3% nessa contabilidade geral.

O ano de 2005 foi o que apresentou o maior número de publicações sobre a transposição em relação aos demais. Foram 104 matérias que podem ser situadas em três momentos: antes, durante e depois da *efervescência midiática* em torno da primeira greve de fome de Cappio.

O que se objetiva ao mencionar a expressão *efervescência midiática em torno da greve de fome*, que será bastante utilizada, é ressaltar que o intervalo de dias dedicado ao assunto no Jornal é distinto do número de dias em que o bispo empreendeu sua greve. A *efervescência midiática* não começa e nem termina com o próprio início e fim da greve e, durante essa, há dias em que houve um silenciamento a respeito do fato no Jornal.

No caso da primeira greve, essa foi iniciada em 26 de setembro, e encerrada em 06 de outubro, totalizando 11 dias. Todavia, o intervalo de dias dedicado ao tema a respeito da greve, ou incentivadas em torno dessa, ocorreu em um período de 13 dias. Apenas no sexto dia do protesto, é que o Jornal começou a noticiar o fato.

Observa-se que, antes da primeira greve, já tinham sido publicadas 22 matérias sobre a transposição em 2005. Entre essas, apenas 3 abordaram a resistência ao projeto de transposição.

Durante a *efervescência midiática* de 13 dias surgiu o maior número de matérias dentro da macrotemática transposição. Foram 58 matérias distribuídas no intervalo ininterrupto de 1 a 13 de outubro. Conforme já observado, o Jornal tardou seis dias para começar a noticiar primeira greve. Depois do encerramento dessa, o Jornal manteve-se ainda por 7 dias produzindo notícias a respeito.

Percebe-se que a greve gerou um fato político com significativa repercussão pública e que, no caso da Folha de S.Paulo, fez-se a tal ponto que representou 55,76% do total publicado em 2005 sobre o tema transposição.

Dessas 58 matérias, 41 abordaram centralmente a greve de fome, espetacularizando-a, e criando suspense sobre a saúde e a vida do bispo, deixando de lado o foco político do projeto de transposição. Apenas o restante, 17 matérias, discutiu a transposição além do fato da greve em si. De qualquer forma, representou um número de matérias maior que a soma total dos demais anos, a exceção de 2009 (com 17 matérias), e de 2007 (ver Gráfico 1).

É de notar-se que essas matérias foram produzidas sob o calor e influência do episódio da greve. Essas notícias abordaram outros subtemas relacionados à transposição, como, impacto ambiental e questionamentos sobre os benefícios da obra, cronogramas e licenciamentos ambientais, a cisão política entre estados doadores e receptores, custo da água da transposição e saneamento básico.

Dois dias após o encerramento da primeira greve, no dia 9 de outubro de 2005, foi publicado o Caderno Especial exclusivamente voltado à transposição do rio São Francisco,

exibindo 10 matérias de assuntos variados, deixando de lado o monocentrismo temático sobre a greve (apenas duas matérias abordaram o tema).

O dia recordista em número de matérias foi 6 de outubro de 2005, com 13 matérias. Entre outros assuntos, discorreu-se sobre o fato do presidente Lula ter acenado para uma conciliação com Dom Cappio. No mesmo dia, o ministro Ciro Gomes teve sua opinião publicada, no Jornal, sem tocar no assunto da greve de fome.

Depois da efervescência midiática da primeira greve de fome, surgiram 24 matérias jornalísticas sobre a transposição em 2005.

Em 2006, as disputas eleitorais para presidente da República e para governadores redirecionaram a agenda da grande mídia. Esse é um dos motivos, mas não o único, que contribuiu para diminuir, consideravelmente, o número de publicações sobre a transposição. Nesse ano, somam-se apenas 12 matérias, número que contrasta com as 104 matérias do ano anterior. Esse foi o que caracterizou, para os movimentos sociais, o já referido *diálogo de surdos* entre eles e o governo federal.

Como já discutido, polemizar sobre a transposição, em tempos de disputas político-partidárias, poderia significar, para a campanha presidencial de Lula, diminuir o número de votos oriundos de simpatizantes ao projeto, do público em geral e fragilizar o apoio de grupos da construção civil que são os maiores financiadores das campanhas político-partidárias. Por outro lado, poderia acarretar o rompimento drástico de apoio político vinculado à rede de relações com os movimentos sociais que já vinha, há muito, fragilizada. Esses podem ser alguns dos principais motivos para o sumiço do tema da pauta jornalística da grande mídia, como na Folha de S.Paulo.

Em 2008, foram publicadas 12 matérias; em 2009, surgiram 17. A partir dos anos posteriores, o número continuou se reduzindo. Em 2010, presencia-se somente 6 matérias e, em 2011, 11 matérias. Essas têm foco no cronograma da

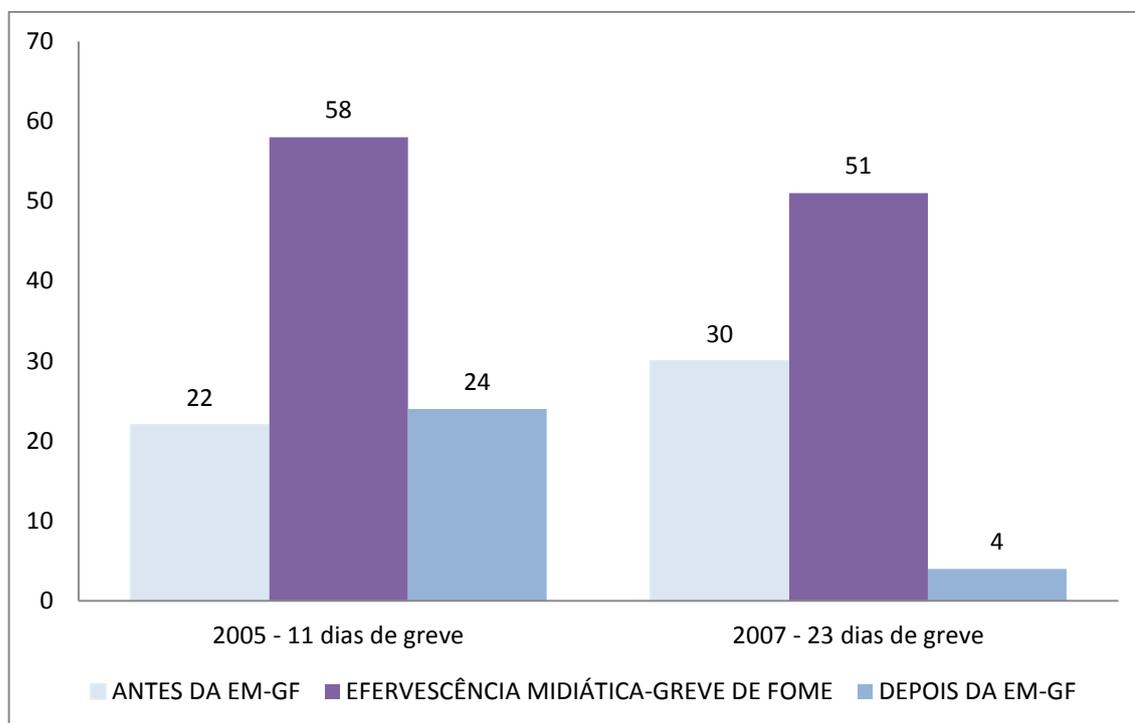
#### 4.6 O DESEMPENHO JORNALÍSTICO EM 2007 E A COMPARAÇÃO COM 2005

Em 2007, totalizaram-se 85 matérias sobre a transposição, 19 matérias a menos em relação a 2005. Desse total, 30 foram editadas antes da segunda greve de fome, iniciada em 27 de novembro e encerrada em 19 de dezembro (23 dias)<sup>12</sup>. Durante a efervescência midiática, foram publicadas 51 matérias. Depois desse período, foram 4 matérias publicadas fora da efervescência midiática. A diferença na quantidade de matérias jornalísticas entre 2005 e 2007 está representada no Gráfico 2.

---

<sup>12</sup> Algumas contabilidades consideram que a segunda greve foi de 24 dias e não de 23 dias. Nesta pesquisa considera-se o dia 19 de dezembro, dia do desmaio do bispo e quando ele foi internado no hospital, como o último dia de greve. Dom Cappio tenha declarado o encerramento da greve no dia seguinte.

Gráfico 2. Quantidade de matérias sobre a transposição com marco na *efervescência midiática em tono da greve de fome (EM-GF): 2005 e 2007*

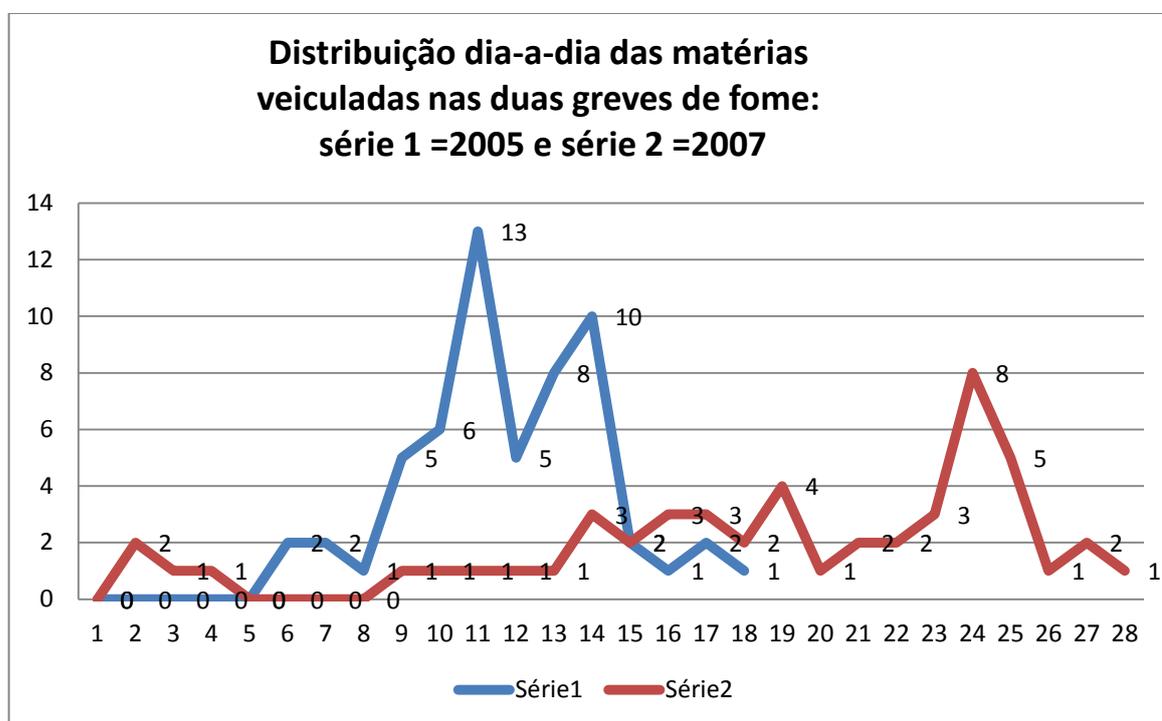


Fonte: Organizado pela autora.

Em 2007, as primeiras notícias a respeito da segunda greve foram publicadas logo nos três dias seguintes ao início dessa. Depois disso, entre 1 e 4 de dezembro, houve ausência de matérias sobre esse episódio, por 4 dias seguidos (à exceção de pequenas notas jornalísticas aqui não contabilizadas). Posteriormente, não houve dias de ausência de matérias sobre a greve até 24 de dezembro (dia de encerramento da EM-GF).

O Gráfico 3 permite um tipo de visualização comparativa entre a quantidade de matérias publicadas nos dois períodos de greve. Para analisar o Gráfico 3, é importante considerar que os dias descritos não representam os dias do mês em que a greve se desenvolveu e, sim, a ocorrência dia-a-dia noticiada pela Folha de S.Paulo. O ponto de partida é o primeiro dia das duas greves de fome, e o ponto de encerramento é o último dia em que matérias foram publicadas sobre o assunto em cada ano.

Gráfico 3. Comparação da evolução da efervescência midiática das duas greves de fome, na Folha de S.Paulo



Fonte: Elaborado pela autora.

Obs.: Início e término da 1ª greve: 26/09 a 06/10/05 (11 dias)/Pico de matérias da 1ª greve: 6/10/05

Início e término da 2ª greve: 27/11 a 19/12/07 (23 dias)/Pico de matérias da 2ª greve: 20/12/07

A quantidade de dias de efervescência midiática da greve de fome (EM-GF) foi computada pela quantidade total de dias em que realmente existiram matérias publicadas sobre a greve.

O que surge indicado, no Gráfico 3, como número de dias pode parecer que o ano de 2005 obteve 18 dias de efervescência midiática e o que o ano de 2007 obteve 28 dias. Porém, os dias com ausência de notícias foram considerados no cômputo geral. Dessa forma, contabilizando-se os dias de ausência de notícias, o ano de 2005 apresentou 13 dias de efervescência midiática, e o de 2007 apresentou 23 dias.

Um dos aspectos que chama atenção, na visualização do Gráfico 3, é o contraste do número de matérias entre a primeira e a segunda greve, cujo balizamento no 11º dia é bastante elucidativo (respectivamente, os dias 6 de outubro de 2005 e 7 de dezembro de 2007). Nesse marco temporal, coincidem e contrastam: a) o pico de matérias sobre a primeira greve; e b) uma única notícia sobre a segunda greve apresentada na continuidade de da ausência de 4 dias sem matérias. No caso da primeira greve, até o 11º dia (data de encerramento da greve, noticiada no dia seguinte) a metade das matérias, no intervalo da

efervescência, já havia sido publicada. Foram 29 matérias publicadas no período de 6 dias. Na segunda greve, nesse mesmo intervalo de 11 dias, foram publicadas apenas 8 matérias.

O Gráfico 3 explicita a quantidade de dias que a Folha de S.Paulo não publicou notícias sobre as duas greves. A primeira greve foi noticiada apenas no seu 6º dia de ocorrência. Já a segunda greve, embora noticiada em 2 matérias logo no seu início, depois apresentou uma sequência baixa de matérias por dia, entre nenhuma e uma matéria por 12 dias consecutivos.

Em 2007, os dias que apresentaram o maior número de publicações, no período de efervescência midiática foram: 20 de dezembro (8 matérias), e 21 de dezembro (5 matérias). Ambas chamando atenção ao encerramento da greve. Primeiramente, devido ao desmaio e à internação do bispo e, depois, pela declaração do próprio religioso de fim do jejum. As publicações desses dias destacaram a decisão do STF em favor da liberação da obra.

Do cômputo geral de 2007, especificamente abordando as resistências populares, foram publicadas 17 matérias sobre ações relacionadas à rede de resistência contra a transposição. Dessas, 8 foram publicadas entre 9 fevereiro e 16 de março de 2007, abordando assuntos seguinte forma: 2 matérias (9 e 16/02/2007) sobre o fato de “ONGs” e do Procurador-Geral da República, Antônio Fernando Souza, terem recorrido ao STF no intuito de paralisar a obra; 2 matérias (20 e 23/02/2007) sobre o rechaço de Dom Cappio à falta de compromisso do Executivo; 1 matéria sobre manifestação em forma de marcha e bloqueio da ponte entre Juazeiro e Petrolina (27/02/2007); 2 matérias sobre as manifestações em Brasília exigindo a retomada do diálogo prometido pelo Executivo durante a primeira greve de fome (13 e 16/03/2007); e ainda houve 1 artigo de opinião defendendo as ações de Dom Cappio escrito por Paulo Nogueira Batista Júnior, então, colunista do Jornal (14/03/2007).

Outras 9 matérias noticiaram, centralmente, a Ocupação do Canteiro de Obras da Transposição, em Cabrobó (PE). Considera-se que houve uma pequena efervescência midiática em torno da Ocupação englobando, ao todo, 14 matérias. A primeira matéria, inicia-se anunciando a possibilidade da ocorrência de protestos (10/06/2007) e, a última noticia uma nova “invasão” realizada pelos Truká. Essas matérias sobre a Ocupação denigrem aos movimentos que compõem a rede resistência contrária à transposição, especificamente, aos movimentos indígenas e camponeses.

Somente as 48 matérias do período da efervescência midiática englobam 70,58% do total de matérias sobre a transposição em 2007. Dessas matérias, apenas 5 não tiveram centralidade na greve de fome, mas em outros subtemas sobre a transposição.

Foram 14 matérias de 2007, relacionadas a ações da sociedade civil, antes da ocorrência da greve de fome. Essas matérias representam 20,58% do total das matérias desse ano. Somando-as com as do período da greve de fome, chega-se a um total de 91,16% das matérias com tema na transposição do rio São Francisco de 2007.

Considerando a quantidade de dias das greves de fome de Dom Cappio, verifica-se que a segunda greve foi muito menos noticiada em relação à primeira. Por quê? Um dos motivos mais evidentes seria a convivência entre a grande mídia e o poder político instituído em não ter interesse em chamar atenção ao caso. Integrantes da rede de resistência perceberam que a grande mídia conseguiu “blindar” o fato, pouco noticiando-o (informações colhidas em entrevistas de campo).

Outro motivo pode ser devido à primeira greve ter se vinculado ao ineditismo do fato, pois não há precedentes de bispos em greve de fome. Todavia, a segunda greve, também já contava com o atrativo noticiável de que Dom Cappio já estar mais conhecido do público, para não citar, a própria importância social do assunto transposição, estar mais conhecido como um programa-marca do governo Lula.

#### 4.7 SÍNTESE DO DESEMPENHO DAS MATÉRIAS DE 2005 E 2007

A Tabela 1 apresenta um resumo comparativo quali-quantitativo sobre o desempenho das notícias da Folha de S.Paulo, entre os anos 2005 e 2007, relativos à resistência contra a transposição do rio São Francisco.

Tabela 1. Síntese da análise quali-quantitativa sobre o desempenho de notícias na FSP, sobre a transposição: 2005 e 2007

Questões	2005	2007	Observações
Quantidade de dias de greve de fome	11 dias	23 dias	Em 2007, Cappio empreendeu mais que o dobro de dias de greve em relação a 2005.
Quantidade de dias em que houve notícias durante a EM-GF	<b>13 dias de notícias</b>	<b>23 dias de notícias</b>	A primeira greve recebeu 2 dias a mais de veiculação de matérias que o número de dias empreendido na greve. A segunda greve obteve o mesmo número de dias empreendido na greve. Caso o Jornal mantivesse quantitativamente a mesma atenção, entre primeira e segunda greve, em termos de número de dias, a segunda greve deveria ter recebido atenção em 27 dias.
Quantidade de matérias durante as duas EM-GF	<b>58 matérias</b>	<b>51 matérias</b>	Apesar do número de dias empreendido na primeira greve ter sido menos da metade (11) que da segunda greve (23), essa recebeu 7 matérias a menos que a segunda.
Média entre o número de matérias e de dias empreendidos na greve	<b>58 ÷ 11 = Média de 5,27 mat./dia</b>	<b>51 ÷ 23 = Média de 2,21 mat./dia</b>	Caso a média oferecida na primeira greve se mantivesse na segunda, implicaria dizer que o Jornal teria oferecido à segunda greve 121,44 matérias e não 51. Ou seja, uma diminuição de 60,47% em termos de número de matérias.

<b>Questões</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>Observações</b>
Quantidade de matérias que não estiveram dentro da EM-GF abordando eventos de ONGs e movimentos sociais.	<b>12 matérias sobre sociedade e civil, 4 antes da greve, 8 depois</b>	<b>18 matérias, sobre sociedade e civil.</b>	Embora, no ano de 2007, tenha ocorrido uma quantidade maior de eventos relacionados a manifestações dos movimentos sociais e ONGs, vários pautados pela FSP, a diferença entre a quantidade de matérias sobre atividades de ONGs e movimentos sociais, comparando-se os anos, é mínima.
Quantidade de dias em que demorou para noticiar a greve	<b>6 dias de demora para noticiar o fato</b>	<b>1 dia de demora para noticiar o fato</b>	A demora para noticiar o fato da primeira greve, 6 dias, denota o não interesse do Jornal para com a resistência manifestada, ainda que o fato fosse de alta noticiabilidade. Na segunda greve, esse desinteresse não foi exatamente manifestado pela demora em noticiar o fato da greve de fome mas fez-se diante da lacuna de 4 dias sem matérias jornalísticas (aqui está se contabilizando produções acima de dois parágrafos).
Quantidade de dias em que o Jornal continuou a dar notícias após a greve	<b>7 dias de notícia após greve</b>	<b>4 dias de notícias após greve</b>	Nota-se que a diminuição de espaço jornalístico reservado ao tema na segunda greve é de tal ordem que se revela mesmo na diferença de dias noticiados pós-greve.
Quantidade de capas abordando a transposição de forma geral	<b>8 capas</b>	<b>11 capas</b>	A considerar o número de dias de duração da greve, o número de capas de 2007 relativamente menor em 2007.
Quantidade de capas abordado as greves e quantas com fotografia	<b>8 capas, 4 com fotos</b>	<b>9 capas, 3 com fotos</b>	O número de capas é um dos poucos quesitos em que a greve de 2007 ganhou relativo maior destaque. Se a base comparativa fosse a proporcionalidade entre dias de greve por número de capas, 2007 deveria ter apresentado 14 capas e 8 delas com fotografias e não 3.
Quantidade de matérias no dia de maior destaque ao assunto.	<b>13 matérias</b>	<b>8 matérias</b>	Nesse quesito, 2005 também obteve um número maior de matérias em um único dia. Ressaltando-se que o segundo dia mais noticiado de 2005, ganhou 10 matérias. Sendo assim, ainda maior que 2007, com seu máximo de 8 matérias.
Porcentagem de matérias na EM-GF em relação ao total de matérias sobre a transposição em cada ano.	<b>De todas matérias sobre a transposição, 55,76% foram durante a EM-GF</b>	<b>De todas matérias sobre a transposição, 60% foram durante a EM-GF</b>	As greves foram tema impulsionador de uma quantidade expressiva de matérias. Ampliou o leque de discussão sobre as vantagens e desvantagens da transposição. Bem como, desencadeou um processo que tornou pública a resistência contra a obra e a favor da revitalização. Antes, praticamente todas as críticas ao projeto eram registradas, no Jornal, como oriundas de políticos adversários. No ano de 2007, quando houve um número total de matérias sobre a transposição menor que o ano de 2005, a EM-GF obteve um peso maior em termos numéricos em relação ao total de matérias.

Fonte: Organizado pela autora.

Observação: na contabilidade dessa tabela também se incluem os artigos de opinião.

Tabela 2. Quantidade de matérias sobre a transposição e a resistência na FSP

Ano	Quantidade de matérias sobre a transposição	Quantidade de matérias Sobre a resistência*
2005	104	54 (51,92%)
2006	12	3 (40%)
2007	85	61 (71,76%)
2008	12	4 (30%)
total	213	131 (61,50%)

Fonte: Elaborado pela autora.

\*Essa contabilidade das matérias jornalísticas sobre a resistência não inclui matérias de opinião e entrevistas.

#### 4.8 OS ARTIGOS DE OPINIÃO DA FOLHA SOBRE A TRANSPOSIÇÃO

Aqui se faz uma síntese sobre a opinião contida na Folha de S.Paulo, por meio da publicação e de artigos de opinião e, ao final, apresenta-se um resumo sobre a posição dos jornalistas que mais escreveram sobre a transposição. A Folha de S.Paulo publicou 34 textos de opinião dedicados ao tema transposição, entre fevereiro de 2005 a janeiro de 2008. Desse total, 20 se posicionam contra a obra, 10 a favor, e 4 não explicitam posição a favor ou contra a obra (Tabela 3).

A opinião e o peso argumentativo dos editores e colunistas não representam a posição política mais autêntica da Folha de S.Paulo sobre a transposição. Essa é declarada explicitamente mediante seus editoriais (analisados adiante).

Ressalta-se que mesmo um artigo com posicionamento claramente contra a transposição, não quer dizer que manifeste posição favorável às ações da rede de resistência: ser contra a obra não significa ser a favor dos movimentos populares.

Sobre os artigos de opinião publicados pelos integrantes do conselho editorial do Jornal, 2 assinados por Janio de Freitas aproximam-se de uma visão que não toma partido nem a favor nem contra a transposição. Já Carlos Heitor Cony escreveu 3 artigos, sendo 1 deles sem uma posição clara em relação à obra, porém, ridicularizando as greves de fome de Dom Cappio, e 2 foram a favor da obra. O editor da seção Brasil (atual seção Poder), na qual há a maioria das reportagens sobre a transposição, Fernando Barros e Silva, foi um dos mais agressivos a pessoa de Dom Cappio, a verificar por seu artigo do dia 21 de dezembro de 2007, dois dias após a decisão do STF.

Também se observa que dois dos colunistas que mais escreveram contra a transposição tiveram seus contratos cancelados por ordem da Folha de S.Paulo: como Luís Nassif (saiu do Jornal em 2006) que escreveu uma sequência de 3 artigos contra a transposição e 2 a favor, e Paulo Nogueira Batista Júnior (saiu do Jornal em 2010), que

escreveu 3 artigos contra a transposição e a favor de Dom Cappio. O colunista Elio Gaspari defendeu a atriz Letícia Sabatella (depois de ela ter sido diminuída, nas reportagens do jornal, em seu valor de militante nas causas em defesa dos direitos humanos).

Registra-se que o Jornal ofereceu espaço tanto a atores governistas defensores do projeto quanto àqueles contrários. Do lado dos defensores, foram publicados cinco artigos. 3 artigos assinados pelos, então, ministros da Integração Nacional, Ciro Gomes, bem com, 1 de Geddel Vieira, além outro pelo chefe de gabinete desse ministério (depois ministro), Pedro Britto. Outro artigo redigido por Fernando Gabeira, deputado federal pelo PV, posicionando-se contra o ato de greve de Dom Cappio. Sobre a posição desse deputado, ele já foi a favor não somente da transposição do São Francisco, como também da transposição do rio Tocantins (cf. GABEIRA, 11 dez 2000). Contra o projeto, foram publicados quatro artigos. Três deles foram assinados por João Alves Filho, governador de Sergipe e, 1 por César Borges, senador pelo estado da Bahia. Os artigos dos políticos contra e a favor da transposição, caracterizando bem a cisão entre forças governistas nos estados envolvidos no conflito.

Sobre os 6 artigos de atores integrantes da rede de resistência contra a transposição, foram assinados, basicamente, por aqueles que integram forças dentro da Igreja Católica: 1 de Dom Cappio, 1 de Dom Tomás Balduino (fundador da CPT), 2 de Dom Luciano de Almeida (também colunista do Jornal) e 1 de Roberto Malvezzi, um dos coordenadores da CPT. Ainda se inclui nesse bloco, o artigo do geógrafo Aziz Ab`Sáber, professor emérito da USP, devido a seu visível apoio aos movimentos de resistência contra a obra.

Tabela 3. Quantidade e tendência das matérias de opinião sobre a transposição: de fevereiro de 2005 a janeiro de 2008

MATÉRIAS DE OPINIÃO	FAVOR	CONTRA	FUNÇÃO DOS AUTORES
1. VILLA, Marco Antonio. Transposição: uma idéia ultrapassada. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Tendências/Debates, Opinião, São Paulo, Brasília, 16 fev. 2005.		X	Historiador
2. BRITO, Pedro. A favor: Água para todos. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Brasil, Opinião, São Paulo, Brasília, 20 fev. 2005.	X		Chefe de gabinete do MI, depois, ministro
3. AB`SÁBER, Aziz. Debate: A transposição do rio São Francisco. Contra. A quem serve a transposição? <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Brasil, Opinião, São Paulo, 20 fev. 2005.		X	Prof. Emérito da USP, apoiador do movimento contra a transposição
4. ALVES FILHO, João. Transposição insensata. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Tendências/Debates, Opinião, São Paulo, 18 set. 2005.		X	Governador de Sergipe

MATÉRIAS DE OPINIÃO	FAVOR	CONTRA	FUNÇÃO DOS ASSINANTES
5. GOMES, Ciro. A integração do bom senso. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Tendências/Debates, Opinião, São Paulo, Brasília, 20 set. 2005.	<b>x</b>		Ministro da Integração Nacional
6. ALMEIDA, Luciano Mendes de. Rio São Francisco e a "vida pela vida". <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, 01 out. 2005.		<b>x</b>	Bispo da Igreja Católica
7. GOMES, Ciro. Rio São Francisco. <i>Folha de S.Paulo</i> , São Paulo, Brasília, Primeiro Caderno, Seção Painel do Leitor, 06 out. 2005.		<b>x</b>	Ministro da Integração Nacional
8. FREITAS, Janio de. Águas turvas. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Brasil [Opinião], São Paulo, 06 out. 2005.	<b>x</b>	<b>x</b>	Editor da FSP
9. GABEIRA, Fernando. Viver ou morrer pelo São Francisco. <i>Folha de S.Paulo</i> , Caderno Folha Ilustrada, Opinião, São Paulo, 08 out. 2005.	<b>x</b>		Deputado federal (PV-RJ)
10. ALMEIDA, Luciano Mendes de. Revitalizar o rio São Francisco. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, 08 out. 2005.		<b>x</b>	Bispo da Igreja Católica
11. CONY, Carlos Heitor. A mulher do padeiro. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, Rio de Janeiro, 08 out. 2005.	<b>x</b>	<b>x</b>	Integrante do Conselho editorial da FSP
12. COELHO, Marco Antônio Tavares. Contra: Projeto beneficia privilegiados. <i>Folha de S.Paulo</i> , Caderno Especial, São Paulo, 09 out. 2005. [Não aparece essa matéria no sistema de busca de artigos da Folha.com]		<b>x</b>	Jornalista, à época editor da revista Estudos Avançados da USP.
13. CAPPIO, Luiz Flávio. Vida para todos: por isso fiz a greve de fome. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Tendências/Debates, Opinião, São Paulo, 10 out. 2005.		<b>x</b>	Bispo da Igreja Católica
14. NASSIF, Luís. A transposição do São Francisco. <i>Folha de S.Paulo</i> , Caderno Dinheiro, Opinião, São Paulo, 11 out. 2005.	<b>x</b>		Colunista da FSP, até 2006
15. NASSIF, Luís. Os contras da transposição. <i>Folha de S.Paulo</i> , Caderno Dinheiro, Opinião, São Paulo, 12 out. 2005.		<b>x</b>	Colunista da FSP, até 2006
16. NASSIF, Luís. O Bird e a transposição. <i>Folha de S.Paulo</i> , Caderno Dinheiro, São Paulo, 13 out. 2005.		<b>x</b>	Colunista da FSP, até 2006
17. NASSIF, Luís. A transposição, segundo Ciro. <i>Folha de S.Paulo</i> , Caderno Dinheiro, São Paulo, 14 out. 2005.	<b>x</b>		Colunista da FSP, até 2006
18. NASSIF, Luís. Um projeto temerário. <i>Folha de S.Paulo</i> , Caderno Dinheiro, São Paulo, 26 out. 2005.		<b>x</b>	Colunista da FSP, até 2006
19. NASSIF, Luís. Um roteiro para a transposição. <i>Folha de S.Paulo</i> , Caderno Dinheiro, São Paulo, 04 nov. 2005.		<b>x</b>	Editor da FSP
20. BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Opinião Econômica: O Bispo e o Presidente. <i>Folha de S.Paulo</i> , Caderno Dinheiro, Opinião, São Paulo, 15 dez. 2005.		<b>x</b>	Colunista da FSP até 2010
21. BORGES, César. A transposição da truculência. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Tendências/Debates, Opinião, São Paulo, 21 dez. 2005.		<b>x</b>	Senador baiano
22. BALDUINO, Dom Tomás. Lula, o bispo e o fórum. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Tendências/debates, Opinião, São Paulo, 13 jan. 2006.		<b>x</b>	Bispo da Igreja Católica

MATÉRIAS DE OPINIÃO	FAVOR	CONTRA	FUNÇÃO DOS ASSINANTES
23.ALVES FILHO, João Alves. Volta o risco da transposição. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, 14 mar. 2007.		<b>x</b>	Governador de Sergipe
24.BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Dom Luiz e o São Francisco. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, 15 mar. 2007		<b>x</b>	Colunista da FSP até 2010
25.BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Dom Luiz não pode morrer. <i>Folha de S.Paulo</i> , Caderno Mercado, Seção Opinião, São Paulo, 06 dez. 2007.		<b>x</b>	Colunista da FSP até 2010
26.ALVES FILHO, João. D. Cappio e o mito da falta d'água. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Brasil, Opinião, São Paulo, 07 dez. 2007.		<b>x</b>	Governador de Sergipe
27.LIMA, Geddel Vieira. O inimigo número 1 da democracia. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Tendências/Debates: Opinião, São Paulo, 10 dez. 2007.	<b>x</b>		Ministro da Integração Nacional
28.CONY, Carlos Heitor. A fome da greve. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Opinião, Rio de Janeiro, 20 dez. 2007.	<b>x</b>		Integrante do Conselho editorial da FSP
29.FREITAS, Janio de. Nas águas do rio. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 20 dez. 2007.	<b>x</b>	<b>x</b>	Integrante do Conselho editorial da FSP
30.BARROS E SILVA, Fernando de. Águas republicanas. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, 21 dez. 2007.	<b>x</b>		Editor Caderno Poder da FSP
31.GASPARI, Elio. Letícia Sabatella fez bem ao Natal. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, Sobradinho (BA), 23 dez. 2007.	<b>x</b>	<b>x</b>	Colunista da FSP
32.CONY, Carlos Heitor. A tese e a prática. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, Rio de Janeiro, 27 dez. 2007.	<b>x</b>		Integrante do Conselho editorial da FSP
33.MALVEZZI, Roberto. Margens opostas. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, 15 jan. 2008.		<b>x</b>	Coordenador da Comissão Pastoral da Terra
34.ROBUSTI, João Claudio. A guerra equivocada. O Exército não deveria mobilizar 380 de seus combatentes para realizar as obras de transposição do rio São Francisco. <i>Folha de S.Paulo</i> , Primeiro Caderno, Seção Brasil, Opinião, São Paulo, 24 jan. 2008.	<b>x</b>		Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo
<b>Cômputo geral:</b>	04 sem posição explícita 10 a favor da transposição 20 contra a transposição		

Fonte: Elaborado pela autora.

Obs.: Os seis artigos destacados são de atores aliados à resistência popular contra a transposição.

#### 4.9 O ENFOQUE DOS JORNALISTAS QUE MAIS NOTICIARAM A TRANSPOSIÇÃO

Dos jornalistas que mais escreveram sobre a transposição, Fabio Guibu foi o que mais publicou matérias sobre a resistência contra a transposição. O jornalista escreveu desde a primeira greve de fome de Dom Cappio, cobriu o evento da Ocupação do Canteiro de Obras da Transposição e realizou reportagens também sobre a segunda greve de fome.

Considerando o total de matérias escritas sobre a resistência contra a transposição, 131, no período de 2005 a 2008 (Tabela 2), esse jornalista foi responsável por 31,29% (41 matérias) delas. Das seis matérias assinadas por ele sobre a Ocupação, quatro trazem logo no título termos que colocam o grupo resistente como invasores. Um dos títulos desqualifica, especificamente, a autonomia da organização popular, criticando a divisão de tarefas, taxando-as de “administração empresarial”, lembrando as notícias que denunciam a prática de crime organizado (GUIBU, 01 jul. 2007).

Observando-se as coberturas jornalísticas de Guibu sobre as duas greves, percebe-se que sobre a primeira greve ele manifestou um tom mais respeitoso para com Dom Cappio, ainda que algumas dessas matérias tenham obtido um ângulo mais sensacionalista, focado na tensão entre a vida e morte do religioso, a despeito das questões políticas em jogo. Sobre a segunda greve, parece que o Jornal (visto os escritos de Guibu e de outros) pautou as suas matérias com base na própria dinâmica de atenção dada ao assunto pelo Executivo. Primeiramente, desqualificou-se o caso, não se falando muito a respeito, reservando maior atenção à saúde de Dom Cappio já precarizada.

A segunda jornalista que mais publicou matérias sobre a transposição foi Marta Salomon, elaborando 24 textos no período de 2005 a 2008. Seus trabalhos são, sobretudo, a respeito do andamento do cronograma da transposição, abordando questões como licenciamentos ambientais, licitações para obra de engenharia, trâmites das construtoras, processos jurídicos (no STF e TCU), orçamentos destinados à transposição e à revitalização. Ela ainda abordou, em dois artigos, a resistência de Dom Cappio.

A jornalista é discreta sobre sua posição pessoal a respeito da obra. Aparentemente, não é contra a transposição, mas à maneira como essa está sendo gerida. Percebe no PAC uma grande oportunidade de desvio de verbas. Não o diz exatamente assim, mas diante de suas matérias, nota-se esta crítica: a) ao relacionar a transposição ao escândalo da construtora Gautama; b) ao apontar falhas de articulação entre ministérios, órgãos federais e estados; c) ao qualificar a transposição como o projeto “que mais consome dinheiro dos impostos no PAC” (SALOMON, 8 maio 2007); d) ao não deixar de noticiar que a água não será para as populações sertanejas vizinhas a esses canais e que quem tentar acesso a ela, será criminalizado. Ela se refere à delimitação de uma faixa de “cem metros nas margens direita e esquerda dos canais. Essa faixa será cercada e vigiada para evitar *roubo* de água.” (SALOMON, 10 jun. 2007, grifo nosso).

**CAPÍTULO V**  
**À MARGEM DA IMAGEM**  
**ANÁLISE A PARTIR DE CONTEXTOS**  
**IMAGÉTICOS E ESCRITOS**

5.1 MARCO TEÓRICO PARA ANÁLISE DO CONTEXTO IMAGÉTICO

A análise que segue examina o repertório iconográfico, centrado nas fotografias, e de forma conjunta, atenta-se para o contexto jornalístico de composição de capas, títulos, legendas e outros elementos textuais correlatos, publicados pela Folha de S.Paulo a respeito da resistência popular contra a transposição das águas do rio São Francisco.

A fotografia é aqui entendida como um tipo de discurso, bem como, um tipo de texto imagético, sendo o termo texto aqui utilizado para remeter à semântica do discurso escrito.

Como parte da análise, foram realizadas diversas interpretações para evidenciar, primeiramente, parte dos mecanismos de *produção de sentido* por meio notícias sobre a resistência popular midiaticizadas pelo jornal. Toma-se emprestado das teorias da semiótica (ciência dos signos ou da crítica) algumas explicações sobre o modo de produção de sentido. Discute Martine Joly: “a maneira como provocam significações, isto é, interpretações. De fato, um signo só é signo se *expressar idéias* e se provocar na mente daquele ou daqueles que o percebem uma atitude interpretativa” (2000. p. 29).

A esta pesquisa, interessou analisar as fotografias dentro de um contexto jornalístico específico (o da Folha de S.Paulo ao abordar as resistências populares), buscando identificar o comportamento/organização das imagens, para se apreender os sentidos que transmitem/significam. Para tanto, foram indicados o que há de repetições nas formas imagéticas e textuais (essas no âmbito do contexto) ausentes e presentes no conjunto das publicações eleitas para análise. Nesse processo, também se buscou perceber o que havia de explícito e implícito nas mensagens, para então, diante de um *corpus* interpretativo, compreender alguns dos *modus operandi da ideologia* como produção de formas simbólicas que constroem *sentido a serviço do poder*, como a menciona Thompson (2002).

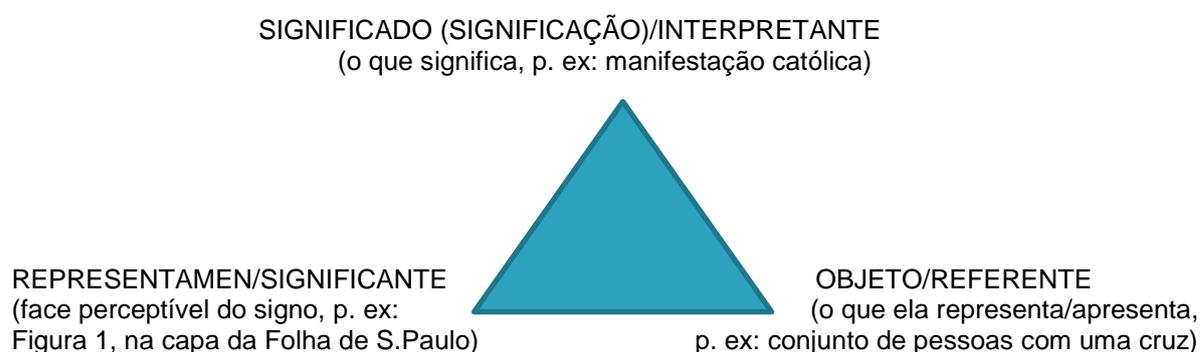
Como parte desse empréstimo que recorre ao arcabouço teórico da semiótica, apresenta-se oportuno o conceito de Charles Sanders Peirce (1980) a respeito da modelagem do signo como algo que sempre está no lugar de outra coisa, um objeto não é ele próprio. Ele se apresenta para designar, nominar, significar outra coisa, algo que pode ser/estar material, imaterial ou ausente. No caso da fotografia como elemento *significante/representamen* motriz de um signo, diz Roland Barthes: “Seja o que for o que

ela [a foto] dê a ver e qualquer que seja a maneira, uma foto é sempre invisível: não é ela que vemos.” (1980. p. 16).

Preliminarmente às análises que seguem, é digna a menção que retoma a teoria de Peirce sobre a dinâmica tripolar de interação do signo. A formação do signo inscreve-se sob as seguintes tipologias relacionais: 1) a face perceptível do signo é o “*representamen*” ou significante; 2) o que ele representa é o “objeto” ou referente; 3) e o que significa é o “interpretante” ou significado (Ilustração 6).

Abaixo, apresenta-se a Ilustração 6 para elucidar essa tipologia comum ao signo. Aqui, exemplifica-se com base na fotografia como significante, por ser um eixo central das análises desse capítulo. O exemplo remete à Figura 1, alusiva à primeira capa com fotografia sobre a resistência popular contra a transposição publicada pela Folha de S.Paulo. Salienta-se que a exemplificação poderia ser realizada a partir de inúmeros significantes, por exemplo, som, gesto, cheiro, outras imagens.

Ilustração 6. Tipologia peirceana da estrutura comum do signo, exemplificado na imagem como signo



Fonte: Organizado pela autora com base no esquema apresentado por Joly (2000).

A fotografia, como elemento significante, é potencialmente catalizadora da produção de sentidos, pois possui como característica relacional a instantaneidade da percepção visual. Sua relação é analógica (*analogon*) quanto ao que representa “diretamente” (situações, eventos, temporalidades) para os indivíduos. Há uma aderência tautológica entre significante e referente, oferecendo automaticamente, um aparente efeito denotativo do “real”, do qual se vale a pseudo-retórica da objetividade jornalística propagada pela grande mídia.

Salienta-se que o significado de cada interpretação relaciona-se indissociavelmente aos contextos da linguagem e do arcabouço sociocultural de cada sujeito *receptor que*

*interpreta*. Por exemplo: aqui se elaborou o significado de uma *manifestação religiosa* devido à fotografia apresentar como referente uma cruz suspensa à frente do conjunto de pessoas. É algo que se expressa diante da convenção “universalizante” da simbologia católica relacionada à cruz.

Como explicita Barthes (2005), a partir de um significado, pode-se estabelecer um novo significante; então é possível perceber outros significados, explícitos, implícitos ou silenciados. A manifestação católica não se trata de uma romaria supostamente “convencional”, como parece sugerir o conjunto da foto com o texto da legenda, mas se trata de uma romaria política em apoio solidário contra a causa da transposição, em que possivelmente, os romeiros podem ser os mesmos sujeitos que organizam a Romaria da Terra e da Água em que se tem discutido a questão da transposição (ver Capítulo III). Assim, a interpretação é uma junção do contexto cultural intrínseco ao significante mediado pela relação dialógica com o arcabouço epistêmico de quem interpreta (da pesquisadora/demais sujeitos interpretadores).

Nesse momento, torna-se preciosa a reflexão de Barthes:

[...] diante de uma fotografia, o sentimento de “denotação” ou se preferir de plenitude analógica é tão forte que a descrição de uma fotografia é literalmente impossível; porque descrever consiste exatamente em juntar à mensagem denotada um relê ou uma mensagem segunda, mergulhada num código que é a língua (*langue*), e que constitui fatalmente, por mais cuidado que se tome para ser exato, uma conotação relativamente ao análogo fotográfico: descrever não é portanto apenas ser inexato ou incompleto, é mudar de estrutura, é significar outra coisa além do que se mostra. (2005. p. 328).

Cada significado também está relacionado com o que o próprio emissor quis provocar de sentido. Essa intencionalidade não é sempre exitosa; também se pode provocar outros significados que fogem à intenção deliberada do autor. No caso da fotografia jornalística, a intencionalidade pode partir de quem fotografou (com suas intenções e técnicas), do editor-chefe, de quem escolheu a fotografia, de como essa foi localizada na página, de como os títulos, legendas foram escritos etc. Assim, são diversos os fatores que confluem no ato de significar. Até, conforme comenta Barthes, “[o nome do jornal] pode fazer infletir fortemente a leitura da mensagem propriamente dita: uma foto pode mudar de sentido ao passar de l’Aurore para l’Humanité” (2005. p. 325).

Dessa forma, a fotografia implica diferentes leituras se é publicada na Folha de S.Paulo ou no Brasil de Fato, dado que a fotografia jornalística não se dissocia das nuances da política editorial de cada impresso, como por exemplo, se é a favor ou contra dos movimentos sociais, de um governo ou de governantes. Todavia, os conceitos levantados sobre as políticas editoriais não devem ser tábuas determinantes, quando se trata de

compreender os significados das publicações, sob pena de tornar a análise rasa e previamente concluída. Ao mesmo tempo, ignorá-los pode conduzir à análise ingênua das mensagens que são inerentemente manifestos de valores sócio-políticos.

Sobre o problema da ação interpretativa da imagem, Joly (2000) observa que existe o discurso da *recusa da análise de imagens* (aqui, se recorta ao âmbito fotográfico). Ele se justifica com base em argumentos indagativos que desvalorizam a importância dessa análise, colocando-a um manto de suspeita: a) por não haver como expressar sobre algo “naturalmente legível” (isso bem remete ao dito “uma imagem vale mais do que mil palavras”); b) por trata-se de inferências emotivas, sem valor à objetividade analítica; c) contesta-se a riqueza da mensagem “o autor quis tudo isso?” (p.41), ao que aqui também se acrescenta: será que o autor não quis dizer tudo isso?

Joly (2000) defende o seguinte: aquele que busca interpretar a imagem não deve esconder que sua posição está deliberadamente do lado da recepção. Isto é, não há onipresença-analítica possível que possa falar por toda relação emissor-canal-receptor. A autora expressa que a análise da imagem não tem como alvo esclarecer a totalidade da originalidade, do precedente das ideias do autor; nem o próprio autor, nem ninguém o conseguiria. A imagem é compreendida sob as circunstâncias específicas individuais, sociais, histórico e culturais, conforme cada temporalidade. E de modo apropriado à questão, a análise da imagem ressignifica a expressão *é proibido proibir*: “[...] mas ainda é preciso evitar proibir-se de compreender [a imagem], devido a critérios de avaliação mais ou menos perigosos” (p. 45).

Observa-se o paradoxo fotográfico de Barthes (2005), para quem as fotografias dos impressos jornalísticos tanto são dotadas de estruturas de denotação, como de conotação. Denotação, porque a fotografia para o senso comum é pura contingência do real; conotação, porque ela incita interpretações que se fazem conforme o arcabouço cultural de quem as recebe.

Afinal, essas imagens não são apenas percebidas, são lidas dentro de um pano de fundo que é a própria ideologia do veículo e de seu leitor.

É importante notar que quando um fato político alcança destaque como uma das notícias mais importantes do dia, ocupando espaço na capa do jornal, significa dizer que essa notícia foi eleita dentre diversas possibilidades. A capa de um jornal é montada com criteriosa análise e deliberação promovidas diretamente por seus editores. Esses opinam sobre o design da capa, mudanças na diagramação, escolha da ordem de importância das matérias, fotografias e conteúdo da manchete, chamadas e legendas. Atividades que implicam debates internos nas empresas jornalísticas e que são demarcadas, portanto, por quem tem forte poder de decisão sobre elas.

Na composição de um jornal, a fotografia, junto com os títulos das matérias, é elemento-convite à leitura das matérias publicadas. Também pode ser entendida como geradora de expectativa sobre o que será noticiado ou mesmo, por exemplo, para a vista da próxima fotografia sobre o assunto. A disposição das fotografias nas capas, a diagramação, o conteúdo das chamadas e manchetes, as legendas e os textos relativos, bem como a organização de outros aspectos que acompanham as fotografias são importantes objetos para essa análise, pois têm relação de complementaridade mútua no contexto jornalístico.

Sobre a composição da fotografia jornalística e sua correspondente análise, Barthes (2005) discute:

A totalidade da informação é pois suportada por duas estruturas diferentes (das quais uma é linguística); essas duas estruturas são convergentes, mas como suas unidades são heterogêneas, não podem se misturar; aqui (no texto) a substância da mensagem é constituída por palavras; ali (na fotografia) por linhas, superfícies, tonalidades. Além disso, as duas estruturas da mensagem ocupam espaços reservados, contíguos mas não “homogeneizados”, como, por exemplo, num enigma figurado que funde numa só linha a leitura de palavras e figuras. (p. 326, grifos no original).

Por meio da organização e conseqüente publicação desses elementos jornalísticos, muitas das representações ideológicas produzidas pela grande mídia dissemina-se. Amália Dellamea (1995) discorre sobre a relação fotografia-ideologia como elemento indissociável da política editorial dos jornais:

Compreende-se então que a fotografia, assim como, todos os demais recursos gráficos utilizados no jornalismo não constituem mero ornamento senão reais *estratégias da ilustração*, entendidas como função retórica profunda da produção jornalística. É por esse motivo que grande parte da política editorial e das marcas ideológicas dos meios se manifestam na seleção de determinadas fotografias, ou na omissão da imagem de algum ator social cuja ideologia não é compartilhada pelo meio em questão. (grifo no original, tradução nossa, 474).

Complementando o aporte de Dellamea, quando se abordam os fatos sociais, *espetacularizados* diante da ideologia da grande mídia, quando transformados em objeto mercantilizado da produção midiaticizada, faz-se mister lembrar as reflexões de Guy Debord (1997). Para o autor, o espetáculo imbuí-se de sentido, porque o conjunto de imagens disseminadas pelos diversos meios de comunicação representa relações sociais. O espetáculo é, por excelência, um campo em que o sistema ideológico dominante se manifesta. Ao fazê-lo, as imagens conformam-se por um empobrecimento e negação das

realidades sociais. Compreende Debord que, o “triunfo” da produção do espetáculo é a própria disseminação da ideologia dominante. O autor enfatiza:

A ideologia é a *base* do pensamento de uma sociedade, no curso conflitante da história. Os fatos ideológicos nunca foram simples quimeras [...] tanto mais que a *materialização* da ideologia provocada pelo êxito concreto da produção econômica autonomizada, na forma do espetáculo, praticamente confunde com a realidade social uma ideologia que conseguiu recortar todo o real de acordo com seu modelo. (1997, parágrafo 212, p. 137 grifos do autor).

Nota-se que a questão da resistência popular contra a transposição do rio São Francisco tornou-se motivo de produção de espetáculo midiático o quanto possível, sobretudo na cobertura das duas greves de fome empreendidas por Dom Cappio. Em 2005, o fato da greve foi mais noticiado que em 2007. No entanto, em 2007, percebe-se que houve um uso mais pejorativo e moldado a um consumo de imagens (mercantilizadas) de forma mais acentuada, até chegar-se ao ponto de, em 2008, o debate também protagonizado por sujeitos da resistência contra a transposição ter sido transmutado à “novelão” pela Folha de S.Paulo. Essas imagens de 2008 tornaram-se especialmente emblemáticas da crescente espetacularização em torno do debate sobre a transposição pelo veículo. Por esse motivo, essas imagens são aqui conjuntamente analisadas, apesar do foco desta pesquisa centrar-se entre os anos de 2005 a 2007.

## 5.2 OBJETO E OBJETIVO DA ANÁLISE A PARTIR DO CONTEXTO IMAGÉTICO

O marco temporal desta análise estende-se entre a primeira e a última capa com fotografia voltada à temática *resistência popular contra a transposição do rio São Francisco*, respectivamente, as edições de 1 de outubro de 2005 e, de 15 de fevereiro de 2008.

Ao todo, foram contempladas 29 fotografias, 10 delas situadas na capa do periódico e as 19 demais são integrantes de matérias internas ao jornal. A partir desse conjunto, têm-se a seguinte seleção para a análise do contexto das imagens 1) todas as 10 capas da Folha de S.Paulo que exibiram fotografias no tema da transposição; 2) diversas fotografias presentes nas matérias internas ao jornal relacionadas a essas capas e, 3) outras foram escolhidas por se situarem no contexto do episódio da Ocupação do Canteiro de Obras (vinculadas ou não às capas do jornal), em que a resistência popular esteve protagonizada por movimentos sociais, povos quilombolas e etnias indígenas. Esse episódio fez com que a midiática sobre a resistência não se resumisse tanto às greves de fome. As imagens foram agrupadas em Figuras 1, 2, 3...

Diante desse conjunto analisado, se apresentou uma quantidade numericamente representativa de situações imagético-textuais, das quais se pôde examinar os significados

das imagens-textos, ao longo de uma temporalidade, particularmente relevante sobre as atividades da resistência popular à transposição do São Francisco. O ciclo analisado acompanha, paralelamente, o *processo* de mobilizações caracterizado pela efervescência e refluxo da resistência popular à obra (em si) da transposição. Cabe ressaltar que a resistência popular ao projeto da transposição (em andamento) continua, mas com ênfase maior em outros aspectos, os quais já estavam presentes na luta social: pela defesa das famílias atingidas, pela denúncia de um modelo de desenvolvimento excludente à maioria da população, pela revitalização dos rios.

Quis se perceber o efeito do conjunto sequenciado de imagens para a compreensão do processo por meio de uma mobilidade narrativa sobre a resistência pelo jornal. Para tanto, fez-se necessário junto às análises das imagens concomitante contextualizações sócio-políticas sobre os fatos noticiados.

A escolha da amostra também foi pensada de para que ela possibilitasse uma sequência representativa de dados verificáveis – o quanto houve de presença e ausência de repetições, quais significados tornaram-se explícitos, implícitos e ocultados – tendo como referência o próprio limite do que foi possível significar na análise, caso a caso, alguns desses aspectos foram mais desenvolvidos que outros.

Por meio dessas constatações, pode-se verificar uma modelagem do discurso criado pela Folha de S.Paulo que reflete sua representação simbólica midiática sobre a resistência popular e suas demandas políticas. Como anteriormente discutido, as imagens repercutem um sistema de signos, portanto, valorações simbólicas e disseminação de ideologia.

Cabe mencionar que todas as fotografias das capas foram examinadas na perspectiva de que elas mantêm relação de complementaridade com outros elementos da composição da página do jornal – títulos, legendas, demais fotografias e imagens da página, bem como, com os textos-leads correlativos. Considera-se que essas composições, elaboradas pelo impresso, foram eleitas e organizadas com a intencionalidade de gerar significados específicos à compreensão, sobretudo, dos leitores-alvo (consumidores potenciais) do jornal.

### 5.3 A TRANSPOSIÇÃO NA CAPA DA FOLHA DE S.PAULO

Antes de iniciar a análise propriamente dita, tornou-se importante fazer uma primeira classificação das capas, quanto à centralidade do objeto “transposição”. Em seguida serão discutidas as questões relativas às estratégias de apresentação das imagens no contexto da capa pela Folha de S.Paulo.

Em relação à temática da transposição do rio São Francisco, a Folha de S.Paulo publicou 20 capas, 10 delas com fotografias, situadas da seguinte forma: 8 capas em 2005;

11 capas em 2007, e uma capa em 2008. Dessas, 14 estiveram centradas na greve de fome e as 6 demais em outros temas.

Nota-se que entre essas 6 capas de temas variados (não centrados na greve): a) duas capas de 2005 focaram questões de cronograma e de gasto público, com chamada para o Caderno Especial sobre a transposição, e uma delas chamou atenção para um relatório do Banco Mundial sobre a transposição; b) em 2007, foram 2 capas, uma abordando a manifestação no Ministério da Integração Nacional, em março, e a outra abordando a Ocupação do Canteiro de Obras da Transposição, em junho/julho; e c) a de 2008 abordou a audiência no Senado Federal que, especialmente, discutiu a transposição, com a presença de membros de movimentos sociais estiveram presentes. Isso quer dizer que apenas 3 capas, do total das 20, não destacam diretamente as resistências sociais contra a transposição.

No ano de 2005, as 8 capas publicadas com destaques à transposição localizam-se na primeira quinzena de outubro, nos dias 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9 e 14. Cabe considerar que 3 capas desse ano não estiveram centradas totalmente na greve de fome. Mas, de certo modo, surgem em consequência do levante de debates e ações governamentais pressionadas pelo fato político oriundo da greve de fome, e são publicadas em datas próximas a esse acontecimento, nos dias 8, 9 e 14 de outubro.

Entre os destaques de capa, 4 fotos se referem à greve de fome. Dessas capas, 2 são manchetes. A capa do dia 7 de outubro foi manchete, com foto para o encerramento da greve de fome; a do dia 9 de outubro foi manchete mas, curiosamente, sem foto. Nas edições dos dias 6 e 8 de outubro foram capas às quais se seguem editoriais a respeito da transposição.

Em 2007, apesar de o número de matérias ter sido menor em relação ao ano de 2005, a Folha de S.Paulo destaca mais o assunto transposição no espaço de capa em 11 de suas edições. No dia 16 de março, a fotografia principal refere-se à manifestação ocorrida no Ministério da Integração Nacional, organizada pelo movimento contra a transposição. No dia 29 de junho, reservou-se capa ao acampamento do movimento no canteiro de obras da transposição, com destaque para a fotografia de indígenas. Praticamente, todas as demais capas foram publicadas na segunda quinzena de dezembro, nos dias 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24. Dessas apenas 3 apresentam fotografias, dias 18, 19 e 20. Nessa última, o tema é manchete, e apenas a do dia 15 de dezembro é seguida de editorial.

Os Quadros 1, 2, 3 auxiliam a visualização geral das capas editadas, facilitando a análise que se seguirá. Indicam-se, nesses quadros, as principais chamadas, ocorrências de manchete e fotografias, conforme o Jornal retratou e aqui se buscou classificar. As células que receberam destaque de fundo cinza representam elementos relacionados às capas e que receberam fotografias destacando a transposição.

Quadro 1. Síntese de representações na capa da Folha/tema transposição: 2005

Te-ma	Etapas do conflito	Data 2005	Chamada ou Legenda (literal)	Observações diversas e sobre as representações
Monocentradas na greve de fome	1ª ETAPA	01/10	Romaria: Cem pessoas vão à capela em Cabrobó (PE) onde está o bispo Luiz Cappio (destaque), em greve de fome contra a transposição do São Francisco; Lula enviou carta a ele.	<u>Presença</u> de duas fotografias. Há redução da amplitude política da resistência a pequeno ato religioso limitado a cem pessoas em “Romaria”. Inicia a polarização do conflito entre o bispo e o presidente da República.
	Apresentação da resistência	03/10	NOVENA: Reunião de fiéis em capela no sertão pernambucano onde bispo de Barra (BA), o frei Luiz Flávio Cappio, faz greve de fome contra a transposição do rio São Francisco.	<u>Presença</u> de fotografia. Novamente há redução da resistência a pequeno ato religioso, dessa vez, destaca-se a palavra NOVENA, seguida de “reunião de fiéis”.
	2ª ETAPA	05/10	Bispo faz governo adiar obras.	<u>Presença</u> de fotografia grande. Mostra que o governo aceitava a demanda do bispo. Retrata novo patamar da sua força política, polarizando-o com o governo que o atende como ator político, mas persiste sua representação como intérprete de fiéis.
	Transparece e que Dom Cappio alcançava o objetivo da greve: paralisar a obra.	06/10	Governo diz que bispo já aceita encerrar greve de fome.	<u>Ausência</u> de fotografia. Nessa edição, há EDITORIAL em favor da obra. O principal sujeito passa do bispo ao próprio “governo”, que continua representado como o compreensivo. Governo fala por Cappio sobre greve.
	3ª ETAPA	07/10	Governo abre debate, e bispo pára greve / Segundo religioso, Planalto prometeu suspender obras de transposição do São Francisco durante discussão. Jaques Wagner nega.	MANCHETE. <u>Presença</u> de fotografia. Governo continua aberto ao diálogo. Surgem duas versões: o bispo assegura que o “Planalto” contratou cessar a transposição; e o ministro nega imediatamente.
Vários temas motivados pela greve	Depois de greve encerrada, governo explicita decisão por continuidade e da obra	08/10	Cronograma da transposição está mantido, diz Ciro. Leia amanhã: Caderno sobre a transposição do rio São Francisco.	<u>Ausência</u> de fotografia. Publicado EDITORIAL a favor da transposição. Ciro Gomes surge como porta-voz da transposição, reiterando que continua em andamento.
		09/10	Transposição já consumiu R\$ 12 milhões/Valor é seis vezes o que já foi gasto na revitalização do rio São Francisco; obra que divide opiniões teve início marcado para novembro.	<u>Ausência</u> de fotografia. MANCHETE. Publicação de Caderno Especial.
	4ª ETAPA: BM não apoia obra	14/10	Relatório do BM questiona obra no S. Francisco.	<u>Ausência</u> de fotografia Banco Mundial expressa não apoiar financeiramente a obra

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 2. Síntese de representações na capa da Folha/tema transposição: 2007.

Te ma	O conflito na capa: etapas	Data 2007	Chamada ou Legenda (literal)	Observações diversas e sobre as representações
Ações dos movimentos sociais	1ª ETAPA Movimentos empreendem manifestações “violentas” contra a transposição em Brasília	16/03	Quebra-quebra: Manifestante deixa o prédio do Ministério da Integração Nacional, em Brasília, invadido por membros de movimentos contra a obra de transposição do rio São Francisco; o clima ficou tenso quando a portaria do prédio foi quebrada e um homem, detido.	<u>Presença</u> de fotografia, sendo a principal da capa. Há desqualificação da organização do movimento. Destaque para bandeira do MST colocando-o como sinônimo da manifestação
	2ª ETAPA Movimentos reafirmam resistência “invadindo” canteiro de obras	29/06	Daqui não saio. Cerimônia indígena no acampamento de manifestantes, em Cabrobó (PE), contra a transposição do rio São Francisco; d. Luiz Flávio Cappio pediu aos participantes que mantenham o protesto.	<u>Presença</u> de fotografia. A matéria foi colocada ao lado de outra cujo título dizia: “Sem-terra invadem mais 3 fazendas em São Paulo. O número de propriedades invadidas sobe para 67.”
Moncentradas na greve de fome	3ª ETAPA	14/12	CNBB pede apoio à greve de fome de bispo	<u>Ausência</u> de fotografia. Surge apoio da Igreja a Cappio.
	Apresentação do conflito motivados pela segunda greve de fome.	15/12	Editoriais: Leia “Sede de votos”, sobre transposição do São Francisco.	<u>Ausência</u> de fotografia. Tema cresce em relevância política por publicação de EDITORIAL
		18/12	Oito quilos a menos. O bispo de Barra (BA) d. Luiz Cappio em greve de fome contra transposição do São Francisco.	<u>Presença</u> de fotografia. Sensacionalismo sobre a saúde do bispo, parecendo ridicularizar a greve com foto do bispo rindo.
	4ª ETAPA Governo aberto e Sabatella no foco do debate	19/12	Planalto propõe a bispo parar obra em rio em troca de fim de jejum.	<u>Presença</u> de fotografia. Desvia-se a atenção das propostas do Movimento para a imagem da atriz Sabatella.
Perda política do bispo Cappio	5ª ETAPA Com o fim da greve, Lula e o STF tornam mais explícito que a obra continuaria a qualquer preço.	20/12	STF libera obras no São Francisco	MANCHETE. <u>Presença</u> de fotografia. Retrata o governo insensível à greve e ao Movimento. Há espetacularização sobre a saúde do bispo.
	6ª ETAPA Atriz chama atenção nas notícias.	21/12	Após 23 dias de greve, bispo encerra jejum contra transposição	<u>Ausência</u> de fotografia.
		22/12	Bispo diz que Lula foi ‘insensível’ e STF ‘subserviente’	<u>Ausência</u> de fotografia. Cappio deslegitima a decisão do STF e de Lula. Torna-se clara a posição do bispo. Mas, depois da decisão do STF.
	Críticas de Cappio à decisão de Lula e do STF são foco de notícias mas não levam fotos na capa.	23/12	Lula quer tornar irreversível obra de transposição do São Francisco. / Elio Gaspari: Leticia Sabatella é um exemplo que faz bem à alma.	<u>Ausência</u> de fotografia. Reafirma a posição de Lula a favor da transposição. Estabelece contrapeso discursivo ao elogiar a atriz.
		24/12	Bispo do jejum diz que o Lula do passado morreu	<u>Ausência</u> de fotografia. Explicita-se a insatisfação do bispo sobre Lula.

Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe mencionar que há uma capa relacionada ao tema em 2008, no dia 15 de fevereiro, com uma foto da discussão entre Ciro Gomes e a atriz Letícia Sabatella, na audiência ocorrida no Senado Federal. A audiência foi o último diálogo midiático entre atores do governo e da rede de resistência contrária à transposição do rio São Francisco.

Quadro 3. Síntese de representações na capa da Folha/tema transposição: 2008

<b>Tema princ.</b>	<b>Etapa do conflito na capa da FSP</b>	<b>Data 2008</b>	<b>Chamada (literal)</b>	<b>Observações</b>
Sessão no Senado Federal.	Debate no Senado espetacularizado como se fosse novela televisiva	15/02	NOVELÃO: Após discutirem no Senado sobre a transposição do rio São Francisco, Ciro Gomes (PSB) e a atriz Letícia Sabatella conversam ante o ator Carlos Vereza; “Escolhi meter a mão na massa, às vezes suja de cocô, mas minha cabeça não”, afirmou Ciro no debate.	Com fotografia. O debate sobre a transposição no Senado é ridicularizado. Perde-se totalmente o foco para as principais questões socioambientais e de solução hídrica ao Nordeste relacionadas à transposição.

Fonte: Elaborado pela autora.

#### 5.4 A IMAGEM DA PRIMEIRA GREVE DE FOME: 2005

##### 5.4.1 Primeira etapa da greve de 2005: foco na religiosidade

Até a emergência do fato político gerado com a greve de fome de Dom Cappio, a Folha de S.Paulo não havia publicado nenhuma capa com imagens relativas ao tema da transposição do rio São Francisco, no período verificado a partir de 2003. No que diz respeito ao papel da mídia e pelo peso político nacional da Folha de S.Paulo, esse aspecto chama atenção devido à amplitude social de uma obra como a transposição do rio São Francisco no debate sobre o desenvolvimento do Nordeste e, sobre o impacto socioambiental relacionado a empreendimentos em rios brasileiros.

Antes da greve de fome, a Folha de S.Paulo havia publicado apenas três matérias abordando a resistência ao projeto de transposição. Em uma delas relatava-se sobre a decisão do Comitê Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) ter aprovado o uso da água do São Francisco para uso externo à bacia e não restrito somente ao consumo humano e dessedentação animal como o Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) havia aprovado. Nessa matéria (STRAUSS, 18 jan. 2005), comenta-se que um *grupo* relacionado ao CBHSF iria recorrer na Justiça para impedir essa decisão. As outras duas matérias (FREIRE, 2 fev. 2005; SÃO FRANCISCO, 4 fev. 2005) foram alusivas aos protestos contra as audiências públicas.

O CBHSF, de fato, aprovou a possibilidade de execução da transposição, contudo, prescindiu o fato desde que o uso da água fosse direcionado, exclusivamente, para o

consumo humano e a dessedentação animal, em caso de comprovada escassez hídrica. Decisão que deveria ser acatada em todas as instâncias. Assim como, a Política Nacional de Recursos Hídricos atribui direito de decisão sobre o uso das águas dos rios aos Comitês (BRASIL, Lei 9.433/97, art. 36 a 40). Todavia, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos não considerou a decisão do Comitê. Daí, o motivo de ser das manifestações a impedir as audiências públicas que dariam favorecimento ilícito à aprovação de Licença Prévia à obra.

Figura 1. Capa e fotografia sobre a primeira greve: 1 de outubro de 2005



Fonte: Folha, 01 out. 2005, capa.  
Fotos imagem 2: Xando P./Agência A Tarde.  
Organizado pela autora.

<sup>13</sup> Muitas das fotografias publicadas sobre a resistência popular contra a transposição não foram acompanhadas de uma pequena matéria de forma a compor um título (ou chamada de capa) junto a um texto no modelo texto-lead (respondendo às perguntas o que, quem, quando, onde, por que), mormente, tratam-se de *fotos-legendas*, isto é, um texto que mais se assemelha, propriamente, ao formato de uma legenda.

Figura 2. Destaques de página sobre a greve de fome: 1 de outubro de 2005



Legenda: Em Cabrobó (PE), dom Luiz Flávio Cappio recebe romeiros em seu quinto dia de greve de fome contra a transposição do rio São Francisco.

Legenda: As armas que foram achadas em canavial, em Joaquim Gomes (AL).

Fonte das imagens 1 e 2: Guibu, 01 out. 2005, p. A20. Foto imagem 2: Xando P. Agencia A Tarde. Fonte da imagem 3: Freire, 01 out. 2005, p. A20. Foto imagem 3: Ricardo Léo/Gazeta de Alagoas Organizado pela autora.

Essa capa e a seguinte (Figura 1 e 3) fazem parte da apresentação do Jornal sobre a primeira greve de fome de Dom Luiz Flávio Cappio, no momento em que ele se coloca publicamente como interlocutor político de demandas dos movimentos populares e de outras organizações contrárias à obra. Sua intenção foi a de conquistar a atenção da sociedade brasileira, do governo federal e da grande mídia com a finalidade de tornar os assuntos da transposição, da revitalização do São Francisco e dos problemas sociais relacionados à água no Nordeste amplamente debatidos.

Todavia, o que se percebe diante da publicação das imagens e títulos de capa e do interior da reportagem (Figura 2) é Dom Cappio sendo retratado quase tão somente por seu

lado religioso, seguido por uma massa de romeiros. É o que se nota por sua fotografia com pessoas ajoelhadas ante sua pessoa e, ele benzendo-as (Figura 2). No mérito particular dessa imagem, ela finda por reduzir a amplitude política das resistências populares, dos diversos movimentos e organizações sociais, apoiados e apoiadores de Dom Cappio, a um pequeno e corriqueiro ato religioso. Destaca-se junto à fotografia, a palavra “Romaria” e o indicativo de que dela participa um número limitado de “cem” romeiros sertanejos, um público que o leitor sabe bem ser o suficiente para acudir a uma só missa paroquial. Na imagem dos “romeiros”, nada indica uma manifestação política: bandeiras, faixas, cartazes com palavras de ordem contra a transposição. Ao lado dessa imagem, uma pequena fotografia destaca, isoladamente, Dom Cappio.

A partir da legenda da imagem, noticia-se que o presidente da República enviara uma carta em resposta ao bispo (Figura 1). Esse é um dos primeiros indicativos de que o conflito seria bastante midiaticizado de forma polarizada entre Dom Cappio e Lula. Ao se colocar o discurso polarizado, enfocando ora a Dom Cappio ora ao presidente Lula, em perguntas-respostas, réplicas ou tréplicas, exclui-se do discurso o objeto e o objetivo da greve de fome que era o debate democrático e transparente pela sociedade. Com isso, esvaziou-se o propósito do bispo, sendo a sociedade automaticamente banida da discussão.

No conjunto da primeira capa, há uma sequência de imagens de uma criança brincando na traseira de um carro blindado, gesticulando como se portasse uma arma. Tratava-se de uma operação da polícia no morro da Rocinha (RJ), em busca de um chefe de tráfico, como menciona a legenda. Esse mesmo efeito de diagramação de capa, posicionando imagens sobre a resistência contra a transposição junto a imagens de cunho violento, ocorreu na capa de outra edição do jornal, a de 16 de março de 2007 (Figura 7).

É notório que, na capa da Folha de S.Paulo, seja recorrente o uso de imagens relativas à violência. Nas capas do Jornal, nesse mesmo mês de outubro de 2005, surgiram fotografias da seguinte forma: em duas edições, imagens de rebeliões em penitenciárias (18 e 29/10); três edições com imagens alusivas ao referendo sobre o uso de armas; duas edições com imagens de tumultos em estádios; e edições com imagens alusivas a desastres naturais. No entanto, justo o que vem a ser um uso recorrente da imagem de conotação negativa, é o que pode ser utilizado para fortalecer a imagem de pessoas, organizações e casos como negativos, passando facilmente despercebida essa intencionalidade se manipulada pelo Jornal.

Efeito semelhante foi verificado na apresentação da reportagem interna sobre a greve, relacionada a essa mesma primeira capa. A notícia veiculada na página A20 (Figura 2), e junto à fotografia de um carro policial repleto de armamento apreendido que, segundo a matéria, teria sido encontrado em um canal “próximo” a um acampamento do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). A capa sugere que essas armas pertencem a

integrantes do MST e do MLST que teriam, de acordo com o Jornal, entrado em “confronto” por disputar a “invasão” de uma fazenda. A forma como se dá o relatado parece não se tratar de movimentos sociais, mas de rivalidades entre facções criminosas; lembrando a diagramação da capa alusiva ao tráfico na Rocinha. O leitor, numa passada de olhos rápida, poderia associar essas armas à resistência popular.

Nesse momento, é oportuno ponderar que mesmo uma leitura rápida de imagens pode cooperar para o fortalecimento de representações simbólicas sobre determinados fenômenos sociais. O estudo de Dellamea (1995) faz menção ao processo de “*veeduria*” de leitores não leitores, são os que costumam percorrer um jornal sem adentrar aos textos: “pousam em títulos, legendas de fotos, sumários, fotografias, algum anúncio e, outros poucos elementos gráficos e de maior tamanho que a medida dos elementos tipográfico-textuais de leitura do periódico”. (tradução nossa, grifo nosso, p. 483).

A passada de olhos rápida sobre as páginas do jornal não é mérito apenas do chamado *leitor de imagens*: aquele que apenas fixa atenção nas imagens e não aos textos. Até mesmo diversos leitores compulsivos podem fazer, primeiramente, uma passada de olhos rápida, uma *leitura escaneada*, varrendo-se o jornal em busca das matérias que lhes parecem mais atraentes.

O tipo de composição de página jornalística aqui comentado, sobretudo, devido a sua repetição, influencia a formação de significados, em um processo de acumulação, que associam movimentos sociais populares às ações negativas.

Adiante, serão verificados outros exemplos em que se repetem dois tipos similares de composição de página do Jornal ao surgir a resistência popular contra a transposição. As matérias nessa temática são exibidas na contiguidade: 1) de notícias e imagens de cunho violento e/ou que são ou se remetem a assunto de polícia e; 2) de outras reportagens denegrindo a imagem de movimentos camponeses e indígenas, em geral, relacionando-os diretamente à criminalidade ou com posições simbólicas que aludem os sujeitos militantes como se eles deveriam ser vigiados de perto pela polícia.

Figura 3. Capa, detalhe de capa e fotografia da reportagem: 3 de outubro de 2005



Fonte Imagem 1 e 2: Folha, 03 out. 2005, capa.

Fonte Imagem 3: Guibu, 03 out. 2005, p. A9.

Fotos 1 e 2: Léo Caldas.

Organizado pela autora.

A segunda capa (Figura 3) prossegue com a fabricação da representação da resistência contra a transposição de forma reduzida a ato católico. Lembrando-se que, na primeira capa, entende-se que a resistência foi reduzida à romaria, já nesta capa, entende-se ter sido reduzida à "NOVENA", como demonstra a aparição desse substantivo em caixa alta na legenda.

Anteriormente, o bispo havia sido apresentado em uma pequena fotografia, dessa vez, não surge imagem sua nem na capa, nem na matéria interna (Figura 3). Nessa capa, a polarização Cappio/Lula não é realizada. Observa-se que o *status* de Cappio como bispo é passado a frei.

Nota-se que, na mesma capa, aparece a imagem do Papa Bento XVI posicionada como se ele estivesse olhando a foto da romaria (o assunto de sua fotografia não se

relaciona à greve). Ao se verificar a matéria alusiva ao Papa no interior do caderno, percebe-se que o tamanho dessa matéria destoa do destaque reservado na capa do Jornal com fotografia, pois se trata tão somente de uma pequena nota, de um só parágrafo, sobre a primeira reunião de bispos no seu pontificado. A imagem do Papa na capa concorre em atenção com a imagem da greve de fome, principalmente porque ambas estão relacionadas ao catolicismo. A fotografia para retratar a greve de fome de Dom Cappio possui um foco difuso e confuso; a foto é pouco atraente como recurso visual pois, surge apenas um pequeno grupo de pessoas de costas, em um ambiente escuro frente à uma capelinha. Assim, aos leitores católicos, provavelmente eles seriam mais atraídos pela foto do Papa, evidente em sua representação, que pela foto da greve de fome.

A partir da análise das imagens e legendas anteriormente apresentadas, percebe-se as seguintes representações: 1) o bispo praticamente isolado em sua ação contra a transposição; 2) os movimentos de apoio/apoiados reduzidos à romaria e à novena; 3) a questão política não foi o foco; 4) a apresentação de notícias foi dada em continuidade a outras notícias com imagens alusivas à violência de tráfico na capa; 5) em página interna sobre a greve, outra matéria exibe imagem alusiva à repressão do Estado contra movimentos camponeses, bem como, descreve-se os militantes como praticantes de crimes; 6) na segunda capa, o bispo foi apresentado como frei e não foi exibida fotografia dele.

#### 5.4.2 Segunda etapa da greve de 2005: a legitimidade política

Com a chamada na capa “Bispo faz governo adiar obra do S. Francisco”, a Folha de S.Paulo afirma, antecipadamente ao término da greve de fome, que o bispo já teria alcançado seu objetivo, como se ele tivesse persuadido o governo a paralisar suas atividades para dar início à obra da transposição. Não se sabe o quanto a Folha de S.Paulo foi equivocadamente informada e por quem, mas diante dos fatos, é notório que o indicado por essa chamada não aconteceu.

Integrantes de movimentos e de entidades populares entrevistados pela pesquisadora apontaram que um dos métodos utilizados pelo governo federal para diminuir a força dos protestos foi o de disseminar informações na grande mídia que causassem a impressão de que o presidente Lula atenderia à reivindicação de Dom Cappio para se poder com isso, facilitar a suspensão da greve e melhorar ainda mais a imagem do governo junto ao grande público, sobretudo parte do público nordestino, que também aumentaria a sua crença de que o presidente seria pessoa aberta ao diálogo com os movimentos populares.

Figura 4. Capa, detalhe de capa e fotografia, no interior do Primeiro Caderno, alusivos à primeira greve: 5 de outubro de 2005

<p>1</p> 	<p>2</p>  <p>Legenda: O bispo Cappio (2º à esq.) celebra missa em que reiterou a manutenção da greve de fome.</p>
<p>Chamada: Bispo faz governo adiar obra do S. Francisco.  Título de matéria no interior do caderno: Lula atrasa obra para negociar com bispo.  Subtítulo: Projeto no rio São Francisco será adiado para que o governo negocie com religioso em greve de fome.</p>	<p>3</p>  <p>Legenda: Missa pelo aniversário do descobrimento do rio São Francisco e pelos 59 anos do bispo Luiz Flávio Cappio, que protesta contra obra no local.</p>

Fonte Imagens 1 e 2: Folha, 05 out. 2005, capa. Fonte Imagem 3: Alencar, *Folha*, 05 out. 2005.  
Fotos: Léo Caldas/Titular/Folha Imagem  
Organizado pela autora.

Observa-se no título da matéria no interior do caderno, “Lula atrasa obra para negociar com bispo”, um discurso diferente daquele da chamada de capa. Nesse título, indica-se que o atraso da obra seria algo circunstancial para iniciar a “negociação” com Dom Cappio.

De todo modo, nesse momento, evidencia-se a polarização entre Dom Cappio e o presidente da República. O bispo é apresentado como uma personalidade pública forte, um importante ator político e não somente religioso. Ele volta a ser chamado de bispo. Todavia

há uma personificação de toda a resistência contra a transposição na figura de Dom Cappio. Trata-se de um tipo de estratégia recorrente na apresentação dos conflitos pela mídia e, percebe-se, adiante, que foi bastante eficaz.

Dessa maneira, essa estratégia está relacionada com a referida polarização: de um lado, Dom Cappio, representando a sociedade civil e seu direito de discutir democraticamente os efeitos da transposição; de outro, o presidente da República, representando os interesses do Estado quanto à solução parcial da suposta inexistência de água para a população nordestina. Ficou de fora, agora, o cerne da questão proposta por Dom Cappio: trazer a própria sociedade civil para a discussão sobre o uso social da água no Nordeste.

O cenário de romaria e novena contido na primeira e na segunda capa muda para o de missa com tom político contra a transposição. Nas imagens, revela-se o apoio solidário de outros representantes da Igreja Católica ao lado de Dom Cappio (possivelmente, outros bispos). Forma-se uma comovente cena carregada de símbolos, comemorando-se, na ocasião, o dia do aniversário de Dom Cappio e o dia do rio São Francisco, o 4 de outubro. Há a produção de um sentido patriótico-religioso captado por meio da fotografia que destaca a imagem de Dom Cappio e de simpatizantes à sua causa e, surgem a estátua de São Francisco e a bandeira do Brasil. Mostra-se o apoio massivo em que se exibem bandeiras do MST e faixas de protesto, bem como, nota-se o bispo recebendo atenção de profissionais (provavelmente da mídia) filmando e fotografando o evento. A partir do tema desse evento, o Jornal dedicou duas páginas inteiras.

Figura 5. Capa, detalhe de capa e fotografias sobre a greve: 7 de outubro de 2005

<p>1</p> 	<p>2</p>  <p>Legenda: O ministro Jaques Wagner (à esq.) é recebido pelo bispo Luiz Flávio Cappio, em Cabrobó (PE), para discutir obra no São Francisco.</p>
<p>MANCHETE: Governo abre debate, e bispo pára greve.</p> <p>Trecho do texto de capa: “O acordo, porém, gerou dúvidas logo depois do anúncio. Para Cappio, o governo prometeu não só reabrir o debate sobre a transposição como suspender o início das obras durante a discussão. Wagner negou: ‘Você ouviu alguém falar em suspensão ou adiamento?’, perguntou a jornalistas”.</p>	<p>3</p>  <p>Legenda: Após cercarem Jaques Wagner, índios dançam em volta do ministro na porta da capela de Cabrobó.</p>

Fonte Imagens 1 e 2: Folha, 07 out. 2005, capa.

Fonte Imagem 3: Guibu, 07 out. 2005. p. A15.

Foto: Léo Caldas/Titular/Folha Imagem  
Organizado pela autora.

A edição do dia 7 de outubro apresenta a única capa com manchete seguida de fotografia relacionada à resistência contra a transposição no ano de 2005 (Figura 5). Em primeiro plano, surge o ex-ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, apontando para Dom Cappio. Nota-se a inversão operada pela Folha de S.Paulo: o governo surgindo como o principal sujeito do conflito na manchete: “Governo abre debate, e bispo pára greve”.

Assim, o governo é apresentado como agente aberto ao diálogo e que considera os argumentos das lideranças populares.

A midiática da primeira greve de fome pode ter servido para divulgar de forma estratégica a imagem de atores do governo federal. Nesse momento da negociação para interrupção da greve/paralisação do projeto, Jaques Wagner emerge na mídia como pessoa de confiança do presidente Lula para dialogar com o bispo, conseqüentemente, aumentando também a popularidade do ministro, que no ano seguinte ganhou as eleições para governador da Bahia, cujo mandato foi duplicado.

Não apenas por esse fato, o ministro Jaques Wagner ficou mais conhecido dos eleitores, mas essa entrada do político na mediação cooperou para isso. Sua imagem foi associada a Lula, cujo apoio não é um aspecto determinante para alavancar o sucesso de vários políticos, mas que também pode cooperar nesse sentido.

Houve uma grande vantagem aos defensores da transposição com a entrada de Jaques Wagner no governo da Bahia, pois se retirou da constância do poder no estado da Bahia, um dos grupos políticos mais aguerridos contra a obra vinculados à figura de Antônio Carlos Magalhães. Claro, por razões totalmente distintas a dos movimentos sociais, no caso, o interesse desse grupo em ser contra a transposição relaciona-se ao objetivo de expansão do agronegócio vinculado à irrigação nesse estado.<sup>14</sup>

A manchete aborda a negociação: um dos momentos mais importantes do período da greve de fome, o mais esperado e o mais controverso. O “governo” é narrado como o que buscou ouvir e dialogar e, como o que convenceu Dom Cappio a cessar a greve. Na reportagem, Dom Cappio garante que Jaques Wagner comprometeu-se a paralisar as obras. Imediatamente, o fato foi negado pelo ministro, como se confere na transcrição literal de sua fala: “Você ouviu alguém falar em suspensão ou adiamento?” (FOLHA, 07 out. 2005, capa). A partir desse fato, inicia-se um “disse-me-disse” que abriu a etapa chamada pelos movimentos sociais de “diálogo de surdos”.

---

<sup>14</sup> Tampouco o apoio de Lula fez ser determinante que um governador do PT fosse favorável ao projeto, como Marcelo Déda (PT), governador empossado em 2007, com posição contrária à obra. O governador de Alagoas, Teotônio Vilela (PSDB), também permaneceu contrário à obra; bem como, Aécio Neves (PSDB), governador de Minas Gerais que se reelegeu no período. Ou seja, não havia, nem no segundo turno, o consenso para o proclamado pacto federativo. Ainda, recorda-se que a força política de Jaques Wagner não foi capaz de fazer com que a Justiça Federal da Bahia se tornasse passiva aos seus fins políticos. Essa foi a que mais criou demandas ao STF, e a única que, dentre as 14 ações impetradas contra a transposição, teve seu mérito ao menos julgado, embora rejeitado em juízo do Supremo.

Figura 6. Fotografia de indígenas vigiados por militares: 7 de outubro de 2005



Legenda: Índios ocupam departamento da empresa Aracruz Celulose.

Fonte imagem 1: Oliveira, 07 out. 2005, p. A14.  
Foto: Gildo Loyola/A Gazeta de Vitória  
Organizado pela autora.

Na mesma edição de manchete sobre a greve de fome, na matéria interna “Justiça suspende licença para transposição” (FREIRE, 7 out. 2005. p. A14) foi veiculada uma matéria sobre outro conflito de modo a denegrir os protestos de etnias indígenas. O conflito trata-se de disputa de interesses indígenas (dos Guaranis, cujo nome da etnia não foi revelado pelo Jornal) e a multinacional Aracruz Celulose, no Espírito Santo (Figura 6). Na fotografia, os indígenas surgem sob a vigilância de um corpo policial e como invasores recorrentes: “Índios invadem empresa do ES de novo.” Inverte-se a relação conflitiva. Foi a multinacional que expulsou a comunidade indígena que já tinha sua terra delimitada. Por outro lado, observa-se que na matéria sobre a greve de fome, próxima a essa reportagem, o que fica em destaque no subtítulo são os indígenas (Truká) que “cercam” o ministro: “Após cercarem Jaques Wagner, índios dançam em volta do ministro na porta da capela de Cabrobó.” De igual modo, aqui se verifica a inversão opressor (governo) e oprimidos (indígenas a serem expulsos pela transposição), parecendo que o governo é a vítima.

Assim esse tipo de composição antes mencionado de apresentar a resistência popular contra a transposição em contiguidade de outra matéria com imagens e textos

denegrindo a outras mobilizações populares, aqui também se faz presente. A exemplo da imagem do carro policial cheio de armamento, supostamente, apreendido de movimentos camponeses (Figura 2). Em todos os casos, os movimentos são nominados como *invasores* de terras ou de prédios públicos.

A análise a partir das Figuras 4, 5 e 6 verifica que: 1) Dom Cappio passou a aparecer como ator político e não somente como religioso, sendo ele apresentado como a personificação da luta de resistência contra a transposição e de forma polarizada com o presidente Lula; 2) o Jornal divulgou parte do apoio massivo em imagens, 3) na mesma página de matéria relacionada à transposição foi exibida reportagem com fotografia que mostra o movimento indígena do Espírito Santo vigiado por policiais, de modo a representar esse movimento como de caráter criminoso recorrente frente à maior multinacional produtora de celulose, invertendo a relação oprimido/opressor; 4) em continuidade, em matéria sobre a greve, indígenas surgem cercando o ministro de Estado, como se estivessem coagindo-o, mais uma vez invertendo a relação oprimido/opressor.

## 5.5 A IMAGEM DA RESISTÊNCIA CONTRA A TRANSPOSIÇÃO: 2007

### 5.5.1 A Manifestação em Brasília: março de 2007

Depois da primeira greve de fome, quando os movimentos sociais deliberaram pela organização de uma ampla jornada de lutas contra a transposição, foi acordado com a Presidência da República, a realização de um debate público, amplo e participativo, a respeito da revitalização do rio São Francisco e sobre as alternativas à obra da transposição.

Uma das atividades que surgiu a partir desse acordo foi a Oficina de Desenvolvimento do Semiárido e São Francisco, ocorrida nos dias 6 e 7 de julho de 2006, promovida por um Grupo de Trabalho Misto que contou com apoio e participação da Casa Civil, Secretaria da Presidência, MI, MMA, movimentos sociais, ONGs e entidades religiosas. Era alguma resposta do Executivo ao apelo de Dom Cappio e da rede de articulação de lutas sociais contra a transposição para a promoção do diálogo amplo com a sociedade.

À época, parte das forças da resistência contra a transposição considerou esse evento como um importante avanço em direção ao início do diálogo, pois a partir dele foram criados três Grupos de Trabalho de acordo com as temáticas: a) desenvolvimento do semiárido; b) projeto de transposição do rio São Francisco e c) ações de revitalização da bacia hidrográfica do São Francisco (MARTINS *et. al*, 2007). Porém, foi um avanço efêmero.

Nessa conjuntura, havia um calendário com inúmeros encontros previstos para ocorrer em 2006 em diversos estados brasileiros. Não obstante, essa oficina concentrou em si mesma o início e o fim do diálogo esperado, ou seja, não se pode dizer nem mesmo que houve um início mas um jogo de cena político. Pois, logo após essa oficina, representantes da Casa Civil justificavam que o diálogo seria, momentaneamente, interrompido devido ao período de eleições presidenciais em atenção às normas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Mas, fora firmado o compromisso com as lideranças sociais de que findando o período eleitoral, no início de outubro, as atividades do Grupo de Trabalho seriam devidamente retomadas. O que, de modo algum, ocorreu.

Os movimentos sociais, cientes da legitimidade de seus argumentos, colaboraram com a promoção de diversas ações judiciais que envolveram, entre outras instituições, o Ministério Público Federal, os Ministérios Públicos da Bahia, de Sergipe e de Minas Gerais. Essas ações jurídicas somaram-se a outras já existentes, não restando dúvidas de que a judicialização do conflito foi um dos fortes motivos para que durante quase dois anos, diversos dos trâmites necessários para o projeto de transposição estivessem paralisados.

A resposta do governo federal sobre o seu compromisso de assegurar a abertura de amplo debate nacional foi marcada por um expressivo e claro sinal contrário aos movimentos sociais.

No dia 18 de dezembro de 2006, na véspera de o Supremo Tribunal Federal (STF) entrar em recesso, o ministro Sepúlveda Pertence suspendeu quatorze liminares que questionavam a Licença Prévia da transposição do rio São Francisco. Então, os atores da rede de resistência foram obrigados a aguardar, por quase dois meses, para protocolar pedido de nova reconsideração, ocorrido em 7 fevereiro de 2007.

Desde então, o STF expressa que as todas as entidades da sociedade civil envolvidas com os pedidos liminares são ilegítimas para questionar juridicamente a transposição. Esse mesmo argumento foi utilizado no julgamento de 19 de dezembro de 2007, como adiante se discute. Ainda assim, organizações da sociedade civil entraram com pedido de agravo regimental defendendo a legitimidade da participação da sociedade civil na condução do país como um Estado Democrático de Direito, como define a Constituição Federal.

Figura 7. Capa, detalhe de capa e fotografia sobre a resistência contra a transposição: 16 de março de 2007

<p>1</p>  <p><b>FOLHA DE S. PAULO</b></p> <p><b>Qualidade do emprego piora no país</b></p> <p>Indicador da Unicef revela deterioração no trabalho, apesar de crescimento das contratações desde 2002</p> <p>PSF é acusado de invadir casas para recuperar dinheiro de ações</p> <p>Talvez o Povoart de Guga Lobo seja a reclamação no Povoart de SP</p> <p>Govto quer prova nacional para crianças</p> <p>Senador critica CPI para apurar suspeita de desvio por CIG</p> <p>Em situação precária, escola na zona leste faz realidade de alunos</p> <p>Como queríamos 'Atividade de espírito' no ensino</p>	<p>2</p> 
<p>Texto-legenda: Quebra quebra: Manifestante deixa o prédio do Ministério da Integração Nacional, em Brasília, invadido por membros de movimentos contra a obra de transposição do rio São Francisco; o clima ficou tenso quando a portaria do prédio foi quebrada e um homem detido</p>	<p>3</p>  <p>Legenda: Integrantes de movimentos contra a transposição durante protesto na Integração Nacional</p>

Fonte Imagem 1 e 2: Folha, 16 mar. 2007, capa.

Fonte Imagem 3: Folha, 16 mar. 2007, p. A6.

Fotos: Sergio Lima/Folha Imagem  
Organizado pela autora.

As decisões do STF abriram processo para que a Licença de Instalação (LI) da obra fosse concedida pelo Ibama, mas ainda condicionada à realização de audiências públicas em todos os estados envolvidos nesse conflito de ordem federativa. Com o passar do tempo, essa exigência tornou-se apenas mais uma condicionante não cumprida.

Em 10 de fevereiro de 2007, a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, declarou que o debate sobre a transposição havia se esgotado. A transposição do rio São Francisco já tinha sido declarada como uma das obras mais importantes do PAC lançado em 22 de janeiro de 2007. O ministro da Integração Nacional passou a declarar que as obras seriam iniciadas o mais breve possível pelo Batalhão de Engenharia do Exército logo após a aprovação pelo Ibama da LI, que, de fato, logo veio a ser publicada em 23 de março de 2007 .

Em março, a capa com destaque para a Manifestação em Brasília, ocorrida contra a transposição, foi marcada por uma fotografia sugerindo atos de vandalismo. Na parte de cima da capa, há uma sequência de fotos com destaque para uma vítima de bala perdida (em São Paulo). Em seguida, uma manchete com o texto: “Qualidade do emprego piora no Brasil”, e, uma fotografia que pode induzir o leitor a concluir que a Manifestação foi realizada de modo violento, na qual ocorreu até a detenção de um “homem”. Na foto, aparece um único manifestante correndo, dando a impressão de estar fugindo devido à portaria quebrada; ele estava vestido com uma camiseta com o símbolo da articulação popular contra a transposição. A partir da imagem e da legenda de capa, parece que a Manifestação foi organizada por um grupo pequeno de pessoas mal-intencionadas.

Como a bandeira do MST é apresentada, em primeiro plano, a imagem agregada ao subtítulo pode sugerir que tenha sido um militante desse Movimento o responsável por quebrar a portaria do Ministério da Integração Nacional. No texto da matéria, integrantes de movimentos populares explicam ter sido a ação provocada por alguém que se infiltrara para tumultuar a manifestação pacífica.

A legenda explicita uma imagem negativa da resistência popular por meio de palavras como: “quebra-quebra”, “clima tenso”, “portaria do prédio quebrada e um homem detido”. Pela primeira vez, na capa do Jornal, os movimentos de resistência contra a transposição são taxados de “invasores”: “[...] Ministério da Integração Nacional, em Brasília, invadido por membros de movimentos contra a obra de transposição do rio São Francisco”. Essa estratégia narrativa também é utilizada no interior da matéria interna cujo título expressa: “Manifestantes contra obra em rio tentam invadir o Ministério”. A fotografia do interior da reportagem, retirada de seu contexto inicial – manifestação organizada para chamar atenção da sociedade à problemática – é configurada a uma situação que, pelo formato do Jornal, sugere baderna.

A reportagem associada à capa não foi assinada por nenhum jornalista específico.

A notícia sobre essa manifestação no MI é apresentada isolada do conjunto de atividades em andamento na ocasião, quando diferentes manifestações contra a obra ocorriam em vários estados brasileiros, como parte do conjunto de uma extensa jornada de lutas populares em âmbito nacional, organizada pelos mais diversos movimentos e

organizações sociais. Foram implantadas vigílias nos locais previstos para início das obras, em Cabrobó, e em Petrolândia (próximo à barragem de Itaparica). Outras ações judiciais foram iniciadas. O dia 14 de março, Dia Internacional de Luta Contra as Barragens, foi marcado no Brasil por diversos protestos do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que reforçaram o rechaço à transposição. Cerca de 600 manifestantes estavam em Brasília, desde o dia 12 de março, em frente à Torre de Televisão, no acampamento que se intitulou *Pela vida do São Francisco e do Nordeste*.

As atividades organizadas em Brasília tinham o intuito de retomar o diálogo com o governo federal. Na audiência no MMA, ficou claro o posicionamento da ministra Marina Silva em favor da obra. No Ministério Público Federal, houve audiência, à qual acudiram mais de 400 militantes da rede de resistência contra a transposição, além de representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), do Tribunal de Contas da União (TCU), do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF), da Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente (Abrampa) e da Agência Nacional de Água (ANA).

Apenas os representantes da ANA se colocaram a favor da transposição. Em audiências no STF, advogados do movimento foram recebidos pelos ministros Ricardo Lewandowski e Cezar Peluso (o atual presidente do STF, com mandato desde abril de 2010, que votou contra a obra de transposição no julgamento de 19 de dezembro de 2007), que se declararam cientes da necessidade de urgência nos julgamentos. Na oportunidade, houve entrega de memorial apontando todas as irregularidades jurídicas do projeto da transposição (Fórum Permanente de Defesa do São Francisco da Bahia, 2007).

Ainda houve, no dia 15 de março, audiência de mais de quatro horas na Câmara dos Deputados, para discutir a transposição, da qual participaram como convidados os professores João Suassuna, João Abner e a promotora Luciana Khoury para debater o assunto com parlamentares. Na transcrição dessa audiência, há um comentário a respeito da manifestação no MI, em que a Folha de S.Paulo publicou a capa aqui mencionada. Assim vocalizou o deputado Iran Barbosa sobre o episódio da manifestação (portaria quebrada) que acabava de ocorrer:

[...] lamentavelmente, em um dos atos legítimos promovidos pelos acampados, o movimento social mais uma vez foi vítima de um tipo de infiltração que prejudica sua ação. Houve a prisão de um companheiro — não sei se já foi liberado —, porque foi acusado de quebrar uma porta do Ministério da Integração Nacional. No entanto, há testemunhas de que havia 2 pessoas infiltradas no movimento. As pessoas abordadas não quiseram identificar-se. Ficaram com medo e fugiram num Fiat Palio, cuja placa foi anotada. (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 15 mar. 2007. p. 27).

A realização do acampamento em Brasília tinha como objetivo prioritário a conquista da retomada de diálogo com a Presidência da República, a qual se recusou, de modo peremptório, a promover audiência para receber os atores que se articulavam contra a transposição. A postura da Presidência foi a de tentar neutralizar a resistência, reiterando o encerramento do diálogo, que se iniciara como promessa, devido à primeira greve de fome, com os movimentos sociais e que a decisão de levar adiante a transposição seria levada adiante com todo empenho do governo federal.

Como se nada estivesse acontecendo, o MI publicou, no dia 13 de março, o aviso de licitação pública para início das obras da transposição, antes mesmo da autorização de licenciamento ambiental, que só ocorreu, no dia 23 de março, quando o Ibama concedeu a Licença de Instalação à obra. Em 16 de março, dia seguinte à manifestação no MI, Geddel Vieira foi empossado no cargo de ministro.

É digno de menção o fato de que nessa capa, o Jornal publicou a chamada: “Senado cria CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito] para apurar suspeitas de desvio por ONGs”. Na matéria, a criação da CPI das ONGs investigaria favorecimentos e usos indevidos no repasse de verbas públicas a organizações não-governamentais. Houve referência específica à ONG Comunidade Solidária, liderada pela ex-primeira dama Ruth Cardoso. Não obstante, sabe-se que no seu desenvolvimento, a CPI centrou-se em ONGs relacionadas aos movimentos sociais, em particular, ao MST, a partir de demanda da bancada ruralista no Congresso.

Destaca-se na imagem a bandeira do MST surgida em primeiro plano na capa do dia 16 de março. A imagem oferece margem à impressão de que o repórter fotográfico foi hábil ao colaborar com a fabricação de uma imagem negativa dos movimentos sociais. No mesmo enquadramento, estão tanto a bandeira em primeiro plano quanto o manifestante saindo correndo pela porta quebrada.

A originalidade da fotografia não é aqui a questão, mas sim abrir o horizonte analítico e de reflexões críticas sobre as situações outras em que a trucagem é ferramenta para a construção de signos, bem como alerta Barthes (2005). Mais vale aqui alertar que as trucagens podem ser tanto muito evidentes quanto sutis e que, recorrentemente, tem-se instrumentalizado as técnicas da mídia impressa para construir referentes que contribuem à repercussão negativa da imagem dos movimentos sociais. Sobre isso, sim, há casos comprovados e com ganho de causa.

Sobre a técnica da *trucagem* na fotografia jornalística e sua relação com a construção de signos que transitam entre sentidos denotados e conotados, explica Barthes:

O interesse metódico da trucagem é que ela intervém no próprio interior do plano de denotação sem avisar; ela utiliza a credibilidade particular da fotografia, que não é, conforme se viu,

mais que seu poder excepcional de denotação, para fazer passar como simplesmente denotada uma mensagem que na verdade é fortemente conotada; em nenhum outro tratamento a conotação toma tão completamente a máscara “objetiva” da denotação. (2005, p. 330).

Arbex Júnior (2005) menciona um emblemático caso de trucagem em que João Pedro Stédile, um dos coordenadores do MST, ganhou uma causa na Justiça contra a revista *Veja*, condenada a pagar 200 salários mínimos por ter publicado na capa do impresso a imagem de Stédile acoplada ao corpo do personagem James Bond. A matéria publicada, em 10 de maio de 2000, intitula-se *A tática da baderna*, e aponta a Stédile como o “*chefão*” da “quadrilha”. Arbex Júnior (2005) relata que, no mesmo mês de maio de 2000, pós-capa da *Veja*, a *Folha de S.Paulo* publicou uma matéria depreciativa ao MST denunciando que o Movimento extorquia os assentados. Mais tarde, o jornalista Josias de Souza foi obrigado a admitir que utilizara carro oficial do Incra para percorrer os assentamentos e que teria “recebido orientação direta de técnicos do governo” (p. 398).

#### 5.5.2 A Ocupação do Canteiro de Obras em Cabrobó: junho/julho de 2007

Para a análise que se segue sobre a Ocupação em Cabrobó, apresenta-se uma pequena contextualização. O acampamento da Ocupação do Canteiro de Obras da transposição em junho de 2007, foi organizado por inúmeras pessoas de movimentos sociais e entidades contra a obra, em que dele participou cerca de duas mil pessoas. Ampliando os significados da luta popular para além da conhecida resistência de Dom Cappio.

Figura 8. Capa e fotografia sobre a Ocupação do Canteiro de Obras da Transposição: 29 de junho de 2007



Fonte imagem 1 e 2: Folha, 29 jun. 2007, capa. Fotos: Tuca Vieira/Folha Imagem Organizado pela autora.

O conflito acirrou-se em junho, quando o próprio Batalhão de Engenharia do Exército deu início às obras da transposição a mando do governo federal. Para o Exército, uma tarefa sem precedentes visto a complexidade e magnitude do empreendimento da transposição. Ao mesmo tempo o Exército também cumpria uma função de intimidar aos movimentos populares. Com isso, estrategicamente, o governo ganhou tempo e fortaleceu seus argumentos face aos grupos contrários. Disseminou, perante a opinião pública, o discurso de que a obra era fato consumado, como se fosse impossível retroceder dessa decisão: seja pela retórica de que a obra já estaria em andamento, seja por ela já ter sido estudada, seja porque milhões de reais já teriam sido investidos Além disso, como pano de fundo do discurso do fato consumado, a recorrente e emotiva narrativa da segurança hídrica no Nordeste.

De forma física e simbólica, o governo federal, por meio de seus aparelhos de repressão, impôs-se de modo autoritário e arbitrariamente sobre a decisão de inúmeros cidadãos e de movimentos populares. Esses decidiram em diálogos coletivos (então já cientes de que o período do *diálogo de surdos* não resultara em avanços democráticos) e, diante do momento do início das obras em Cabrobó (PE), que lhes caberia um ato de Ocupação do Canteiro de Obras, mesmo face à assimetria de forças frente à presença do Exército. O ato de ocupação foi parte das atividade do chamado Acampamento de Cabrobó.

A Folha de S.Paulo ofereceu destaque na capa ao episódio da Ocupação com fotografia (Figura 8). No primeiro plano da imagem, está um grupo indígena em uma cerimônia circular, representando um pouco da diversidade de sujeitos coletivos envolvidos na resistência. Contudo, a própria legenda retoma a estratégia do Jornal de promover um personalismo à resistência: “[...] dom Luiz Flávio Cappio pediu aos participantes que mantenham o protesto”.

Salienta-se que o Acampamento foi um dos atos mais democráticos em termos de organização e de tomadas de decisão. Dom Cappio, nesse momento, foi uma voz entre várias e não a principal. O Acampamento foi constituído por “índios, sem-terra, sindicalistas, quilombolas e pescadores de seis Estados”. Dom Cappio chegou aí como um integrante entre vários outros, para reforçar as posições contra a obra. Lembrando que um dos intuitos da primeira greve foi justamente que outras vozes viessem se somar à resistência. O que se quer destacar é que, quando se personaliza uma luta social, retira-se dela o seu caráter de construção coletiva.

Figura 9. Imagem sobre a Ocupação do Canteiro de Obras: 29 de junho de 2007

<p>1</p>	<p>2</p> <p>Legenda: Luiz Cappio discursa para manifestantes que invadiram obra da transposição do São Francisco.</p> <p>Abaixo da reportagem sobre o acampamento, em Cabrobó, há matéria sem fotografia cujo título diz: “Sem-terra invadem mais 3 fazendas em São Paulo”. O subtítulo diz: “O número de propriedades invadidas sobe para 67”.</p>
----------	---

Fonte (texto acima): Guibu, 29 jun. 2007, p. A10. Foto Imagem 2: Tuca Vieira / Folha Imagem

Fonte (texto abaixo): Machado, 29 jun. 2007, p. A10

Organizado pela autora.

Esse personalismo se reproduz no destaque da fotografia em matéria interna em que Dom Cappio discursa, enquanto a imagem dos demais participantes é apresentada totalmente desfocada (Figura 9). Também o subtítulo da reportagem não se foca no protagonismo dos movimentos, repassando ao convidado uma liderança, ao afirmar: “Dom Luiz Cappio retoma os protestos contra obras no rio São Francisco”.

Não deixa de chamar atenção que um destaque como personagem cristão representado na reportagem, venha a ser o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira, que declarou: "Ainda que d. Cappio dirija a mim alguma agressão, vou pôr em prática o ensinamento que aprendi na minha igreja [Católica]: oferecer a outra face".

O efeito mencionado de posicionar matéria que desqualifica os movimentos sociais próxima à matéria sobre a resistência, aqui se fez novamente presente. Abaixo da reportagem sobre o acampamento em Cabrobó (Figura 9), há uma matéria sem fotografia na qual o título e o subtítulo informam: “Sem-terra *invadem* mais 3 fazendas em São Paulo. O número de propriedades *invadidas* sobe para 67”. Especificamente, a reportagem inicia-se vinculando categoricamente o MST à liderança de José Rainha: “[...] os sem-terra já totalizam 18 fazendas *invadidas* em uma semana pelo MST de José Rainha Jr. com apoio de sindicatos da CUT e outros grupos.” (MACHADO, 29 jun. 2007, p. A10, grifo nosso). Todavia, o MST tem declarado inúmeras vezes que José Rainha não pertence aos seus quadros, em nenhuma de suas instâncias, seja nacional, estadual ou local.

Figura 10. Fotografias relativas às matérias sobre a Ocupação do Canteiro de Obras: 27 de junho e 4 de julho de 2007



Legenda: Manifestantes contrários à transposição do rio São Francisco em área invadida em Cabrobó (PE).



Legenda: Policiais vigiam a entrada da fazenda invadida por manifestantes contrários à transposição

Fonte imagem 1: Acayaba e Guibu, 27 jun. 2007, p. A9.

Foto imagem 1: Juarez Matias/A Tarde/Folha Imagem.

Fonte Imagem 2: Folha, 04 jul. 2007, p. A11.

Foto imagem 2: Xando P./Agencia A Tarde.

Organizado pela autora.

As imagens das reportagens sobre a Ocupação do Canteiro de Obras publicadas, nos dias 27 de junho e 4 de julho de 2007 (Figura 10), são muito semelhantes entre si. O modo como as fotografias são apresentadas indicam grupos nitidamente opostos entre si: os integrantes do movimento contra a transposição de um lado e a polícia de outro. As imagens não representam situações de embate direto entre os oponentes, na imagem, vistos diametralmente divididos por uma cerca. A aparência dos lados é de tranquilidade, apesar do armamento ostentado pelos policiais. Na reportagem do dia 27, afirma-se que a polícia estaria ali apenas para auxiliar o Exército: “os militares do Exército só apareceram no local para retirar dois tratores e a PM apenas acompanhou o ato” (ACAYABA, GUIBU, 27 jun. 2007, p. A9).

A imagem do dia 4 de julho acompanha a reportagem publicada no dia da desocupação.

Nas entrevistas realizadas pela pesquisadora com membros de entidades e movimentos populares que estiveram presentes na Ocupação, foi declarado que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos militantes foi a de tornar possível a passagem de mais militantes e de mantimentos para o acampamento, devido às inúmeras barreiras policiais que impediam o acesso. Informaram que havia uma enorme tensão e medo entre os manifestantes, coagidos pela presença de inúmeros policiais armados, vários deles sem identificação e outros à paisana. Houve tentativas de infiltração no Acampamento e ainda helicópteros militares sobrevoavam o local. Relato diferente do texto que acompanha a fotografia (e pela própria fotografia), aparentando-se que no local havia a presença que poucos policiais.

Na primeira fotografia, aparece um único policial com um papel em mãos, depreendendo-se que ele está conversando com um senhor vestido com a camiseta da rede de articulação popular de resistência, acompanhado de um grupo de pessoas.

Na segunda fotografia, que ilustra a reportagem publicada na data da desocupação, os policiais aparecem mais armados e equipados em relação à primeira foto, todos estão em oposição a apenas duas mulheres que não portam objetos que as identifiquem explicitamente ao movimento.

Como ocorreu na reportagem sobre a Manifestação em Brasília, os integrantes da rede de resistência continuam sendo nominados invasores. A notar pelo título da matéria e legenda alusivos à Imagem 1 (Figura 10): “Manifestantes contra a transposição *invadem* obra” / “Manifestantes contrários à transposição do rio São Francisco em área *invadida* em Cabrobó (PE).” (ACAYABA, GUIBU, 27 jun. 2007, p. A9). E, da legenda alusiva à Imagem 2 (Figura 10): “Policiais vigiam a entrada da fazenda *invadida* por manifestantes contrários à transposição” (FOLHA, 04 jul. 2007, p. A11).

Figura 11. Fotografias presentes no banco de dados da Folha, mas não publicadas no Jornal impresso: 28 de junho e 1 de julho de 2007



Fonte Imagem 1: Guibu, 01 jul. 2007 Foto Imagem 1: Xando P./Ag. A Tarde/Folha Imagem

Fonte Imagem 2: Guibu, 28 jun. 2007. Foto Imagem 2: Tuca Vieira/Folha Imagem

Organizado pela autora.

As fotografias acima expressam um simbolismo bastante positivo sobre a rede de resistência. Porém, essas imagens não foram as publicadas na versão impressa da Folha de S.Paulo. Isso ilustra que, às vezes, o leitor pode imaginar que a publicação de algumas imagens negativas sobre a rede de resistência, assim como as registradas na seção anterior (Figura 10), são realizadas por falta de outras. Cabe ponderar aqui se essa inferência faz sentido, pois, percebe-se que a situação do Acampamento proporcionou momentos que poderiam, assim como as fotografias acima, ter gerado outras alternativas nas quais a rede de resistência receberia um tom mais positivo na matéria jornalística.

Estas imagens da Figura 11, ilustrando matérias sobre a Ocupação do Canteiro de Obras, foram encontradas no próprio banco de dados eletrônico do Jornal que exibe matérias em apartados textuais, sem o contexto geral da página impressa em que foram publicadas. É mais comum que essas unidades de notícias do banco de dados virtual sejam observadas por pessoas interessadas em encontrar informações específicas, enquanto que a notícia do Jornal impresso alcança um espectro maior de leitores e com interesses diversos.

Nota-se que as fotografias desta seção apenas virtual são distintas em seu significado simbólico daquelas anteriores (Figura 10) em que os manifestantes surgem em

número reduzido e em oposição aos policiais, retratando a resistência de modo a negativo e tendendo à criminalização da manifestação popular contra a obra.

Na Imagem 1, aparece um número expressivo de manifestantes, sobretudo os indígenas em primeiro plano, surgem uma bandeira do MST e uma faixa em que se pode ler a seguinte frase: “Lula respeite o povo que te elegeu. Cancele esse famigerado projeto”. A imagem exibe uma série de componentes a partir dos quais se pode caracterizar a representação de união entre uma diversidade de forças populares. A imagem transmite significados positivos que remetem ao esforço de organização e à demonstração de expressões culturais de danças e músicas. A imagem, inclusive, contradiz o tom negativo expresso no título de seu texto jornalístico, bastante negativo à rede de resistência: “Invasão contra obra de transposição tem gerência de ‘empresa” (GUIBU, 01 jul. 2007). Por sua vez, a Imagem 2 também delinea uma expressão positiva do movimento, ao exibir diversidade cultural e atitude de ânimo militante, registrando militantes sociais tocando instrumentos musicais, e um microfone, o que demonstra que o diálogo se realizava entre muitas pessoas.

Percebendo-se o contraste entre as fotografias das Figuras 10 e 11, e a importância para a rede de resistência de que naquele momento histórico que suas ações obtivessem uma cobertura positiva da grande mídia, que fosse focado o contingente massivo e representativo de diversas identidades, é que então cabe o esclarecimento de Dellamea (1995):

Ainda tratando-se de fotos legítimas – isto é, não trucadas – se sabe que uma tomada particular, o ângulo de enfoque escolhido, entre outros fatores, mostram que de uma mesma realidade se pode originar versões fotográficas diferentes e até opostas. Um exemplo típico é a cobertura fotográfica de manifestações, em que a depender do ângulo utilizado, pode parecer haver muita ou pouca gente. (p. 475, tradução nossa).

Figura 12. Imagens no interior do Primeiro Caderno em duas páginas que abordam a Ocupação do Canteiro de Obras: 30 de junho e 1 de julho de 2007

<p>1</p>	<p>3</p> <p>Legenda: Lula e Marisa na festa “Arraiá do Torto” do ano passado [17 jul. 2006].</p>
<p>2</p> <p>Legenda: Em Cabrobó (PE), acampamento de famílias contrárias à transposição.</p>	<p>4</p> <p>Subtítulo: No acampamento dos manifestantes de Cabrobó (PE), tarefas são divididas por setor e administradas por grupos diferentes. Receitas e despesas são registradas em planilhas de computador; coordenador nega que protesto siga administração empresarial.</p> <p>5</p> <p>Texto-legenda: Arraial do Lula: O presidente e a primeira-dama Marisa Letícia, ao lado do seu vice, José Alencar (à esq.) e do ministro das Relações Institucionais, Walfrido Mares Guia (à dir.), em festa na Granja do Torto.</p>

Fonte imagem 1 e 2: Baptista, 30 jun. 2007, p. A10. Foto imagem 2: Tuca Vieira / Folha Imagem  
 Fonte imagem 3: Folha, 30 jun. 2007, p. A10. Foto imagem 3: Ricardo Stukert/17 jul. 06 Presidência.  
 Fonte imagem 4: Guibu, 01 jul. 2007, p. A17.  
 Fonte imagem 5: Folha, 01 jul. 2007, p. A17. Foto imagem 5: Leonardo Wen/Folha Imagem  
 Organizado pela autora.

Assim como na Figura 10, as imagens da Figura 12 foram agrupadas devido a suas semelhanças visuais. Nesse caso, a metade superior de ambas as páginas do Jornal está dividida entre a reportagem sobre a Ocupação (sintomaticamente, colocadas à esquerda), em oposição às imagens do presidente Lula e da primeira-dama, em momento descontraído em suas festas juninas (à direita).

Na página da primeira reportagem (Imagem 1, 2 e 3 da Figura 12), as imagens do presidente e da primeira-dama foram posicionadas de modo que visualmente pela composição da diagramação, aparenta-se que eles estão “espiando”, lendo a reportagem ao lado sobre a Ocupação. A festa junina presidencial de Lula em sua roça artificial, observa com ar divertido a roça real dos sertanejos que de carroça, buscam resistir ao esbulho social. Observa-se que a fotografia (Lula com Marisa, Imagem 3) foi registrada no ano anterior à data da publicação, portanto, trata-se de uma foto de arquivo. Sabe-se que é comum o uso do recurso jornalístico de utilização de imagens de pessoas famosas para atrair a atenção do leitor. Esse recurso, de forma intencional ou não, desvia a atenção dos leitores de outros temas que não possuem o mesmo apelo imagético, como, por exemplo, a situação anteriormente comentada sobre a imagem do Papa que veio a concorrer com a imagem pouco expressiva sobre a greve.

A segunda matéria apresenta a Ocupação de maneira bastante ofensiva. O título “Invasão contra obra de transposição tem gerência de empresa” mais uma vez retrata os lutadores populares como “invasores”, acrescentando o qualificativo de que teriam gerência de empresa. É como se tratasse de invasores profissionais, como a expressão “organização criminosa”. Adiante na reportagem, um manifestante foi até qualificado de “*coordenador político da invasão*” (grifo no original).

Na fotografia, em sua quadrilha junina, Lula carrega estandarte com a imagem de São João (Imagem 5 da Figura 12). Essa fotografia lembra a primeira imagem sobre a greve de fome veiculada em 2005 em que surge uma *procissão-política* (no seu sentido, aqui, já ressignificado) com uma mulher à frente carregando um crucifixo (Figura 1). Novamente a roça artificial, metafórica, quer sobrepor-se ao sertão insurgente. A roça artificial, em sua simulação estereotipada do “rural brasileiro”, sobrepõe-se silenciando as manifestações que vêm do sertão. Ao observar a imagem, verifica-se que não há uma matéria ampla sobre essa foto, somente um texto-legenda.

No conjunto das duas páginas que retratam a Ocupação do Canteiro de Obras e a festa junina “presidencial”, o significado que se mostra é o Executivo menosprezando a manifestação da rede de resistência contra transposição do rio São Francisco.

Nota-se que, com o título “Invasão contra obra de transposição tem gerência de empresa” a atuação de uma inversão. Antes a “condução-gerência” da resistência

representada pelo Jornal, era centralizada em Dom Cappio; possuía cunho religioso. Parece que se intencionou criar trocas simbólicas entre as “visões de mundo” (insurgentes/opressores), diminuindo o caráter humano, religioso também, da Ocupação, com o “gerenciamento de empresa”, enquanto se atribuiu à visão Administrativa do Estado um caráter religioso.

Nesse contexto, ressalta-se que, no dia posterior à saída dos manifestantes do canteiro de obras, em 5 de julho de 2007, o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, solicitou ao STF a suspensão imediata das obras da transposição. Acontecimento importante que poderia ter sido assunto de matéria jornalística, mas somente foi registrada 15 dias depois pela Folha de S.Paulo (cf. FREITAS, 20 jul. 2007). Essa ação jurídica somente foi julgada, diante das pressões populares e no âmbito do segundo jejum de Dom Cappio, em 19 de dezembro de 2007, com decisão do STF a favor da continuidade da obra.

Figura 13. Destaque aos Trukás: 6 de julho de 2007



Foto: Xando P./Folha Imagem/Agência A Tarde Fonte: NOVA, 6 jul. 2007. p. A10.  
Organizado pela autora.

No dia 6 de julho de 2007, a única alusão à resistência se refere a uma fotografia mostrando indígenas deitados em redes (Figura 13), o que parece reiterar os recorrentes estereótipos preconceituosos sobre a imagem do índio como sujeito indolente. Agora, também, reduzindo seu estado de etnia expulsa de suas terras, de luta por direitos humanos a invasores. O texto-legenda que acompanha a fotografia expressa: “NOVA INVASÃO:

Índios truká acampam em uma fazenda a 15 km das obras de transposição do rio São Francisco, em Cabrobó (PE), de onde foram retirados anteontem pela polícia após nove dias de invasão.” (NOVA, 6 jul. 2007).

Verifica-se que, foi elaborada uma matéria com texto maior relacionada a essa fotografia (apenas seguida de texto-legenda na versão impressa). Essa foi encontrada no conjunto das demais matérias que esta pesquisa levantou a partir do próprio sistema de busca da Folha de S.Paulo por meio de palavras-chaves (cf. GUIBU, 06 jul. 2007).

Atenta-se ao fato de que o nome da etnia Truká ser escrito pelo Jornal de forma incorreta, nunca a menciona em letra maiúscula. Nesse caso em especial, troca-se o k por c. Nota-se que esse não é um caso isolado ao mencionar os Trukás, pois o Jornal tem o costume de exibir o nome de todas as nações indígenas com letra minúscula. Esse modo de nominar as etnias indígenas vem sendo criticada há décadas, inclusive no cenário internacional.

O que foi ocultado é que se tratava de uma ocupação de retomada de terras na fazenda Mãe Rosa, expropriada para obras da transposição. Há mais de dez anos, a Funai indicou essas terras como território de pertencimento legítimo da etnia Truká, todavia, o Estado não as demarcara até então (cf. RIO, 2007).

Ponderando-se as dificuldades de implantação da resistência de modo fixo nos canteiros de obras e, visto a assimetria de poder entre as forças do Estado (sobretudo militares e judiciais) e ainda dada a contrapartida da mídia corporativa, a rede de resistência veio fortalecer-se sob novas estratégias de luta, optando pela realização do que chamaram de Mutirões. Foram atividades de conscientização e alerta sobre os direitos das populações atingidas pela obra em diversos municípios ao longo do traçado programado para a transposição.

Ao analisar as representações e contextos jornalísticos concernentes das Figuras 7 a 13, isto é, as que abordaram a Manifestação em Brasília e a Ocupação/Acampamento em Cabrobó, apresenta-se a seguinte síntese: 1) as duas manifestações são retratadas com se tivessem sido realizadas por um número pequeno de participantes. Na realidade da resistência, na Manifestação em Brasília, participaram pelo menos 700 manifestantes e, no Acampamento, cerca de dois mil militantes, representantes de 30 movimentos sociais, contudo, frequentemente, os atores foram apresentados de modo isolado – como, o manifestante correndo sozinho, Dom Cappio discursando como se fosse o principal protagonista, apenas duas mulheres frente aos policiais, um homem com duas crianças em uma carroça; 2) induz-se, pelas imagens, que os manifestantes estavam mal-intencionados, por exemplo, pela foto da portaria quebrada e pela aparição de policiais em oposição aos manifestantes; 3) isso não se desvincula da desqualificação da imagem e dos símbolos dos movimentos (pelo enquadramento da bandeira do MST na fotografia da portaria quebrada,

pela sequência de palavras e frases desqualificando o movimento contra a transposição, como, “quebra-quebra”, “clima tenso”, “um homem detido”); 4) há, nas mesmas páginas das notícias sobre a resistência contra a transposição, outras notícias que desqualificam movimentos e entidades sociais, como a notícia sobre a abertura da CPI das ONGs, a matéria sobre diversas “invasões” de terras em São Paulo; 5) continua a personificação da resistência na pessoa de Dom Cappio, pelo uso central de sua imagem em fotografias, de somente ser o seu nome o exibido em título e texto de matérias; 6) o modo como as reportagens sobre a Ocupação, nos dias 30 de junho e 1 de julho, foram apresentadas na diagramação de página, vem retratar a resistência de forma ridicularizada. Parece que o Jornal quis minimizar a importância política da luta frente ao interesse e preocupação de Lula e de sua esposa, em diversão em festa junina particular; 7) há uso generalizado do termo “invasão” e seus derivados, assim fortalecendo o processo de representação e de inculcação no imaginário social brasileiro, da imagem dos movimentos populares como se fossem promotores de ações “criminosas”.

#### 5.6 A IMAGEM DA SEGUNDA GREVE DE FOME: 2007

A segunda greve somente recebeu destaque de capa com fotografia já quase em seu término, no dia 18 de dezembro de 2007 (a greve havia começado em 27 de novembro e terminou em 19 de dezembro de 2007). Nos dias seguintes, surgiram outras duas capas com fotografias, sendo que a do dia 20 de dezembro ofereceu manchete ao tema. A análise que se segue é a respeito do conteúdo discursivo imagético e escrito dessas capas, e dos demais contextos no desenvolvimento do Primeiro Caderno. Por fim, analisa-se a última capa voltada à temática da transposição com fotografia, que foi veiculada em fevereiro de 2008. Observa-se que, até início de 2012, não foi encontrada outra capa com fotografia sobre a transposição.

Antes, faz-se um breve resgate do contexto jornalístico da segunda greve de fome, por meio dos próprios títulos das matérias publicadas, para um entendimento sobre o contexto social do que foi retratado.

Nas primeiras matérias da Folha de S.Paulo sobre a segunda greve, percebe-se que diversas notícias não apenas registraram posições contrárias a Dom Cappio – o que é uma tarefa importante do ofício jornalístico –, mas acentuaram mais as informações que denigrem a sua imagem. Confere-se no subtítulo “[...] Presidente diz que bispo o obriga a escolher entre ele e 12 milhões que precisam de água: ‘E não tenha dúvida que eu ficarei com os pobres’” (GUIBU, 28 nov. 2007) Nessa construção discursiva, pode-se entender por simples inferência que, então, o bispo estaria politicamente do lado contrário ao de 12 milhões de nordestinos. “Ministro critica nova greve de fome de religioso.” (GUIBU, 28 nov. 2007); “Geddel [ministro do MI] critica greve de fome “fundamentalista” de bispo” (GUIBU, 29

nov. 2007); “Arcebispo de Salvador pede a d. Luiz fim de greve de fome” (GUIBU, 5 dez. 2007); “O inimigo número 1 da democracia” (LIMA, 10 dez. 2007).

Esse último título se refere a um artigo de opinião assinado pelo próprio ministro Geddel Vieira, no qual acusa o religioso de realizar “terrorismo simbólico” com a população. Cabe lembrar que “terrorismo” e “fundamentalismo” são palavras que se tornaram famosas nos discursos de George Bush, para justificar sua “doutrina de guerra preventiva”.

Observa-se que, nessa etapa da greve, o Jornal retrata, por meio das vozes do presidente, do ministro e do arcebispo de Salvador, que o ato de Dom Cappio representava uma ação descabida, isolando o bispo dos apoios solidários e da construção coletiva da resistência. (cf. GUIBU, 28 nov. 2007).

Logo o Jornal noticiou a greve sob novo ângulo, devido ao crescimento do apoio ao religioso, como se nota pelos títulos: “Ato de apoio a Cappio deve reunir cerca de 10 mil pessoas” (GUIBU, 08 dez. 2007); “Letícia Sabatella visita bispo em greve de fome e critica Lula” (GUIBU, 09 dez. 2007).

Aos 14 dias de greve, de repente, o Executivo começa a mudar seu discurso. Surge não como crítico de Dom Cappio, mas ansiando escutá-lo, como se estivesse preocupado com a vida do bispo: “Lula recebe CNBB para discutir caso do bispo em greve de fome”. (LULA, 11 dez. 2007); “Preocupado com greve de fome, governo procura CNBB para conversar com bispo.” (ALENCAR, 10 dez. 2007).

No dia 10 de dezembro, surgiu um novo fato que a imprensa registrou, como na Folha de S.Paulo: “Justiça manda suspender obras do rio São Francisco. Decisão do TRF da 1ª Região é provisória; Advocacia Geral da União recorrerá.” (SCOLESE, 12 dez. 2007). Isso fez com que a grande mídia deixasse escapar demonstrações de que a resistência alcançava força política em diversas instâncias. A partir de processos jurídicos, muito do roteiro político da segunda greve foi desenvolvido, pois, entrou em cena, novamente, o STF, que um ano antes, sob a presidência de Sepúlveda Pertence, avocara para si todas as liminares contra a transposição. Juntaram-se a essas, as demais liminares surgidas em 2007, até que, em 19 de dezembro de 2007, o STF emitiu parecer favorável ao andamento da obra, em um julgamento de apenas uma das ações. Com isso, se terminou com grande parte das esperanças das resistências populares de paralisar a obra (adiante se discute).

Voltando ao percurso da greve, nota-se que Dom Cappio passou a publicizar claramente sua insatisfação em relação ao Executivo, direcionando-o as críticas mais acirradas até então: “Governo é uma ditadura, afirma bispo Luiz Cappio”. (GUIBU, 13 dez. 2007). Por outro lado, o governo não acenava que iria ceder à demanda do bispo: “Greve de fome de bispo não vai parar obras, avisa Lula” (SCOLESE, 13 dez. 2007).

Ao mesmo tempo, surgiu uma nítida cisão dentro de segmentos da Igreja Católica a respeito da greve de fome: “CNBB convoca jejum de apoio a bispo”. (SCOLESE, 14 dez.

2007); “Vaticano pede a bispo que encerre greve. D. Lorenzo Baldisseri, representante de Bento 16, enviou carta a d. Luiz Cappio; na BA e no DF, grupos anunciam ‘jejuns solidários” (BEGUOCI, 15 dez. 2007); “Carta da CNBB a religioso critica jejum”. (ALENCAR, 17 dez. 2007)... em um momento em que o Executivo volta a atacar duramente a Dom Cappio: “Bispo tem sido ‘intransigente’, diz Patrus [Entrevista a ministro do Desenvolvimento Social]” (SCOLESE, 17 dez. 2007).

O narrado anteriormente ocorreu antes da Folha de S.Paulo publicar a primeira capa com fotografia a respeito da segunda greve de fome.

Figura 14. Capa e fotografia sobre a segunda greve: 18 de dezembro de 2007



Texto-legenda: OITO QUILOS A MENOS. O bispo de Barra (BA) d. Luiz Cappio em greve de fome contra transposição do São Francisco que completa hoje 21 dias; o governo negocia com ele para convencê-lo a encerrar o jejum. Pág. A8

Fonte: Folha, 18 dez. 2007, capa. Foto: Fernando Donasci/Folha Imagem  
Organizado pela autora.

A fotografia de Dom Cappio rindo talvez possa sugerir uma contradição de sua parte. A essa altura a greve desenvolvia-se no seu 21º dia, assim, seria mais coerente esperar-se a imagem do bispo enfraquecido, e não uma imagem dele rindo. Como relata a legenda, o bispo emagrecera oito quilos. Por outro lado, depois da leitura de toda

reportagem, pode-se imaginar que talvez Dom Cappio estivesse esperançoso sobre uma decisão do STF contra as obras da transposição. Contudo, isso não foi assunto de capa.

Nesse momento em que se retrata o dia 17 de dezembro, há a “reabertura” da negociação entre representantes de Dom Cappio e do presidente Lula: “Planalto negocia com bispo fim de jejum. Proposta envolve construir cisternas e acelerar revitalização do rio São Francisco; d. Luiz diz que oferta é ‘indecorosa.’” (GUIBU, 18 dez. 2007). Na matéria interna, reporta-se à postura de incredulidade do bispo frente à proposta do Executivo. Dom Cappio lembrou que o governo já tinha aprovado, em 2005, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) destinando 250 milhões de reais anuais à revitalização do rio São Francisco, mas sem cumprir as ações. Lembrou, ainda, que o Projeto 1 Milhão de Cisternas (P1MC), em andamento há mais de sete anos, apenas construiu 200 mil cisternas no semiárido (cf. SELIGMAN, GUIBU, 18 dez. 2007).

Dom Cappio, portanto, surge como fiel à sua proposta de paralisar a transposição, mantendo-se crítico ao Executivo, como discorre a matéria: “Ministro Patrus não tem qualificação para falar da transposição’, diz bispo” (GUIBU, 18 dez. 2007).

Figura 15. Capa e fotografia sobre a Manifestação em frente ao STF: 19 de dezembro de 2007



Fonte imagem 1 e 2: Folha, 19 dez. 2007, capa.  
Foto 2: Ricardo Marques/Folha Imagem.  
Organizado pela autora.

A segunda capa com fotografia sobre a segunda greve de fome volta sua atenção à manifestação da rede de resistência contra a transposição ocorrida, na Praça dos Três Poderes, em frente ao STF, em Brasília. O objetivo da manifestação (não declarado no texto da capa) foi o de apoiar o STF em sua missão de velar pela Constituição Federal e considerar, positivamente, as liminares judiciais anteriormente expedidas contra a transposição (Figura 15).

Na capa, o principal personagem não é Dom Cappio. Em primeiro plano, está a atriz Letícia Sabatella acompanhada de duas pessoas, uma delas, uma mulher usando boné do MST e com camiseta da articulação popular. No fundo da imagem, outros manifestantes aparecem com faixas reivindicatórias aparecem de forma desfocada. Em uma das faixas é possível ler o dístico de ordem: São Francisco Vivo. Terra, Água, Rio e Povo.

Letícia Sabatella é retratada como alguém que se “misturou” aos movimentos sociais contra a transposição, como se tivesse caído de paraquedas na resistência. O jornal não revela que a atriz possui uma larga militância política no Movimento Humanos Direitos, que, entre outras causas, luta contra o trabalho escravo (cf. ELEITORA, 19 dez. 2007, p. A11).

O uso da imagem da atriz, na capa, é preferida à imagem de Dom Cappio – que foi mais usada durante a primeira greve de fome – ou a de outros representantes de movimentos camponeses e indígenas. Atores desses movimentos nunca tiveram seus nomes pessoais indicados nas legendas ou títulos das matérias. Letícia Sabatella aparece com grande destaque em outras páginas, inclusive na última capa da Folha de S.Paulo em que é veiculado o conflito social em torno da transposição (Figura 18).

Esse processo aumentou a espetacularização do conflito, chamando a atenção dos leitores para a matéria ao se exibir artistas famosos. O modo como a atriz foi retratada esvaziou o foco político da questão, invisibilizando-se as propostas alternativas construídas pelos movimentos sociais, para colocar mais destaque em uma celebridade conhecida pelas novelas da TV Globo.

Na chamada de capa, apresenta-se a informação de que a Presidência da República estaria disposta a paralisar a obra para que Dom Cappio encerrasse sua greve: “Planalto propõe a bispo parar obra em rio em troca de fim de jejum”. Conforme visto, no decorrer do conflito noticiado, isso apenas representou um jogo de cena.

É importante notar que esse é o dia em que a imprensa registrou a reunião ocorrida na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) quando se apresentou uma inflexão no discurso de Dom Cappio e dos movimentos e entidades populares, na véspera do julgamento no STF.

Como havia uma espera muito forte de que do STF resultasse uma decisão desfavorável à resistência (dado de entrevistas de campo), muitos militantes ponderaram que, nesse momento, fosse mais estratégico abrir mão de algumas demandas que, desde a primeira greve, eram irredutíveis, sobretudo, no que se diz respeito à reivindicação de paralisação total da obra.

Em que pesem algumas críticas de que a resistência popular deliberou por uma “entrega dos pontos”, o que também pode ser dimensionado é que, dadas assimetrias com o governo federal, é que a resistência teve de ser um pouco mais flexível com a sua negociação. De toda forma, dos vários pontos de pauta apresentada por Dom Cappio e pelos movimentos sociais, os dois mais importantes não foram aceitos pelos representantes da Presidência da República. São eles:

- 1) manter a suspensão das obras iniciadas da transposição com a retirada imediata das tropas do Exército; (CARTA DE CONTRAPROPOSTA, 18 dez. 2007, *apud* VIAN, 2008, p. 61).

E, a novidade no discurso dos movimentos populares:

- 2) adução de 9m<sup>3</sup>/s para as áreas de maior déficit hídrico dos estados de Pernambuco e Paraíba, redimensionando o projeto atual de 28m<sup>3</sup>/s, através de Termo de Ajustamento entre o empreendedor e o Ministério Público Federal com interveniência dos estados da bacia, do estado da Paraíba e do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco. (CARTA DE CONTRAPROPOSTA, 18 dez. 2007, *apud* VIAN, 2008, p. 61).

Sobre o assunto, o Jornal apresentou o seguinte título de matéria: “Governo propõe a bispo parar obras. Chefe de gabinete de Lula e CNBB tentam acordo com religioso; transposição seria suspensa por dois meses.” (GUIBU, SCOLESE, 19 dez. 2007, p. A10). O texto da matéria diz que Gilberto Carvalho, então chefe de gabinete da Presidência da República, apresentou uma proposta ampliada para negociar o encerramento da greve: “além de ampliar o programa das cisternas, o governo aceleraria a revitalização do rio. Em troca, o bispo encerraria o jejum. Hoje, Carvalho deve voltar à CNBB, com técnicos do governo, para ‘concretizar’ a proposta.” (GUIBU, SCOLESE, 19 dez. 2007, p. A10).

Nesse caso, a Folha de S.Paulo, em diversas das matérias sobre as ações da resistência popular, fez desaparecer os sujeitos dos movimentos populares. Nesse sentido, mostra todo o jogo de bastidores como se fosse de decisão apenas entre o bispo/CNBB/CPT e o presidente/assessoria. Esporadicamente, no interior dos textos, surge uma ou outra pessoa ligada aos movimentos, como Roberto Malvezzi, representante da CPT e, como representante da Presidência, Gilberto Carvalho.

No momento em que Cappio aceitou negociar sua principal demanda, ele perdeu imediatamente. Para concretizar o “xeque-mate” ao contrário, “em que o rei derruba o bispo”, só faltava o STF liberar as obras. Essa é exatamente a manchete da próxima capa.

Figura 16. Capa e fotografias sobre a segunda greve: 20 de dezembro de 2007

<p>1</p>  <p>Manchete: STF libera obras no São Francisco.</p>	<p>2</p>  <p>Legenda: O bispo de Barra (BA), d. Luiz Flávio Cappio, 61, sai de maca da igreja de São Francisco, em Sobradinho (450 km de Salvador), onde mantinha seu jejum havia 22 dias, para ser internado em Petrolina.</p> <p>3</p>  <p>Legenda: O bispo de Barra (BA) d. Luiz Cappio, é levado semi-consciente em ambulância a hospital de Petrolina (PE), após desmaiar durante a greve de fome contra as obras no São Francisco.</p>
---	--

Fonte imagem 1 e 2: Folha, 20 dez. 2007, capa.  
 Foto imagem 2: Ricardo Marques/Folha Imagem  
 Fonte imagem 3: Freitas e Scolese, 20 dez. 2007. p. A4.  
 Foto imagem 3: Foto: Fernando Donasci/Folha Imagem  
 Organizado pela autora.

Como em 2005, em 2007, a única manchete com fotografia volta-se para o encerramento da greve de fome de Dom Cappio (Figura 16). A imagem mostra o bispo com saúde debilitada, desmaiado, sendo carregado em uma maca, no mesmo enquadramento e, surge uma grade de isolamento entre o bispo e os manifestantes que o aplaudem. No

interior do Jornal, as matérias continuam a destacar o estado de saúde de Dom Cappio (Imagem 3 da Figura 16).

Essa capa, destacando o conflito, seria a última do ano com fotografia sobre o assunto, que, parece ter recebido um desfecho final na narrativa jornalística. Declara o título da manchete: “STF libera obras no São Francisco”. Essa informação completa e inverte a notícia publicada no dia anterior que informava a disposição do Planalto de paralisar, por dois meses a obra, para que Dom Cappio encerrasse a greve. As entrevistas de campo com atores da resistência indicam que, nesse momento, acabou, de forma absoluta, a negociação por parte do governo.

Figura 17. Fotografias alusivas à decisão do STF sobre a transposição: 20 de dezembro de 2007



Fonte: Freitas, Scolese, 20 dez. 2007. p. A4.

Foto: Sergio Lima/Folha Imagem.

Na matéria sobre a decisão do STF, surgem duas fotografias que se colocam uma em oposição à outra (Figura 17). Em uma delas, está o ministro Carlos Alberto Direito, então relator do processo julgado, retratado em posição que lembra uma pessoa rezando com mãos unidas. Na outra, à direita, está a atriz Letícia Sabatella, como representante da rede contra a transposição, em momento de tristeza, chorando ao conversar por telefone.

Essa decisão judicial foi considerada pela Folha de S.Paulo, uma importante vitória do presidente Lula. O Jornal não mencionou que o STF sequer considerou o outro recurso impetrado por entidades da sociedade civil, tendo sido negado o seu direito de ser julgado nessa instância jurídica.

A Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR), entidade integrante do Fórum Permanente de Defesa do São Francisco da Bahia (FPDSF), descreveu assim a sessão do Supremo:

Dois recursos para suspender a transposição foram colocados para julgamento: um das organizações da sociedade civil e outro do Ministério Público Federal [ajuizado em 5 de julho de 2007, pelo procurador-geral da República, após a Ocupação em Cabrobó]. Tratava-se então de apreciar o pedido liminar, mas ainda não seria o julgamento definitivo das ações [pois, ainda existem outras 12 ações a serem julgadas pelo STF, porém podem perder qualquer efeito de suas razões se a obra já está em andamento].

Primeiro, o STF não conheceu em nada os argumentos levantados pelas organizações da sociedade civil porque julgou que as mesmas não tinham legitimidade para questionar o Projeto; só quem poderia fazê-lo eram os estados ou entidades federativas; segundo o ministro Menezes Direito, ele não chegou a ler (pasmem!) os estatutos das associações que se encontravam no processo, mas só pelo nome das instituições envolvidas se percebia que não tinham a defesa do meio ambiente como um dos seus propósitos. Foi apoiado por mais quatro ministros e por 5 votos a 4, o recurso da sociedade foi extinto sem merecer apreciação de uma folha sequer do que foi alegado. (AATR-BA, 2008, p. 92).

No dia seguinte, a Folha de S.Paulo publicou matéria cujo título bem resume o desfecho sobre o conflito social em torno da transposição no ano de 2007, então nas palavras do presidente Lula: “‘Se o Estado cede, o Estado acaba’, diz Lula sobre bispo.” (SANDER, 21 dez. 2007). A despeito de sua histórica relação (com cerca de 30 anos) de militância junto aos sindicatos de trabalhadores e aos movimentos sociais populares, há nessa expressão, uma metonímia usada pelo presidente, de modo que ele se refugia na representação do Estado para afirmar sua posição autoritária. Aqui ele não faz uso daquilo que recorrentemente era seu costume de presidente da República: a promoção de um Estado personificado na sua imagem. O diálogo participativo de toda a população na condução das decisões públicas sempre havia sido o discurso de Lula antes de ser presidente eleito, de alguma forma, a mesma demanda que Dom Cappio exigia, de modo restrito ao caso da transposição, da revitalização e do cuidado para com as populações marginalizadas do vale sanfranciscano e de todo o Nordeste.

## 5.7 IMAGEM DO DEBATE NO SENADO: FEVEREIRO DE 2008

Figura 18. Capa e fotografia alusivas à audiência no Senado: 15 de fevereiro de 2008



Fonte: Folha, 15 fev. 2008. Capa. Foto: Lula Marques/Folha Imagem.  
Organizado pela autora

Ao observar essa que foi a última capa com fotografia sobre a transposição veiculada pela Folha de S.Paulo, percebe-se que o Jornal conseguiu reduzir a sua própria possibilidade de esclarecer, aos seus leitores, as diversas propostas debatidas entre parlamentares e representantes de movimentos sociais ao que nominou “NOVELÃO” (Figura 18). Fez de um importante debate a respeito das alternativas sobre o desenvolvimento do semiárido, motivo de chacota, ao representar os sujeitos como se fossem parte de uma fotonovela, confundindo jornalismo político com entretenimento.

Novamente, o impresso aproveitou a imagem da atriz Letícia Sabatella para apresentar o debate sobre a transposição de forma satirizada e “justificar” o termo *novelão* com que qualificou o debate. Dessa vez, contrapõe-se, de forma ridicularizada, a imagem da atriz a do político **Ciro Gomes**. Esse último, não raro, tem muitas de suas frases no foco da mídia quando ele utiliza discursos de baixo calão para denegrir adversários, como o realçado na capa do Jornal: “Escolhi meter a mão na massa, às vezes suja de cocô, mas minha cabeça, não”, afirmou **Ciro** no debate” (MATAIS, 15 fev. 2008, p. A8).

Ao colocar no mesmo patamar, **Ciro Gomes** e **Letícia Sabatella**, pessoas que têm propostas políticas totalmente distintas, apresenta-se uma desqualificação a ambos os lados. No caso, não se reconheceu a pessoa **Letícia Sabatella** como lutadora social, engajada na difícil defesa dos direitos humanos e ambientais.

A *Folha de S.Paulo* não registrou o debate político na pluralidade de suas vozes como ocorreu no Senado, tornando o foco mais importante da notícia, o diálogo (“bate-boca”) entre duas pessoas e não o da ampla plenária. O que não se verifica diante das imagens da mesma audiência disponíveis na internet (cf. **KHOURY**, 14 fev. 2008). Sim, houve insultos da parte de **Ciro Gomes** direcionados ao bispo, porém não se pode concluir por bate-boca recíproco.

Figura 19. Fotomontagem alusiva à audiência no Senado sobre a transposição: 15 de fevereiro de 2008



Legenda: O deputado **Ciro Gomes** (PSB-CE) e os atores **Osmar Prado** e **Carlos Vereza** e **Letícia Sabatella** discutem as obras do São Francisco no Senado.

Fonte: **Matais**, 15 fev. 2008, p. A8. Foto: **Lula Marques/Folha Imagem**.  
Organizado pela autora.

As reflexões de **Adorno** e **Horkheimer** sobre os meandros da mensagem como espetáculo, ao que submete toda informação à naturalização das relações de dominação, mostram-se elucidativas do processo de fabricação dessas reportagens sobre o debate da

transposição no Senado Federal. Elas são reduzidas ao apelo sensacionalista (como álibi, o leitor-consumidor) sob a sarcástica representação de desprezo pelo centro do debate que os atores dos movimentos sociais protagonizaram, então ocultado:

O discurso que apenas busca a verdade logo suscita a impaciência de que chegue com rapidez ao fim comercial que se supõe perseguir na ação prática. [...] A ideologia cinde-se entre a fotografia da realidade bruta e a pura mentira do seu significado, que não é formulada explicitamente, mas sugerida e inculcada. Pela demonstração de sua divindade o real é sempre e apenas clinicamente repetido. Essa prova fotológica não é precisa, mas é esmagadora. (2005, p. 195).

Diante do percurso das notícias sobre a segunda greve e que, ocorreram antes do surgimento da primeira capa com fotografia no tema, seguem as conclusões: 1) as primeiras notícias dessa etapa denegriram a imagem de Dom Cappio, utilizando como subsídio à confecção das matérias jornalísticas, ofensas e desaprovações públicas ao bispo por pessoas com cargos considerados de alta hierarquia social, pelo presidente, pelo ministro e pelo arcebispo de Salvador; 2) com o crescimento do apoio de segmentos importantes da sociedade e com a ação jurídica impetrada por um Procurador da República, no dia 10 de dezembro, ordenando paralisação imediata da obra, as reportagens começaram a indicar que o Executivo estaria preocupado com a vida do bispo e aberto ao diálogo; 3) não obstante, o governo mantinha posição, cada vez mais clara, de levar adiante a obra sem um amplo diálogo nacional sobre a revitalização e as alternativas ao desenvolvimento do semiárido; 4) Dom Cappio passou a uma posição mais contundente frente a Lula e ao Executivo, declarando que a política do governo não abria espaço à legítima participação popular sendo, portanto, um governo de ditadura; 5) ao mesmo tempo, surgem notícias sobre cisões internas na CNBB, em suas posições político-religiosas sobre a greve de fome.

Diante da análise que contempla as capas, as imagens, os títulos e outros elementos jornalísticos referentes ao contexto indicado das Figuras 14 a 19, sintetiza-se que a Folha de S.Paulo retratou a segunda greve de fome da seguinte forma: 1) a primeira capa com fotografia dedicada ao fato político engendrado por Dom Cappio foi realizada já quase ao término de sua greve, a dois dias de seu encerramento; 2) nessa capa, foi exibida a imagem de Dom Cappio rindo (e não sorrindo), podendo parecer talvez uma intenção do Jornal de mostrar uma contradição, satirizando-se com a situação delicada de saúde de Dom Cappio em seu avançado 21º dia de greve de fome, que comovera à parte da sociedade ante o suspense de uma iminente morte sua; 3) a segunda capa mostra algo inédito, na primeira página do Jornal, exhibe-se um grupo de representantes de entidades e movimentos sociais, então, em apoio à missão do STF de zelar pelos preceitos da Constituição; 4) porém, o assunto do STF não foi levado à capa, cuja imagem deu maior

destaque à atriz Letícia Sabatella, que teve seu trabalho de militante política de direitos humanos invisibilizado; 5) no mesmo dia que se veicula a segunda capa, o Jornal publica proposta do governo de parar a obra em troca do fim da greve de fome, e é quando a resistência popular abre mão de demandas “inegociáveis”, o arquivamento definitivo da obra; 6) a Folha de S.Paulo invisibiliza nas suas matérias, o protagonismo dos sujeitos dos movimentos sociais; 7) na terceira capa (Figura 17) é lançada a única manchete sobre a segunda greve; 8) a cobertura da segunda greve obteve ângulo mais favorável à transposição que a cobertura da primeira greve, 9) no dia seguinte à manchete, Lula pronuncia frase emblemática expressando como encarou a resistência: “Se o Estado cede, o Estado acaba” (nessa frase, há confusão entre Estado, governo e o próprio medo do presidente de que se multipliquem protestos participativos populares em outros contextos); 10) na capa de fevereiro (Figura 18), em vez de noticiar a riqueza do debate, a Folha nomeou o caso de “novelão”. Fez-se, de um importante debate sobre as alternativas de desenvolvimento sustentável no semiárido, motivo para satirizar o debate, utilizando técnicas comuns aos formatos de fotonovela, em que se inserem sobre as fotografias balões de diálogo.

## 5.8 IDEOLOGIA E FABRICAÇÃO DO DISCURSO: MARCO TEÓRICO-ANALÍTICO

Relembra-se que a esta pesquisa importa investigar de que forma os argumentos midiáticos sobre a resistência popular à transposição do rio São Francisco foram apresentados. Para tanto, tomou-se como *locus* discursivo de análise as publicações da Folha de S.Paulo, sobretudo seus editoriais, por ser uma posição mais próxima à oficial da empresa jornalística a respeito do tema. Entende-se que esse espaço midiático reflete parte da formação do processo ideológico dominante.

O espaço editorial não é apenas a demonstração do ponto de vista de seus donos e editores; é também um instrumento pelo qual o Jornal procura moldar o olhar do leitor, oferecendo a ele uma espécie de lente cultural, pela qual seu público deve visualizar as matérias jornalísticas, conforme prévia prescrição defendida como a mais *técnica e imparcial*.

A seguir, utilizam-se algumas das abordagens epistemológicas sobre o *modus operandi* da ideologia, para auxiliar o exame crítico da análise de discurso sobre como os argumentos presentes nas publicações da Folha de S.Paulo, foram construídos e/ou reproduzidos, ao abordar ou ocultar a resistência popular contra a transposição.

Nesse sentido, buscou-se subsídio no trabalho realizado por Thompson (2002) sobre ideologia e mediação da cultura moderna, particularmente sua reflexão sobre as formas de

operar da ideologia, as quais o autor apresenta cinco modos principais: 1) *legitimação*; 2) *dissimulação*; 3) *unificação*; 4) *fragmentação* e 5) *reificação* (Apêndice C)

Para detalhar esses modos de operar da ideologia, Thompson desenvolveu uma segunda classificação que ele nominou *estratégias típicas de construção simbólica*, vinculadas àqueles cinco modos gerais de operação da ideologia. Como ressalta o próprio autor, esses modos e estratégias não são os únicos para estabelecer e sustentar relações de dominação; frequentemente, se concretizam sobrepostos e reforçam-se uns aos outros.

Em seguida, descrevem-se alguns desses modos de operação gerais da ideologia elencados pelo autor, os quais servem para o exame crítico dos editoriais. Outros serão apresentados durante a análise. Sobre esses modos de operar da ideologia, nem todos se viram presentes nos editoriais analisados; alguns surgem pelo seu inverso (por exemplo, *legitimação/deslegitimação*), bem como, outras formas não elencadas pelo autor também são assinaladas.

Para Thompson (2002), um dos modos de operar da ideologia é pela *legitimação*, em que relações de dominação são geradas, estabelecidas e sustentadas a partir de processos que tornam os interesses dominantes percebidos como indiscutivelmente aceitos e dignos de apoio. Portanto, é um processo impulsionado pela *exigência de legitimação* que, supõe-se, faz a própria sociedade. Para tanto, são criados e apresentados discursos com eficácia argumentativa, objetivando produzir sentimentos de empatia para com certos valores e causas sociais.

Nessa esfera, a *legitimação* pode estar fundamentada, entre outros processos: a) na *estratégia de racionalização*, quando são elaboradas e propagadas justificativas lógicas, com uso de linguagem técnica, para convencer um público de que determinada ideia deve ser causa defendida por todos; b) na *estratégia da universalização*, quando interesses de um grupo restrito são apresentados a serviço do interesse amplo da sociedade, por meio de acordos institucionais (como, certos programas e projetos de governo, leis e decisões judiciais a favor do capital prioritariamente); c) na *estratégia da narrativização*, quando se reporta ao passado para se reforçar ou enlaçar sentimento de pertença, conectando os sujeitos a realidades para além do contexto político imediato apelando-se para tradições e fatos históricos.

Sobre essa última, pondera-se aqui que a narrativização pode ser, de idêntico modo, desenvolvida com elementos que levam o público a uma perspectiva futura. Constrói-se um cenário de dádivas sociais, às quais se atribui serem concretizadas apenas sob o modo de produção capitalista, apelando-se para sentimentos de esperança e fé. Pela ótica dominante, isso é instrumentalizado desviando-se a atenção da sociedade para a necessidade de organização coletiva de ações *antissistêmicas*.

A seguir, as análises indicam parte do modo de operar da ideologia via *legitimação*, dialeticamente, em que o ator social, movimentos populares, grupos dominados, são posicionados pela ideologia dominante como atores antagonistas. Assim essa ideologia processa sobre esses uma *deslegitimação* de suas ações e propostas.

Outro modo em que a ideologia opera é pela *dissimulação*, a fim de ocultar, disfarçar ou não esclarecer determinados fatos que interessam à sociedade, desviando sua atenção sobre o porquê das assimetrias sociais provocadas pelas relações de dominação. Nessa esfera, uma das estratégias de construção simbólica é o *deslocamento*, quando se utilizam expressões conhecidas para determinado assunto, aplicando-as a outro contexto e transferindo, no mesmo passo, valores positivos ou negativos (por exemplo, as figuras retóricas de políticos que costumam usar, nos contextos de programas e projetos de governo, exemplos sobre práticas familiares, futebolísticas, de agricultores). Uma segunda estratégia é pela *eufemização* de ideias, quando se valoram positivamente ou se amenizam ações e situações de injustiça social, como por exemplo, “a supressão violenta do protesto é descrita com a ‘restauração da ordem’; a prisão no campo de concentração é vista como a ‘centro de recuperação’” (p. 84). Outra estratégia típica da ideologia operar é pelo *uso de figuras de linguagem*, com o intuito de ocultar um fato ou criar uma expressão de efeito duradouro. Resumidamente, pode surgir uma *sinédoque* (troca do todo pela parte ou vice-versa, por exemplo, utiliza-se expressões generalistas como governo, políticos, brasileiros em lugar de grupos específicos dentro de cada uma para provocar efeito de unidade, consenso ou desacordo sobre algo), uma *metonímia* (um termo é posto no lugar de um atributo, adjunto, característica, para se referir a própria coisa), uma metáfora (uma expressão é utilizada para se referir a algo em que, literalmente, não poderia ser usada, por exemplo, dama de ferro). O uso dessas figuras pode estar associado a diversos outros modos da ideologia operar.

No modo de operar da ideologia pela *unificação*, tem-se a criação e a reafirmação de simbologias, a fim de entrelaçar indivíduos em uma identidade coletiva, por maiores que sejam suas diferenças sociais e políticas. Pode haver o uso de uma *padronização* da linguagem, como por exemplo, a fala de certas autoridades de Estado utilizada em distintas regiões de um país. Também, há o uso da *simbolização da unidade*, na qual símbolos são criados e reafirmados para manter uma identidade coletiva (por exemplo, o uso de hinos, bandeiras, emblemas e distintivos nacionais).

No modo de operar da ideologia pela *fragmentação*, representam-se indivíduos e grupos que desafiam e se opõem à classe dominante, fragmentando suas identidades a fim de que sejam vistos como politicamente cindidos em suas ideias e para que não obtenham apoio da sociedade, assim, dificultando suas participações legítimas no exercício do poder. Às vezes, essas criações simbólicas são realizadas de forma sutil e de difícil identificação,

se observadas em contextos isolados. Esses indivíduos podem ser apresentados como inimigos internos ou externos de uma nação, sendo a sociedade chamada diretamente para realizar o *expurgo do outro*.

É oportuno acrescentar que essa estratégia também tem sido utilizada para desvalorizar comunidades tradicionais, compulsoriamente expulsas de seus territórios devido aos grandes empreendimentos desenvolvimentistas. Nesses processos, o sofrimento por qual passam frequentemente é descrito com indiferença e de modo banalizado, para justificar a naturalização do que lhes é imposto.

Um último modo de operar da ideologia, que foi discutido por Thompson (2002), é pela *reificação*. Trata-se de quando se ocultam aspectos sobre as relações sociais, políticas e econômicas que são determinadas historicamente. Apagam-se as causas dos fenômenos sociais, de modo a representá-los como acontecimentos naturais e imutáveis, como se sempre tivessem sido de tal maneira e como se sempre fossem se perpetuar.

Esses modos de operar da ideologia dominante são aqui considerados parte de uma dinâmica *materialmente ancorada e sustentada*, como frisa Mészáros (2004). Uma dessas engrenagens materiais são as corporações de comunicação de massa, vertiginosamente apropriadas pelo grande capital para disseminação da ideologia dominante, cuja característica é a uniformização na divulgação de valores simbólicos, para manter a assimetria estrutural de classes o máximo possível.

Entre outros instrumentos discutidos por Mészáros (2004), voltados para a conformação da ideologia dominante, também apoiada e ancorada pela materialidade institucional do Estado, trata-se da força impositiva, física e simbólica dos aparelhos de repressão do Estado, para defender a continuidade dos domínios do capital. Para tanto, impõe-se o *Estado de ideologia única* sob controle do capital, minando as possibilidades de diálogo efetivo para a correção das desigualdades sociais estruturalmente arraigadas:

Assim, a necessidade de um exame crítico dos estratagemas da ideologia dominante – em geral desenvolvidos nos produtos aparentemente impenetráveis de geradores de fumaça institucionalmente bem lubrificadas – nunca foi tão grande quanto em nossos dias. As apostas estão se tornando cada vez mais altas, pois os antigos instrumentos para tratar algumas de nossas dificuldades – ainda que fossem limitados, mesmo no passado – estão hoje sistematicamente abalados e destruídos pela força inexorável do Estado, em nome do interesse na perpetuação do domínio do capital, com ajuda da conformidade ideológica e política duramente imposta. Os sinais dessa tendência para a garantia da uniformidade exigida pela necessidade do capital impor o Estado de *ideologia única* são muito perigosos. A desejada uniformidade deve ser imposta por todos os meios, até mesmo pelos potencialmente – e, dadas as novas guerras

imperialistas, já não só potencialmente – mais violentos. (p. 13-14).

No processo do conflito em torno da transposição, aqui analisado, parte do discurso que emerge se situa na confluência entre Estado e instrumentos jurídico-ambientais de poder. Nessa esfera, levantam-se defesas que colidem frontalmente. Percebe-se o interesse do capital privado, representado como público e como um bem de toda nação, sem que se permita a participação popular nas tomadas de decisões políticas estratégicas à soberania do país.

Nesse âmbito, Quijano (2002) menciona que na América Latina, o que há de instituído são Estados nacional-dependentes, que não podem ser considerados Estados-nações modernos por haver, naqueles “a erosão contínua do espaço nacional-democrático” (p. 11), um avançado processo de *desdemocratização* e *desnacionalização* que os converte em agências político-administrativas do capital financeiro dominante e do bloco imperial mundial. Em outras palavras, ampliam-se as formas institucionais de dominação, de coerção programada e autoridade política nesses Estados, conforme atribuições para servir à hegemonia do capital.

Para Quijano (2003), os signos nos quais o Estado se apoia são: a) a *representatividade política*, base legitimadora do Estado frente ao conjunto de cidadãos e, não obstante, de certo *interesse social particular ou setorial*; b) a *cidadania* ou presunção formal de *igualdade jurídico-política* de sujeitos que são diferenciados em outras áreas.

A velocidade com que as elites político-econômicas forjam corpo jurídico para viabilizar todo e qualquer grande empreendimento – em que as novas tecnologias em engenharia permitem erguer obras compatibilizando pressa ao lucro – é algo a ser ainda melhor discutido e visa a encaminhamentos formais de garantia do exercício pleno da participação das populações diretamente impactadas, de forma a instrumentalizá-las juridicamente diante de uma não concordância com os projetos.

Para a análise que se segue, entende-se que os valores sociais defendidos pelos movimentos sociais e seus argumentos para conformar as alternativas contra-hegemônicas, em geral, são exibidos na grande mídia – aqui parcialmente representada pelas matérias da Folha de S.Paulo – da seguinte maneira: a) velados nas suas construções simbólicas mais estratégicas; b) descritos superficialmente; c) diminuídos, reduzidos e/ou menosprezados quanto à importância política em questão; d) ridicularizados; e) em uma inversão quanto à relação oprimido/opressor; f) denegridos a ponto de imputar-lhes criminalização.

A Folha de S.Paulo publicou cinco editoriais centrados, exclusivamente, na temática transposição do rio São Francisco: três deles em 2005, e dois em 2007. Buscou-se compreender como a resistência popular contra a transposição foi retratada, a partir do

subsídio desse material e de cerca de mais de duzentas matérias publicadas pela Folha de S.Paulo e que foram catalogadas pela pesquisadora (Apêndice A).

Ressalta-se que alguns dos comentários aqui realizados talvez pareçam uma cobrança excessiva daquilo que não foi dito em um espaço textual tão exíguo como o de um editorial, portanto, parecendo exagero uma análise dos temas apontados como silenciados. No entanto, essas observações tratam de indicar, grande parte das vezes, reincidências que acabam por anunciar uma modelagem discursiva específica do Jornal.

Os editoriais estão numericamente classificados, conforme cronologia de surgimento. O editorial 1, de 20 de fevereiro de 2005, ocorre depois de uma série de manifestações que alcançaram o cancelamento de audiências públicas em Belo Horizonte, Salvador e Aracaju. O editorial 2 e 3 datados, respectivamente de 5 e 8 de outubro de 2005, situam-se no período da primeira greve de fome. O editorial 4, de 1 de julho de 2007, foi publicado no momento em que ocorria a Ocupação do Canteiro de Obras da transposição e o editorial 5, de 15 de dezembro de 2007, tem como pano de fundo a segunda greve de fome de Dom Cappio. Assim sendo, alguns desses editoriais não citam esses momentos históricos de embate entre forças populares e grupos político-dominantes em torno do projeto/obra da transposição, porém, situam-se exatamente nesses momentos, portanto, fortemente motivados pelas ações da rede de resistência contra a transposição.

Além desses editoriais, não se registra nenhum outro no período 2005 a 2008 publicado exclusivamente sobre a transposição. Cabe considerar que no final de 2006, houve um editorial intitulado *Geografia da sede* (cf. EDITORIAL, 25 dez. 2011), que deu ênfase à publicação do Atlas Nordeste, elaborado pela ANA, cujo assunto é transversal e não exclusivamente sobre a transposição. Portanto, é tematicamente diferente dos demais editoriais aqui classificados para a análise. Ainda, cabe menção o fato de que parte das subtemáticas abordadas nesse editorial foi também registrada nos editoriais 4 e 5 (adiante, caberá discussão).

## 5.9 NA NARRATIVA DOS EDITORIAIS: OS PARTICIPANTES DO CONFLITO DA TRANSPOSIÇÃO

Neste trabalho, uma análise preliminar foi realizada para se perceber quais foram os indivíduos, grupos coletivos e instituições governamentais mais citados nos editoriais, atentando-se para a constância e recorrência de seus nomes e para o conjunto de suas descrições (Tabela 4). A partir disso, obteve-se uma ideia sobre que sujeitos e grupos foram considerados de maior relevância política à Folha de S.Paulo, ao realizar seu relato sobre o

conflito em torno da transposição das águas do rio São Francisco nos editoriais e que é um reflexo do que ocorre em demais textos do Jornal.

Um ator não foi colocado na Tabela 4 por sua ubiquidade, que é a própria transposição/obra.

Há uma maior quantidade de atores presentes no primeiro e nos dois últimos editoriais. Pela Tabela 4, os atores surgem como se estivessem puxados por dois polos. Há um interessante jogo visual apresentando esses polos quase como opostos estruturais, o que pode ser percebido no equilíbrio demarcado pelas linhas diagonais. Essas diferenças na “escolha” dos atores para compor a descrição do conflito passam, igualmente, por inflexões na elaboração da discursiva editorial.

Os primeiros editoriais (1, 2 e 3) focalizavam as ações do *governo* de modo generalizado. Paralelamente, os atores resistentes foram invisibilizados, justamente no momento, em 2005, em que se dava um intenso processo de fabricação da imagem da transposição como legítima e como fato consumado pelo governo. Esse processo foi corroborado pela narrativa da Folha de S.Paulo, ainda que ela tenha apresentado severas críticas, como por exemplo: apontando no processo do projeto a criação de fatos consumados, passando por cima de aspectos legais; a possibilidade de o projeto desviar recursos públicos de outros projetos importantes, e a possibilidade de que a obra se tornasse um “elefante branco”.

Posteriormente, em 2007, nos editoriais 4 e 5, as críticas mais acentuadas ao projeto referiam-se a uma subjacente crítica ao governo adjetivado *de Lula* e à figura do presidente, em seu segundo mandato. O presidente estava, então, com alto índice de popularidade, já apontando a chance de continuidade de governo em próximas eleições. Essas críticas tanto são produzidas que o último editorial se nominou *Sede de votos*.

Tabela 4. Quem (ou o quê) atua nos editoriais da transposição?

Sujeitos coletivos, indivíduos, personagens personificados, instituições	Ed. 1 20/02/05	Ed. 2 05/10/05	Ed. 3 08/10/05	Ed. 4 01/07/07	Ed. 5 15/12/07
1. O governo	xxxxxxx		x	x	
2. <i>12 milhões de beneficiados</i>	x	x	x		x
3. <u>Ibama</u>	<u>x</u>	<u>x</u>			<u>x</u>
4. Ministério da Integração Nacional	x	x			
5. Lula/presidente da República	x			x	x
<b>6. Técnicos</b>	x			x	
7. Políticos	x			x	
<b>8. Adversários da obra/transposição</b>	x				x
9. Chesf	x				
10. Estados [da federação]	x				
11. Municípios	x				
12. Particulares beneficiados	x				
13. Governos de Minas Gerais e da Bahia	x				
14. A administração	x				
15. Representantes do governo	x				
<b>16. Especialistas</b>			x		x
17. Governo Federal			x		
<b>18. Justiça Federal da Bahia</b>			x		
<b>19. Luiz Flávio Cappio/bispo</b>				xx	xx
20. O governo Lula/O governo de Lula				x	xx
21. Exército				x	x
22. ANA				x	x
23. <i>41 milhões de pessoas/nordestinos</i>				x	x
24. Unicef				x	
25. Jornal Valor Econômico				x	
26. Folha				x	
27. <i>População do semiárido/pobre nordestina</i>				x	
28. Empreiteiras				x	
29. Estado				x	
30. Maré governamental pró-transposição				x	
<b>31. Manifestantes</b>				x	
<b>32. Movimentos sociais</b>					x
<b>33. Igreja Católica</b>					x
<b>34. Agricultores</b>					x
35. Congresso					x
36. Agronegócio					x
37. Escavadeiras do Exército/máquinas					x

Obs. 1: Quando se repete o “x” mais de uma vez na mesma célula é porque a expressão surge mais de uma vez no mesmo texto.

Obs. 2: A partir do contexto dos editoriais, na Tabela 4 se organizam: a) em **negrito** estão os nove atores que poderiam ser lidos como contrários à transposição; b) em *italico* são os três personagens considerados passivos e, c) os que não levam grifo são os 24 atores vistos como a favor da transposição. A instituição Ibama está sublinhada por não se ter identificado exatamente sua posição frente ao projeto nos editoriais (comenta-se adiante).

Obs. 3: A ordem de surgimento dos atores na Tabela foi colocada, em primeiro lugar, em ordem cronológica de publicação dos editoriais e, em segundo lugar, conforme o número de repetições total.

No marco dessa transferência crítica, também se passa a visibilizar Dom Cappio, e há uma referência aos *manifestantes* (editorial 4) e aos *movimentos sociais* (editorial 5). Esses foram depreciados como atores em disputa de ideias políticas na sociedade. O momento histórico da Ocupação do Canteiro de Obras foi resumido a *alguma poeira*. A princípio, no editorial 4, o bispo foi retratado de uma forma mais respeitosa, não era a época de sua greve. Porém, quando Dom Cappio enseja a segunda greve, muda-se o tom sobre ele, ficando pejorativo. Quanto aos movimentos sociais, esse tom negativo se repercute ainda mais.

Os editoriais intermediários 2 e 3 mostram exatamente isso: transições. Eles marcam grande diferença para os editoriais 4 e 5. Somente a partir do editorial 4, inicia-se menção a atores que podem ser identificados como atuantes na resistência à obra. Surgem, então, os *manifestantes* e *dom Cappio* e, por fim, no editorial 5, surge a menção aos *movimentos sociais*. Todos retratados de uma forma muito distante da que possibilitasse ao leitor perceber a caracterização de ações protagonizadas por atores dentro do contexto de uma *rede de resistência popular*, expressão, jamais mencionada.

Deve-se destacar que os atores são diferentes entre si e quase todos dialogam com a transposição/obra. Pode parecer estranha essa escolha, em que se apresentam instituições, parcelas da população, grupos de profissionais, máquinas, trator empreiteiro, movimentos sociais, o presidente da República e um bispo, entre outros, enumerados juntos (ou seja, com exceção de Dom Cappio e de Lula, trata-se no mais das vezes de reificações e fetichizações), mas, ao se ler os editoriais vê-se, claramente, que são eles que atuam na narrativa criada pela Folha de S.Paulo.

O grande marcador é a diminuição do peso do Estado e do governo registrado no editorial 1 e a entrada da resistência popular contra a transposição nos dois últimos.

### 5.9.1 A resistência popular segundo os editoriais

A resistência popular não é mencionada nos três primeiros editoriais. Nesses, há sim, indicação de controvérsias, dúvidas, desacordos e conflitos em torno da transposição. Porém, os atores discordantes são citados de forma a não permitir identificar quem são exatamente esses sujeitos por estarem escondidos em denominações genéricas, à exceção da Justiça Federal da Bahia.

No primeiro editorial, surgem os termos *opositores à obra*, *técnicos*, *adversários da obra/transposição*. Entende-se que esses atores se remetem a funcionários do governo e aos grupos de políticos contra a obra. Até esse período, algumas das ações da rede de resistência popular contra a transposição já tinham alcançado alguma publicização, na Folha de S.Paulo, mas nem tanto quanto depois da primeira greve.

No segundo editorial, nada é mencionado sobre adversários ao projeto. Fala-se em *dúvidas e falta de esclarecimentos*. No terceiro, surgem como opositores à obra, os *especialistas*, sem mencionar-se a quais instituições ou movimentos sociais possam pertencer e/ou apoiar, e a *Justiça Federal da Bahia*, mas, sem a menção sobre que grupos estavam envolvidos para que essa tivesse se manifestado contra a obra. Chama atenção o total silenciamento sobre ações da sociedade civil, uma vez que o segundo e o terceiro editoriais foram motivados pela greve de fome de Dom Cappio, e que nem mesmo essa tenha sido mencionada.

O quarto editorial, publicado na época da Ocupação do Canteiro de Obras, marca uma mudança de discurso em que a resistência popular sai da esfera do anonimato para a de sujeito, contudo, representada pejorativamente. Surge a palavra *manifestantes*. Não é dito que houve uma ocupação, que o número de manifestantes era grande e diversificado. Toda ação foi resumida a “fechavam parte da vala com pás e picaretas. Levantaram alguma poeira”. E Dom Cappio foi citado duas vezes, como tendo paralisado “a maré governamental pró-transposição”, mas limitando isso aos 11 dias da greve. Também, aparece como agente a quem a revitalização foi prometida, mas não se relembra, nesse editorial, o descumprimento quanto ao amplo diálogo com a sociedade como acordado com a Presidência.

O quinto editorial foi publicado durante a segunda greve de fome de Dom Cappio. Nele, nomina-se um pouco melhor a resistência, sai o nome de teor genérico *manifestantes* para entrar o nome um pouco menos genérico *movimentos sociais*. E tanto Dom Cappio quanto os movimentos sociais são descritos com uma imagem mais negativa que a apresentada no quarto editorial.

O termo *adversários da transposição* que, no primeiro editorial, remeteu a frações do Estado e a representantes políticos, dessa vez é postulado para os movimentos sociais e para Dom Cappio. Da mesma forma, os *especialistas* surgem como apoiadores dos *adversários da obra* e não como os próprios adversários.

Os *adversários da obra* surgem apelando para “medidas extremas”, que se exemplificam com a retomada da greve de Dom Cappio. Os movimentos sociais surgem sob tutela da Igreja Católica e, conjuntamente, “demonizam” o agronegócio:

*5º Editorial:* Adversários da transposição, diante do fato consumado, recorrem a *medidas extremas*, como a retomada da greve de fome de dom Luiz Flávio Cappio, bispo de Barra (BA). Alegam, com apoio de vários especialistas, que o projeto não equaciona os verdadeiros problemas do rio e da população que dele depende, como a poluição da água. Afirmam, ainda, que ela não chegará às pessoas que mais precisam, mas servirá de modo preferencial aos grandes projetos de irrigação – o agronegócio

*demonizado por movimentos sociais com apoio da Igreja Católica.*  
(grifo nosso).

É digno de menção que essa entrada da resistência popular no espaço narrativo do editorial também responde mais a aspectos próprios da conjuntura do que talvez à boa vontade dos editores. O gesto de Cappio e o grande apoio popular que ele recebeu, mas também de classe média intelectualizada, podem ter refletido no fato do Jornal ter modificado sua estratégia.

Do silenciamento, ocultação na narrativa da transposição, muda-se para uma nomeação precavida por estratégias textuais de contenção, expurgo do outro, com inversões e substituições de caráter marginalizante e de deslegitimação de suas ações e objetivos. Isso dá respaldo à direção textual a uma imagem que criminaliza a resistência popular verificada em outras partes do Jornal.

#### 5.9.2 Outros atores nos editoriais

No primeiro editorial, intitulado *Águas do São Francisco* (EDITORIAL, 20 fev. 2005), o assunto transposição é de agência quase exclusiva de *o governo*, que surge de forma genérica e amorfa, assim, repetido seis vezes ao longo do texto, em que se compreende que se trata de uma referência ao governo federal. O termo *o governo* surge também no terceiro editorial. Subjacente à utilização totalizadora de algo bastante complexo, *o governo*, silencia-se a ausência de pacto federativo em torno da transposição e ainda a anuência das comunidades indígenas, passando também pelo jugo do Congresso Nacional como versa a Constituição Federal (art. 48 e 231).

Na produção desse efeito de ocultação, quando é mencionado *o governo de Minas Gerais e da Bahia*, não exatamente eles surgem como opositores à obra mas, de modo simplista, levantando *uma questão técnica* sobre a piscosidade e a diminuição de vazão do rio já deteriorado:

*1º Editorial:* Há ainda uma questão técnica, levantada sobretudo pelos governos de Minas Gerais e da Bahia. Mesmo com uma captação mínima de 26 m<sup>3</sup> por segundo, a transposição afetaria a piscosidade e a vazão de um rio que já está a exigir, antes de mais nada, investimentos para melhorar suas condições.

Embora seja de notório conhecimento que os governos desses dois estados, assim como, o de Sergipe e de Alagoas, posicionaram-se contra o projeto, nesse período, veementemente, é necessário relativizar que a oposição hegemônica dentro desses governos é formada menos por uma questão técnica ou por defesa socioambientalista e mais por questões de correlação de forças político-partidárias e econômicas, como as relacionadas aos projetos de irrigação.

O termo *o governo* foi verificado como o mais escorregadio e de cuidadoso uso dentro dos editoriais e, portanto, um dos mais difíceis para a análise. É um termo sempre útil em estratégias de legitimação, e, além disso, tem efeito universalizante. Esconde acordos institucionais que são do interesse de alguns indivíduos e os apresenta como se fossem de todos. Desloca a atenção do leitor fazendo confundir o Estado com os grupos dominantes dentro desse. Faz desaparecer os vários agentes individuais e os conflitos internos à gestão, para desembocar na criação de uma simbolização da unidade.

*1º Editorial:* O governo pretende iniciar em breve o projeto de transposição / O governo afirma ter entregue a questão à Chesf / O governo responde acenando com um plano de revitalização no qual já estaria investindo R\$ 127 milhões. / O governo publicou editais de concorrência para os 14 lotes / Ela centraliza recursos que o governo poderia pulverizar para atender outras demandas regionais. / resta ao governo dissipar as dúvidas.

*3º Editorial:* seria desejável que o governo adiasse o início da obra.

O termo *governo* também surgiu de diversas outras formas, mas não exatamente como sujeito operador de uma ação seguida na frase (*a representantes do governo/maior obra do governo/fim do atual governo/subsistem no governo visões conflitantes*), como acima se confere. Essas formas surgiram, principalmente, entre o primeiro e o terceiro editorial.

Nessas substituições se escondem vários atores que buscam legitimar e alavancar o projeto. Alguns deles aparecem nos textos, às vezes, também como metonímias, em que se substitui o órgão/instituição por seu dirigente ou colegiado, confundindo novamente Estado e governo, como: Ministério da Integração Nacional, Lula, a Chesf, estados da federação – ou seja, o executivo e parte do legislativo dos estados do CE, PB, RN, PE (e no primeiro editorial, AL, por engano); parte dos municípios (como os prefeitos desses municípios); a administração (aparentemente o primeiro escalão de partes do executivo); políticos (provavelmente parte da bancada governista, técnicos), técnicos do Estado (aparentemente; representantes do Governo); o Exército e a ANA.

Citado seis vezes somente no primeiro editorial, o ator *o governo*, transformado assim em ser monolítico, perde força narrativa à medida que as ações de resistência ao projeto efetuadas pela resistência popular ao projeto impelem a uma narrativa que explicita dúvidas, ou em outros termos, as clivagens internas e substituições que opera. No último editorial, no lugar do impulsor principal do projeto, surge um sujeito bem mais restrito: o governo (de) Lula.

O segundo ator mais citado, que aparece em quatro editoriais, é *12 milhões de beneficiados*. Ator mudo, pelo qual todos os que compõem o *governo* falam. Entretanto, como na célebre frase de Marx:

Eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados. O seu representante precisa entrar em cena ao mesmo tempo como o seu senhor, como uma autoridade acima deles, como um poder governamental irrestrito que os proteja das demais classes e lhes mande chuva e sol lá de cima. (2011, p.143).

Esse ator tem a função de elemento legitimador do projeto. Ninguém sabe exatamente sua feição, mas há uma disputa por ele. *12 milhões de beneficiados* é o oposto estrutural de *o governo*; enquanto um é hiperpassivo, o outro superatua. Chama atenção que os 12 milhões estejam sempre ressaltados como *beneficiados* por todos os editoriais. Apenas o último editorial faz uma aproximação de crítica a esse número, na expressão “parece exagero”.

*1º Editorial:* um sistema de 700 km de canais para *beneficiar* 12 milhões de pessoas no semi-árido do Nordeste.

*2º Editorial:* A versão oficial sustenta que a transposição *beneficiará* 12 milhões de pessoas. Por meio de um sistema de 700 km de canais, as águas chegariam a quatro Estados.

*3º Editorial:* para sua implantação seria necessário desviar apenas 1,4% do volume hídrico do rio, para *benefício* de cerca de 12 milhões de pessoas.

*5º Editorial:* A PROPAGANDA do governo Lula quer fazer crer que o projeto de transposição do rio São Francisco vai transformar o sertão semi-árido num mar de água doce encanada. Uma população de 12 milhões de pessoas seria *beneficiada*, ao custo total de R\$ 4,5 bilhões. / Parece também exagero a cifra de 12 milhões de *beneficiários*, em realidade toda a população urbana na área das bacias receptoras.

Se os 12 milhões surgem sempre ressaltados como os beneficiários, outro número semelhante por sua função legitimadora, os 41 milhões do *Atlas Nordeste* (BRASIL, ANA, 2006) é descrito pela sua antítese, amparado não exatamente pelo benefício, mas pelo temor ao cenário catastrófico, caso uma série de projetos capilarizados por todo Nordeste não se realize a tempo. A representação surge em relação às pessoas que “correm risco de ficar sem água suficiente até 2025” e ao que os “41 milhões de nordestinos poderão enfrentar insegurança hídrica”. Em termos de marketing, dizer que as comunidades serão beneficiadas é bem melhor que anunciá-las como alvo de catástrofe.

*4º Editorial:* Em dezembro [2006], a Agência Nacional de Águas (ANA) divulgou *previsões sombrias* em seu “Atlas Nordeste”: 41

milhões de pessoas, em 53% dos municípios do Nordeste, *correm risco de ficar sem água suficiente até 2025*.

*5º Editorial:* [...] a própria Agência Nacional de Águas (ANA) alertou em seu "Atlas Nordeste", um ano atrás, que 41 milhões de nordestinos poderão *enfrentar insegurança hídrica* se não forem realizadas obras adicionais -ao custo de R\$ 3,6 bilhões [...]. (grifo nosso).

É oportuno esclarecer que o Atlas Nordeste como estudo realizado pelo governo federal, especificamente pela ANA, tem servido de subsídio argumentativo tanto aos defensores da transposição (sobretudo representantes de alto escalão da ANA e do MI) quanto àqueles que são contrários à obra. Para os primeiros, as obras recomendadas no Atlas seriam complementares, *integradas* à transposição, e não uma própria alternativa ao empreendimento. Já para parte dos integrantes da rede de articulação popular contra a transposição, as ações previstas no Atlas seriam uma concreta possibilidade de alternativa à obra (em que se acresceriam outros projetos gestados e geridos pelas comunidades do semiárido fortalecidas com o apoio do Estado). Essa última posição é silenciada nos editoriais da Folha de S.Paulo. Eles não explicitam que as obras recomendadas no Atlas poderiam ser uma alternativa à transposição, embora defendam a importância da realização dessas obras.

Outro ator, o Ibama, tem uma atuação peculiar por ser descrito como um artefato onde se guarda o poder de criação ou destruição de que todos os outros atores tentam apoderar-se: as licenças ambientais. Essa redução e substituição, em que a função de licenciar se sobrepõe a todas as outras, como fiscalizar, elaborar estratégias de preservação, selecionar áreas estratégicas de conservação, reflete-se em outras narrativas sobre o Ibama e sobre o Estado como gerencial à serviço do capital. Nessa esfera, recorrentemente o Ibama surge representado na ordem de palavras, como, problema, obstáculo, empecilho, barreira.

*1º Editorial:* O governo publicou editais de concorrência para os 14 lotes em que os canais foram divididos antes de um aval preliminar do Ibama.

*2º Editorial:* O Ibama deve conceder nesta semana a licença que autoriza o início das obras [...] trata-se da única pendência

*5º Editorial:* [o governo de Lula] tem sido bem-sucedido na *superação das barreiras institucionais* que poderiam se *contrapor* à obra, [...] obtendo do Ibama, em março deste ano, a licença de instalação do empreendimento. (grifo nosso).

Lula e Cappio formam o outro par estrutural. Um, como chefe da *administração*, é quem "atropela regras que ela mesmo estabeleceu", enquanto o outro, em suas "medidas

extremas”, tenta preservar as regras que a primeira cria. Um é ilegal, é seu privilégio, o outro legal, por isso extremado.

*1º Editorial:* Lula [...] diz encarar a obra como um "legado pessoal à região".

*5º Editorial:* o desvio de verbas e o risco usual de que a obra bilionária termine abandonada quando Lula deixar o cargo / Adversários da transposição, diante do fato consumado, recorrem a medidas extremas, como a retomada da greve de fome de dom Luiz Flávio Cappio [...].

No terceiro editorial, surge a *Justiça Federal da Bahia*. É o primeiro indício seguro de que novos atores estavam entrando no espaço do editorial: o judiciário só se move se instigado. O judiciário estava substituindo outro ator, a rede de resistência e políticos contra a obra. A Justiça Federal da Bahia acatou uma demanda da sociedade civil que impetrou ação civil pública contra a realização da obra.

*3º Editorial:* A Justiça Federal da Bahia suspendeu em liminar a licença ambiental necessária para o início das obras devido a deficiências no diagnóstico da flora e da fauna da área e na precariedade do levantamento dos sítios arqueológicos que podem ser afetados. Além disso, teria havido irregularidades nas audiências públicas que deveriam informar e consultar a população local a respeito do empreendimento.

Os significados associados e atores subsumidos em *Adversários da obra/transposição* também indicam uma clara mudança entre o primeiro e último editoriais. No 1º editorial, são citadas frações de *o governo*, partes de *a administração e políticos* que viam seus interesses afetados. No último, tem-se *Cappio, especialistas* (que se compreende como técnicos independentes a diferença do 1º editorial) e ainda surgem os *movimentos sociais* e a *Igreja Católica* (em que aqui se entende como a ala vinculada à Teologia da Libertação).

*1º Editorial:* a motivação recôndita de uma parcela significativa de adversários da obra. Ela centraliza recursos que o governo poderia pulverizar para atender outras demandas regionais. A transposição secará fontes financeiras, o que evidentemente gera e gerará protestos

*5º Editorial:* Adversários da transposição, diante do fato consumado, recorrem a medidas extremas, como a retomada da greve de fome de dom Luiz Flávio Cappio, bispo de Barra (BA). Alegam, com apoio de vários especialistas, que o projeto não equaciona os verdadeiros problemas do rio e da população que dele depende, como a poluição da água. Afirmam, ainda, que ela não chegará às pessoas que mais precisam, mas servirá de modo preferencial aos grandes projetos de irrigação – o agronegócio demonizado por movimentos sociais com apoio da Igreja Católica.

O ator chave para essa discussão e que marca a principal diferença deste último editorial em relação aos outros, os movimentos sociais, surge, pela primeira e única vez, espremido entre o agronegócio e a Igreja Católica. Emerge sem muitas explicações e com muita contenção textual. Finalmente, os movimentos sociais aparecem diferenciados de *adversários da obra*, de manifestantes, não mais ocultos por *Judiciário da Bahia*, com uma relação mais direta com *especialistas*, todavia como se fossem tutelados pela *Igreja Católica* e em uma relação invertida de legitimação narrativa com o *agronegócio*.

Uma aparição tão incômoda dessa haveria de vir contida de antemão da expressão batalhões do Exército. Aparenta-se aí uma estratégia narrativa de “restauração da ordem” em que se cria um inimigo, ao mesmo tempo criminalizado e como se fosse externo à nação.

*4º Editorial: A CONTROVÉRSIA sobre a transposição do rio São Francisco começou a ser enterrada há duas semanas, em Cabrobó (PE), por escavadeiras do Exército. As máquinas inauguravam a obra civil orçada em R\$ 3,3 bilhões.*

Na esteira do trator empreiteiro do governo Lula, uma semana depois, manifestantes fechavam parte da vala com pás e picaretas. Levantaram alguma poeira. Perto dali, o Velho Chico seguia seu curso, mais morto que vivo.

*5º Editorial: As obras, ao menos, já começaram. / Em junho, batalhões do Exército iniciaram escavações preliminares em Cabrobó (PE) / [...] o agronegócio demonizado por movimentos sociais com apoio da Igreja Católica).*

## 5.10 ANÁLISE DE DISCURSO SOBRE A RESISTÊNCIA NOS EDITORIAIS

Para exame crítico dos cinco editoriais, partiu-se da base teórica elencada anteriormente e de alguns questionamentos, como emerge nos editoriais: a) o aparecimento ou não de atores da resistência popular; b) o aparecimento da organização de ações e protestos; c) a legitimidade de reivindicações e argumentações da resistência; d) o tipo de descrição e, e) a valoração dos atores/ações da sociedade civil.

Para tanto, foram utilizadas frases ou fragmentos de frases, em que ocorrem construções semânticas que abordam, implícita ou explicitamente, a resistência popular à transposição. Esse material foi colocado em quatro quadros que entrelaçam as questões antes apresentadas para, então, se subsidiar esta análise de discurso.

### 5.10.1 Águas do São Francisco: 1º Editorial (20/05/2005)

Esse editorial é do início de 2005, portanto, anterior às greves de fome. Basicamente, preocupa-se com o debate político.

Para compreender o primeiro editorial (20 fev. 2005) como reflexo e parte integrante de uma conjuntura jornalística trabalhada pela Folha de S.Paulo, aqui se resgatam algumas das matérias publicadas nesse período pelo impresso e um pouco da similaridade ideológica, também operada pelo Jornal Nacional no período correlato.

Em janeiro de 2005, uma matéria do Jornal intitulada *Infra-estrutura: Obra no rio São Francisco atrasa e só começa em abril* ressaltava um tom de indignação quanto ao atraso e à diminuição de recursos públicos para ela: “[...] Além de representar um atraso de três meses, o Orçamento destinou um recurso 36,5% menor que o divulgado em 2004, totalizando R\$ 635 milhões.” (STRAUSS, 14 jan. 2005). Assim, a Folha de S.Paulo iniciava o ano de 2005 explicitando a posição do veículo quanto à execução da obra – a transposição deveria ocorrer o mais rápido possível.

Essa matéria parece ser chave ao entendimento de como a FSP retratou a defesa do projeto pelo MI e pelo MMA, na confluência desses com as forças populares. Nessa reportagem, exibem-se mostras do jogo político envolto na transposição: a) a revitalização surge como uma moeda de troca para responder às contestações de ambientalistas e para compor a retórica de legitimação do projeto; b) mostra-se os *trabalhadores*, de forma genérica (ainda que em um ponto se ilustre a Contag), preocupados em participar da gestão das águas depois da obra realizada, em uma inversão dos objetivos posicionados pelos movimentos sociais sobre o projeto (que deveria ser cancelado de vez, portanto, não havia perspectiva da obra como fato consumado tornando absurda a ponderação sobre a participação desse segmento depois da obra realizada), c) surge a ministra Marina Silva, conhecida por sua relação estreita e de confiança com movimentos sociais, desculpando-se sobre o atraso no licenciamento ambiental e ainda justificando-o sob o argumento de terem sido canceladas algumas audiências públicas (leia-se: cancelamentos realizados com o apoio da organização popular).

Na maior parte do texto, são repetidos os conhecidos chavões utilizados pelos defensores da transposição já analisados acima. Em nenhum momento, a resistência popular ou a sociedade civil organizada aparecem claramente. A estratégia geral une a dissimulação, deslocando o debate, combinada com uma racionalização narrativa, pela repetição de ideias prontas (Tabela 2) e uma afirmação narrativa do poder de *o governo*, como antes comentado.

Para essa análise que se preocupa com a criação de um debate sobre como a sociedade civil e em particular, os movimentos sociais são representados, foram selecionados os dois trechos abaixo, por serem os únicos que permitem alguma análise alusiva à sociedade civil; afinal, todo silenciamento deixa rastros.

Sobre o trecho “[a transposição] tem gerado ruidosas controvérsias entre técnicos, políticos e representantes do governo”, percebe-se que a sociedade civil/resistência popular

que motiva o debate contra a transposição é substituída por “técnicos, políticos e representantes do governo”. Não se trata apenas da sinédoque, pois no encadeamento discursivo não se sabe quem representa a sociedade civil. Talvez, entre os técnicos haja a possibilidade de alguns não concordarem com o projeto e que não sejam do governo. Segue-se uma standardização, como também será percebida em outros editoriais, a de ocultação do protagonismo dos movimentos sociais e/ou de suas demandas por eles mesmos.

A expressão “ruidosas controvérsias” reduz o debate a ruído: ser ruidoso é uma qualidade associada a quem não sabe se expressar e que assim não pode exercer poder.

Um segundo trecho destacado desse editorial foi:

*1º Editorial:* [...] a motivação recôndita de uma parcela significativa de adversários da obra. Ela centraliza recursos que o governo poderia pulverizar para atender outras demandas regionais. A transposição secará fontes financeiras, o que evidentemente gera e gerará protestos.

Nota-se que a sociedade civil pode estar subsumida em “uma parcela significativa de adversários da obra”. Essa expressão quer simbolizar uma unidade, mas no contexto do editorial, mostra-se uma expressão usurpadora. Pode conter tanto movimentos sociais como governadores contrários à transposição e ao fato de que essa *secará fontes financeiras*.

Como parte dessa usurpação, verifica-se que os atores da rede de resistência não tem voz. Os protestos são de políticos em conflito por verbas do governo federal. Mas também são desqualificados pela expressão *motivação recôndita*.

Sobre a apresentação dos argumentos, aqui se nota que a crítica levantada pela Folha de S.Paulo sobre a transposição, na probabilidade de gerar desvio de verbas, é muito importante, mas não é um tipo de argumento forte para persuadir que o projeto não é de interesse público, devido à própria banalização da prática de desvio de verbas no país.

Como parte do desvio do foco da resistência está a *outra parcela de adversários* não nominada e que tem outros motivos igualmente silenciados.

Quadro 4. Águas do São Francisco – 20 de fevereiro de 2005 – 1º Editorial

Expressões / Elementos a analisar	Atores da resistência	Ações e protestos	Legitimidade de reivindicações, argumentos	Tipo de descrição	Valoração dos atores/ações
[a transposição] tem gerado ruidosas controvérsias entre técnicos, políticos e representantes do governo	A sociedade civil/resistência popular que motiva o debate contra a transposição é substituída por “técnicos, políticos e representantes do governo”. Não se trata apenas da sinédoque, pois, no encadeamento discursivo não se sabe quem representa a sociedade civil. Talvez dentro de técnicos haja a possibilidade de aí estar alguns que não concordam com o projeto e não são governo. Segue-se uma estandardização, como também será percebida em outros editoriais, a de ocultação do protagonismo dos movimentos sociais e/ou de suas demandas por eles mesmos.			A expressão “ruidosas controvérsias” reduz o debate a ruído: ser ruidoso é uma qualidade associada a quem não sabe se expressar e que assim não pode exercer poder.	
a motivação recôndita de uma parcela significativa de adversários da obra. Ela centraliza recursos que o governo poderia pulverizar para atender outras demandas regionais. A transposição secará fontes financeiras, o que evidentemente gera e gerará protestos.	A sociedade civil pode estar subsumida em “uma parcela significativa de adversários da obra”. Expressão que quer simbolizar uma unidade mas que, no contexto do editorial, mostra-se uma expressão usurpadora. Pode conter tanto movimentos sociais como governadores contrários à transposição e ao fato de que essa <i>secará fontes financeiras</i> .	Há uma usurpação: atores da rede de resistência não tem voz. Os protestos são de políticos em conflito por verbas do governo federal. Mas também são desqualificados pela expressão <i>motivação recôndita</i> .	A crítica sobre a possibilidade de desvio de verbas que poderiam servir para atender demandas regionais é importante, porém, é um argumento fraco na persuasão para convencer a sociedade de que um projeto não é de interesse público devido à própria naturalização da prática de desvio de verbas por uma sociedade.	Ocultação: Há <i>outra</i> parcela de adversários não nominada que tem outros motivos.	

Fonte: Organizado pela autora.

### 5.10.2 Dúvidas na transposição: 2º Editorial (05/10/2005)

O segundo editorial, intitulado Dúvidas na transposição (05 out. 2005), veiculado na semana prevista para emissão da Licença de Instalação pelo Ibama e, durante a greve de fome de 2005, não menciona essa última. O mote do editorial é a licença do Ibama.

Em nenhum momento a resistência popular aparece, embora seja claro que o editorial foi motivado pela greve de fome que já durava dez dias. Não se pode dizer que houve um silenciamento do Jornal a esse respeito, afinal, ele publicou dezenas de matérias sobre o tema. No entanto, no espaço editorial, sim, o silenciamento se faz.

Nada é mencionado sobre a resistência contra transposição no segundo editorial ou algo que se possa inferir nessa direção. Por isso, esse é o único editorial sem quadro analítico, dada a ausência de subsídio semântico.

O editorial centra-se em “dúvidas sobre a relevância do projeto”, as quais não haviam sido esclarecidas a contento. Mas não fica claro quem são os sujeitos das dúvidas. Tais dúvidas elencadas no editorial – gerenciamento do sistema, o impacto na produção de energia hidroelétrica e a continuidade da obra após o governo de Lula – também são temas debatidos pela resistência embora, a partir de pontos de vista diferentes.

O tom do editorial não indica discordância quanto ao mérito da realização da obra que “beneficiará a 12 milhões” e que “O objetivo de levar água ao semi-árido é louvável”. Repetiram-se chavões de modo similar ao primeiro editorial, como esse próprio: “Não há dúvida de que o objetivo de levar água ao semi-árido é louvável.”

Cumpre comentar que, no dia do segundo editorial, também foi publicada a terceira capa com fotografia sobre a greve de fome, ocasião em que se destacou em capa, pela primeira vez, Dom Cappio não somente como força religiosa, mas também política. Ao mesmo tempo, ele é apoiado e movimenta uma diversidade de forças populares resistentes.

### 5.10.3 Mar de controvérsia: 3º Editorial (08/10/05)

O terceiro editorial, intitulado Mar de controvérsia (08 out. 2005), também foi motivado pela greve de fome. Ele é mais complexo que os anteriores em termos argumentativos. Nele, ainda se observa a ausência de referências aos movimentos sociais e à sociedade civil.

Na passagem “[a transposição] suscita cada vez mais controvérsia. Há argumentos defensáveis apresentados pelas duas partes em conflito”, percebe-se que um grande número de posições é apresentado como apenas duas partes em conflito. Mais adiante, o editorial enumera os *especialistas* e a *Justiça Federal da Bahia* como atores da controvérsia. A palavra *defensáveis* surge para dar um tom de imparcialidade ao editorial, tanto aos argumentos de quem é contra quanto a favor da transposição.

Presencia-se, no tipo de descrição do editorial, a sequência da padronização que simplifica e reduz o debate. Os diversos grupos de interesse favoráveis e os diversos grupos contrários são reduzíveis a um único discurso. Quanto à valoração dos atores/ações, o editorial, ao expressar que existe um conflito, segue a linha narrativa de deslegitimar quem sustenta o conflito por parte da sociedade civil, como poderá ser verificado nos próximos trechos analisados.

Destaca-se a seguinte passagem:

*3º Editorial:* Especialistas dizem que os estudos para a obra privilegiaram a questão da quantidade de água a ser desviada do rio, mas teriam negligenciado a avaliação do impacto sócio-econômico da transposição sobre a região. O que fazer, por exemplo, com comunidades que vivem da sazonalidade das águas quando essa sazonalidade acabar?

Os atores da resistência são citados diante de uma redução da enorme quantidade de atores críticos ao projeto, descritos apenas como especialistas. As ações e protestos aludidos não são de atores das próprias comunidades ou dos diversos movimentos sociais elucidando seus problemas, como o da possível perda da “sazonalidade das águas”. O editorial indica ser essa uma preocupação de especialistas. São eles que falam pelas comunidades.

Descrevem-se as argumentações dos especialistas de tal forma que o problema social parece ser de um outro e de um outro “subalternizado”, remetendo-se às *comunidades que vivem da sazonalidade*. Todavia, não há um cuidado ao descrever essa argumentação, que não diz respeito somente ao que a transposição poderia impactar mas, inclusive, se refere a uma problemática atual devido ao fluxo artificializado dos rios regido pela operacionalidade das barragens, como no vale do rio São Francisco e do rio Jaguaribe.

A descrição confunde as práticas de trabalho de ribeirinhos, portanto, práticas de distintas culturas de comunidades que se relacionam com a sazonalidade da cheia e vazante em rios perenes e intermitentes. Sazonal é relativo à estação do ano e isso não se acabará. É uma usurpação mal feita do discurso dos “especialistas” que faz parecer tratar-se de um problema apenas ecológico, quando ele é socioambiental e de fundo político-econômico expandido. No jogo de ocultação dos “especialistas”, talvez se insira o geógrafo Ab’Sáber, professor emérito da USP, portanto, não se trata de um especialista genérico. O professor que, por muitas vezes, se pronunciou contra a transposição, teve um artigo veiculado na própria Folha de S.Paulo, no mesmo dia da publicação do primeiro editorial aqui analisado, e abordou com propriedade essa temática (AB’SÁBER, 20 fev. 2005).

A cultura de vazante possui importância central no *modus vivendi* de ribeirinhos como os que habitam o vale do São Francisco e do Jaguaribe. Nela, costuma-se plantar feijão, arroz, batata, milho, entre outros víveres. Com isso, coopera-se para abastecer, como

menciona Ab'Sáber em outro trabalho, um dos sistemas socioeconômicos mais eficientes já registrados na vida das vilas e cidades do sertão nordestino, que é o das feiras livres, tão fundamental que ultrapassa em importância “toda a soma de ações governamentais dirigidas ao Nordeste em diferentes tempos” (1998, p. 43).

O editorial inicia uma argumentação em direção à defesa socioambiental, denunciando que os estudos da transposição negligenciaram os impactos socioambientais, porém o faz a partir de um erro conceitual e de um processo de *expurgo do outro*, em que se desconsideram os impactos sociais em comunidades ribeirinhas.

Essa imprecisão em um texto tão elaborado como o editorial dá mostras da falta de interesse de perceber ou ocupar-se com a enorme quantidade de situações diferentes que as diversas comunidades na calha principal, em afluentes perenes, e na região cortada pelos canais e rios que serão perenizados, sofrerão. E não somente devido à perda das culturas de vazante, o que é uma eufemização para todo o conjunto de problemas sociais que se recrudescem com a construção dos grandes empreendimentos em rios.

É um processo que legitima, do ponto de vista da classe dominante, a expulsão de comunidades tradicionais. Para tanto, menosprezando-se ou invisibilizando-se o processo: de rompimento do tecido social, familiar e de laços de vizinhança, de quebra abrupta da cultura das comunidades. Como se apenas restasse a elas ceder passivamente, resignarem-se, diante do largo passo dos grandes projetos - o qual se quer demonstrar inelutável.

O próximo parágrafo analisado dentro desse editorial é o que mais realiza uma aproximação em direção à resistência composta pela sociedade civil organizada:

*3º Editorial:* Como se não bastasse a *suspeita dessas lacunas*, o projeto enfrenta ainda um *obstáculo jurídico*. A Justiça Federal da Bahia suspendeu em liminar a licença ambiental necessária para o início das obras [Licença Prévia] devido a deficiências no diagnóstico da flora e da fauna da área e na precariedade do levantamento dos sítios arqueológicos que podem ser afetados. Além disso, teria havido irregularidades nas audiências públicas que deveriam informar e consultar a população local a respeito do empreendimento. (grifo nosso).

A expressão “suspeita dessas lacunas”, usada para se referir a negligências na avaliação do impacto socioeconômico, reitera a eufemização presente na argumentação do texto. Não se questiona de forma direta os graves problemas socioambientais existentes bem como os que a transposição cria, preferindo-se representá-los como apenas *suspeita de lacunas*. Essa expressão é justamente a que abre o mesmo parágrafo em que há a descrição sobre a Justiça Federal da Bahia, por sua vez, introduzida como “obstáculo jurídico”.

Portanto, parte-se para uma deslegitimação dessa instituição jurídica, que seria fonte de “obstáculos” a impedir ou atrapalhar o andamento do projeto de transposição. Desvaloriza-se a Justiça Federal da Bahia por uma inversão. Acusar parte do judiciário de criar obstáculos é justamente retirar dele sua função precípua de defender os preceitos legais. Assim, ainda que seja apropriada a menção sobre parte dos motivos pelos quais a Justiça Federal da Bahia movimentou-se, como a questão de que “teria havido irregularidades nas audiências públicas”, isso se coloca como uma barreira a se galgar.

É oportuno discriminar que, antes mesmo da convocação dessas audiências, necessárias como etapa obrigatória a liberação da Licença Prévia (consoante Resolução do Conama 001/86), iniciou-se uma batalha de liminares em torno da transposição ao que decorre até o presente momento, operando-se a permanente judicialização do conflito. Ainda existem 12 ações estacionadas no STF e que por ele já deveriam ter sido levadas a mérito. Legalmente, o projeto de transposição tem consagrado seu andamento com base em uma liminar concedida pelo STF no final de 2007.

Na época desse editorial, do lado contra o estavam o Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual (Bahia, Sergipe e Minas Gerais), conjuntamente, interpondo demandas de diversas organizações da sociedade civil. Inclusive, desde 2002, já atuava a Coordenadoria Interestadual das Promotorias de Justiça do São Francisco estudando e auxiliando nas argumentações jurídicas em torno da transposição.

Dessa forma, a Justiça Federal da Bahia surge de forma metonímica por estar no lugar de quem estava representando, de quem demandou a realização de ações civis públicas. Esse efeito, mais uma vez, oblitera a diversidade de grupos da sociedade civil organizada contra a obra.

No dia 5 de outubro de 2005 (um dia antes do término da greve de fome), houve concessão de liminar, pela Justiça Federal da Bahia, suspendendo os efeitos da Licença Prévia e das licitações que já transcorriam. Nesse caso, devido a uma ação civil pública impetrada conjuntamente, por instâncias jurídicas da Bahia (MPE, MPF), pelo Fórum Permanente de Defesa do São Francisco e outras entidades (KHOURY, 2005). Essa foi a liminar que impediu o andamento das obras até dezembro de 2006, quando o STF em decisão monocrática liberou as obras.

Entre as ações interpostas, interpelava-se aos seguintes fatos: quanto ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos ter-se sobreposto às decisões do Plano de Bacia do São Francisco aprovado no cumprimento das responsabilidades do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco (conforme determina o art. 38 da Lei 9433/97); quanto ao EIA ter sido mal elaborado em inúmeros de seus pontos, tendo, por exemplo, omitido seis etnias indígenas a serem impactadas diretamente, bem como, “*são desconsiderados os 34 povos indígenas, 153 comunidades quilombolas que habitam a Bacia*” (KHOURY, 2005), portanto, invalidando sua

seriedade para uma apreciação em audiências públicas, que deveria ser regida pela defesa de direitos humanos e ambientais; quanto a caber ao Congresso Nacional proceder sanção sobre o projeto de modo geral, verificando consenso de pacto federativo e a relevância social do empreendimento, por tratar-se de interesse da União, especialmente no que diz respeito a “IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento” (art. 48, corroborado pelos art. 58 e 165 da CF); quanto às comunidades indígenas não terem sido informadas e consultadas e quanto ao Congresso Nacional não ter julgado esse caso em específico (contrariando-se aos: art. 231 e art. 49 inciso XVI da CF; art. 13 a 18 da OIT 169).

Todas essas observações tratam de violações às normas legais do país e de supressão de etapas que deveriam ter sido cumpridas antes mesmo da convocação das audiências públicas, eivadas de irregularidades em si mesmas. Essas foram convocadas de modo a não permitir a participação popular, tanto por terem sido anunciadas com apenas oito dias de antecedência e como por situarem-se somente nas capitais dos estados. Impossibilitando à enorme diversidade étnica e cultural, aos indivíduos e organizações interessados – grande maioria que não vive nas capitais – a acudirem a essas reuniões. Lembra-se que o Estado não paga as expensas dos participantes, mais uma vez agudizando esse processo que se nomeia expurgo do outro.

Quadro 5. Mar de controvérsia – 8 de outubro de 2005 – 3º Editorial

Expressões/ Elementos a analisar	Atores da resistência	Ações e protestos	Legitimidade de reivindicações, argumentações	Tipo de descrição	Valoração dos atores/ações
suscita cada vez mais controvérsia. Há argumentos defensáveis apresentados pelas duas partes em conflito.	Um grande número de posições é apresentada como apenas duas partes em conflito. Mais adiante o editorial enumera os <i>especialistas</i> e a <i>Justiça Federal da Bahia</i> como atores importantes da controvérsia.		A palavra <i>defensáveis</i> surge para os argumentos de quem é contra a transposição, contrabalançados pelos argumentos de quem também é a favor.	Padronização em que se simplifica e reduz o debate. Os diversos grupos de interesse favorável, e os diversos grupos contrários são reduzíveis a um único discurso.	Ao expressar que existe um conflito, o editorial segue a linha narrativa de deslegitimar quem sustenta o conflito por parte da sociedade civil como poderá ser verificado nos próximos trechos de "expressões" analisadas.
Especialistas dizem que os estudos para a obra privilegiaram a questão da quantidade de água a ser desviada do rio, mas teriam negligenciado a avaliação do impacto sócio-econômico da transposição sobre a região. O que fazer, por exemplo, com comunidades que vivem da sazonalidade das águas quando essa sazonalidade acabar?	Redução da enorme quantidade de atores críticos ao projeto, citados apenas na forma de especialistas.	Não são atores das próprias comunidades ou dos diversos movimentos sociais que falam sobre seus problemas, como o da possível perda da "sazonalidade das águas". O editorial indica ser essa uma preocupação de especialistas. São eles que falam pelas comunidades.	Dessa forma, o problema é de um outro, e de um outro "subalternizado" que se remete às comunidades que vivem da sazonalidade. Além disso, a frase tem um problema conceitual, e que se confundem as práticas de trabalho de ribeirinhos, portanto, práticas de distintas culturas e de comunidades que se relacionam com a sazonalidade da cheia e vazante em rios perenes e intermitentes. Sazonal é relativo à estação do ano. Isso não pode acabar. É uma usurpação mal feita do discurso dos "especialistas" que faz parecer que se trata de um problema ecológico, quando é socioambiental e de fundo político-econômico expandido. Poderia ter se explicado assim como o professor Ab'Sáber, (quem não se trata de um especialista genérico) o fez em artigo publicado na própria Folha de S.Paulo no dia da publicação do primeiro editorial aqui analisado.	Embora o texto inicie uma argumentação em direção à defesa sócio-ambiental denunciando que os estudos do projeto negligenciaram os impactos, isso se faz a partir de um erro conceitual e do que se trata de um processo de <i>expurgo do outro</i> . Essa imprecisão em um texto tão elaborado dá mostras da falta de interesse de perceber ou ocupar-se com a enorme quantidade de situações diferentes que as diversas comunidades na calha principal, em afluentes perenes, e na região cortada pelos canais e rios que serão perenizados sofrerão não somente devido à perda das culturas de vazante, o que é uma eufemização para todo o conjunto de problemas sociais que de detona a partir da construção dos grandes empreendimentos em rios. Um processo em que se naturaliza a legitimidade, desde o ponto de vista da classe dominante, para a expulsão e rompimento do tecido social, familiar e de laços de vizinhança, da quebra abrupta da cultura das comunidades que devem ceder passivamente seus modos de vida ao passo dos grandes projetos, ao qual se quer demonstrar inelutável.	Surge o problema de ribeirinhos de forma minimizada e descontextualizada de caráter político e histórico.

Expressões/ Elementos a analisar	Atores da resistência	Ações e protestos	Legitimidade de reivindicações, argumentações	Tipo de descrição	Valoração dos atores/ações
suspeita dessas lacunas [negligências na avaliação do impacto socioeconômico]			Eufemização: Não se questiona de forma direta os graves problemas socioambientais existentes e os que o projeto criaria. Coloca-se apenas que existem "suspeitas de lacunas"		
o projeto enfrenta ainda um obstáculo jurídico. A Justiça Federal da Bahia suspendeu em liminar a licença ambiental	Uso de metonímia que ajuda no efeito de redução: a Justiça Federal da Bahia está no lugar dos diversos grupos da sociedade civil organizada que aquela acatou.		Deslegitimação de parte do judiciário que seria fonte de "obstáculos" a andamento do projeto de transposição.		Inversão. Acusar parte do judiciário de criar obstáculos é justamente retirar dele sua função precípua de zelar pelas leis. No caso, a Constituição Federal.
A Justiça Federal da Bahia suspendeu em liminar a licença ambiental necessária para o início das obras devido a deficiências no diagnóstico da flora e da fauna da área e na precariedade do levantamento dos sítios arqueológicos que podem ser afetados. Além disso, teria havido irregularidades nas audiências públicas que deveriam informar e consultar a população local a respeito do empreendimento	A Justiça Federal da Bahia aqui está protagonizada isolada de segmentos da sociedade civil que pressionaram para impetrar as ações civis públicas.		Dissimulação por inversão dos objetivos: o "obstáculo" jurídico é o grafado enquanto não se valoriza o papel da Justiça Federal da Bahia na tarefa de resguardar o cumprimento de direitos para fazer valer de fato a defesa ambiental, de patrimônio cultural e o direito das populações de serem informadas, consultadas, com respeito a suas autonomias, para concederem, ou não, anuência ao empreendimento (CF, art. 48 e 231). A obra não poderia começar sem que essas condicionantes fossem cumpridas, com especial ênfase nos direitos humanos das populações afetadas.		Inversão dos objetivos, deslegitimação do judiciário. Ao observar o conteúdo do "obstáculo" verifica-se a fragilidade do sistema de preservação de direitos frente aos interesses políticos.

Fonte: Organizado pela autora.

#### 5.10.4. Águas turvas: 4º Editorial (01/07/07)

O quarto editorial (01 jul. 2007) foi publicado à época da Ocupação do Canteiro de Obras da Transposição que ocorreu no período de 26 de junho a 4 de julho de 2007. Dele participaram milhares de pessoas, cerca de trinta organizações sociais, além de quilombolas e etnias indígenas.

O texto editorial inicia com a seguinte descrição:

*4º Editorial: A CONTROVÉRSIA sobre a transposição do rio São Francisco começou a ser enterrada há duas semanas, em Cabrobó (PE), por escavadeiras do Exército. As máquinas inauguravam a obra civil orçada em R\$ 3,3 bilhões. (grifo nosso).*

Não se indica diretamente quem são os sujeitos promotores da *controvérsia*, podendo caber aí políticos, funcionários públicos, ONGs, movimentos sociais entre outros. Entende-se que a *controvérsia* quer se referir, sobretudo, ao lado contrário à obra e, especialmente, aos integrantes da resistência popular devido a) ao contexto social, pois, no momento, ocorria a Ocupação do Canteiro de Obras e b) pela proximidade dos parágrafos, o da *controvérsia* antecede ao que surge a palavra *manifestantes*.

Quando, pela primeira vez, a ação da resistência popular foi mostrada em editorial, ela já surge sob a tônica de “infrutífera”, pois qualquer possibilidade de efeito prático da resistência, sob a nomeação de *controvérsia*, já tinha acabado de ser “enterrada há duas semanas, em Cabrobó (PE), por escavadeiras do Exército.”

As *escavadeiras do Exército* e as *máquinas* parecem ser os indivíduos políticos mais ativos, na medida em que “enterram” a *controvérsia* e a inauguram a obra. Há, portanto, uma espécie reificação em que aspectos sociais e históricos são coisificados e assim ocultados.

Há uma proximidade na apresentação dos “manifestantes” à apresentação do ator Exército. Assim como já se fez notar, em diversas matérias da Folha de S.Paulo, a resistência popular numa proximidade fabricada entre essa e a ação de aparelhos de repressão do Estado, em que se manejam: a) elementos internos ao texto e imagens da própria reportagem; c) pela diagramação de página, junto a outras reportagens com aspectos criminalizadores à imagem de movimentos sociais; 3) próxima a imagens carregadas de teor simbólico violento, entre outros.

Reincide uma narrativa que pode conceder uma leitura criminalizadora da resistência popular à obra. Reforça-se a imagem dos atores da resistência como o outro, o antagonista, o inimigo interno. Ao mesmo tempo, reifica-se o processo autoritário do governo, desviando a atenção do leitor sobre a ação repressora desse, ao intimidar as forças contrárias à obra quando incumbiu o próprio Exército de realizar tarefas de engenharia, assim, ganhando tempo para a conclusão das licitações públicas, querendo elevar a obra ao *status* de fato

consumado. Ao mesmo tempo, ofusca-se a intransigência dos defensores governamentais do projeto de conceder qualquer espaço de diálogo com grupos resistentes.

O próximo parágrafo cita a ação dos manifestantes:

*4º Editorial:* Na esteira do trator empreiteiro do governo Lula, uma semana depois, manifestantes fechavam parte da vala com pás e picaretas. Levantaram alguma poeira. Perto dali, o Velho Chico seguia seu curso, mais morto que vivo.

Surge uma primeira aproximação alusiva à rede de resistência popular contra a transposição reduzida a *manifestantes*. Porém, não se nomina nenhum dos movimentos sociais ou organizações presentes. Na Ocupação, houve a presença de cerca de duas mil pessoas, oriundas de diversos estados, segundo a contabilidade dos movimentos.

No editorial, a organização da Ocupação do Canteiro de Obras tornou-se sinônimo de fechar *parte da vala com pás e picaretas* e como se resultasse inócua, quanto a qualquer dos seus objetivos de paralisar a obras. Limita-se o alcance do protesto a *Levantaram alguma poeira*, o que vai sendo realizado na esteira dos “modernos” tratores de Lula/Exército. A imagem que resta a partir dessa construção metonímica é que se deprecia a organização e a efetividade de insurgência social.

A legitimidade da ação surge menosprezada pelo próprio fato de o editorial não revelar as demandas do movimento social e pela redução do ato a “levantaram poeira”, seguida de uma frase que entoa significado ao *Velho Chico* seguir, como um continuar de sempre, *mais morto que vivo*. O uso da metáfora encaminha a ideia de naturalização tanto da degradação ambiental quanto de um pretense agir inofensivo dos manifestantes ao organizarem com uma ação direta contra a obra.

No tipo de descrição em que se ampara o editorial, há uma comparação intrínseca entre instrumentos de trabalho e poder na disputa social: as *escavadeiras do Exército* e o *trator empreiteiro do governo Lula de um lado, e pás e picaretas de outro*. Uma imagem da assimetria de forças entre Estado/governo e oprimidos. Toma-se quase ao pé da letra aquilo que é comum ouvir de militantes sociais no uso do neologismo “tratorar” ou, quando ressaltam o termo “rolo compressor”, para se remeter à ação opressora do governo por cima dos oprimidos.

É eclipsado o caráter organizativo da rede de resistência, assim, invisibilizado pelo editorial, qualquer possibilidade de se compreender o grupo como legítimo em seu exercício político. Compreende-se também que a utilização da expressão *Levantaram alguma poeira* é uma forma de ridicularização da luta social.

Também se destaca a expressão seguinte:

*4º Editorial:* A dicotomia “revitalização” contra “transposição” consagrou-se como divisor de águas da polêmica. Motivou a greve

de fome do bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, que em 2005 conteve por 11 dias a maré governamental pró-transposição.

Exibe-se o nome de Dom Luiz Flávio Cappio, pela primeira vez em Editorial. Entende-se que, nesse momento, o religioso é reconhecido como parte do levante de debates a favor da revitalização, porém, de forma contida.

Ao dizer que o bispo conteve a *maré governamental pró-transposição* por 11 dias, há duas representações: o bispo (isolado) com força política frente à *maré (conjunto unificado)*, e o efeito desse poder limitado aos 11 dias.

Isola-se o bispo do contexto posterior, em que por determinação judicial a obra esteve paralisada até dezembro de 2006.

No seguinte trecho, “Um dia antes, o jornal *Valor Econômico* mostrara que a revitalização prometida ao bispo não passa de ficção orçamentária.” Surge Dom Cappio pela segunda vez, mas quem surge revelando as contradições sobre o projeto de revitalização é o jornal *Valor Econômico*, pertencente ao Grupo Folha e à Infoglobo Comunicações. Percebe-se diante dessa união, ter ocorrido uma sobreposição de informações de âmbito econômico que se reflete na grande similaridade entre as pautas jornalísticas do Jornal Nacional e da Folha de S.Paulo ao que se refere à temática da transposição (ver final do Apêndice A).

Há uma inversão de papéis. O ator a que se sugere indignado, rechaçando o governo, é o *Valor Econômico*, sob o comentário de que a revitalização *não passa de ficção orçamentária*. O bispo é passivo (de promessa) ainda que ele e os movimentos sociais tenham afirmado e reafirmado muitas vezes sobre a inoperância do projeto de revitalização.

Essa inversão continua na reportagem, ao ser a própria Folha de S.Paulo que revela as saídas ao abastecimento hídrico da população utilizando-se como base argumentativa o que indica o *Atlas Nordeste* da ANA. Não seria motivo de inversão não fosse essa argumentação uma das mais enfatizados pela rede de resistência, ou se o editorial tivesse comentado que esse é também um dos argumentos das resistências à transposição.

Esses grupos são regidos, como bem lembra o nome daquele jornal, pelo interesse mercantil. Suas notícias podem levantar críticas ao projeto mas de um ângulo que findam por reforçar a estratégia também pretendida pelas empreiteiras: a de que as obras sejam realizadas aceleradamente.

Nesse editorial, a Folha de S.Paulo e o jornal *Valor Econômico* surgem como vozes em defesa da revitalização. Sabe-se que suas pautas sobre a transposição são bem parecidas. Assim como é sintomático o encontro de pautas no que se refere àquelas notícias que pontuam o dia-a-dia do andamento do projeto ou da obra. São essas notícias que transparecem ao público que a transposição já seria um fato consumado. Notícias como as

que contemplam, por exemplo, audiências públicas, licitações, orçamentos, licenciamentos e que são organizadas nas pautas de economia.

Outro comentário do editorial que cumpre destacar é: “[...] a predileção desmesurada do Estado por grandes obras do que com a população pobre nordestina que lhe serve de álibi.” Há um eufemismo em *predileção desmesurada do Estado por grandes obras ao colocar a população como álibi*.

Difícilmente, o Jornal dará ênfase às injunções que as populações impactadas devem de lidar dia-a-dia após as obras, ou, aos mais de um milhão de atingidos por barragens existentes, no Brasil, expulsos de suas terras e que, no máximo, 30% desses obtiveram algum tipo de indenização. A *população pobre nordestina* não é identificada como parte do grupo insurgente. É, nada mais, ornamento de discurso de promessa política.

Dessa forma, naturaliza-se a perpetuação das grandes obras como *catedrais do desenvolvimento*. Afinal, do ponto de vista do Jornal, os grupos revoltosos não alcançam legitimidade para exercer disputa de poder, em um jogo de construção simbólica do qual nada impede o Estado de frear sua obstinação por replicar o monumental.

As manifestações apenas levantam poeira, a liderança política personificada contém o governo por apenas 11 dias, a população pobre é um álibi. Todos esses fragmentados em colisão com a lógica do Jornal, dono da revelação e da indignação a dissimular seu próprio interesse de *valor econômico*.

Quadro 6. Águas turvas – 1 de julho de 2007 – 4º Editorial

Expressões / elementos a analisar	Surgimento ou não de atores	Ações e protestos	Legitimidade de reivindicações, argumentações	Tipo de descrição	Valoração dos atores/ações
A CONTROVÉRSIA sobre a transposição do rio São Francisco começou a ser enterrada há duas semanas, em Cabrobó (PE), por escavadeiras do Exército. As máquinas inauguravam a obra civil orçada em R\$ 3,3 bilhões.	Não se indica diretamente quem são os sujeitos promotores da <i>controvérsia</i> , podendo caber aí políticos, funcionários governamentais, ONGs e movimentos sociais. Uma controvérsia não tem um só lado, tampouco necessita ser dicotômica. Porém, entende-se que aqui a <i>controvérsia</i> alude, sobretudo, ao lado contrário à obra e, especialmente, aos integrantes da resistência popular devido a) ao contexto social, pois, no momento, ocorria a <i>Ocupação do Canteiro de Obras</i> e b) pela proximidade dos parágrafos, o da <i>controvérsia</i> antecede o que surge a palavra <i>manifestantes</i> .	As ações, antes do início da obra – no editorial reforçada como fato consumado – foram reduzidas à própria controvérsia. A ação dos movimentos assim, pela primeira vez, mostrada em editorial, quando surge já é apresentada como infrutífera e cuja possibilidade de efeito prático terminara de ser “enterrada há duas semanas, em Cabrobó (PE), por escavadeiras do Exército.”		Os editoriais seguem uma narrativa que pela repetição de dados e termos os alinhavam em uma trama. Lembra-se que o 2º editorial é praticamente cópia do primeiro; que no primeiro editorial surge o termo <i>ruidosas controvérsias</i> ; no 3º editorial, o termo surge em expressão metafórica no título: <i>Mar de controvérsias</i> ; para no 4º editorial, a expressão reiniciar a condução da narrativa como sujeito soterrado (a controvérsia e a ação de atores sociais ocultados nessa). Nesse momento particular, surge, pela primeira vez, nos editoriais, referência à resistência popular. Quando a resistência surge na narrativa, a controvérsia já estava “enterrada há duas semanas”. As escavadeiras do Exército e as máquinas parecem ser o ator político mais ativo, ao serem elas os principais sujeitos, que enterra a controvérsia e inaugura a obra. Há, portanto, uma reificação em que aspectos sociais e históricos são ocultados.	Há uma proximidade na apresentação dos “manifestantes” à apresentação do ator Exército. Reincide uma narrativa que pode conceder uma leitura criminalizadora da resistência popular à obra. Reforça-se a imagem dos atores da resistência como o outro, o antagonista, o inimigo interno. Ao mesmo tempo, ao se reificar o processo autoritário do governo – desviando a atenção da ação autoritária do governo (intimidando as manifestações, ganhando tempo para a conclusão das licitações públicas, lembrando-se que em 2005 dois indígenas, Jorge e Adilson Truká foram executados na própria TI-Truká por militares à paisana/ crimes continuados pelo assassinato de Mozeni Araújo, outra liderança Truká, em 2008) pois, são as “escavadeiras do Exército” que enterram a controvérsia e são as “máquinas” que inauguram a obra –, provoca-se um efeito que eufemiza a imagem da imposição truculenta com uso de força pelos aparelhos de repressão do Estado.
Expressões / elementos a analisar	Surgimento ou não de atores	Ações e protestos	Legitimidade de reivindicações, argumentações	Tipo de descrição	Valoração dos atores/ações
Na esteira do trator empreiteiro do governo Lula, uma semana depois, manifestantes fechavam parte da vala com pás e picaretas. Levantaram alguma poeira. Perto dali, o Velho Chico seguia seu curso, mais morto que vivo.	Surge a primeira aproximação alusiva à rede de resistência popular contra a transposição reduzida a <i>manifestantes</i> . Porém não se nomina a nenhum dos movimentos sociais ou organizações presentes. Na Ocupação houve a presença de cerca de duas mil pessoas oriundas de diversos estados, segundo a contabilidade dos movimentos.	A organização da Ocupação tornou-se sinônimo de fechar parte da vala com pás e picaretas resultando-se inócua quanto a qualquer dos seus objetivos de paralisar a obra. O máximo alcançado foi limitado a <i>Levantaram alguma poeira</i> . A imagem que resta dessa construção metonímica é que se deprecia a organização e a efetividade da insurgência.	A legitimidade da ação surge menos-prezada. O editorial não revela as demandas da rede. O texto reduz a ação a “levantaram alguma poeira”, seguida de uma frase que entoa significado ao Velho Chico para que continue seguindo seu fluxo, <i>mais morto que vivo</i> . O uso da metáfora encaminha a ideia de naturalização tanto à degradação ambiental quanto a um pretenso agir inofensivo dos manifestantes.	Há uma comparação intrínseca entre instrumentos de trabalho e poder na disputa social: as escavadeiras do Exército e o trator empreiteiro do governo Lula de um lado, e pás e picaretas de outro. Uma imagem de assimetria de forças entre Estado/governo e oprimidos. Na narrativa, leva-se quase ao pé da letra aquilo que é comum ouvir de militantes sociais no uso do neologismo “tratorar” para se remeterem à ação opressora do governo por cima dos oprimidos.	É eclipsado o caráter organizativo da rede de resistência. Por meio do editorial, não há qualquer possibilidade de compreender o grupo como agente legítimo de exercício político. Compreende-se também que a utilização da expressão <i>Levantaram alguma poeira</i> é uma forma de ridicularização da luta social.

Expressões / elementos a analisar	Surgimento ou não de atores	Ações e protestos	Legitimidade de reivindicações, argumentações	Tipo de descrição	Valoração dos atores/ações
A dicotomia "revitalização" contra "transposição" consagrou-se como divisor de águas da polêmica. Motivou a greve de fome do bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, que em 2005 conteve por 11 dias a maré governamental pró-transposição.	Exibe-se o nome de Dom Luiz Flávio Cappio, pela primeira vez em Editorial. Entende-se que, nesse momento, se reconhece o religioso como parte do levante de debates a favor da revitalização, porém é de forma contida.	Ao dizer que o bispo conteve a <i>maré governamental pró-transposição</i> por 11 dias, há duas representações, o bispo (isolado) com força política frente à <i>maré (conjunto unificado)</i> , mas limita-se o efeito de seu poder de aos 11 dias de sua greve.	Isola-se o bispo do contexto posterior, em que por determinação judicial a obra esteve paralisada até dezembro de 2006.		
Um dia antes, o jornal "Valor Econômico" mostrara que a revitalização prometida ao bispo não passa de ficção orçamentária.	Surge Dom Cappio pela segunda vez. Surge o jornal Valor Econômico pertencente ao Grupo Folha e à Infoglobo Comunicações, que também publica O Globo.	Quem revela contradições sobre o projeto de revitalização não é o bispo. Ele surge como sujeito a quem se promete a mesma. Quem surge rechaçando o governo é o jornal indicando que <i>não passa de ficção orçamentária</i> .	Há uma inversão, o ator a que se sugere indignado é o Valor Econômico, o bispo é passivo (de promessa) ainda que ele é os movimentos sociais tenham afirmado e reafirmado muitas vezes sobre a inoperância do projeto de revitalização.	A inversão continua na reportagem, ao ser a "Folha" quem revela as saídas ao abastecimento hídrico da população como indica o Atlas Nordeste da ANA. Esse trabalho da ANA é bastante utilizado pela rede de resistência, porém, isso não é comentado pelo Jornal.	Há uma inversão: o Grupo Folha, o jornal Valor Econômico surgem como a voz de defesa da revitalização. Sabe-se que suas pautas sobre a transposição são praticamente as mesmas. Assim como, há afinidade de pauta com os telejornais da Globo, especialmente, o Jornal Nacional, em que informações contidas nas suas reportagens, muitas vezes, surgem igualmente nas publicações da Folha de S. Paulo sobretudo no que diz respeito a ressaltar que o projeto é fato consumado. Esses grupos regidos, como bem lembra o nome daquele jornal, pelo valor econômico, podem trazer no bojo de suas notícias críticas ao projeto, mas de um ângulo que findam por reforçar a estratégia também pretendida pelas empreiteiras: a de que as obras sejam aceleradas.
[...] a predileção desmesurada do Estado por grandes obras do que com a população pobre nordestina que lhe serve de álibi.	A <i>população pobre nordestina</i> não é identificada como parte do grupo insurgente. É, nada mais, ornamento de discurso de promessa política.	Há um eufemismo em <i>predileção desmesurada do Estado por grandes obras</i> ao colocar a população como álibi. Dificilmente, o jornal dará ênfase aos mais de um milhão de pessoas expulsas de suas terras...	Naturaliza-se que a preferência pelas grandes obras perpetuará. Afinal, desde o ponto de vista do jornal, os grupos revoltosos não alcançam legitimidade para exercer disputa de poder. Assim as obras não têm porque não continuarem.	Os sujeitos manifestantes surgem apenas levantando poeira; a liderança política personificada de Dom Cappio contém o governo por apenas 11 dias, e a população pobre surge como um álibi ao projeto. Todos esses atores sociais estão apresentados de forma fragmentada.	

Fonte: Organizado pela autora.

#### 5.10.5. Sede de votos: 5º Editorial (15/12/2007)

Esse editorial foi publicado à época da segunda greve de fome. É o único em que se menciona o termo *movimentos sociais*. Ressurge a greve de fome de Cappio, dessa vez como “medida extrema”, e deslegitimada como inócua, pelo fato de haver uma construção simbólica sistemática ao longo do texto que expressa a obra como “fato consumado” até chegar à sentença final indicando que seria mais pragmático vigiar o andamento da obra.

Apesar de começar repetindo os velhos bordões da transposição (no uso de dados como, 12 milhões de beneficiários, custo da obra de R\$ 4,5 bilhões, execução de 700 km de canais...), percebe-se que houve uma preocupação em cercar os argumentos contrários e diminuir-lhes a importância.

O primeiro trecho discursivo aqui analisado é:

*5º Editorial:* Apesar das dúvidas perenes sobre sua real necessidade, o programa de óbvio apelo eleitoral parece mesmo fadado a sair das pranchetas.

As obras, ao menos, já começaram. Em junho, batalhões do Exército iniciaram escavações preliminares em Cabrobó (PE).

A partir das expressões *o programa [...] parece mesmo fadado a sair das pranchetas* e, *As obras, ao menos já começaram*, pode haver a leitura de que se comemora a inicialização da obra, ainda que sob críticas de um início tardio e de interesses eleitorais na sua execução. É o início no texto da construção simbólica a exibir obra como fato consumado.

Pelo fato do Exército ser apresentado um parágrafo antes ao que apresenta a Dom Cappio e aos movimentos sociais (algo recorrente na FSP essa confecção de antagonismo dos movimentos frente a forças militares), reforça-se a ideia de que o Exército estava ali não somente para iniciar as obras.

Torna-se explícito que o Exército cumpria a função, naquele momento, de garantir a disseminação midiática da obra como fato sem imaginável retorno. Implícito estava a questão de garantir a segurança da obra contra inimigos internos, atores da rede de resistência contra a obra. Portanto, há o uso sutil da estratégia da construção simbólica de *expurgo do outro* (apresenta-se um inimigo interno) e da criminalização dos movimentos sociais.

*5º Editorial:* Adversários da transposição, diante do fato consumado, recorrem a medidas extremas, como a retomada da greve de fome de dom Luiz Flávio Cappio, bispo de Barra (BA). Alegam, com apoio de vários especialistas [...]

A utilização do termo “medidas extremas” remete ao ideário que sustenta as ideologias de segurança nacional e a criação de um inimigo interno – expurgo do outro – em direção aos movimentos sociais.

Reincide a padronização: a sociedade civil aparece subsumida sob o adjetivo substantivado “adversários”. Usa-se uma metonímia em que se nomina a Dom Cappio, que parece responder por todos os que o apoiam. E, pela primeira vez, os especialistas não são o foco, são apoio aos argumentos da resistência.

Há uma desqualificação ao se descrever a ação dos *adversários da transposição* como *medidas extremas* contra um pretense *fato consumado*. A legitimidade e os argumentos são reduzidos a *alegações*, de forma que se induz a imagem de os *adversários* a um cenário que os retratam como incapazes de se tornarem protagonistas importantes na disputa política. Sob o discurso do “*fato consumado*” e das “*medidas extremas*”, desaparecem as diversas formas de protesto e resistência dos diversos grupos contrários; inclusive, silencia-se sobre a tentativa de diálogo mantida durante todo ano de 2006.

*5º Editorial:* Afirmam, ainda, que [a água] servirá de modo preferencial aos grandes projetos de irrigação -o agronegócio demonizado por movimentos sociais com apoio da Igreja Católica.

Uma expressão como rede de resistência/de movimentos sociais/luta social não aparece em nenhum dos editoriais. Mas, pela primeira vez, os movimentos sociais aparecem na discussão, mas, como se fossem tutelados pela Igreja e “demonizando” o agronegócio. Clara inversão da relação opressor/oprimido em que se criminaliza a vítima. O agronegócio beneficia-se da histórica estrutura agrária. Os projetos de irrigação no Nordeste deveriam servir ao interesse social, com grandes áreas desapropriadas para fins de reforma agrária e não para consolidar a estrutura agrária existente, como defendia Celso Furtado e têm defendido os movimentos sociais do campo (Furtado, 1998). O agronegócio por seu impacto social é um forte fator de expulsão das populações do campo, é caracterizado por concentrar de terra e ter baixo índice de empregabilidade. No bojo, a Igreja Católica, exposta de forma generalizada, também se torna alvo de desprestígio por apoiar um novo modelo de sociedade antissistêmico.

O uso do verbo afirmar para iniciar a descrição de argumento dos “adversários” da obra é algo que foge à regra, pois percebe-se em outras construções narrativas da Folha de S.Paulo que, em geral, as argumentações de grupos considerados de movimentos sociais populares ou próximos a esses são descritas como dúvidas, alegações, suposições, raramente surgem em forma direta de assertivas.

Pela primeira vez, surge que o uso da água será preferencialmente aos “grandes projetos de irrigação” (demonizado) e não apenas para servir aos sempre afirmados *12 milhões de beneficiários*.

O termo “demonizado” evidencia ridicularização do argumento dos movimentos sociais, retirando o contexto político e transferindo-o para o âmbito da religião. Dessa forma,

o Jornal reafirma sua defesa ao agronegócio, como se dissesse ser estapafúrdio declarar-se contra esse.

Sob a expressão “O governo de Lula [...] tem sido bem-sucedido na superação das barreiras institucionais que poderiam se contrapor à obra [...]”, persiste um tipo de elogio intrínseco ao governo Lula ainda que sua governabilidade apele à quebra de princípios legais e de direito. As “barreiras institucionais” são as leis que as agências estatais deveriam zelar, não obstante, as desconsideram. Trata-se de um eufemismo para a ilegalidade do processo de licenciamento, em que, por definição legal, deveria estar presente, em caso de dúvida quanto ao impacto socioambiental, a ponderação pelo *princípio da precaução*.

Quadro 7. Sede de votos – 15 de dezembro de 2007 – 5º Editorial

Expressões/ Elementos a analisar	Atores da resistência	Ações e protestos	Legitimidade de reivindicações, argumentações	Tipo de descrição	Valoração dos atores/ações
As obras, ao menos, já começaram. Em junho, batalhões do Exército iniciaram escavações preliminares em Cabrobó (PE)	A partir da expressão <i>As obras, ao menos já começaram, parece mesmo fadado a sair das pranchetas</i> pode haver a leitura de que se comemora a inicialização da obra, ainda que tardiamente e sob críticas da oposição. Reforço do fato consumado.	Pelo fato do Exército ter sido apresentado um parágrafo antes do que se apresenta Dom Cappio e os movimentos sociais (algo recorrente na FSP essa confecção de antagonismo frente a forças militares), reforça-se a ideia (com algo explícito e outro implícito) de que o Exército estava ali não somente para iniciar as obras. Torna-se explícito que o Exército cumpria a função, naquele momento, de garantir a disseminação midiática da obra como fato concreto, consumado, sem inimaginável retorno. Implícito estava a questão de garantir a segurança da obra contra inimigos internos, atores da rede de resistência contra a obra. Há uso sutil da estratégia a reforçar a construção simbólica do expurgo do outro.			Contribui-se para o expurgo do outro e para a imagem da criminalização dos movimentos sociais. O fato de ser o Exército quem está fazendo as obras já leva a pensar que quem é contra a obra é um inimigo do Estado, da nação. Entende-se que a função do Exército é/deveria ser de proteger o país de ameaças externas.
Adversários da transposição, diante do fato consumado, recorrem a medidas extremas, como a retomada da greve de fome de dom Luiz Flávio Cappio, bispo de Barra (BA). Alegam, com apoio de vários especialistas,	Padronização: a sociedade civil aparece subsumida sob o adjetivo substantivado “adversários”. Usa-se uma metonímia: nomina-se a Cappio (parece responder por todos os que o apoiam) Pela primeira vez, os especialistas não são o foco, são apoio aos argumentos da resistência.		Há Desqualificação ao descrever a ação dos adversários da transposição como <i>medidas extremas</i> contra um pretensão <i>fato consumado</i> . A legitimidade e argumentos são reduzidos a <i>alegações</i> . De forma que se induz a imagem de <i>os adversários</i> serem incapazes de se tornarem protagonistas importantes no poder.	Sob o discurso do “ <i>fato consumado</i> ” e das “ <i>medidas extremas</i> ” desaparecem as diversas formas de protesto e resistência dos diversos grupos contrários. Inclusive, silencia-se sobre a tentativa de diálogo mantida durante todo ano de 2006	A utilização do termo “medidas extremas” remete ao ideário que sustenta as ideologias de segurança nacional e inimigo interno – expurgo do outro – em direção aos movimentos sociais.

Expressões/ Elementos a analisar	Atores da resistência	Ações e protestos	Legitimidade de reivindicações, argumentações	Tipo de descrição	Valoração dos atores/ações
Afirmam, ainda, que [a água] servirá de modo preferencial aos grandes projetos de irrigação -o agronegócio demonizado por movimentos sociais com apoio da Igreja Católica	Pela primeira vez, os movimentos sociais aparecem na discussão, contudo, como se tutelados pela Igreja e “demonizando” o agronegócio. Clara inversão em que se criminaliza a vítima. Uma expressão como rede de resistência/de movimentos sociais/luta social não aparece em nenhum dos editoriais.	Há uma inversão da relação opressor/oprimido ao se mencionar “grandes projetos de irrigação -o agronegócio demonizado por movimentos sociais com apoio da Igreja Católica”. Enfim, o agronegócio e grandes projetos de irrigação é um importante fator de expulsão das populações do campo, é concentrador de terra, e não o contrário. No bojo, a Igreja Católica também se torna alvo de desprestígio por apoiar movimentos sociais.	O uso do verbo afirmar para iniciar a descrição de argumento dos “adversários” da obra é algo que foge à regra, pois percebe-se, em outras construções narrativas da FSP não, dúvida, alegação, suposição). Pela primeira vez, surge que o uso da água será preferencialmente para “grandes projetos de irrigação” (demonizado) e não apenas para servir aos sempre afirmados 12 milhões de beneficiários.	Padronização da redução: distintos movimentos sociais se envolveram na resistência.	O termo “demonizado” evidencia ridicularização do argumento dos movimentos sociais retirando seu componente político e transferindo-o ao âmbito da religião. Desta forma, o Jornal reafirma sua defesa ao agronegócio
O governo de Lula [...] tem sido bem-sucedido na superação das barreiras institucionais que poderiam se contrapor à obra,				As “barreiras institucionais” são as leis que as agências estatais deveriam zelar, não obstante, as descon sideram. Trata-se de um eufemismo para a ilegalidade do processo de licenciamento, em que por definição legal, deveria estar presente a ponderação, em caso de dúvida quanto ao impacto socioambiental, pelo <i>princípio da precaução</i> .	Elogio intrínseco ao governo Lula na menção de que “ <i>tem sido bem-sucedido na superação das barreiras institucionais</i> ” ainda que sua governabilidade apele à quebra de princípios legais e de direito.

Fonte: Organizado pela autora.

## 5. 11 A ÍNTEGRA DOS EDITORIAIS

1º EDITORIAL: 20 DE FEVEREIRO DE 2005.

### **ÁGUAS DO SÃO FRANCISCO**

O governo pretende iniciar em breve o projeto de transposição de águas do rio São Francisco, que, idealizado pela primeira vez em 1847, ganhou desde então várias versões. A atual prevê que uma fração, segundo o Ministério da Integração Nacional correspondente a 1% do volume de água que o rio despeja no mar, seja desviada por meio de um sistema de 700 km de canais para beneficiar 12 milhões de pessoas no semi-árido do Nordeste.

A obra, que se anuncia custosa, exigindo investimentos de cerca de R\$ 4,5 bilhões, tem gerado ruidosas controvérsias entre técnicos, políticos e representantes do governo. O presidente Lula, que não lançou até aqui nenhum projeto de porte comparável, diz encarar a obra como um "legado pessoal à região".

A transposição não tem como objetivo solucionar o histórico problema da seca ou da inexistência de água em volume suficiente para irrigar os cinco Estados a serem beneficiados - Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas. A proposta visa perenizar alguns rios, manter o estoque de oito açudes e permitir que as populações da região disponham de água para consumo próprio e para o uso de rebanhos.

Há pontos ainda um tanto obscuros na proposta. O principal deles está na gestão do sistema, que é complexo e custoso. São nove estações para o bombeamento por eletricidade da água a uma altura de 160 metros num dos canais e de 500 metros no outro. O governo afirma ter entregue a questão à Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), mas o fez, ao que se sabe, sem a assinatura prévia de contratos para a partilha dos gastos entre os Estados, municípios ou particulares beneficiados -correndo o risco de que a conta fique mesmo com a União.

Há ainda uma questão técnica, levantada sobretudo pelos governos de Minas Gerais e da Bahia. Mesmo com uma captação mínima de 26 m<sup>3</sup> por segundo, a transposição afetaria a piscosidade e a vazão de um rio que já está a exigir, antes de mais nada, investimentos para melhorar suas condições. O governo responde acenando com um plano de revitalização no qual já estaria investindo R\$ 127 milhões.

Existe, além disso, a questão do impacto ambiental. O governo publicou editais de concorrência para os 14 lotes em que os canais foram divididos antes de um aval preliminar do Ibama. É uma prática duvidosa, pela qual a administração, na tentativa de criar fatos consumados, atropela regras que ela própria estabeleceu.

Cabe lembrar, por fim, a motivação recôndita de uma parcela significativa de adversários da obra. Ela centraliza recursos que o governo poderia pulverizar para atender outras demandas regionais. A transposição secará fontes financeiras, o que evidentemente gera e gerará protestos.

Não há dúvida de que o objetivo de levar água ao semi-árido é louvável. Porém ainda resta ao governo dissipar as dúvidas e demonstrar que não há riscos de o país receber mais um "elefante branco" semelhante àqueles que, há algumas décadas, herdou do regime militar sob a forma de obras faraônicas inconclusas.

## **DÚVIDAS NA TRANSPOSIÇÃO**

O Ibama deve conceder nesta semana a licença que autoriza o início das obras de transposição do rio São Francisco. Segundo o Ministério da Integração Nacional, trata-se da única pendência para que possa ter início a maior obra do governo, de custo estimado em R\$ 4,5 bilhões.

A versão oficial sustenta que a transposição beneficiará 12 milhões de pessoas. Por meio de um sistema de 700 km de canais, as águas chegariam a quatro Estados atingidos pelas secas -Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

O objetivo de levar água ao semi-árido é louvável. Mas, diante do alto custo e da carência de recursos para outros setores prioritários, é preciso que não haja dúvidas sobre a relevância do projeto. E muitos pontos continuam na obscuridade.

Em primeiro lugar, a proposta não visa resolver o problema. A região atingida pela seca abrange 750.000 quilômetros quadrados -infinidamente mais do que as obras serão capazes de contemplar. O que o projeto pretende é perenizar alguns rios, manter o estoque de açudes e permitir que as populações da região disponham de água para consumo.

Também não está claro como será feita a gestão de um sistema que requer níveis altíssimos de organização e capacitação de pessoal: são nove estações para o bombeamento por eletricidade da água a uma altura de 160 metros num dos canais e de 500 metros no outro. Os problemas de logística se agravam quando se tem em conta que, até o fim do atual governo, no máximo 30% das obras estarão concluídas.

Faltam, por fim, esclarecimentos a respeito do impacto sobre a produção de energia. A alteração no nível das águas pode afetar a produção nas hidrelétricas da região, o que seria um evidente contrasenso.

Ninguém deseja que se perpetuem as privações causadas pela seca no Nordeste. Mas uma obra faraônica inconclusa ou inútil -com prejuízo de bilhões de reais para o país- é também um perigo a evitar.

## **MAR DE CONTROVÉRSIA**

O projeto de transposição de águas do rio São Francisco suscita cada vez mais controvérsia. Há argumentos defensáveis apresentados pelas duas partes em conflito.

A julgar pelos estudos realizados pelo governo federal, o processo de transposição seria forma segura de garantir recursos hídricos à maior parte da região do semi-árido. A idéia é desviar água do São Francisco, redistribuí-la por canais e, dessa forma, transformar os rios sazonais da região em rios perenes.

O sistema seria mais eficiente que o armazenamento de água e evitaria o desperdício desse bem-decorrente de processos como a evaporação, que durante o período de seca levam quase 80% do que foi estocado. Além disso, para sua implantação seria necessário desviar apenas 1,4% do volume hídrico do rio, para benefício de cerca de 12 milhões de pessoas.

Por melhores que sejam esses argumentos, críticas feitas ao projeto são inquietantes. Especialistas dizem que os estudos para a obra privilegiaram a questão da quantidade de água a ser desviada do rio, mas teriam negligenciado a avaliação do impacto socioeconômico da transposição sobre a região. O que fazer, por exemplo, com comunidades que vivem da sazonalidade das águas quando essa sazonalidade acabar?

Como se não bastasse a suspeita dessas lacunas, o projeto enfrenta ainda um obstáculo jurídico. A Justiça Federal da Bahia suspendeu em liminar a licença ambiental necessária para o início das obras devido a deficiências no diagnóstico da flora e da fauna da área e na precariedade do levantamento dos sítios arqueológicos que podem ser afetados. Além disso, teria havido irregularidades nas audiências públicas que deveriam informar e consultar a população local a respeito do empreendimento.

Diante de tamanho impasse, seria desejável que o governo adiasse o início da obra e prolongasse o debate acerca do projeto. Essa seria a atitude mais prudente. À véspera das eleições, a execução de uma obra, sem um mínimo de consenso, que deverá custar R\$ 4,2 bilhões e afetará a vida de milhões de pessoas, soa como um indesejável açodamento.

## **ÁGUAS TURVAS**

Transposição do São Francisco começa sem garantia de sobrevivência ao rio e de chegada da água a quem dela precisa

A CONTROVÉRSIA sobre a transposição do rio São Francisco começou a ser enterrada há duas semanas, em Cabrobó (PE), por escavadeiras do Exército. As máquinas inauguravam a obra civil orçada em R\$ 3,3 bilhões.

Na esteira do trator empreiteiro do governo Lula, uma semana depois, manifestantes fechavam parte da vala com pás e picaretas. Levantaram alguma poeira. Perto dali, o Velho Chico seguia seu curso, mais morto que vivo.

O maior manancial do Nordeste semi-árido sofre com desmatamento nas margens de tributários e cabeceiras, poluição por efluentes domésticos e agroindustriais e assoreamento do leito. A dicotomia "revitalização" contra "transposição" consagrou-se como divisor de águas da polêmica. Motivou a greve de fome do bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, que em 2005 conteve por 11 dias a maré governamental pró-transposição.

O presidente da República, de Brasília, resolveu a celeuma a seu modo: agora chama "transposição" de "revitalização", como fez terça-feira em discurso no Planalto, ao renovar o pacto "Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido Brasileiro", patrocinado pela Unicef.

Um dia antes, o jornal "Valor Econômico" mostrara que a revitalização prometida ao bispo não passa de ficção orçamentária. Programas com tal objetivo foram contemplados com R\$ 1,3 bilhão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em 2007 seriam R\$ 124 milhões, mas só 1,57% (R\$ 1,9 milhão) havia sido empenhado nos primeiros cinco meses do ano.

Não foi a primeira demonstração de que promessa e ação se contradizem. No dia 10, reportagem desta Folha já tinha comprovado a disparidade de gastos com transposição e revitalização. Na primeira rubrica, desde 2005, contavam-se R\$ 443 milhões (antes mesmo de iniciar-se a empreitada). Na segunda, menos da metade: R\$ 200 milhões.

Mesmo que se suspenda o juízo sobre a obra, a segurança hídrica da população do semi-árido permanece incerta. Em dezembro, a Agência Nacional de Águas (ANA) divulgou previsões sombrias em seu "Atlas Nordeste": 41 milhões de pessoas, em 53% dos municípios do Nordeste, correm risco de ficar sem água suficiente até 2025.

A condição para evitar tal desastre seria deslanchar 546 obras em reservatórios e adutoras, ao custo de R\$ 3,6 bilhões. Não deixa de ser sintomático que o "Atlas" evite entrar no mérito da transposição. E a própria similaridade de cifras sugere que subsistem no governo visões conflitantes: para alguns técnicos, mais fundamental que aumentar a disponibilidade de água é capilarizar a distribuição.

Sendo o país como é (basta atentar para os escândalos de promiscuidade entre políticos e empreiteiras), há razões líquidas e certas para temer que a opção pela transposição tenha mais a ver com a predileção desmesurada do Estado por grandes obras do que com a população pobre nordestina que lhe serve de álibi.

## **SEDE DE VOTOS**

Bispo em greve de fome repõe a transposição do São Francisco em pauta; interesse eleitoral parece vencer as fortes objeções

A PROPAGANDA do governo Lula quer fazer crer que o projeto de transposição do rio São Francisco vai transformar o sertão semi-árido num mar de água doce encanada. Uma população de 12 milhões de pessoas seria beneficiada, ao custo total de R\$ 4,5 bilhões. Apesar das dúvidas perenes sobre sua real necessidade, o programa de óbvio apelo eleitoral parece mesmo fadado a sair das pranchetas.

As obras, ao menos, já começaram. Em junho, batalhões do Exército iniciaram escavações preliminares em Cabrobó (PE). Ali será feita a captação de água para os canais de um de seus dois eixos, o Norte, no qual bombas poderosas terão de vencer 180 m de altitude para alcançar as bacias-alvo, como a do Jaguaribe. No Leste, o desafio de engenharia é maior: desnível de 300 m. Serão beneficiados Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O plano é ter os primeiros canais e açudes em dois anos, a tempo para a eleição de 2010.

Adversários da transposição, diante do fato consumado, recorrem a medidas extremas, como a retomada da greve de fome de dom Luiz Flávio Cappio, bispo de Barra (BA). Alegam, com apoio de vários especialistas, que o projeto não equaciona os verdadeiros problemas do rio e da população que dele depende, como a poluição da água. Afirmam, ainda, que ela não chegará às pessoas que mais precisam, mas servirá de modo preferencial aos grandes projetos de irrigação -o agronegócio demonizado por movimentos sociais com apoio da Igreja Católica.

Com efeito, a própria Agência Nacional de Águas (ANA) alertou em seu "Atlas Nordeste", um ano atrás, que 41 milhões de nordestinos poderão enfrentar insegurança hídrica se não forem realizadas obras adicionais -ao custo de R\$ 3,6 bilhões- para distribuir de fato a água. Parece também exagero a cifra de 12 milhões de beneficiários, em realidade toda a população urbana na área das bacias receptoras.

Mesmo onde já existe infra-estrutura para irrigação no Nordeste, metade do potencial deixa de ser aproveitado por agricultores, por falta de capital e crédito. Por fim, diante do descaso tradicional com saneamento básico, parece pouco provável que se cumpram as promessas de expandir a rede de coleta de esgotos ao longo do Velho Chico.

O governo de Lula (que só se converteu à transposição depois de se tornar presidente e então a incluiu no programa para a reeleição) não conseguiu ainda responder de modo satisfatório a todas essas objeções. Por outro lado, tem sido bem-sucedido na superação das barreiras institucionais que poderiam se contrapor à obra, aprovando no Congresso recursos orçamentários para tocá-la e obtendo do Ibama, em março deste ano, a licença de instalação do empreendimento.

Diante do fato a consumir-se, parece mais pragmático, agora, vigiar de perto a empreitada para que não enseje dois outros resultados deletérios mais que previsíveis no Brasil: o desvio de verbas e o risco usual de que a obra bilionária termine abandonada quando Lula deixar o cargo

## CONCLUSÃO

Entre outros autores, encontrou-se em Mészáros (2002, 2004) um importante aporte a respeito do conceito de ideologia. O autor concebe a ideologia como uma forma de consciência social materialmente ancorada e sustentada. Para ele, seu estudo deve atentar para a disputa pelas estruturas de produção que configura o conflito fundamental ao qual a luta de classes decorre. O presente sociometabolismo do capitalismo busca em si uma incessante autoexpansão. Seu motor, a ideologia, funciona de modo a impossibilitar que a maioria da população satisfaça suas necessidades mais elementares e, ao mesmo tempo, mantenha-se resignada aos desígnios dessa ordem.

Mészáros compreende que o fortalecimento da consciência social, em busca de práticas para a emancipação e para a autonomia dos povos, assenta-se indissociavelmente, tanto na crítica da ideologia dominante quanto na organização de práticas para a construção da ideologia emancipatória. Nota essas práticas como um processo em rota, ao que o autor inscreve como sendo a ordem sociometabólica de transição.

Tomando essas e outras considerações como aportes teóricos, cabe aqui resgatá-las para descrever os resultados em relação ao cenário da rede de resistência popular contra a transposição.

Sobre a construção do cenário sociohistórico e das narrativas legitimadoras do projeto de transposição realizada nesta tese, verificou-se que muitos discursos de políticos carismáticos, como do Lula e de ministros de Estado, sobre a transposição do rio São Francisco, remontam às primeiras ideias sobre a obra como tendo sido uma proposta defendida por Dom Pedro II. De idêntico modo, essa mesma narrativa é repetida em escritos de documentos governamentais e em matérias jornalísticas da grande mídia. A busca documental desta pesquisa verificou que a criação dessa narrativa serviu para construir uma simbologia própria à transposição, conferindo-a um sentido de promessa secularizada, de projeto histórico e necessário de ser concretizado para “resolver” os problemas do Nordeste relativos à seca.

De fato, a ideia da transposição do rio São Francisco foi levantada durante o Brasil Império, mas não foi encontrado nenhum documento que se possa atestar sua defesa por Dom Pedro II, então usado como alegoria retórica. Com isso, foram utilizadas as estratégias de narrativização e de simbolização da unidade, como modos de fazer operar a ideologia, apelando-se para histórias que remontam ao passado e à história nacional: “a fim de criar

um sentido de pertença [...] uma história que transcende a experiência do conflito, da diferença da divisão” (Thompson, 2002, p. 83).

No esforço de inculcar no imaginário nacional legitimação para a transposição, múltiplas estratégias de construção simbólica foram acionadas, ancoradas no gasto do erário público: investimento em estudos técnicos, sobretudo a partir da década de 1990; esforços discursivos de políticos, privilegiados pela atenção da grande mídia; fabricação de vídeos e material impresso de divulgação publicitária. E até investimentos do governo do estado do Ceará (cuja elite política esteve desde o século XIX vinculada com a articulação da proposta da transposição) na escola de samba Estação Primeira de Mangueira, que desfilou defendendo o projeto de “integração”, em 2006, período pós-primeira greve de fome. Esses mecanismos contribuíram para que parte da sociedade brasileira fosse influenciada pela ideologia dominante, naturalizando a obra como fato consumado e, ao mesmo tempo, surtiu efeito para neutralizar parte dos efeitos das ações coletivas contrárias à obra.

Nota-se que o Estudo de Impacto Ambiental do Pisf não esclareceu que parte da água da transposição será aduzida ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém no estado do Ceará, onde se encontram implantadas grandes siderúrgicas, conhecidas por apresentarem um processo de produção intensivo no consumo de água e energia. Assim, ideologicamente são ocultados os interesses macroeconômicos por desviar a atenção da sociedade sobre a magnitude e complexidade dos objetivos da transposição, sobretudo quanto à disputa pelas estruturas de produção que organizam o sociometabolismo do capitalismo.

Desse modo, a transposição é reflexo do processo, em que seu projeto defendido pela classe dominante, reifica os processos socioeconômicos, ao sustentar ideologicamente uma ruptura entre as condições das relações do campo simbólico, da política, das ideias (da superestrutura) e as condições das relações econômicas de produção (da infraestrutura). Sobre essas, ocultam-se os interesses do hidronegócio, como sobre: quem usará a água, a que preço e para quê? Quem controlará a gestão da cobrança pela distribuição e uso da água? Perguntas próximas às que Little (2006) expõe como próprias ao entendimento do campo dos conflitos socioambientais.

Perguntas que a rede de resistência popular contra a transposição, aqui vista como rede antissistêmica, tenta esclarecer, em suas palavras, como na Carta de Sobradinho: “O modelo concentrador de água fez construir muitos e suficientes reservatórios e poucas adutoras e ainda mantém quase metade da população do Semi-árido sem acesso a água” (MPA, MAB, MMC *et. al.*, 27 fev. 2008, p. 2). As respostas não estão prontas, mas existe em curso um processo de conhecimento popular coletivo atento a questões como essas.

Diante das análises desta pesquisa, concebe-se que o histórico de ações coletivas empreendidas pela rede de resistência não deixa dúvidas quanto a essa ter se destacado como uma luta socioambiental com uma série de avanços em relação à defesa socioambiental. O conflito socioambiental ativado pela transposição do rio São Francisco trata-se de uma disputa de classes em torno dos interesses socioeconômicos relativos ao uso dos recursos naturais, sendo aí os usos da água e da terra (estratégicos ao desenvolvimento das estruturas de produção) um dos mais evidenciados.

A partir dos debates efetivados pela rede popular sobre o desenvolvimento do Nordeste, essa decidiu como prioridade central: envolver o maior número possível de pessoas, de forma participativa nos diálogos sobre as alternativas sobre a transposição. Assim, a rede de resistência foi desafiada a lidar com a grande mídia. Ou seja, a lidar com a mesma instituição disseminadora da ideologia dominante, de sentido a serviço do poder como esclarece Thompson (2002). Afinal, os espaços construídos pelas forças populares ainda não alcançam o grande público, sobretudo o não organizado em movimentos populares.

Na análise sobre *como a Folha de S.Paulo retratou a rede de resistência popular*, verificou-se que, no período de 2005 a 2008, o Jornal publicou grande número de reportagens motivadas pelo tema da transposição do rio São Francisco, 213 reportagens jornalísticas. Entre o universo delas, 61,50% concentraram foco jornalístico nas ações coletivas realizadas pelos sujeitos da rede popular. Nesse mesmo período, foram publicadas 35 matérias de opinião e 5 editoriais (3 em 2005 e 2 em 2007) a respeito da transposição e/ou da resistência popular.

Entre as ações relativas à resistência, as duas greves de fome empreendidas por Dom Cappio geraram um fato político com significativa repercussão midiática. No caso da Folha de S.Paulo, o reflexo desses protestos é de tal ordem que em 2005, 55,76% do total do material publicado sobre o tema transposição ocorreu durante a efervescência midiática da primeira greve de fome. E, no período da efervescência midiática da segunda greve de fome em 2007, 60% das matérias publicadas.

A primeira greve de fome foi mais noticiada pela Folha de S.Paulo que a segunda, visto que o número de dias empreendidos na primeira greve foi menos da metade (11 dias) em relação à segunda greve (23 dias). Caso a média de publicações oferecida na primeira greve se mantivesse igual na segunda, implicaria dizer que o Jornal deveria ter oferecido à segunda greve cerca de 121 matérias e não 51 matérias (representando uma diminuição de 60,47%).

Para além das explicações relacionadas ao valor-notícia da greve de fome ter sido mais atraente devido a seu ineditismo, no caso da primeira greve, há que se considerar as

diferenças políticas entre a correlação de forças governo-rede de resistência nesses períodos e que influencia a cobertura das notícias.

Durante 2005, pode-se dizer que os atores sociais e individuais ainda estavam em processo preliminar de consolidação da formação da rede de resistência. A rede nasceu a partir de uma demanda já reativa e na premente necessidade de opor-se ao projeto de transposição anunciado em julho de 2004. A entrada no processo de licenciamento ambiental do projeto e sua rápida movimentação em direção à execução de audiências públicas, ainda em 2004 e em janeiro de 2005, foram o cenário inicial da rede de resistência na defesa socioambiental. Nesse cenário, cabe resgatar o fato do CBHSF ter sido desrespeitado em suas legítimas deliberações que atribuiu o uso da água do rio São Francisco apenas em caso de comprovada escassez hídrica e tão somente para abastecimento humano e dessedentação animal. A rede conseguiu avançar na anulação judicial de diversas dessas audiências, no caso, as ocorrida em Minas Gerais, Bahia, Alagoas e Sergipe. Todavia, em abril de 2005, o Ibama aprova a Licença Prévia (mesmo sem a ocorrência de audiências no DF e no Goiás). Demonstrando-se claramente à rede que se organizava, o urgente desafio de ampliar suas forças de modo participativo, e de promover visibilidade pública às suas propostas.

Ainda, em 2005, a resistência popular contava com a relutância político-partidária contra a transposição de grupos políticos importantes, em Alagoas, na Bahia e em Minas Gerais, muito embora os interesses desses grupos assentam-se de modo distinto aos dela. Um cenário político bastante diferente ao de 2007. Essa conformação de interesses político-estaduais pode ser relevante na forma de construção da cobertura das notícias na grande mídia, e no específico das notícias da Folha de S.Paulo.

Assim, as greves de fome de Dom Cappio foram geradas face à urgência de maior organização e visibilidade das propostas populares, ao mesmo tempo em que a rede de resistência não conseguia imprimir a devida velocidade e efetividade de ações coletivas, diante das próprias contradições sociais e instrumentos de disseminação simbólica à disposição dos defensores da obra.

Porém, o gesto solidário de Dom Cappio, as greves, rompeu com a forma de organização de movimentos como o MAB e o MST. Cabe aqui retomar a reflexão de Melucci (1991) para notar que uma das características emergentes dos movimentos populares é estabelecer tomadas de decisões cada vez mais participativas. As direções das ações coletivas adotam uma identidade policéfala, desconcentram poderes individualizados, diante da voz de lideranças personalizadas ou de uma *leadership* de referência. Essa foi uma contradição interna, uma questão de identidade, na união das forças populares. Porém, em nenhum momento, coletivamente, deixaram de reconhecer que a greve de fome, tendo sido sim uma estratégia de decisão individual, foi merecedora de apoio justamente por Dom

Cappio conchamar a sociedade a união e o debate participativo. E a greve de fome deixava de ser um gesto individual de Dom Cappio e se tornava uma ação coletiva, com participação popular e com maior visibilidade.

Essa contradição, a partir da centralidade da pessoa de Dom Cappio, foi acentuada pela Folha de S. Paulo, extraíndo o bispo de seu contexto de apoio mútuo na diversidade e riqueza de forças populares que vieram fortalecer o debate.

O material utilizado para a análise das notícias da Folha de S.Paulo, centrado nas capas, fotografias e editoriais – material sobre o qual a política editorial do Jornal busca monitorar – foi privilegiado para a percepção de como a ideologia dominante abordou uma força popular de ideologia emancipadora. Ao mesmo tempo, a forma como foram utilizadas as reportagens jornalísticas e as matérias de opinião como subsídio às análises revelaram consideráveis diferenças entre os gêneros jornalísticos do Jornal, na sua forma de construção simbólica, em suas posições políticas tanto sobre a transposição quanto às ações da rede, que se mostraram reveladores sobre as cisões internas do próprio Jornal a respeito desses temas.

Em relação ao perfil das reportagens sobre a resistência popular, nota-se que o jornalista Fabio Guibu escreveu sobre a primeira e segunda greve de fome, bem como cobriu a Ocupação do Canteiro de Obras da Transposição. No período de 2005 a 2008, o jornalista veio responder por 31,29% (41 matérias) das reportagens sobre a resistência. A forma como retrata as resistências populares, diminuindo a importância de seus sujeitos como legítimos no exercício da disputa por ideias e poder, fica mais explícita nas suas matérias sobre a Ocupação. Das seis matérias que assina, quatro delas trazem, logo no título, termos que colocam o grupo resistente como invasores. Um dos títulos desqualifica, especificamente, a autonomia da organização popular, negativiza a divisão de tarefas rotulando-as de “administração empresarial” (Guibu, 01 jul. 2007).

Antes da greve de fome, praticamente todas as críticas ao projeto eram registradas no Jornal, a partir de vozes de políticos adversários ao projeto.

Uma das importâncias conquistadas em meio ao processo de ações da rede de resistência foi que ela motivou a publicação de matérias (não centradas nas ações da rede), que, mesmo na voz implícita e explícita de outros, bem como de apoiadores da rede, contribuíram para ampliar o leque de discussão sobre as vantagens e desvantagens da transposição e sobre fatores relacionados à revitalização do rio São Francisco, ainda que, várias delas, destaquem ideias antagônicas aos dos movimentos.

Essa abertura um pouco mais plural sobre outros pontos de vista fica evidenciada na Folha de S.Paulo, por meio da publicação de 34 textos de opinião dedicados ao tema transposição entre fevereiro de 2005 a janeiro de 2008. Desse total, 20 se posicionam contra a obra, 10 a favor, e 4 não explicitam posição a favor ou contra a obra (Tabela 3). Em

geral, o espaço reservado para os artigos de opinião possui a característica de ser aberto a distintas posições internas e externas ao jornal, mas isso por si só, não caracteriza a democratização e o pluralismo de vozes dentro de um veículo impresso.

Entre esses artigos de opinião, o do editor da seção Brasil (na qual está publicada a maioria das reportagens sobre a transposição), Fernando Barros e Silva, foi um dos mais agressivos a Dom Cappio e aos artistas militantes engajados na resistência contra a transposição, a verificar por seu artigo do dia 21 de dezembro de 2007, dois dias após a decisão do STF, em que ele escreve:

Não consigo ter simpatia pela greve de fome de d. Luiz Cappio. [...] [...] Associado à sorte dos pobres, em nome de quem sempre falou, o sofrimento que o bispo se auto-infligiu [...] O engajamento de artistas na luta em "defesa do rio" acabou por converter a transposição num [...] drama mexicano.  
Está fora de dúvida que sejam pessoas de boa-fé, ou movidas por bons sentimentos. Mas emoção e desinformação andam de mãos dadas -e neste caso certamente não são boas companhias. [...] A obra do São Francisco consta do programa de governo de Lula. Foi discutida em audiências públicas. Obteve a licença ambiental e removeu todos os entraves legais. É controversa? Não há dúvida. (Barros e Silva, 21 dez. 2007, p. A2).

A julgar por essas considerações do editor da seção Brasil (atual Poder), a escolha pelas imagens fotográficas publicadas sobre a resistência na Folha e S.Paulo pode ter sido influenciada por sua visão contrária a esses militantes.

No espaço para artigos de opinião da Folha de S.Paulo há, no período analisado, seis artigos de integrantes da rede de resistência contra a transposição. Com exceção de um deles, todos foram assinados por pessoas vinculadas à Igreja Católica: quatro deles são de bispos, um de Dom Cappio, um de Dom Tomás Balduino (fundador da CPT) e 2 de Dom Luciano (também colunista do jornal) e um deles de Roberto Malvezzi (coordenador da CPT). Ainda se inclui nesse bloco, o artigo do geógrafo Aziz Ab`Sáber, ex-professor emérito da USP, devido a seu visível apoio aos movimentos de resistência contra a obra.

A Folha de S.Paulo publicou 20 capas contemplando a transposição do rio São Francisco, 10 delas com fotografias. Essas 20 capas estiveram situadas da seguinte forma: 8 capas em 2005; 11 capas em 2007, e uma capa em 2008. Dessas, 14 estiveram centradas na greve de fome e as 6 demais em outros temas.

À análise dos contextos das imagens da capa foram acrescentadas outras fotografias do interior do jornal. Ao todo, fizeram parte do contexto da análise 29 fotografias. Para analisar essas imagens foram considerados os contextos visuais gerais das capas e páginas em que se encontram legendas, títulos e outros conteúdos jornalísticos.

Sem se poder generalizar em nenhum dos comentários que se seguirão, compreende-se que a resistência popular, a partir do contexto das imagens e legendas foram retratadas nas imagens da Folha de S.Paulo, em momentos distintos, da seguinte forma: diminuída de importância política; ridicularizada e relacionada a atos de violência.

#### Imagens com sentido de diminuição da importância política da resistência

Percebeu-se que Dom Cappio foi retratado praticamente isolado em sua ação contra a transposição. O grupo de apoio solidário ao bispo foi reduzido à romaria e à novena, bem como, uma das imagens, com uma mulher ajoelhada frente a ele (possivelmente, recebendo oração e bênção), vem a desqualificar seu propósito político de conclamar a participação da sociedade para um debate horizontalizado, popular emancipatório sobre as alternativas de desenvolvimento do Nordeste (cf. Figura 1, 2 e 3)

A imagem de capa analisada sobre a Manifestação em Brasília retrata a ação coletiva com se tivesse sido realizada por poucos participantes. Surge, na imagem, um manifestante correndo sozinho entre a portaria quebrada, quando se sabe que cerca de 700 militantes estiveram aí presentes (cf. Figura 7). No mesmo sentido, a Ocupação do Canteiro de Obras é retratada em grande parte delas; surge em imagens pouco representativas do contingente de participantes, cerca de dois mil militantes, de movimentos e organizações diversas. Há Dom Cappio discursando como se fosse o principal protagonista, apenas duas mulheres frente aos policiais, um homem com duas crianças em uma carroça (cf. Figuras 10, 11 12).

Conjuntamente, na estratégia de retratar a resistência como força isolada, de modo individualizado, seja na personalização da luta social na imagem de Dom Cappio, seja em imagens de manifestantes “anônimos”, o Jornal não divulga, mas oculta e silencia a respeito das propostas desses atores sociais. Finda por desvalorizar o protagonismo ativo da rede de resistência que também busca legitimidade social para ser reconhecida como sujeito coletivo de direito.

Aqui o silêncio é entendido como efeito de discurso, a partir do qual a linguagem também serve para não comunicar algo. O silêncio não escapa à esfera da produção de sentidos, de modo que ele não é sem-sentido, mas polissêmico (Orlandi, 2007b). Quando se esclarece que há um silenciamento sobre as principais argumentações de militantes de movimentos sociais em defesa de justiça ambiental encontradas na grande mídia, ao mesmo tempo, esse silenciamento expressa relações de poder. Ilustra intenções no poder da grande mídia em construir estratégias de ocultamento dos argumentos, quando as informações são escolhidas pela própria lente de quem produz a notícia. O silenciamento sobre as propostas da rede também é usado como mecanismo ideológico em que se representa a rede de resistência diminuída em sua importância.

### Imagens com sentido de ridicularização da resistência

O impresso polarizou distintas reportagens na mesma página, mas de modo a possibilitar que, na visualização geral, essas reportagens encontrassem sentidos estreitos e comunicantes entre si. De um lado da página, se visualiza o contexto da Ocupação (os sujeitos insurgentes e reivindicantes) e, do outro lado, o contexto festivo do presidente Lula em sua festa junina (os sujeitos a quem se reivindica). O efeito de sentido sugere menosprezo da Presidência da República, como se não passassem por sua preocupação as exigências populares para o cancelamento da obra. A mesma construção simbólica foi acionada em dois dias diferentes. (cf. Figura 12).

A primeira imagem de capa dedicada à segunda greve de fome foi publicada já quase ao seu término (dois dias de seu encerramento). Nela, foi exibida a imagem de Dom Cappio rindo (e não sorrindo), simbolizando uma situação antagônica, pois, para o público em geral, a pergunta é imediata: não deveria estar o bispo fraco e debilitado? O que faz ele rindo? Assim, satiriza-se com a sua saúde/vida em seu avançado 21º dia de greve de fome, quando parte da sociedade estava comovida ante o suspense de uma iminente morte, influenciada pela espetacularização produzida pela mídia. (cf. Figura 14).

O debate sobre a transposição no Senado Federal, envolvendo parlamentares e militantes sociais, foi nominado na capa e página interna do Jornal, de “novelão”. Foi criada uma metáfora em que a diversidade de atores sociais e a riqueza do debate se reifica por se ocultar o caráter histórico em questão sobre a defesa por justiça ambiental, a defesa pelos direitos humanos, então discutidas diante das propostas para o desenvolvimento sustentável no semiárido. (cf. Figura 18 e 19). Nesse processo, houve a desqualificação da atriz Letícia Sabatella, desviando-se do foco a sua militância social ao retratá-la de forma desrespeitosa, diante do cenário de argumentações ofensivas proferidas por Ciro Gomes: “Escolhi meter a mão na massa, às vezes suja de cocô, mas minha cabeça não”, afirmou Ciro no debate. (Folha, 15 fev. 2008, p. A8).

### Imagens com sentido da resistência relacionada à violência

Imagens que dão sentido de violência e de agressividade para representar os movimentos sociais foram verificadas, tanto nas imagens relacionadas à greve de fome quanto nas imagens que representam a rede de resistência nas ações coletivas relacionadas às manifestações em Brasília e à Ocupação do Canteiro de Obras.

Na capa do Jornal, foi publicada uma fotografia para retratar a manifestação realizada no Ministério da Integração Nacional pela rede de resistência. Essa ação era apenas uma entre as diversas ações coletivas organizadas pela rede de resistência, entretanto, não mencionadas, eclipsadas por um acontecimento isolado, de um vidro de portaria quebrado e não promovido pelos militantes da rede, mas que na representação da fotografia confere à resistência significado de agressão.

A imagem retrata apenas um militante com a camisa da rede de resistência saindo correndo do prédio ministerial, entre a portaria com vidro quebrado. Os objetos referentes da imagem podem ser interpretados pelos leitores, significando que os manifestantes da rede estavam mal-intencionados, portanto, desqualificando-se toda a legitimidade da demanda de reivindicações. Na mesma imagem, chama atenção o enquadramento de um dos símbolos mais representativos da resistência popular, que é a bandeira do MST. Concomitante, o texto-legenda exhibe uma sequência de formações discursivas (“quebra-quebra”, “clima tenso”, “um homem detido”) que simbolicamente desmerecem a resistência contra a transposição. (cf. Figura 7)

Surgem duas imagens muito parecidas, mas de dias diferentes, para retratar a Ocupação do Canteiro de Obras da Transposição pelos integrantes da resistência. Em ambas, os manifestantes estão em oposição a policiais militares, divididos por uma cerca. Nas imagens, todos surgem com aparência serena e tanto o número de policiais quanto de manifestantes é representado por poucas pessoas. Entretanto, as entrevistas de campo dessa pesquisa indicaram que nesse momento houve um enorme deslocamento de aparato militar, não somente do Exército que ali já estava, e que helicópteros militares sobrevoavam o acampamento constantemente. (cf. Figura 10).

Essas imagens e o ângulo dos textos escritos, diante do uso generalizado do termo “invasão” e de seus derivados para descrever aos manifestantes, fortalecem o processo de construção simbólica na tentativa de inculcar no imaginário coletivo, a ideia de que os movimentos populares são agentes promotores de “criminalidade”.

Constatou-se ter sido exibido, na mesma página com matéria sobre a resistência contra a transposição, outra reportagem denegrindo aos movimentos camponeses (cf. Figura 2), taxando-os de invasores de terra e em oposição a corpos militares a movimentos indígenas relacionando-os em oposição às forças militares (caso dos indígenas contra a multinacional Aracruz, cf. Figura 6).

Na matéria, no interior do caderno, que se interliga à manchete de capa sobre o término da greve de fome, a imagem e texto indicam que Dom Cappio estava recebendo apoio, no caso, de indígenas, que por sua vez são retratados cercando o ministro de Estado, como se estivessem coagindo-o, invertendo-se a relação oprimido-opressor, na construção simbólica (cf. Figura 5). É nessa mesma matéria que surge o caso anterior dos indígenas contra a Aracruz.

A rede de resistência identificou como um dos avanços mais importantes da Ocupação, o fato de dos indígenas Tumbalalá, do estado da Bahia, e dos indígenas Truká terem reocupado parte de seus territórios de legítimo direito. A Folha de São Paulo publicou a esse respeito apenas uma fotografia em que surgem indígenas Truká detidos em redes (reforçando-se o estereótipo do indígena indolente) e com o texto-legenda indicando-os

como invasores e ao mesmo tempo, ainda persiste a oposição com os militares: “NOVA INVASÃO: Índios trucá acampam em uma fazenda a 15 km das obras de transposição do rio São Francisco em Cabrobó (PE), de onde foram retirados anteontem pela polícia após 9 dias de invasão”(NOVA, 6 jul. 2007. p. A10.). (cf. Figura 13). Nesse caso, e o ocultado, é que trata-se de um processo de reivindicação de mais de 10 anos em que os indígenas aguardavam a demarcação dessa terra, por isso, a retomada de terras da fazenda Mãe Rosa.

## REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. Bases conceituais e papel do conhecimento na previsão de impactos. In: MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita; AB'SÁBER, Aziz Nacib (Org.). *Previsão de Impactos: O Estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, Rússia e Alemanha*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998. p. 27-49.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2005. pp. 169-216
- ALONSO, Angela; COSTA Valeriano. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopia. *Encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da Clacso*, Rio de Janeiro, 22-23 nov. 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/alonso.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2010.
- ALVES, Joaquim. *História das Secas: século XVII a XIX*. (Ed. Especial para o Acervo Virtual Lamartine de Farias). [S.l.], Banco do Nordeste, [s.d]. Disponível em: Disponível em: <[www.colecaomossoroense.org.br](http://www.colecaomossoroense.org.br)>. Acesso em: 25 set. 2010.
- ARAÚJO, Christianne Evaristo de. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a questão ambiental e a participação política. Fortaleza, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Ceará, 2006.
- ARBEX JR, José. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: MORAES, Dênis de (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005. p. 385-400.
- ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. *Key concepts in post-colonial studies*. Londres, Nova York: Routledge, 1998.
- ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DA BAHIA (AATR-BA). A transposição do São Francisco e os descaminhos do STF In: VIAN, Itamar (Org.). *Uma vida pela vida*. Porto Alegre: Estef, 2008. pp. 91-94.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara*. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.
- \_\_\_\_\_. A mensagem fotográfica. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da cultura de massa*. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. pp. 323-340
- BIROLI, Flávia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia. *Historia*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41, jan/jun. 2009. pp. 269-291
- BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunha; VEIGA, Sandra Mayrink. *Novo vocabulário político*. Rio de Janeiro: Vozes/Fase, 1992.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. *Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?* (Col. questões fundamentais de comunicação). São Paulo: Paulus, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Rio Grande do Norte: Fundação Vingt-un Rosado/Banco do Nordeste, 1962. Disponível em: <[www.colecaomossoroense.org.br](http://www.colecaomossoroense.org.br)>. Acesso em: 25 set. 2010.

CAMPOS, Eduardo. *Legislação provincial do ecúmeno rural e urbano do Ceará*. Fortaleza: Revista da Academia Cearense [?], 1981. Disponível em: <[www.eduardocampos.jor.br/\\_livros/e26.pdf](http://www.eduardocampos.jor.br/_livros/e26.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2009.

CANCLINI, Néstor Garcia; FERIA, Ernesto Piedras. *Las industrias culturales y el desarrollo de México*. México: Siglo XXI/Flacso, 2006.

CAPANEMA, Guilherme Schuch. A seca do Norte pelo Barão de Capanema. *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, [1886]. Disponível em: <[www.colecaomossoroense.org.br](http://www.colecaomossoroense.org.br)>. Acesso em: 25 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Apontamento sobre a seca do Ceará. Rio de Janeiro: 1886. In: ROSADO, Vingt-un; ROSADO, América (Org.). *Sétimo livro das secas*. Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Rio Grande do Norte: Fundação Vingt-un Rosado/Banco do Nordeste, 1980. Disponível em: <[www.colecaomossoroense.org.br](http://www.colecaomossoroense.org.br)>. Acesso em: 25 set. 2010.

\_\_\_\_\_. *Apontamentos sobre as secas do Ceará*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.

CAPPIO, Luiz Flávio; MARTINS, Adriano; KIRCHNER, Renato. *Rio São Francisco: uma caminhada entre a vida e a morte*. Petrópolis: Vozes, 1995.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO (CBHSF); Conselho Executivo. *Texto baseado nos documentos da Secretaria Executiva do CBHSF e na ação civil pública movida pelas entidades que compõem o Fórum Permanente em Defesa do Rio São Francisco, OAB-Bahia, Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado da Bahia*. Brasília, maio 2005

CHOMSKY, Noam. *Secretos, mentiras y democracia*. (Entrevista por David Barsamian). Cidade do México, Siglo XXI, 1997.

CIPP (COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM). *Boletim eletrônico do CIPP*. Ceará, 2010. Disponível em <<http://www.cearaportos.ce.gov.br/complexo.asp>>. Acesso 12 jan. 2011.

CRONOLOGIA e documentos do acampamento em Cabrobó (PE). In: ZELLHUBER, Andrea; SIQUEIRA, Ruben, *et. al.* Rio São Francisco, transposição, degradação ambiental, alternativas. *Cadernos do Centro de Estudos de Ação Social (CEAS)*, Salvador, n. 227, jul./set. 2007. pp. 77-85

CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos* (Col. Cultura Brasileira). São Paulo: Cultura Brasil, 1907. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/zip/contrastes.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELLAMEA, Amália. *El discurso informativo: géneros periodísticos*. Buenos Aires: Docencia, 1995. p. 474

ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA. *Das águas do Velho Chico, nasce um rio de esperança: samba-enredo*. Rio de Janeiro, fev. 2006. Disponível em: <[www.mangueira.com.br](http://www.mangueira.com.br)>. Acesso em: 23 out. 2011.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. [1969].

FURTADO, Celso. *Seca e poder*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *O Império do Belo Monte*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Cidadania, Meios de Comunicação de Massas, Associativismo e Movimentos Sociais. In: PERUZZO, Cecília; ALMEIDA, Fernando. Comunicação para a Cidadania. São Paulo: INTERCOM; Salvador: UNEB, 2003.

\_\_\_\_\_. Mídia, Terceiro Setor e MST. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. (Tradução: Marina Appenzeller). 3ª ed. Campinas: Papirus, 2000.

KHOURY, Luciana. *Projeto de transposição do rio São Francisco: situação atual e balanço do envolvimento do CBHSF*. In: IX e X Plenárias do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Salvador, CBHSF, 2005.

KHOURY, Jorge. Contexto para uma transposição. In: ALVES FILHO, João. *Toda a verdade sobre a transposição do rio São Francisco*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

LIMA, Luiz Cruz. Além das águas, a discussão no Nordeste do Rio São Francisco. *Revista do Departamento de Geografia*, n. 17, 2005. p. 94-100. Disponível em: <[www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/rdg/RDG\\_17/Luiz\\_Cruz\\_Lima.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/rdg/RDG_17/Luiz_Cruz_Lima.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2011.

LIMA, Venício A. de. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.

LISBOA, Apolo Heringer [Entrevista]. *Transposição do rio São Francisco, das contradições às soluções*. In: Inácio Neutzling (Ed.). *A transposição do rio São Francisco em debate. Cadernos IHU em formação*, Ano 4, n. 28, Instituto Humanitas Unisinos (IHU), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2008. Disponível em: <[www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)>. Acesso em: 04 nov. 2010.

LITTLE, Paul. Ecologia política como etnografia: um guia teórico metodológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 12, v. 25, 2006. p. 85-103.

\_\_\_\_\_. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107-122.

LOPES, Maria Margaret. Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, III (I): 50-64, mar. a jun., 1996.

LOUREIRO, Isabel Maria. *Rosa Luxemburgo: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Carta - Compromisso com a mudança: pelo Presidente eleito da República Federativa do Brasil. São Paulo, 28 out. 2002.

MACEDO, Marcos Antonio de. *A canalização do Rio de São Francisco ao Ceará*. Revista da Academia Cearense, tomo II, Fortaleza: 1897.

\_\_\_\_\_. *Navegabilidade do Rio São Francisco: comparado com o Danúbio*. Rio de Janeiro: Universal de Laemmert, 1869.

\_\_\_\_\_. *Observações sobre as seccas do Ceará: Os meios de aumentar o volume das águas nas correntes do Cariry*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878 [1847].

MARTÍNEZ ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. (Trad. Maurício Waldman). São Paulo: Contexto, 2007.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Boitempo. 2011. pp. 142 e 143.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MELATTI, Julio Cesar. Índios do Brasil. Brasília: São Paulo: Hucitec/UnB, 1987 [1970].

MELUCCI, Alberto. *A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 1991.

MERTON, Robert; LAZARSFELD, Paul. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social (Tradução: Carmem Dora Guimarães). In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. (Trad. Paulo César Castanheira). São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÍDIA E POLÍTICA. *Mídia e política 2012: hábitos de informação e monitoramento político (Ano 5)*. Brasília : FSB Comunicações, 2012.

MIGNOLO, Walter. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: LANDER, Edgardo (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2003. pp. 55-86.

NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Brasileira, 1974.

OLSON, Mancur. *The logic of collective action*. Cambridge: Harvard University, 1965.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007a.

\_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 2007b.

PROCESSO DE ARTICULAÇÃO E DIÁLOGO (PAD). *O impacto dos grandes projetos e a violação dos Dhesca: estudo de caso PAD Brasil*. Rio de Janeiro: PAD, 2009.

PALOCCI FILHO, Antônio. *Programa de Governo: Coligação Lula Presidente – Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Liberal (PL), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Comunista Brasileiro (PCB)*. Um Brasil para todos, crescimento, emprego e inclusão social. São Paulo: Comitê Lula Presidente, 2002.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). *Resolução aprovada no 7º Encontro Nacional, entre 31 de maio e 3 junho de 1990, no Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo, e reafirmada no 2º Congresso, realizado em Belo Horizonte, entre 24-28 nov. 1999*. Belo Horizonte: PT, 1999. Disponível em <www.pt.org.br>. Acesso em: 12 abr. 2011.

PEIRCE, Charles Sanders. *Escritos Coligidos*. (Seleção de Armando Mora D'Oliveira. Tradução de Armando Mora D'Oliveira e Sérgio Pomerangblum). 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

POLO SINDICAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO. *Solicitação de painel de inspeção do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial, para o projeto de reassentamento dos atingidos pela hidrelétrica de Itaparica (Bird 2883-1)*. Petrolândia (PE): Pólo Sindical do Submédio São Francisco, Área do Projeto de Reassentamento e Irrigação de Itaparica, 12 mar. 1997.

HERINGER, Apolo (Coord.). *Informativo da Caravana São Francisco: Transposição, águas da ilusão*. Belo Horizonte: Projeto Manuelzão/Faculdade de Medicina da UFMG, 2007.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus (USP), 1965.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2003. pp. 201-248.

\_\_\_\_\_. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, ano 17 nº37, 2002.

RAJA GABAGLIA, Giacomo. *A questão das secas na Província do Ceará*. Rio de Janeiro, Tipografia do Correio Mercantil, 1861.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

ROJAS, Carlos Aguirre. Los movimientos antisistémicos de America Latina y su lucha por la tierra en el siglo XXI. *Encrucijada Americana*, Ano 3 n. 2, Santiago, primavera-verano 2010.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SAUER, Sérgio (Relator). *Relatoria do direito humano à terra, território e alimentação. Relatório da missão à Petrolina e região do rio São Francisco (PE). Violações de direitos humanos de comunidades quilombolas e ribeirinhas, povos indígenas e famílias assentadas de reforma agrária às margens do rio São Francisco*. Brasília, Recife: Plataforma Dhesca Brasil (Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), dez. 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, jan./abr., 2006. p. 109-130.

SIGAUD, Lygia. O Efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. [S/L] *RBCS* n. 18, 1992. p.18-29.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. (Organizador da coletânea: Evaristo de Moraes Filho). São Paulo: Ática, 1983.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). *Encontro Internacional sobre Transferência de Águas entre Grandes Bacias Hidrográficas*. Recife, out. 2004. Disponível em: <<http://www.abes.al.org.br/sbpc1.PDF>> Acessado em: 4 jul 2011.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? In: WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura. *Colonial Discourse and post-colonial theory: a reader*. New York: Columbia University Press, 1994. p 66-111.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia* (Trad. Wagner de Oliveira Brandão). 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* (Trad. Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS). 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de. Crônica política sobre um documento contra a “ditabranda”. *Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, out. 2009. p. 209-217.

VIANA JÚNIOR, Aurélio. Presentaciones ante el panel de inspección por proyectos en Brasil. In: CLARK, Dana; FOX, Jonathan; TREAKLE, Kay (Org.). *Derecho a exigir respuestas*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

VIANA, Cristine Ferreira Gomes. *Conflitos socioambientais do projeto de integração do rio São Francisco*. Dissertação de mestrado defendida no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2005.

VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Historia y dilemas de los movimientos antisistémicos*. Ciudad de México: Contrahistorias, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. New revolts, against the system: A Movement of Movements? *New Left Review*, vol. 18 nov./dez. 2002. P. 29-39

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 200.

WORLD COMMISSION ON DAMS (WCD). *Dams and development: a new framework for decision making*. Report. London and Sterling: Earthscan, 2000.

ZIBECHI, Raúl. *Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento*. Lima: Programa Democracia y Transformación Global, Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM), 2007.

ZIZEK, Slavoj. *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

## **CONTEÚDO JORNALÍSTICO DA FSP CITADO NA TESE** (OUTRA PARTE DO MATERIAL COMPLEMENTA-SE COM O APÊNDICE A)

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Debate: A transposição do rio São Francisco. Contra. A quem serve a transposição? *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, Opinião, São Paulo, 20 fev. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil>>. Acesso em: 22 set. 2010

ACAYABA, Cíntia; GUIBU, Fábio. Manifestantes contra a transposição invadem obra. Governo diz que já pediu reintegração de posse. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó (PE), 27 jun. 2007. p. A9. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/06/27/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

ALENCAR, Kennedy. Caminho das Águas: Lula atrasa obra para negociar com bispo. Projeto no rio São Francisco será adiado para que o governo negocie com religioso em greve de fome. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 05 out. 2005. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2005/10/05/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Carta da CNBB a religioso critica jejum. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 17 dez. 2007. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/17/2>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Preocupado com greve de fome, governo procura CNBB para conversar com bispo. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 10 dez. 2007. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/10/2>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

ALMEIDA, Luciano Mendes de. Revitalizar o rio São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, 08 out. 2005.

\_\_\_\_\_. Rio São Francisco e a "vida pela vida". *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, 01 out. 2005.

ALVES FILHO, João Alves. Volta o risco da transposição. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, 14 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. D. Cappio e o mito da falta d'água. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, Opinião, São Paulo, 07 dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Transposição insensata. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Tendências/Debates, Opinião, São Paulo, 18 set. 2005.

ANTENORE, Armando. Despedida: FHC diz que novo governo não deve "inventar" a roda. Presidente diz que reforma da previdência social e transposição do rio São Francisco são

medidas "inevitáveis". *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, Alto Santo (CE): São Paulo, 24 dez 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2412200237.htm>>. Acesso em: 22 set. 2010.

ARRAIAL do Lula. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 01 jul. 2007. p. A17. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/07/01/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

BALDUINO, Dom Tomás. Lula, o bispo e o fórum. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Tendências/debates, Opinião, São Paulo, 13 jan. 2006.

BAPTISTA, Renata. Manifestantes contra transposição terão de desocupar fazenda. Justiça Federal concede liminar para que contrários à obra do rio São Francisco deixem a propriedade usada pelo Exército. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó (PE), 30 jun. 2007. p. A10. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/06/30/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

BARROS E SILVA, Fernando de. Águas republicanas. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, 21 dez. 2007.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Dom Luiz e o São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, 15 mar. 2007

\_\_\_\_\_. Dom Luiz não pode morrer. *Folha de S.Paulo*, Caderno Mercado, Seção Opinião, São Paulo, 06 dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Opinião Econômica: O Bispo e o Presidente. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, Opinião, São Paulo, 15 dez. 2005.

BEGUOCI, Leandro; GUIBU, Fábio. Vaticano pede a bispo que encerre greve. D. Lorenzo Baldisseri, representante de Bento 16, enviou carta a d. Luiz Cappio; na BA e no DF, grupos anunciam "jejuns solidários". *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 15 dez. 2007. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/15/2>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

BEZERRA, Fernando. O São Francisco de volta. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Tendências/Debates, Opinião, São Paulo, 06 out. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil>>. Acesso em: 22 set. 2010

BORGES, César. A transposição da truculência. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Tendências/Debates, Opinião, São Paulo, 21 dez. 2005.

BRITO, Pedro. A favor: Água para todos. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, Opinião, São Paulo, Brasília, 20 fev. 2005.

CAPA abordando a segunda greve de fome. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 dez. 2007. Capa. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/19/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

CAPA abordando a segunda greve de fome. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 dez. 2007. Capa. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/20/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

CAPA abordando audiência no Senado Federal sobre a transposição. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 fev. 2008. Capa. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/02/15/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

CAPA alusiva à segunda greve de fome. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 dez. 2007. Capa. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/18/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

CAPA com destaque à greve de fome. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 03 out. 2005. Capa. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2005/10/03/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

CAPA com destaque à greve de fome. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 05 out. 2005. Capa. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2005/10/05/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

CAPA com destaque à greve de fome. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 07 out. 2005. Capa. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2005/10/07/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

CAPA com destaque à Manifestação em Brasília. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 mar. 2007. Capa. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/03/16/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

CAPA com destaque à Ocupação do Canteiro de Obras da Transposição. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 29 jun. 2007. p. capa. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/06/29/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

CAPA com destaque à primeira greve de fome. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 01 out. 2005. Capa. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2005/10/01/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

CAPPIO, Luiz Flávio. Vida para todos: por isso fiz a greve de fome. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Tendências/Debates, Opinião, São Paulo, 10 out. 2005.

COELHO, Marco Antônio Tavares. Contra: Projeto beneficia privilegiados. *Folha de S.Paulo*, Caderno Especial, São Paulo, 09 out. 2005. [Não aparece essa matéria no sistema de busca de artigos da Folha.com]

CONY, Carlos Heitor. A fome da greve. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, Rio de Janeiro, 20 dez. 2007.

\_\_\_\_\_. A mulher do padeiro. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, Rio de Janeiro, 08 out. 2005.

\_\_\_\_\_. A tese e a prática. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, Rio de Janeiro, 27 dez. 2007.

EDITORIAL. Sede de votos. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Editoriais, São Paulo, 15 dez. 2007. p. A2. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1512200701.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2011.

EDITORIAL: Águas do São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Editoriais, São Paulo, 20 fev. 2005. p. A2. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2002200502.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2011.

EDITORIAL: Águas turvas. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Editoriais, São Paulo, 15 dez. 2007. p. A2. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0107200701.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2011.

EDITORIAL: Dúvidas na transposição. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Editoriais, São Paulo, 05 out. 2005. p. A2. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0510200502.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2011.

EDITORIAL: Geografia da sede. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Editoriais, São Paulo, 25 dez. 2007. p. A2. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2512200602.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2011.

EDITORIAL: Limites a Chávez. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, seção Editoriais/Opinião, São Paulo, 17 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

EDITORIAL: Mar de controvérsia. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Editoriais, São Paulo, 08 out. 2005. p. A2. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0810200502.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2011.

ELEITORA de Lula, atriz apoia bispo e critica governo (Entrevista a Letícia Sabatella). *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Primeiro Caderno, Seção Brasil, 19 dez. 2007. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/19/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.p. A11

FREIRE, Silva. Campo minado: PM encontra armas próximas a sem-terra. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Maceió, 01 out. 2005. p. A20. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2005/10/01/2> >. Acesso em: 11 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Caminho das águas: Justiça suspende licença para transposição. Liminar da Justiça Federal da Bahia impede início das obras; procuradora aponta irregularidades. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 07 out. 2005. p. A14. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp>>. Acesso em: 22 set. 2010

\_\_\_\_\_. Protesto ameaça última audiência. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 02 fev. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil>>. Acesso em: 22 set. 2010

FREITAS, Janio de. Águas turvas. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil [Opinião], São Paulo, 06 out. 2005.

\_\_\_\_\_. Nas águas do rio. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 20 dez. 2007.

FREITAS, Silvana de. Procurador tenta, de novo, deter obras do São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 20 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil>>. Acesso em: 22 set. 2010

FREITAS, Silvana de; SCOLESE, Eduardo. Supremo libera transposição; bispo desmaia e é internado. Relator diz que Judiciário não pode interferir em definição de políticas públicas. *Folha de S.Paulo*, Caderno Brasil, São Paulo, Brasília, 20 dez. 2007. p. A4. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/20/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

GABEIRA, Fernando. São Francisco, um rio da polêmica nacional. *Folha de S.Paulo*, Caderno Turismo. São Paulo, 11 dez 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil>>. Acesso em: 22 set. 2010

\_\_\_\_\_. Viver ou morrer pelo São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Caderno Folha Ilustrada, Opinião, São Paulo, 08 out. 2005.

GASPARI, Elio. Letícia Sabatella fez bem ao Natal. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, Sobradinho (BA), 23 dez. 2007.

GOMES, Ciro. A integração do bom senso. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Tendências/Debates, Opinião, São Paulo, Brasília, 20 set. 2005.

\_\_\_\_\_. Rio São Francisco. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Brasília, Primeiro Caderno, Seção Painel do Leitor, 06 out. 2005.

GUIBU, Fábio. São Francisco: Arcebispo de Salvador pede a d. Luiz fim de greve de fome. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), Petrolina (PE) 05 dez. 2007. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/05/2>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. "Ministro Patrus não tem qualificação para falar da transposição", diz bispo. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 18 dez. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1812200710.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Bispo critica Lula e pede resistência à transposição. Dom Luiz Cappio retoma os protestos contra obras no rio São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Caderno Brasil, São Paulo, Cabrobó (PE), 29 jun. 2007. p. A10. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/06/29/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Bispo inicia nova greve de fome contra transposição. D. Luiz Cappio protesta contra obra no São Francisco e diz que Lula não cumpriu palavra. Presidente diz que bispo o obriga a escolher entre ele e 12 milhões que precisam de água: "E não tenha dúvida que eu ficarei com os pobres". *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Recife, 28 nov. 2007. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/11/28/2>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Caminho das Águas. Bispo em greve de fome recebe carta de Lula. Sem comer há seis dias, contra a transposição do São Francisco, religioso reza missa em Pernambuco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Recife, 01 out. 2005. p. A20. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2005/10/01/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Caminho das águas: Em jejum, bispo recebe visitas da oposição. Religioso, que faz greve de fome em PE contra projeto do rio São Francisco, já recebeu ACM e Heloísa Helena. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó, 03 out. 2005. p. A9. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2005/10/03/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Caminho das águas: Governo convence bispo a encerrar protesto. Religioso decide acabar com greve de fome após receber ministro, mas volta a cobrar suspensão da transposição. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó, 07 out. 2005. p. A15. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2005/10/07/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Depois de serem retirados da obra do São Francisco, índios invadem fazenda. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, Recife, 06 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0607200727.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Governo é uma ditadura, afirma bispo Luiz Cappio. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 13 dez. 2007. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/13/2>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Invasão contra obra de transposição tem gerência de "empresa". No acampamento dos manifestantes de Cabrobó (PE), tarefas são divididas por setor e administradas por grupos diferentes. Receitas e despesas são registradas em planilhas de computador; coordenador nega que protesto siga administração empresarial. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó (PE), 01 jul. 2007. p. A17. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/07/01/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministro critica nova greve de fome de religioso. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Recife, 28 nov. 2007. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/11/28/2>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Rio São Francisco. Letícia Sabatella visita bispo em greve de fome e critica Lula. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 09 dez. 2007. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/09/2>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. São Francisco. Ato de apoio a Cappio deve reunir cerca de 10 mil pessoas. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 08 dez. 2007. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/08/2>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. São Francisco. Manifestantes fazem enterro simbólico da transposição. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó (PE), 28 jun. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2806200723.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. São Francisco: Geddel critica greve de fome "fundamentalista" de bispo. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), Petrolina (PE) 30

nov. 2007. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/11/29/2>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

GUIBU, Fábio; SCOLESE, Eduardo. Governo propõe a bispo parar obras. Chefe de gabinete de Lula e CNBB tentam acordo com religioso; transposição seria suspensa por dois meses. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 19 dez. 2007. p. A10. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/19/2>>. Acesso em: 19 mar. 2012.

IBAMA pretende fazer consultas antes de decidir. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 17 fev. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil>>. Acesso em: 22 set. 2010.

LIMA, Geddel Vieira. O inimigo número 1 da democracia. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Tendências/Debates: Opinião, São Paulo, 10 dez. 2007.

LULA recebe CNBB para discutir caso do bispo em greve de fome. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Sobradinho (BA), 11 dez. 2007. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/14/2>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

MACHADO, Cristiano. Sem-terra invadem mais 3 fazendas em São Paulo. O número de propriedades invadidas sobe para 67. *Folha de S.Paulo*, Presidente Prudente, São Paulo, 29 jun. 2007. p. A10. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/06/29/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

MALVEZZI, Roberto. Margens opostas. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, 15 jan. 2008.

MATAIS, Andreza. Sessão sobre transposição no Senado acaba em bate-boca. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Brasília, Primeiro Caderno, Seção Brasil, 15 fev. 2008. p. A8. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/02/15/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

NASSIF, Luís. A transposição do São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, Opinião, São Paulo, 11 out. 2005.

\_\_\_\_\_. A transposição, segundo Ciro. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, São Paulo, 14 out. 2005.

\_\_\_\_\_. O Bird e a transposição. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, São Paulo, 13 out. 2005.

\_\_\_\_\_. Os contras da transposição. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, Opinião, São Paulo, 12 out. 2005.

\_\_\_\_\_. Um projeto temerário. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, São Paulo, 26 out. 2005.

\_\_\_\_\_. Um roteiro para a transposição. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, São Paulo, 04 nov. 2005.

NOTA da redação. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, seção Painel do Leitor, São Paulo, 20 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/fz2002200902.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

NOVA Invasão. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 06 jul. 2007. p. A10. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/07/06/2>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

OLIVEIRA, Eduardo. Índios invadem empresa do ES de novo. *Folha de S.Paulo*, 07 out. 2005. p. A14. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2005/10/07/2>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

PLANALTO quer política fora da festa junina de Lula e Marisa, que ocorre hoje. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Brasília, Primeiro Caderno, Seção Brasil, 30 jun. 2007. p. A10. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/06/30/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

POLÍCIA deve retirar hoje grupo que tenta impedir obra no S. Francisco. Assessor da CPT diz que manifestantes vão resistir à desocupação de fazenda. *Folha de S.Paulo*, Caderno Brasil, São Paulo, Brasília, Recife, 04 jul. 2007. p. A11. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/07/04/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

RIO SÃO FRANCISCO: Ministro e governador divergem sobre transposição. *Folha de S.Paulo*, Caderno Brasil, São Paulo, Brasília, 12 ago. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1208200539.htm>>. Acesso em: 22 set. 2010

ROBUSTI, João Claudio. A guerra equivocada. O Exército não deveria mobilizar 380 de seus combatentes para realizar as obras de transposição do rio São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, Opinião, São Paulo, 24 jan. 2008.

RR; MP. Projeto busca manter eleitorado fiel a Lula. Obra pode funcionar como trunfo eleitoral para Lula 2006. *Folha de S.Paulo*, Caderno Especial, São Paulo, 09 out. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 12 jan. 2011

SALOMON, Marta. Caminho das águas: Cronograma de obra não terá prejuízo, diz Ciro. Meta é iniciar projeto no São Francisco em novembro, apesar de liminar que impede Ibama de conceder licença. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 08 out. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 12 jan. 2011

SALOMON, Marta. Ciro inicia licitação antes de licença ambiental. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 17 fev. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 12 jan. 2011

SALOMON, Marta. Ministro assina ordem para início da transposição do São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 8 maio 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 12 jan. 2011

SALOMON, Marta. Obra no São Francisco começa com 50 homens e R\$ 5 bilhões de gasto. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 10 jun. 2007.

SALOMON, Marta. São Francisco: Ibama libera transposição, mas sob condições. Instituto impôs condições para que a principal obra da gestão Lula seja realizada; editais serão lançados. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 30 abr. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 12 jan. 2011

SANDER, Letícia. "Se o Estado cede, o Estado acaba", diz Lula sobre bispo. Em café com jornalistas, presidente critica a greve de fome de d. Luiz Cappio. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 21 dez. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 12 jan. 2011

SÃO FRANCISCO: Manifestação cancela última audiência. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 04 fev. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 12 jan. 2011

SÃO FRANCISCO: Manifestantes contra obra em rio tentam invadir ministério. *Folha de S.Paulo*, Caderno Brasil, São Paulo, Brasília, 16 mar. 2007. p. A6. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/03/16/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

SCOLESE, Eduardo. Bispo tem sido 'intransigente', diz Patrus [Entrevista]. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 17 dez. 2007. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/17/2>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. CNBB convoca jejum de apoio a bispo. Em nota divulgada ontem, a entidade conclama os cristãos a se "unirem em jejum e oração" a dom Luiz. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 14 dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Greve de fome de bispo não vai parar obras, avisa Lula. Presidente rejeita interromper transposição por causa de protesto de religioso. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 13 dez. 2007. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/13/2>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Justiça manda suspender obras do rio São Francisco. Decisão do TRF da 1ª Região é provisória; Advocacia Geral da União recorrerá. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 12 dez. 2007. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/12/2>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

SELIGMAN, Felipe; GUIBU, Fábio. Planalto negocia com bispo fim de jejum. Proposta envolve construir cisternas e acelerar revitalização do rio São Francisco; d. Luiz diz que oferta é “indecorosa”. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, Sobradinho (BA), 18 dez. 2007. p. A8. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/18/2>>. Acesso em: 19 mar. 2012.

STRAUSS, Luis Renato. Análise do Ibama pode atrasar início de obras. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 18 jan. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 12 jan. 2011

\_\_\_\_\_. Infra-estrutura: Obra no rio São Francisco atrasa e só começa em abril. Governo inicia licitações que não precisam de liberação ambiental. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 14 jan. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 12 jan. 2011

\_\_\_\_\_. Semi-Árido: Conselho aprova exploração da água do rio São Francisco. Uso tinha sido vetado em outubro; grupo promete recorrer à Justiça. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 18 jan. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 12 jan. 2011

TRAUMANN, Thomas. FHC desiste de transpor o rio São Francisco: Projeto, adiado pela primeira vez por d. Pedro 2º, foi uma das promessas das campanhas de 1994 e 1998. *Folha de S.Paulo*, Caderno Brasil, São Paulo, 29 jul. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 12 jan. 2011

VILLA, Marco Antonio. Transposição: uma idéia ultrapassada. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Tendências/Debates, Opinião, São Paulo, Brasília, 16 fev. 2005.

## OUTRAS FONTES JORNALÍSTICAS

A CIRCULAÇÃO de jornais aumentou 2% no país em 2010. *Rio de Janeiro*. O Globo, 29 jan. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2011/01/29/circulacao-de-jornais-aumentou-2-no-pais-em-2010-923638077.asp>>. Acesso 15 ago. 2011.

ALMANAQUE FOLHA. A História da Folha de S.Paulo. Porto Alegre: UFGRS, 2008.

ANJ. Internet e jornalismo online. Brasília, 28 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/comentarios-sobre-o-meio-jornal>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Maiores jornais do Brasil. Brasília: Associação Nacional de Jornais (ANJ), 2011. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

BORGES, Altamiro. *Folha de S.Paulo: a verdadeira história!* S/L, CMI, 2006. Disponível em: <<http://prod.midiaindependente.org/pt/red/2006/09/361479.shtml>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

BRASILINO, Luís. Entrevista frei Luiz: governo Lula foi uma decepção. *Brasil de Fato*, Caderno Especial São Francisco, São Paulo, 29 nov. 2007.

CÍRCULO HISTÓRIA - Círculo Folha. *Folha Uol*, São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia\\_60.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_60.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2011.

COMPARATO, Fábio Konder. E agora, Brasil? *Conversa Afiada*, São Paulo, 16 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/fabio-comparato-e-agora-brasil.html>>. Acesso em 15 ago. 2011.

DATAFOLHA. *Opinião Pública: Acima das expectativas, Lula encerra mandato com melhor avaliação da história*. São Paulo: Datafolha Instituto de Pesquisa, 20 dez. 2010. Disponível em: <[http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver\\_po.php?session=1122](http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=1122)>. Acesso em: 4 ago. 2011.

LULA NÃO CEDERÁ ao bispo. *Jornal Nacional*. São Paulo, 10 dez. 2007. Transcrição do Banco de Notícias da Radiobrás. Disponível em: <[clipping.radiobras.gov.br](http://clipping.radiobras.gov.br)>. Acesso em: 14 abr. 2008.

LULA SE DIZ longe da esquerda e quer manter política econômica. S/L: *Reuters*, 14 jul. 2006. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes2006/interna/0,,OI1070437-EI6652,00.html>>. Acesso em: 14 set. 2010.

MALVEZZI, Roberto. *Transposição do Rio São Francisco: Realidade e Mito*. S/L: América Latina en Movimiento (ALAI), 12 ago. 2004. Disponível em <[http://alainet.org/active/show\\_text.php3?key=6589](http://alainet.org/active/show_text.php3?key=6589)>. Acesso em: 12 maio 2010.

OPINIÃO Pública: Acima das expectativas, Lula encerra mandato com melhor avaliação da história. São Paulo: Datafolha Instituto de Pesquisa, 20 dez. 2010. Disponível em: <[http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver\\_po.php?session=1122](http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=1122)>. Acesso em: 4 ago. 2011.

PERFIL do leitor. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.publicidade.folha.com.br/web/consultarPerfilLeitor.jsp?p1=FSP&p2=x>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

PORTELA, Fábio. O pecado do franciscano: O bispo Cappio chantageia o governo para sustar a transposição do Rio São Francisco. Mas sua greve de fome não é problema do estado. *Veja*, Religião Edição 2039 19 de dezembro de 2007 Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/191207/p\\_138.shtml](http://veja.abril.com.br/191207/p_138.shtml)>. Acesso em: 22 jun. 2008. p. 138

RODA VIVA. Entrevista: Ciro Gomes: Em defesa da transposição do São Francisco, o então ministro da Integração Nacional explica o projeto do governo federal. São Paulo: Memória Roda Viva, 14 fev. 2005. Disponível em: <[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/165/entrevistados/ciro\\_gomes\\_2005.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/165/entrevistados/ciro_gomes_2005.htm)>. Acesso em: 02 fev. 2009.

RODRIGUES, Marcelo Netto. A primeira greve de fome: uma vida pelo São Francisco. Depois de permanecer 11 dias ingerindo apenas água do rio, frei prometia voltar ao jejum se acordo fosse descumprido. *Brasil de Fato*, Caderno Nacional, São Paulo, 29 nov. 2007.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. A lógica por trás da ditabranda. *Carta Maior*, Seção Política, São Paulo, 31 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/weissheimer-a-logica-por-tras-da-ditabranda.html>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

## CARTAS E MANIFESTOS DE RESITÊNCIA

ABRIL Indígena 2008: documento final. Brasília, 17 abr. 2008. Disponível em: <<http://rcabrazil.blogspot.com/2008/05/documento-final-do-abril-indigena-2008.html>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO NORDESTE, MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO (APOINME). Denúncia de violação de direitos étnicos e territoriais dos povos indígenas atingidos pelo projeto de transposição do rio São Francisco, Olinda, 09 abr. 2009.

CAPPIO, Luiz Flávio. Carta ao Presidente Lula: Quando a razão se extingue, a loucura é o caminho. Barra (BA), 26 set. 2005.

\_\_\_\_\_. Carta ao presidente Lula: retomo o diálogo (Quarta-feira de Cinzas). Barra (BA), 21 fev. 2007.

CARTA de Contraproposta de Dom Luiz Cappio e dos movimentos sociais lida em reunião na sede da (CNBB). Brasília, 18 dez. 2007. In: VIAN, Itamar (Org.). *Uma vida pela vida*. Porto Alegre: Estef, 2008. p. 61.

FÓRUM PERMANENTE DE DEFESA DA BACIA DO SÃO FRANCISCO (FPDSF). Carta ao Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco. *Conflito de uso das águas da Bacia do Rio São Francisco*, Juazeiro (BA), 29 jul. 2004.

\_\_\_\_\_. *Resultados das audiências em Brasília*. Salvador, 19 mar. 2007. Disponível em: <<http://forumsaofrancisco.blogs.sapo.pt/2567.html>>. Acesso em: 18 set. 2010.

FRENTE PARAIBANA EM DEFESA DAS TERRAS, DAS ÁGUAS E DOS POVOS DO NORDESTE; FRENTE CEARENSE POR UMA NOVA CULTURA DA ÁGUA E CONTRA A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO; ARTICULAÇÃO POPULAR PELA REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO *et. al.* Carta aberta do Encontro do Atingidos e Atingidas pela Transposição do rio São Francisco. Campina Grande, 19 jun. 2010.

MARTINS, Adriano; KHOURY, Luciana; MENEZES, Marcela *et. al.* Carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para retomada do diálogo. Brasília, 05 fev. 2007. Disponível em: <[www.direitos.org.br](http://www.direitos.org.br)>. Acesso em: 15 set. 2010.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA); MOVIMENTOS DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB), MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS (MMC) *et. al.* Carta de Sobradinho: povos do São Francisco e do semi-árido se unem pela vida. Sobradinho, 27 fev. 2008.

## VÍDEOS DA INTERNET

FON FILHO, Aton. Depoimento em vídeo *sobre a Ditabranda proferida Folha de S.Paulo*. 7 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=D61i5xyPQcc>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

GUIMARÃES, Eduardo. Depoimento em vídeo *sobre a Ditabranda proferida Folha de S.Paulo*. 7 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=E556FUoC-1Q&feature=related>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

KHOURY, Luciana. Transposição do rio São Francisco: audiência pública. Brasília: Senado Federal, 14 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=7Bj3zanqOrU&noredirect=1>>. Acesso em: 22 mar. 2011.

LANCELOTTI, Júlio. Depoimento em vídeo *sobre a Ditabranda proferida Folha de S.Paulo*. 7 mar. 2009. Discurso em vídeo. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=4zlooxyzjos>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

## DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL; AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA); *et. al. Atlas Nordeste: abastecimento urbano de água: alternativas de oferta de água às sedes municipais da região Nordeste do Brasil e do norte de Minas Gerais*. Brasília: ANA/SPR, 2006.

BRASIL; CÂMARA DOS DEPUTADOS. Transcrição de Reunião Ordinária n. 0160/07: Audiência pública para debater a transposição das águas do rio São Francisco. Brasília: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, 15 mar. 2007. p. 27.

BRASIL; DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (DNOCS). *Plano Simplificado de Reassentamento da População Rural Impactada pela Implantação do Açude do Castanhão*: Relatório Final. Fortaleza: Dnocs, 2002.

BRASIL; DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (DNOCS); SIRAC. *Relatório de Impacto Ambiental do açude público Castanhão*. Fortaleza: Dnocs, 1990.

BRASIL; MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI). Boletim eletrônico do Ministério da Integração Nacional. Brasília: MI, 2008. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br> > Acesso: 12 jan. 2008.

BRASIL; MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI); *et. al. Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional*. Brasília: MI, jul. 2004b.

\_\_\_\_\_. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA): *Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional*. Brasília: MI, jul. 2004a.

BRASIL; MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI); FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA, APLICAÇÕES E TECNOLOGIA ESPACIAIS (FUNCATE). *Estudo de avaliação preliminar da transposição do rio Tocantins para o rio São Francisco – Tomo I e Tomo II*. Brasília: São José dos Campos: Ministério da Integração Nacional/ Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologias Espaciais e VBA Consultores (Funcate), 2000.

\_\_\_\_\_. *Projeto de transposição de águas do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional - Projeto básico Trecho III, Eixo Norte R4, Sistema Adutor*. São José dos Campos: Ministério da Integração Nacional; Secretaria de Infraestrutura Hídrica; Inpe e Funcate, 2003.

BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, às rádios dos estados beneficiados pelo projeto São Francisco*: Rádio Jornal do Comércio (PE), Rádio Sociedade (BA), Rádio Verdes Mares (CE), Rádio Mirante (MA), Rádio Itatiaia (MG), Rádio 101 FM (PB), Rádio Sertânia FM (PE), Rádio Itapuama FM (PE), Rádio Verdes Mares (PI), Rádio Ilha FM (SE). Pernambuco: Presidência da República/Secretaria de Imprensa, 15 out. 2009. Disponível em: <http://www.imprensafno.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 23 set. 2010.

\_\_\_\_\_. *Íntegra do discurso do Presidente Lula na Vila Produtiva Rural do Projeto São Francisco*. Salgueiro (PE): Presidência da República/Secretaria de Imprensa, 14 dez. 2010a. Disponível em: [www.mi.gov.br/noticias](http://www.mi.gov.br/noticias)>. Acesso em: 06 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. *Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva: durante visita às obras do túnel Cuncas I, no lote 14 do Projeto São Francisco na Paraíba São José de Piranhas*. Paraíba: Presidência da República/Secretaria de Imprensa, 14 dez. 2010b. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/noticias>>. Acesso em: 06 jan. 2011.

BRASIL; SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS; WAGNER, Jaques. Carta de reiteração de proposta de diálogo do Presidente da República a Dom Luiz Flávio Cappio. Brasília, 05 out. 2005

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO (CBHSF). *Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PBHSF): 2004-2013*. Texto aprovado pelo CBHSF em 17 jun. 2004. Resumo Executivo. Brasília: Agência Nacional de Águas (ANA), Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Organização dos Estados Americanos (OEA), 2004.

TOCANTINS; SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE DO TOCANTINS (SEPLAN). *Projeto Doador: águas do Tocantins para o semi-árido transcender seus limites*. Palmas (TO): Seplan, 2000.

## LEGISLAÇÃO

BRASIL, ANA. *Resolução nº 412*, de 22 de setembro de 2005, resolve emitir, em favor do Ministério da Integração Nacional, CNPJ nº 03.353.358/0001-96, o Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica – CERTOH para o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

BRASIL. *Constituição Federal*, 1988. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução n.º 5 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), de 10 de abril de 2000 e modificada pela Resolução nº18, de 20 de dezembro de 2001, e pela Resolução nº 24, de 24 de maio de 2002.

\_\_\_\_\_. Decreto Presidencial de 5 de junho de 2001, que institui o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

\_\_\_\_\_. Lei 8977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o *Serviço de TV a Cabo* e dá outras providências. Disponível em: <[www.legis.senado.gov.br](http://www.legis.senado.gov.br)>. Acesso em: 12 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei 9433 de 08 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

\_\_\_\_\_. Resolução do *Conama 001*, de 23 de janeiro de 1986, que institui a obrigatoriedade legal de estudos prévios de impacto ambiental.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)*. (Ratificado pelo Brasil em 2004).

## APÊNDICE A

### REFERÊNCIA DA FOLHA DE SÃO PAULO SOBRE A TRANSPosição POR CRONOLOGIA E DESTAQUE TEMÁTICO: RESISTÊNCIA, OPINIÃO E JUSTIÇA

Todo o conteúdo jornalístico apresentado a seguir é da Folha de S.Paulo. foram coletados no sistema de busca da Folha.com, com base na palavra chave transposição do rio São Francisco: <<http://search.folha.com.br/search?q=transposi%EA7%E3o%20do%20rio%20S%E3o%20Francisco>>.

A hemerografia abaixo foi organizada cronologicamente compreendendo o período entre 2005 e 2008. Estão distintamente grafadas por algumas subtemáticas: os conteúdos jornalísticos sobre as resistências sociais estão **negritados e na cor vermelha**, à exceção, dos artigos de opinião, editoriais e entrevistas, esses estão em azul e, todos os que surgem sublinhados se relacionam à esfera jurídica. Os demais temas permanecem não grafados.

#### CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS ANTES DA PRIMEIRA GREVE DE FOME: JANEIRO A SETEMBRO 2005

1. STRAUSS, Luis Renato. Infra-estrutura: Obra no rio São Francisco atrasa e só começa em abril. Governo inicia licitações que não precisam de liberação ambiental. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 14 jan. 2005.
2. STRAUSS, Luis Renato. Governo "blinda" terras para transposição no NE. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 18 jan. 2005.
3. STRAUSS, Luis Renato. Análise do Ibama pode atrasar início de obras. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 18 jan. 2005.
4. **STRAUSS, Luis Renato. Semi-Árido: Conselho aprova exploração da água do rio São Francisco. Uso tinha sido vetado em outubro; grupo promete recorrer à Justiça.** *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 18 jan. 2005.
5. **FREIRE, Sílvia. Protesto ameaça última audiência.** *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 02 fev. 2005.
6. SALOMON. Marta. São Francisco: Batalha jurídica vai atrasar transposição, afirma Ibama. Licença ambiental depende dos Estados, que divergem sobre obra. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 02 fev. 2005.
7. **SÃO FRANCISCO: Manifestação cancela última audiência.** *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 04 fev. 2005.
8. VILLA, Marco Antonio. Transposição: uma idéia ultrapassada. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Tendências/Debates, Opinião, São Paulo, Brasília, 16 fev. 2005.
9. IBAMA pretende fazer consultas antes de decidir. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 17 fev. 2005.
10. SALOMON, Marta. Ciro inicia licitação antes de licença ambiental. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 17 fev. 2005.
11. FOLHA DE S.PAULO. Águas do São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Editorial, São Paulo, 20 fev. 2005.
12. BRITO, Pedro. A favor: Água para todos. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, Opinião, São Paulo, Brasília, 20 fev. 2005.

13. AB'SÁBER, Aziz. Debate: A transposição do rio São Francisco. Contra. A quem serve a transposição? *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, Opinião, São Paulo, 20 fev. 2005.
14. FERNANDES, kamila. Transposição: População descrê de obra no São Francisco. Ministério cadastra, mas não convence moradores de áreas que devem ser afetadas por desvio do curso do rio. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Fortaleza, 13 mar. 2005.
15. MULTIMÍDIA. The New York Times - de Nova York. Jornal americano vê ceticismo em relação à obra no rio São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 29 mar. 2005.
16. SALOMON, Marta. São Francisco: Ibama libera transposição, mas sob condições. Instituto impôs condições para que a principal obra da gestão Lula seja realizada; editais serão lançados. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 30 abr. 2005.
17. SÃO FRANCISCO: Projeto é "o mais seguro do mundo", afirma ministro. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 05 maio 2005.
18. FERNANDES, Kamila. Transposição preocupa a PF. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 15 maio 2005.
19. FERNANDES, Kamila. Ciro defende que apuração "queime no rabo de quem tiver de queimar". *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Fortaleza, 19 jul. 2005.
20. RIO SÃO FRANCISCO: Ministro e governador divergem sobre transposição. Ciro Gomes defendeu o projeto em seminário do TCU; já João Alves Filho fez duras críticas às obras. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 12 ago. 2005.
21. ALVES FILHO, João. Transposição insensata. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Tendências/Debates, Opinião, São Paulo, 18 set. 2005.
22. GOMES, Ciro. A integração do bom senso. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Tendências/Debates, Opinião, São Paulo, Brasília, 20 set. 2005.

#### **MATÉRIAS DURANTE A EFERVESCÊNCIA MIDIÁTICA DA PRIMEIRA GREVE DE FOME: SETEMBRO A OUTUBRO DE 2005**

1. ALMEIDA, Luciano Mendes de. Rio São Francisco e a "vida pela vida". *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, 01 out. 2005.
2. **GUIBU, Fábio. Caminho das Águas. Bispo em greve de fome recebe carta de Lula. Sem comer há seis dias, contra a transposição do São Francisco, religioso reza missa em Pernambuco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Recife, 01 out. 2005.**
3. **GUIBU, Fábio. Presidente diz estar disposto a "abrir diálogo". *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó, 02 out. 2005.**
4. **GUIBU, Fábio. Caminho das águas: Bispo diz que "entrega a vida" se Lula não recuar de projeto [entrevista ao Dom Cappio]. Religioso faz greve de fome contra projeto do São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó, 02 out. 2005.**
5. **GUIBU, Fábio. Caminho das águas: Em jejum, bispo recebe visitas da oposição. Religioso, que faz greve de fome em PE contra projeto do rio São Francisco, já recebeu ACM e Heloísa Helena. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó, 03 out. 2005.**
6. **SÁ, Nelson de. TODA MÍDIA. O Suicida. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 04 out. 2005.**
7. **SCOLESE, Eduardo. Para CPT, Lula será culpado por futuro do bispo. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 04 out. 2005.**
8. **ALENCAR, Kennedy. Greve ameaça encontro entre Lula e Bento 16. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 04 out. 2005.**

9. **GUIBU, Fábio. Bispo em jejum responsabiliza Lula; Planalto se declara aberto ao diálogo. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó, 04 out. 2005.**
10. SALOMON, Marta. Caminho das Águas: Licença para transposição sai nesta semana. Autorização do Ibama é única pendência para início das obras no São Francisco, que terão apoio do Exército. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 04 out. 2005.
11. FOLHA DE S.PAULO. Dúvidas na transposição. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Editorial, São Paulo, 05 out. 2005.
12. **SCOLESE, Eduardo. Entidades se unem em favor de bispo. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 05 out. 2005.**
13. **GUIBU, Fábio. Quatro pessoas imitam gesto e aderem a jejum. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó, 05 out. 2005.**
14. **ALENCAR, Kennedy. Caminho das Águas: Lula atrasa obra para negociar com bispo. Projeto no rio São Francisco será adiado para que o governo negocie com religioso em greve de fome. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 05 out. 2005.**
15. **SÁ, Nelson de. Toda Mídia: Canudos 2. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 05 out. 2005.**
16. **PINHEIRO, Marcio; RÖTZSCH, Rodrigo; BONI, Ana Paula. Caminho das Águas: Defensores dizem que ela é necessária e que rio não será afetado; críticos reclamam dos custos do projeto. Transposição divide opinião de especialistas. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 05 out. 2005.**
17. GOMES, Ciro. Rio São Francisco. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Brasília, Primeiro Caderno, Seção Painel do Leitor, 06 out. 2005.
18. FREITAS, Janio de. Águas turvas. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil [Opinião], São Paulo, 06 out. 2005.
19. BONI, Ana Paula. Governo diz que projeto é auto-sustentável. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 06 out. 2005.
20. ANGELO, Cláudio. Transposição afeta fauna, indica pesquisa. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 06 out. 2005.
21. ANGELO, Claudio. Caminho das águas: Especialistas questionam benefícios de obra. Para economistas, transposição do São Francisco vai favorecer apenas projetos agrícolas de grande porte. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 06 out. 2005.
22. **CNBB do Nordeste critica Cappio. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 06 out. 2005.**
23. **BASSETTE, Fernanda. Jejum longo favorece infecções. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 06 out. 2005.**
24. **MARREIRO, Flávia. Caminho das águas: Greve até a morte é "inaceitável", diz CNBB. Entidade defende que frei Luiz Flávio Cappio interrompa jejum, mesmo em "nome de uma boa causa". *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 06 out. 2005.**
25. **FERNANDES, Kamila; FREIRE, Sílvia. Cidade tem atos pró-transposição. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó, 06 out. 2005.**
26. **CORSALETTE, Conrado; SALOMON, Marta. Caminho das águas. Lula promete verba para revitalização de rio. Presidente adota discurso de conciliação com bispo e anuncia que apoiará aprovação de emenda constitucional. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 06 out. 2005.**
27. **GUIBU, Fábio. Bispo só dialoga com documento. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó, 06 out. 2005.**
28. **ALENCAR, Kennedy; SCOLESE, Eduardo; RODRIGUES, Fernando; CEOLIN, Adriano. Caminho das águas: Lula faz acordo para encerrar greve de fome. Para convencer bispo a terminar hoje seu protesto, Planalto admite fazer concessões e**

receber religioso em Brasília. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 06 out. 2005.

29. CANTANHÊDE, Eliane. O bispo ameaça o rei. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, Brasília, 06 out. 2005.

30. SÁ, Nelson de. Toda Mídia: Dois Nordestes. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 07 out. 2005.

31. SCOLESE, Eduardo. CNBB espera que "moda" de greve de fome "não pegue". *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 07 out. 2005.

32. LEIA as cartas do governo e do bispo. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 07 out. 2005.

33. GUIBU, Fábio. Caminho das águas: Governo convence bispo a encerrar protesto. Religioso decide acabar com greve de fome após receber ministro, mas volta a cobrar suspensão da transposição. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó, 07 out. 2005.

34. FREIRE, Sílvia. Caminho das águas: Justiça suspende licença para transposição. Liminar da Justiça Federal da Bahia impede início das obras; procuradora aponta irregularidades. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 07 out. 2005.

35. GABEIRA, Fernando. Viver ou morrer pelo São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Caderno Folha Ilustrada, Opinião, São Paulo, 08 out. 2005.

36. ALMEIDA, Luciano Mendes de. Revitalizar o rio São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, 08 out. 2005.

37. CONY, Carlos Heitor. A mulher do padeiro. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, Rio de Janeiro, 08 out. 2005.

38. FOLHA DE S.PAULO. Mar de controvérsia. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Editorial, São Paulo, 08 out. 2005.

39. FREIRE, Sílvia. Ibama e AGU vão recorrer de decisão. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 08 out. 2005.

40. SALOMON, Marta. Caminho das águas: Cronograma de obra não terá prejuízo, diz Ciro. Meta é iniciar projeto no São Francisco em novembro, apesar de liminar que impede Ibama de conceder licença. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 08 out. 2005.

41. AMATO, Fábio. Família de frade tentou impedir greve de fome. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Guaratinguetá, 08 out. 2005.

42. GUIBU, Fábio. Caminho das águas: Bispo exige que governo cumpra promessas. Um dia após encerrar greve de fome, frei Luiz diz não ter motivos para se sentir enganado por ministro. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó, 08 out. 2005.

43. PINHEIRO, Marcio. RÖTZSCH, Rodrigo. Estados: Entre doadores e receptores, Nordeste se divide. Sergipe e Bahia criticam transposição por causa de custos e destinação da água. Paraíba, Ceará e RN vêm em projeto possibilidade de levar água à população. *Folha de S.Paulo*, Caderno Especial, São Paulo, 09 out. 2005.

44. SALOMON, Marta. Obra no São Francisco já consome R\$ 12 mi e abre polêmica no país. Nem greve de fome de bispo faz governo cessar liberação de recursos para o projeto de transposição. Primeira fase do empreendimento deve acabar em 2006; analistas temem impacto socioeconômico. *Folha de S.Paulo*, Caderno Especial, São Paulo, Brasília, 09 out. 2005.

45. TG; FD. Barqueiros são a favor, mas pedem revitalização. *Folha de S.Paulo*, Caderno Especial, São Paulo, Juazeiro (BA), 09 out. 2005.

46. COELHO, Marco Antônio Tavares. Contra: Projeto beneficia privilegiados. *Folha de S.Paulo*, Caderno Especial, São Paulo, 09 out. 2005.

47. BONI, Ana Paula. Sociedade: Governo quer levar água a 12 milhões de pessoas. Para especialistas, disputa pela água pode gerar conflitos político-econômicos. Autorização deixa brecha para uso que não só o para consumo doméstico. *Folha de S.Paulo*, Caderno Especial, São Paulo, 09 out. 2005.

48. SALOMON, Marta. Economia: Custo de operação será repassado para tarifas. Os quatro Estados beneficiados vão ratear conta de R\$ 127 milhões por ano. CE, PE, PB e RN já se comprometeram a cobrar pelo uso da água vinda do rio. *Folha de S.Paulo*, Caderno Especial, São Paulo, Brasília, 09 out. 2005.
49. RR; MP. 2006 no horizonte. Projeto busca manter eleitorado fiel a Lula. Obra pode funcionar como trunfo eleitoral para Lula. *Folha de S.Paulo*, Caderno Especial, São Paulo, 09 out. 2005.
50. BONALUME NETO, Ricardo. Sucesso depende de saneamento básico. *Folha de S.Paulo*, Caderno Especial, São Paulo, 09 out. 2005. **MARREIRO, Flávia. Sociólogo vê "novidade" no discurso do bispo. *Folha de S.Paulo*, Caderno Especial, São Paulo, 09 out. 2005.**
- 53. LEITE, Marcelo. Religião: Política revive projeto de tempos em tempos. Intenção de transposição das águas do rio São Francisco aparece desde o Império. Projeto não saiu do papel por diversos governos e foi abraçado por Lula em 2003.**
54. CAPPIO, Luiz Flávio. Vida para todos: por isso fiz a greve de fome. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Tendências/Debates, Opinião, São Paulo, 10 out. 2005.
- 55. GUIBU, Fábio. Caminho das águas: Bispo insinua que Lula perdeu dignidade. Em fala pela revitalização do rio São Francisco, frade critica "falta de compromisso" com povo humilde. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Juazeiro (BA), 10 out. 2005.**
56. NASSIF, Luís. A transposição do São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, Opinião, São Paulo, 11 out. 2005.
- 57. VASCONCELOS, Frederico. Caminho das águas: Carta não influenciou bispo, diz família. Vaticano determinou fim do jejum, que acabou 2 dias depois. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 12 out. 2005.**
58. NASSIF, Luís. Os contras da transposição. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, Opinião, São Paulo, 12 out. 2005.
- 59. VASCONCELOS, Frederico. Caminho das águas: "Quis resgatar Lula do capital", afirma bispo. Cappio diz que sua greve de fome teve como objetivo devolver Lula às origens de "homem dos pobres". *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 13 out. 2005.**

#### **MATÉRIAS DEPOIS DA EFERVESCÊNCIA MIDIÁTICA DA PRIMEIRA GREVE DE FOME: OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2005**

1. NASSIF, Luís. O Bird e a transposição. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, São Paulo, 13 out. 2005.
2. MARREIRO, Flávia. Outro lado: Obra é prioritária e reduz pobreza, afirma ministério. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 14 out. 2005.
3. ANGELO, Claudio. Caminho das águas: Bird vê lacunas em projeto de transposição. Estudo do Banco Mundial lança dúvidas sobre viabilidade econômica de plano para rio São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 14 out. 2005.
4. NASSIF, Luís. A transposição, segundo Ciro. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, São Paulo, 14 out. 2005.
5. FERNANDES, Kamila. Transposição: Seca atinge 54 cidades que estão fora do projeto. Carros-pipa são opção. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Fortaleza, 15 out. 2005.
- 6. FERNANDES, Kamila. Caminho das águas. Para opositores, projeto vai apenas "chover no molhado". Governo rebate críticas dizendo que transposição do São Francisco é única saída para futura falta de água. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 17 out. 2005.**
- 7. GUIMARÃES, Thiago; DONASCI, Fernando. Pescadores são a favor de projeto com revitalização. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Juazeiro (BA), 17 out. 2005.**

8. DÁVILA, Sérgio. Sem transposição de água, Los Angeles não existiria. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 17 out. 2005.
9. **BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Dom Luiz Flávio Cappio. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, Opinião Econômica, São Paulo, 20 out. 2005.**
10. SALOMON, Marta; FERNANDES, Kamila. Caminho das águas. Fortaleza é maior beneficiária da transposição. Primeiras indenizações por desapropriações já foram pagas pelo governo federal em dois municípios do Ceará. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cariri (CE), 23 out. 2005.
11. **SCOLESE, Eduardo. Movimentos de esquerda se reúnem por mudanças. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 23 out. 2005.**
12. GUIBU, Fábio. Caminho das águas: Obra será iniciada "imediatamente", diz Ciro. Ministro ignora acordo feito entre bispo e governo sobre adiamento do projeto de transposição do São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Recife, 25 out. 2005.
13. NASSIF, Luís. Um projeto temerário. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, São Paulo, 26 out. 2005.
14. **FRANCISCO, Luiz. Para bispo, acordo foi com presidente, não com ministro. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Salvador, 26 out. 2005.**
15. **SCOLESE, Eduardo. Caminho das águas: Ciro desagrada Planalto ao falar sobre rio São Francisco. CNBB critica ministro por citar início imediato de transposição. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 26 out. 2005.**
16. GUIBU, Fábio. Decisão sobre obra em rio será política, afirma ministro. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Recife, 27 out. 2005.
17. **SCOLESE, Eduardo. Caminho das águas: Bispo critica Lula e ameaça retomar protesto. Dom Luiz Cappio afirma que acordo com governo não está sendo cumprido e sinaliza nova greve de fome. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 27 out. 2005.**
18. NASSIF, Luís. Um roteiro para a transposição. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, São Paulo, 04 nov. 2005.
19. LEITE, Marcelo. Ciência em dia: Y Ikatu Xingu. *Folha de S.Paulo*, Caderno Ciência, Opinião, São Paulo, 06 nov. 2005. OPINIÃO CONTRA A TRANSPOSIÇÃO
20. **SCOLESE, Eduardo. Caminho das águas: Na CNBB, Ciro ironiza bispo e discute com promotores. Ministro rebate críticas ao projeto e ataca governadores. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 09 nov. 2005.**
21. **SCOLESE, Eduardo. Rio São Francisco: Lula receberá dom Luiz Cappio e quer encerrar o debate sobre transposição. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 12 dez. 2005.**
22. BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Opinião Econômica: O Bispo e o Presidente. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, Opinião, São Paulo, 15 dez. 2005.
23. **SCOLESE, Eduardo; CONSTANTINO, Luciana. Caminho das águas: Bispo se reúne com Lula e ataca transposição. Governo não aceita mudar projeto, apesar das pressões de dom Luiz Cappio, que fez greve de fome. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 16 dez. 2005.**
24. BORGES, César. A transposição da truculência. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Tendências/Debates, Opinião, São Paulo, 21 dez. 2005.

## **CONTEÚDO JORNALÍSTICO SOBRE A TRANSPOSIÇÃO: 2006, GERENCIAMENTO DO DIÁLOGO DE SURDOS**

1. BALDUINO, Dom Tomás. Lula, o bispo e o fórum. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Tendências/debates, Opinião, São Paulo, 13 jan. 2006.
2. **BONI, Ana Paula. Caminho das águas: Governo ignora críticas e não muda projeto. Intenção esbarra, porém, em ações contrárias à transposição do rio São Francisco que ainda correm no Supremo. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 05 fev. 2006.**

3. FERNANDES Kamila. Folia Sem Fronteiras: Governo destinou R\$ 500 mil à Mangueira enquanto Carnaval local ficou com R\$ 325 mil Ceará gastará mais no Rio do que em casa. *Folha de S.Paulo*, Caderno Cotidiano, São Paulo, Fortaleza, 08 fev. 2006.
4. TRANSPOSIÇÃO de rio tira Elba do Carnaval da PB. *Folha de S.Paulo*, Caderno Cotidiano, São Paulo, Fortaleza, 16 fev. 2006.
5. SALOMON, Marta. Eleições 2006/Presidência: Governo quer usar obra suspensa em publicidade na TV. Propaganda oficial dirá que administração Lula fez investimento pesado na transposição do rio São Francisco, suspensa em 2005. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 15 maio. 2006.
6. FERRO, Rosa. Heloísa diz ser contrária a obra no rio São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Maceió, 06 ago. 2006.
7. FERNANDES, Kamila. Transposição divide governadores eleitos. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Fortaleza, 07 nov. 2006.
8. SALOMON, Marta. Governo tenta driblar ações contra obra no S. Francisco. Licitação de R\$ 3,3 bi será desmembrada enquanto o STF não autoriza transposição. Para agilizar os trabalhos, os projetos executivos, com preço estimado em R\$ 90 mi, serão objeto de edital a ser lançado até o final do mês. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 07 nov. 2006.
9. DELGADO, Malu. Transposição custará mais que o previsto, calcula TCU. Para tribunal, obra no rio São Francisco beneficiará população inferior à estimada. TCU avalia que Estados não vão conseguir distribuir a água à população depois que as bacias fluviais da região estiverem integradas. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 11 nov. 2006.
10. LO PRETE, Renata. Painel: Águas revoltas. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 13 nov. 2006.
11. SALOMON, Marta. STF derruba liminares que suspendiam transposição. Ministério da Integração Nacional pretende iniciar obras no São Francisco em janeiro. Foram derrubadas pelo Supremo mais de dez ações que alegavam riscos sociais e ambientais, escassez de água e falhas no projeto. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 20 dez. 2006.
12. VASCONCELOS, Frederico. São Francisco: Entidades vão intensificar atos contra projeto. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 21 dez. 2006.

## CONTEÚDO JORNALÍSTICO SOBRE A TRANSPOSIÇÃO: 2007

### CONTEÚDO JORNALÍSTICO ANTES DA OCUPAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS: JANEIRO A MAIO DE 2007

1. OBRAS no rio São Francisco terão início. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, São Paulo, 23 jan. 2007.
2. SÃO FRANCISCO. ONGs recorrem ao STF contra obras para a transposição. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 09 fev. 2007.
3. FREITAS, Silvana de. Procurador quer barrar transposição. Antonio Fernando pede ao STF que suspenda a liberação para as obras do governo no rio São Francisco. Procurador-geral considera que licença do Ibama está "eivada de vícios" e que projeto deve ser analisado por Congresso Nacional. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 16 fev. 2007.
4. BEGUOCI, Leandro. Bispo retoma protesto contra obras e entrega carta a Lula. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 20 fev. 2007.
5. ABBATE, Vinicius. Foco: Bispo volta a condenar transposição de rio, mas descarta greve de fome. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 23 fev. 2007.

6. RIO São Francisco: Manifestantes fecham ponte em protesto contra transposição. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Salvador, Recife, Fortaleza, 27 fev. 2007. p. A9.

7. MOVIMENTOS protestam contra transposição do rio São Francisco. Cerca de 400 pessoas acampam em Brasília e pedem ao governo novo diálogo. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 13 mar. 2007.

8. ALVES FILHO, João Alves. Volta o risco da transposição. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, 14 mar. 2007.

9. SALOMON, Marta. Só empreiteiras brasileiras podem participar de edital do São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 14 mar. 2007.

10. BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Dom Luiz e o São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, 15 mar. 2007

11. SÃO Francisco: Manifestantes contra obra em rio tentam invadir ministério. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 16 mar. 2007.

12. SALOMON, Marta. São Francisco: União tem aval do Ibama, mas obra em rio depende de verbas. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 24 mar. 2007.

13. SALOMON, Marta. São Francisco: Ministério adia a transposição mesmo com R\$ 15 mi disponíveis. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 19 abr. 2007.

14. SALOMON, Marta. Ministro assina ordem para início da transposição do São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 8 maio 2007.

## CONTEÚDO JORNALÍSTICO SOBRE A OCUPAÇÃO DE CABROBÓ: JUNHO/JULHO DE 2007

1. SALOMON, Marta. Bispo de Barra se junta a índios na oposição à obra. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 10 jun. 2007.

2. SALOMON, Marta. Obra no São Francisco começa com 50 homens e R\$ 5 bilhões de gasto. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 10 jun. 2007.

3. SALOMON, Marta. Obra custou R\$ 443 mi antes mesmo de começar. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 10 jun. 2007.

4. MEMÓRIA: Idéia surgiu em 1818, na gestão de dom João 6º. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 10 jun. 2007.

5. ACAYABA, Cíntia; GUIBU, Fábio. Manifestantes contra a transposição invadem obra. Governo diz que já pediu reintegração de posse. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó (PE), 27 jun. 2007. p. A9.

6. GUIBU, Fábio. São Francisco. Manifestantes fazem enterro simbólico da transposição. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó (PE), 28 jun. 2007.

7. GUIBU, Fábio. Bispo critica Lula e pede resistência à transposição. Dom Luiz Cappio retoma os protestos contra obras no rio São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó (PE), 29 jun. 2007.

8. BAPTISTA, Renata. Manifestantes contra transposição terão de desocupar fazenda. Justiça Federal concede liminar para que contrários à obra do rio São Francisco deixem a propriedade usada pelo Exército. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó (PE), 30 jun. 2007.

9. GUIBU, Fábio. Invasão contra obra de transposição tem gerência de "empresa" No acampamento dos manifestantes de Cabrobó (PE), tarefas são divididas por setor e administradas por grupos diferentes. Receitas e despesas são registradas em planilhas de computador; coordenador nega que protesto siga administração empresarial. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó (PE), 01 jul. 2007.

10. FOLHA DE S.PAULO. Águas turvas. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Editorial, São Paulo, 01 jul. 2007.

11. GUIBU, Fábio. São Francisco. Quatro governadores lançam frente a favor da transposição. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Cabrobó (PE), 03 jul. 2007.

12. **POLÍCIA deve retirar hoje grupo que tenta impedir obra no S. Francisco. Assessor da CPT diz que manifestantes vão resistir à desocupação de fazenda.** *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, Recife, 04 jul. 2007.

13. GUIBU, Fábio. Sem resistência, invasores desocupam canteiro de obras do rio São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, Recife, 05 jul. 2007.

14. GUIBU, Fábio. Depois de serem retirados da obra do São Francisco, índios invadem fazenda. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, Recife, 06 jul. 2007.<sup>15</sup>

#### CONTEÚDO JORNALÍSTICO SOBRE A TRANSPOSIÇÃO NO INTERVALO ENTRE MANIFESTAÇÃO EM CABROBÓ E SEGUNDA GREVE DE FOME: JULHO E SETEMBRO DE 2007

1. **FREITAS, Silvana de. Procurador tenta, de novo, deter obras do São Francisco.** *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 20 jul. 2007.

2. SALOMON, Marta. Sob suspeita: TCU manda parar transposição do S. Francisco e mais 76 obras. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 20 set. 2007.

#### CONTEÚDO JORNALÍSTICO NA EFERVESCÊNCIA MIDIÁTICA DA SEGUNDA GREVE DE FOME: NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2007

1. GUIBU, Fábio. Bispo inicia nova greve de fome contra transposição. D. Luiz Cappio protesta contra obra no São Francisco e diz que Lula não cumpriu palavra. Presidente diz que bispo o obriga a escolher entre ele e 12 milhões que precisam de água: "E não tenha dúvida que eu ficarei com os pobres". *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Recife, 28 nov. 2007.

2. GUIBU, Fábio. Ministro critica nova greve de fome de religioso. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Recife, 28 nov. 2007.

3. GUIBU, Fábio. Religioso encontra fiéis, curiosos e autoridades. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 29 nov. 2007.

4. GUIBU, Fábio. São Francisco: Geddel critica greve de fome "fundamentalista" de bispo. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), Petrolina (PE) 30 nov. 2007.

5. GUIBU, Fábio. São Francisco: Arcebispo de Salvador pede a d. Luiz fim de greve de fome. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), Petrolina (PE) 05 dez. 2007.

6. BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. Dom Luiz não pode morrer. *Folha de S.Paulo*, Caderno Mercado, Seção Opinião, São Paulo, 06 dez. 2007.

7. ALVES FILHO, João. D. Cappio e o mito da falta d'água. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, Opinião, São Paulo, 07 dez. 2007.

8. GUIBU, Fábio. São Francisco. Ato de apoio a Cappio deve reunir cerca de 10 mil pessoas. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 08 dez. 2007.

<sup>15</sup> Essa matéria não foi encontrada na versão impressa e digitalizada, somente uma fotografia com legenda a respeito. Porém, surge no sistema de busca do jornal Folha de S.Paulo como notícia publicada no caderno Brasil. Essa informação pode ser conferida entre o sistema de busca do Acervo Folha e da Folha.com (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0607200727.htm>).

9. **GUIBU, Fábio.** Rio São Francisco. Letícia Sabatella visita bispo em greve de fome e critica Lula. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 09 dez. 2007.
10. **ALENCAR, Kennedy.** Preocupado com greve de fome, governo procura CNBB para conversar com bispo. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 10 dez. 2007.
11. **GUIBU, Fábio.** Exército limita ato com 4.000 que apóiam greve de bispo. Bloqueio foi perto de usina; padre não come há 13 dias. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 10 dez. 2007.
12. **LIMA, Geddel Vieira.** O inimigo número 1 da democracia. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Tendências/Debates: Opinião, São Paulo, 10 dez. 2007.
13. **BEGUOCI, Leandro.** CPT lança pesquisa para ajudar d. Luiz Flávio. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 11 dez. 2007.
14. **LULA recebe CNBB para discutir caso do bispo em greve de fome.** *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Sobradinho (BA), 11 dez. 2007.
15. **CAPPIO, Luiz Flávio.** Jejuo também por democracia real. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, Sobradinho (BA), 12 dez. 2007.
16. **GUIBU, Fábio.** Mesmo com a liminar da Justiça, bispo não suspende greve de fome. Dom Luiz Flávio Cappio diz que começa a se sentir "fisicamente debilitado". *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 12 dez. 2007.
17. **SCOLESE, Eduardo.** Justiça manda suspender obras do rio São Francisco. Decisão do TRF da 1ª Região é provisória; Advocacia Geral da União recorrerá. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 12 dez. 2007.
18. **BERGAMO, Mônica.** Ninguém engole isso. (Entrevista a Letícia Sabatella). Entrevista *Folha de S.Paulo*, Caderno Folha Ilustrada, São Paulo, 13 dez. 2007.
19. **GUIBU, Fábio.** Governo é uma ditadura, afirma bispo Luiz Cappio. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 13 dez. 2007.
20. **SCOLESE, Eduardo.** Greve de fome de bispo não vai parar obras, avisa Lula. Presidente rejeita interromper transposição por causa de protesto de religioso. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 13 dez. 2007.
21. **GUIBU, Fábio.** Irmão afirma que não vai pedir a bispo que pare greve de fome. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 14 dez. 2007.
22. **SCOLESE, Eduardo.** CNBB convoca jejum de apoio a bispo. Em nota divulgada ontem, a entidade conclama os cristãos a se "unirem em jejum e oração" a dom Luiz. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 14 dez. 2007.
23. **SEDE de votos.** Bispo em greve de fome repõe a transposição do São Francisco em pauta; interesse eleitoral parece vencer as fortes objeções. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Editorial, São Paulo, 15 dez. 2007.
24. **PRÓ: "Transposição é necessária para o Brasil"** (Entrevista a Nilson Campos) *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 15 dez. 2007.
25. **CONTRA: Especialista desaprova o projeto.** (Entrevista a Thomaz da Mata Machado). *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 15 dez. 2007.
26. **BEGUOCI, Leandro; GUIBU, Fábio.** Vaticano pede a bispo que encerre greve. D. Lorenzo Baldisseri, representante de Bento 16, enviou carta a d. Luiz Cappio; na BA e no DF, grupos anunciam "jejuns solidários". *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 15 dez. 2007.
27. **GUIBU, Fábio.** São Francisco: Paralisação de obras não acaba com jejum. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 16 dez. 2007.
28. **ALENCAR, Kennedy.** Carta da CNBB a religioso critica jejum. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 17 dez. 2007.
29. **SCOLESE, Eduardo.** Bispo tem sido 'intransigente', diz Patrus [Entrevista]. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 17 dez. 2007.

30. GUIBU, Fábio. "Ministro Patrus não tem qualificação para falar da transposição", diz bispo. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 18 dez. 2007.
31. SELIGMAN, Felipe; GUIBU, Fábio. Planalto negocia com bispo fim de jejum. Proposta envolve construir cisternas e acelerar revitalização do rio São Francisco; d. Luiz diz que oferta é "indecorosa". *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, Sobradinho (BA), 18 dez. 2007.
32. GUIBU, Fábio. Testes verificam alterações nas funções renais do bispo em jejum. Médico faz d. Luiz assinar termo em que se responsabiliza pela greve de fome *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 19 dez. 2007.
33. GUIBU, Fábio. SCOLESE, Eduardo. Perfil: Religioso já quis estudar engenharia. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 19 dez. 2007.
34. GUIBU, Fábio. SCOLESE, Eduardo. Governo propõe a bispo parar obras. Chefe de gabinete de Lula e CNBB tentam acordo com religioso; transposição seria suspensa por dois meses. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 19 dez. p. A10. 2007. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/19/2>>. Acesso em: 19 mar. 2012.
35. ELEITORA de Lula, atriz apoia bispo e critica governo (Entrevista a Letícia Sabatella). *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Primeiro Caderno, Seção Brasil, 19 dez. 2007. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/12/19/2>>. Acesso em: 11 ago. 2011.p. A11
36. CONY, Carlos Heitor. A fome da greve. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, Rio de Janeiro, 20 dez. 2007.
37. FREITAS, Janio de. Nas águas do rio. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 20 dez. 2007.
38. SALOMON, Marta. Consórcio vence licitação de 1º lote do São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 20 dez. 2007.
39. BEGUOCI, Leandro. Para teólogo, ato de bispo tem amparo na Bíblia. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 20 dez. 2007. RELIGIAO
40. MELLO, Fernando Barros de. Especialistas não vêem messianismo em ato de religioso. Professor de sociologia da USP diz que bispo poderia vir a ter seguidores, mas não tem características de líder carismático. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 20 dez. 2007.
41. GUIBU, Fábio. Para médico, greve acabou e saúde de bispo é frágil. "É lógico que acabou; não tem jeito", diz João Franco Cappio, irmão de d. Luiz *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 20 dez. 2007.
42. SCOLESE, Eduardo. Atriz chora e diz que decisão foi humilhante. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 20 dez. 2007.
43. FREITAS, Silvana de; SCOLESE, Eduardo. Supremo libera transposição; bispo desmaia e é internado. Relator diz que Judiciário não pode interferir em definição de políticas públicas. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 20 dez. 2007.
44. MOURA, Wagner. Entrevista de Mônica Bergamo a Wagner Moura. "Um lago fedido". *Folha de S.Paulo*, Caderno Folha Ilustrada, São Paulo, 21 dez. 2007.
45. GUIBU, Fábio; Francisco, Luiz. Bispo deixa UTI e encerra greve de fome. Em missa, d. Luiz agradece apoio da população a seu protesto e pede "perdão por tudo que fiz vocês sofrerem nesses dias". *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), Petrolina (PE), 21 dez. 2007.
46. SANDER, Letícia. "Se o Estado cede, o Estado acaba", diz Lula sobre bispo. Em café com jornalistas, presidente critica a greve de fome de d. Luiz Cappio. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 21 dez. 2007.
47. LO PRETE, Renata. A luta continua. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Painel do Leitor, São Paulo, 21 dez. 2007.

48. BARROS E SILVA, Fernando de. Águas republicanas. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, 21 dez. 2007.

**49. GUIBU, Fábio; FRANCISCO, Luiz. STF foi submetido e Estado de Direito corre risco, diz bispo. Para d. Luiz, Lula foi "muito insensível" e decisão do Supremo, "desanimadora". *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), Petrolina (PE), 22 dez. 2007.**

50. GASPARI, Elio. Letícia Sabatella fez bem ao Natal. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, Sobradinho (BA), 23 dez. 2007.

**51. SALOMON, Marta. Lula quer obra no rio São Francisco "irreversível" até 2010. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 23 dez. 2007.**

**52. FRANCISCO, Luiz. Para bispo, Lula do passado morreu e seu governo só dá esmola ao povo. Religioso diz que os movimentos sociais foram abafados na gestão de petista. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Barra (BA), 24 dez. 2007.**

### **CONTEÚDO JORNALÍSTICO DEPOIS DA EFERVESCÊNCIA MIDIÁTICA DA SEGUNDA GREVE: DEZEMBRO DE 2007**

1. REBÊLO, Paulo. Projeto de transposição das águas remonta ao Império. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Sobradinho (BA), 26 dez. 2007.

2. REBÊLO, Paulo. São Francisco se transforma no rio da discórdia com obras. Projeto de transpor as águas coloca em lados opostos ribeirinhos e sertanejos. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 26 dez. 2007.

3. CONY, Carlos Heitor. A tese e a prática. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, Rio de Janeiro, 27 dez. 2007.

4. SALOMON, Marta. Transposição gasta 3 vezes o aplicado em revitalização. Obra para transpor São Francisco leva R\$ 186 mi; recuperação tem R\$ 60 mi. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 30 jan. 2008.

### **CONTEÚDO JORNALÍSTICO SOBRE A TRANSPOSIÇÃO: 2008, REFLUXO DA RESISTÊNCIA À OBRA**

1. GUIBU, Fábio. Seca: Exército retoma as obras de transposição do São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Recife, 08 jan. 2008.

2. MALVEZZI, Roberto. Margens opostas. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Opinião, São Paulo, 15 jan. 2008.

**3. EM ATO de desagravo, d. Luiz diz que "Lula cospe no prato em que comeu". Bispo de Barra afirma que presidente virou as costas para os movimentos sociais. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, 21 jan. 2008.**

4. ROBUSTI, João Claudio. A guerra equivocada. O Exército não deveria mobilizar 380 de seus combatentes para realizar as obras de transposição do rio São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, Opinião, São Paulo, 24 jan. 2008.

**5. MATAIS, Andreza. Sessão sobre transposição no Senado acaba em bate-boca. Ex-ministro Ciro Gomes, favorável à obra, e Letícia Sabatella, contrária, discutem. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 15 fev. 2008.**

**6. FERNANDES, Kamila. São Francisco: Geddel desqualifica artistas contrários à transposição. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Fortaleza, 16 fev. 2008.**

7. FERNANDES, Kamila. Casos aumentam às margens do São Francisco. *Folha de S.Paulo*, Caderno Cotidiano, São Paulo, Fortaleza, 18 maio 2008.

8. FERNANDES, Kamila. REIS, Thiago. PAC pode agravar exploração sexual infantil. Constatação do problema partiu das entidades de defesa dos direitos humanos, dos conselhos tutelares e das ONGs. *Folha de S.Paulo*, Caderno Cotidiano, São Paulo, Fortaleza, 18 maio 2008.

9. SALOMON, Marta. Ibama multa governo federal em R\$ 374 mil. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 22 maio 2008.

**10. GUERREIRO, Gabriela. Foco: 500 religiosos se encontram com José Alencar e criticam transposição de rio e etanol. *Folha de S.Paulo*, Primeiro Caderno, Seção Brasil, São Paulo, Brasília, 20 out. 2008.**

11. CONSTRUTORA cita impossibilidade de fazer obra. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, São Paulo, Brasília, 27 nov. 2008.

12. D'AMORIM, Sheila; CRUZ, Valdo. Camargo Corrêa desiste de obra no rio São Francisco. Construtora de trecho de uma das maiores obras do PAC pedia mais dinheiro; governo considerou haver quebra de contrato. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, São Paulo, Brasília, 27 nov. 2008.

## CAPAS

### 2005

01 de outubro: Romaria: Cem pessoas vão à capela em Cabrobó (PE) onde está o bispo Luiz Cappio (destaque), em greve de fome contra a transposição do São Francisco; Lula enviou carta a ele. (duas fotos).

03 de outubro: NOVENA: Reunião de fiéis em capela no sertão pernambucano onde bispo de Barra (BA), o frei Luiz Flávio Cappio, faz greve de fome contra a transposição do rio São Francisco. (com foto)

05 de outubro: Bispo faz governo adiar obras. (com foto grande, segunda mais importante).

06 de outubro: Governo diz que bispo já aceita encerrar greve de fome (sem foto).

07 de outubro: Governo abre debate, e bispo pára greve / Segundo religioso, Planalto prometeu suspender obras de transposição do São Francisco durante discussão. Jaques Wagner nega. Manchete.

08 de outubro: Cronograma da transposição está mantido, diz Ciro. (sem foto). Leia amanhã: Caderno sobre a transposição do rio São Francisco.

09 de outubro: Transposição já consumiu R\$ 12 milhões / Valor é seis vezes o que já foi gasto na revitalização do rio São Francisco; obra que divide opiniões teve início marcado para novembro. (Sem foto mas chamada principal).

14 de outubro: Relatório do BM questiona obra no S. Francisco. (sem foto).

### 2007

16 de março: Quebra-quebra: Manifestante deixa o prédio do Ministério da Integração Nacional, em Brasília, invadido por membros de movimentos contra a obra de transposição do rio São Francisco; o clima ficou tenso quando a portaria do prédio foi quebrada e um homem, detido. (foto grande e principal).

29 de junho: Daqui não saio. Cerimônia indígena no acampamento de manifestantes, em Cabrobó (PE), contra a transposição do rio São Francisco; d. Luiz Flávio Cappio pediu aos participantes que mantenham o protesto.

14 de dezembro: CNBB pede apoio à greve de fome de bispo. (sem foto)

15 de dezembro: Editoriais: Leia "Sede de votos", sobre transposição do São Francisco e "O Itamaraty reincide" acerca de direitos humanos. (sem foto)

18 de dezembro: Oito quilos a menos. O bispo de Barra (BA) d. Luiz Cappio em greve de fome contra transposição do São Francisco. (foto principal).

19 de dezembro: Planalto propõe a bispo parar obra em rio em troca de fim de jejum. (foto principal: a atriz Letícia Sabatella participa de manifestação em solidariedade a Dom Luiz Flávio Cappio na Praça dos Três Poderes. (com foto)

20 de dezembro: STF libera obras no São Francisco (manchete, foto grande).

21 de dezembro: Após 23 dias de greve, bispo encerra jejum contra transposição (sem foto).

22 de dezembro: Bispo diz que Lula foi 'insensível' e STF 'subserviente'. (sem foto).

23 de dezembro: Lula quer tornar irreversível obra de transposição do São Francisco. / Elio Gaspari: Letícia Sabatella é um exemplo que faz bem à alma. (sem foto).

24 de dezembro: Bispo do jejum diz que o Lula do passado morreu. (sem foto)

## 2008

15 de fevereiro: NOVELÃO: Após discutirem no Senado sobre a transposição do rio São Francisco, Ciro Gomes (PSB) e a atriz Letícia Sabatella conversam ante do ator Carlos Vereza; "Escolhi meter a mão na massa, às vezes suja de côco, mas minha cabeça não", afirmou Ciro no debate.

## RELAÇÃO DAS NOTÍCIAS DO JORNAL NACIONAL SOBRE A TRANSPOSIÇÃO ESSAS NOTÍCIAS TAMBÉM ESTÃO CONTEMPLADAS EM EDIÇÕES DA FOLHA DE S.PAULO

## 2005

1. OBRAS de transposição do Rio São Francisco devem começar em abril. *Jornal Nacional*, 13 jan. 2005.
2. PRIMEIRA vitória. *Jornal Nacional*, 17 jan. 2005.
3. PUBLICADO aviso de licitação para obras da transposição do São Francisco. *Jornal Nacional*, 10 maio 2005.

### Período da primeira greve de fome: set./out. 2005

1. CNBB pede adiamento das obras de transposição do Rio São Francisco. *Jornal Nacional*, 28 set. 2005.
2. CIRO Gomes responde às críticas da CNBB. *Jornal Nacional*, 29 set. 2005.
3. TRANSPOSIÇÃO das águas do São Francisco. *Jornal Nacional*, 30 set. 2005.
4. BISPO faz greve de fome contra obras no Rio São Francisco. *Jornal Nacional*, 01 out. 2005.
5. BISPO diz que permanecerá em greve de fome contra a transposição das águas do São Francisco. *Jornal Nacional*, 03 out. 2005.
6. DIA de São Francisco. *Jornal Nacional*, 04 out. 2005.
7. DEZ dias em jejum. *Jornal Nacional*, 05 out. 2005.
8. GREVE de fome gera críticas. *Jornal Nacional*, 05 out. 2005.
9. BISPO encerra greve de fome. *Jornal Nacional*, 06 out. 2005.
10. BISPO ameaça retomar greve. *Jornal Nacional*, 07 out. 2005.

## 2006

1. SURPRESAS para o desfile do Rio. *Jornal Nacional*, 25 fev. 2006.
2. O DIA dos candidatos à presidência. *Jornal Nacional*, 03 ago. 2006.
3. O DIA dos candidatos. *Jornal Nacional*, 04 ago. 2006.

## 2007

1. GOVERNADORES do Nordeste cobram ajuda do governo Lula. *Jornal Nacional*, 11 jan. 2007.
2. BISPO que fez greve de fome contra transposição do São Francisco leva carta a Lula. *Jornal Nacional*, 22 fev. 2007.
3. PUBLICADO edital para a primeira etapa das obras de transposição do Rio São Francisco. *Jornal Nacional*, 13 mar. 2007.
4. PROTESTO contra transposição do Rio São Francisco. *Jornal Nacional*, 15 mar. 2007.
5. IBAMA libera licença de instalação para projeto de transposição do São Francisco. *Jornal Nacional*, 23 mar. 2007.
6. MILITARES do Exército começaram a trabalhar na obra de transposição do Rio São Francisco. *Jornal Nacional*, 09 jun. 2007.
7. TRANSPOSIÇÃO do rio São Francisco gera manifestações. *Jornal Nacional*, 26 jun. 2007.

### **Período da segunda greve de fome: dezembro de 2007**

1. VATICANO envia carta pedindo fim da greve de fome de dom Cappio. *Jornal Nacional*, 15 dez. 2007.
2. OBRAS no São Francisco serão retomadas. *Jornal Nacional*, 19 dez. 2007.
3. FIM do jejum. *Jornal Nacional*, 20 dez. 2007.

### **2008 a 2010**

1. RECOMEÇAM as obras no São Francisco. *Jornal Nacional*, 08 jan. 2008
2. MANIFESTANTES protestam em vários estados. *Jornal Nacional*, 10 jun. 2008
3. LULA visita obra da transposição do São Francisco. *Jornal Nacional*, 15 out. 2009
4. OPOSIÇÃO questiona viagem de Lula ao São Francisco. *Jornal Nacional*, 20 out. 2009
5. LULA visita Nordeste e fala sobre transposição do Rio São Francisco. *Jornal Nacional*, 14 dez. 2010

## APÊNDICE B

### CRONOLOGIA: CONTEXTO HISTÓRICO DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

#### SÉCULO XIX

1818-1820 – O clérigo João de Santa Rosa, em visita ao o Cariri, se pronuncia sobre a ideia da canalização do rio São Francisco até o Ceará. O ouvidor José Raimundo de Passos Barbosa pede o cálculo da obra.

1839 – Marcos Antonio de Macedo recém-chegado da Europa viaja ao vale do São Francisco para conhecer os lugares de onde poderia partir o canal.

1847 – Marcos Antonio de Macedo, então deputado provincial do Ceará, estuda a ideia da canalização das águas do São Francisco para o riacho dos Porcos, afluente do rio Jaguaribe (CE).

1854 – O engenheiro Henrique Halfeld realiza um estudo detalhado sobre a navegabilidade do rio São Francisco. Nesse estudo, cita a carta de Antônio de Macedo defendendo que convém estudar a ideia da canalização do rio São Francisco.

1885 – Em 22 de setembro, o engenheiro Tristão Franklin de Lima manda cravar a chamada estaca OK para o lançamento dos estudos sobre o Canal de São Francisco, cuja localização é a mesma assinalada por Macedo, no atual município de Cabrobó.

1886 – É iniciada a construção do açude do Cedro, em Quixadá (CE), um marco das políticas relacionadas às obras de solução hidráulica do Nordeste.

#### SÉCULO XX

1906 – É inaugurado o açude do Cedro pelo presidente Afonso Pena que exclama: “É muito lindo mas é uma inutilidade”.

1908 – Euclides da Cunha publica *Contrastes e confrontos*, citando a possibilidade da transposição do rio São Francisco.

1909 – É criado o Instituto de Obras Contra as Secas (Iocs), vinculado ao Ministério de Viação e Obras Públicas, no governo Nilo Peçanha.

1913 – Estudos do Iocs indicam a possibilidade técnica de execução da transposição, o mapa foi realizado por Robert Miler indicando um canal com cerca de 300 km entre o rio São Francisco e o rio Jaguaribe.

1919 – É criada a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs) substituindo o IOCS. O Ifocs cria esboços técnicos sobre o canal São Francisco-Jaguaribe, concluindo pela viabilidade técnica da transposição.

1945 – É instituído o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).

1972 – O deputado cearense, Wilson Roriz, retoma o debate sobre a transposição cogitando a tecnologia de bombeamento da água para sua viabilidade técnica.

1978/1979 – O Dnocs prepara editais de licitação para realização de estudos sobre a transposição de águas do rio Tocantins e do rio São Francisco.

1980 – O Plano de Irrigação do Semiárido realizado pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) trata as águas do rio São Francisco como fonte hídrica complementar

para os rios do Nordeste setentrional, indicando a possibilidade de futura captação de 42,4 m<sup>3</sup>/s de sua vazão.

1981 – O Dnocs elabora projeto de engenharia da transposição do rio São Francisco, cuja vazão hídrica de captação é de 300 m<sup>3</sup>/s para suprir as bacias dos rios Jaguaribe, Piranhas e Apodi.

## **1990 - 2002**

1990 – No início da década de 1990, o projeto de transposição é apresentado pelo ex-ministro Aluizio Alves, porém, o projeto é indeferido pelo TCU.

4 de outubro de 1992 a 4 de outubro de 1993 – Ocorre a peregrinação de Dom Cappio (então ainda frei Cappio) com mais três religiosos pelo vale do rio São Francisco.

22 de dezembro de 1993 – O ministro do Meio Ambiente (no governo Itamar Franco), Rubens Ricupero, escreve carta reconhecendo a frei Cappio e seus companheiros de peregrinação como atores importantes na mobilização popular a favor do rio São Francisco.

1994 – É elaborado o Projeto Básico de Engenharia da transposição para o trecho de Cabrobó (PE) a Jatí (CE).

3 de março de 1994 – Adriano Martins viaja a sete países da Europa para divulgar a problemática social e as belezas do rio São Francisco.

1997 a 2000 – Há ampliação do Projeto Básico de Engenharia de 1994 contendo novos trechos, além da execução do Estudo de Impacto Ambiental da transposição.

5 de junho de 2001 – É aprovado Decreto de criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF).

2002 – No segundo turno das eleições presidenciais, Lula, então candidato presidencial, recebe o apoio do ex-candidato presidencial, Ciro Gomes, considerado um dos maiores defensores da transposição.

## **2003**

Setembro – O vice-presidente da República, José Alencar, apresenta no Senado Federal um projeto de transposição orçado em US\$ 6,5 bilhões, no formato proposto pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contemplando conjuntamente a transposição do rio Tocantins.

## **2004**

Maior – É realizada a Marcha Águas Pela Vida, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), com cerca de mil participantes, entre o trecho Goiânia-Brasília (230km).

29 de junho – O CBHSF aprova o Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, diante de um processo participativo com mais de 1.200 usuários, posicionando-se sobre a transposição. O Plano definiu que se a transposição viesse ocorrer, que isso dependeria de um estudo prévio e criterioso comprovando escassez hídrica das regiões receptoras. Nesse âmbito, o Comitê poderia aprovar a vazão máxima de 12 m<sup>3</sup>/s e, tão somente, para usos voltados ao abastecimento humano e à dessedentação animal.

Julho – O Ministério da Integração Nacional (MI) apresenta o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf), especificando

que o uso da água também serviria, além do abastecimento humano, ao consumo industrial, às irrigações e a projetos de carcinicultura.

Outubro – Ocorre no Encontro da SBPC, em Recife (PE), o *Workshop* sobre a Transposição de Águas do rio São Francisco, vinculado ao Encontro Internacional sobre Transferência de Águas entre Grandes Bacias Hidrográficas. As conclusões finais se posicionaram contra o Pisf.

30 de novembro – Em regime de urgência, o governo federal convoca o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) para apreciação e deliberação sobre o Pisf, sem a devida convocação das Câmaras Técnicas. A intenção do governo federal era a de reverter a decisão do CBHSF que decidira pela exclusividade do uso externo da água do rio São Francisco ao consumo humano e animal, na vazão máxima de 12 m<sup>3</sup>/s. Em reunião prévia, procuradores da República e promotores de Justiça dos estados banhados pelo rio São Francisco, celebrada na Procuradoria de República em Brasília, deliberaram pela propositura de Mandado de Segurança contra a ministra do MMA, Marina Silva, então presidente do CNRH. A reunião do CNRH foi impedida por liminar concedida pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Distrito Federal.

## 2005

17 de janeiro – Convocada reunião do CNRH, mesmo diante de liminar judicial contrária. Na ocasião, o Pisf foi aprovado levando em consideração uma Nota Técnica da ANA (492/23 set. 2004), afirmando haver disponibilidade hídrica no rio São Francisco. O documento de aprovação não faz nenhuma menção ao Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco, documento legalmente formalizado diante de ampla participação dos usuários da bacia em consultas públicas, como lhe assegura a Lei 9433/97.

18 de janeiro – A ANA concede a outorga preventiva de água ao Pisf.

Abril – É liberada a Licença Prévia (LP) pelo Ibama, sem que ocorressem as audiências públicas nos estados doadores, como em Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe, Goiás e no Distrito Federal.

Mai – Ocorre a Marcha Nacional pela Reforma Agrária do MST com 17 mil participantes, entre o trecho Goiânia-Brasília (230km), percorrendo-o em 17 dias.

22 de setembro – Ocorre a liberação do Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica (Certoh) ao Pisf pela ANA (Resolução 412 da ANA).

26 de setembro – Inicia a primeira greve de fome de Dom Luiz Flávio Cappio.

28 de setembro – O presidente da CNBB, Dom Geraldo Majella Agnelo, envia carta à Presidência solicitando o cancelamento do projeto de transposição.

4 de outubro – Quatro militantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) também aderem ao gesto de realizar greve de fome junto a Dom Cappio.

6 de outubro – Termina a greve de fome de Dom Cappio.

18 de outubro – O Supremo Tribunal Federal (STF) recebe duas ações pedindo suspensão da transposição, uma delas foi movida pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual da Bahia, e a outra se tratou de uma ação cautelar movida pela Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR-BA) e por entidades ambientalistas.

24 de outubro – Ciro Gomes, ministro do MI, declara que as obras da transposição começam imediatamente, apesar do compromisso do governo federal com Dom Cappio e com a sociedade civil, de que antes de ser tomada qualquer decisão sobre o Pisf que haveria um grande debate transparente e participativo com toda a sociedade.

26 de outubro – Ocorre o encontro da Assembleia Popular, *Mutirão por um Novo Brasil*, com a participação de Dom Cappio.

8 de novembro – Ocorre na sede da CNBB, em Brasília, reunião com 30 bispos e outros representantes da sociedade civil, e com a presença de Ciro Gomes, para debater a transposição.

15 de dezembro – Realiza-se audiência com integrantes de movimentos populares, com Dom Cappio e outras entidades contrárias à transposição com o presidente Lula, no Palácio do Planalto.

## **2006**

Fevereiro – Movimentos sociais enviam documento ao presidente Lula cobrando uma agenda de debates.

6 e 7 de julho – Ocorre, em Brasília, encontro de movimentos populares e demais representantes da sociedade civil e funcionários do governo para debater alternativas ao desenvolvimento do semiárido, então, cria-se três câmaras temáticas para aprofundar as questões sobre revitalização do rio São Francisco.

Agosto a outubro – Durante campanha eleitoral, tema da transposição não aparece nos programas políticos.

10 de novembro – Tribunal de Contas da União (TCU) demonstra em auditoria que o Pisf não teria como atender a 88% dos municípios previstos, no projeto, por falta de infraestrutura para captação, tratamento e distribuição da água da transposição.

18 de dezembro – O STF avocou a si competência para julgar todos os processos jurídicos relacionados à transposição. O ministro do Sepúlveda Pertence suspende dez liminares que proibiam o início das obras da transposição, liberando o Ibama para conceder a Licença de Instalação.

## **2007**

22 de janeiro – O governo federal apresenta o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estando nele, contemplado com destaque, o Pisf.

10 de fevereiro – Dilma Roussef, então secretária da Casa Civil, declara que o diálogo sobre a transposição chegou ao limite dos debates.

15 de fevereiro – O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, entra com petição junto ao STF para cassação da Licença Prévia da transposição.

21 de fevereiro – Dom Cappio escreve outra carta ao presidente Lula requerendo a retomada do diálogo. À carta é anexado o projeto alternativo para melhoria da qualidade de vida da população do semiárido nordestino formulado pelos movimentos e entidades populares.

26 de fevereiro – Movimentos populares interdita a ponte entre Juazeiro e Petrolina e realizam ocupação da Superintendência Regional da Codevasf, em Petrolina, exigindo cancelamento do projeto de transposição.

12 de março – Mais de 600 militantes dos movimentos populares realizam acampamento, ao lado da Torre de Televisão, em Brasília, reivindicando a retomada de diálogo com o governo federal, as principais demandas são o arquivamento do projeto de transposição e a revitalização do rio São Francisco. Concomitante, ocorrem manifestações no Ceará e em São Paulo contra a transposição.

13 de março – Há o lançamento de edital, no Diário Oficial da União, para licitações das obras da transposição.

15 de março – Movimentos populares ocupam o MI. Nesse período, os movimentos têm audiência pública com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

16 de março – Há a saída de Pedro Britto e entrada de Geddel Vieira Lima como ministro da Integração Nacional.

23 de março – O Ibama concede a Licença de Instalação do Pisf.

10 de junho – O Exército finca marco de início da transposição do rio São Francisco, em Cabrobó (PE).

11 a 15 de junho – O 5º Congresso Nacional do MST é celebrado reunindo 17.500 militantes. A Carta do 5º Congresso aponta como um dos objetivos do Movimento: lutar contra a transposição do rio São Francisco.

15 de junho – O ministro Geddel Vieira oficializa o início da primeira etapa das obras da transposição do rio São Francisco no canteiro de obras construído pelo Exército, em Cabrobó (PE).

26 de junho a 4 de julho – Cerca de 1.200 militantes de movimentos populares, entre esses indígenas de 15 etnias então ameaçadas pela transposição, ocupam o canteiro de obras da transposição construído pelo Exército, em Cabrobó.

4 de julho – Os movimentos populares encerram a Ocupação do Canteiro de Obras depois de nove dias de resistência frente ao Exército.

5 de julho – O Procurador-Geral da República, Antonio Fernando Souza, solicita ao STF suspensão imediata das obras de transposição.

19 de agosto – Inicia a Caravana em Defesa do São Francisco e do Semi-árido Contra a Transposição, percorrendo em treze dias, onze capitais do país e quatro cidades do interior do Nordeste, realizando debates em diversos espaços, em universidades, em entrevistas à mídia jornalística e com visitas aos governadores dos estados. A Caravana foi composta por especialistas e militantes de movimentos populares.

27 de novembro – Dá-se o início do segundo jejum político de Dom Cappio, em Sobradinho (BA).

29 de novembro – Dom Cappio escreve a *Carta ao Povo do Nordeste*.

10 de dezembro – O desembargador Souza Prudente, junto ao Tribunal Regional Federal 1ª Região, determinou a paralisação das obras da transposição suspendendo os efeitos do CNRH que havia tomado decisão contrária à do CBHSF.

11 de dezembro – A Justiça Federal da Bahia ordena suspensão das obras da transposição. A liminar foi divulgada pelo TRF da 1ª Região.

Reunião entre membros da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o presidente Lula para discutir a transposição e a greve de fome de Dom Cappio.

12 de dezembro – Ocorre o Acampamento pela Vida do São Francisco e do Nordeste e contra a Transposição em Brasília, contando com a participação de 600 pessoas, em Brasília.

13 de dezembro – A CNBB convida a todos os cristãos para se unirem em jejum e oração em apoio a Dom Cappio.

14 de dezembro – Há o lançamento do projeto fotográfico de João Zinclar, *O outro lado do rio São Francisco*, sendo exposto no Museu da Imagem e do Som de Campinas (permanecendo até 31 de janeiro de 2008). Entre as imagens há cenários da luta contra a transposição.

17 de dezembro – É promovido o Dia Nacional de Vigília e Jejum Solidário articulado pela Cáritas, com atividades em diversos lugares do país.

18 de dezembro – Caravanas de vários estados chegam a Brasília para protestar contra a transposição e para apoiar o STF a julgar a favor do pedido de agravo do procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza.

19 de dezembro – O STF julga o projeto de transposição como válido. Em Sobradinho (BA), Dom Cappio desmaia e é hospitalizado em Petrolina (PE).

20 de dezembro – Dom Cappio recebe alta do hospital e decreta a finalização do segundo jejum, mas não da luta contra a transposição.

## 2008

14 de fevereiro – Ocorre audiência pública sobre a transposição do rio São Francisco, no Senado Federal.

25 a 27 de fevereiro – É realizada a Conferência dos Povos do São Francisco e do Semi-Árido, na qual é elaborada a *Carta de Sobradinho* assinada por 93 movimentos e organizações populares.

28 de março – É promovido o encontro Modelo de desenvolvimento e a transposição do rio São Francisco, organizado pela Frente Cearense por uma Nova Cultura da Água e Contra a Transposição das Águas do Rio São Francisco, na Universidade Federal do Ceará (UFC). Na ocasião, é lançado o documentário *Transposição do rio São Francisco e as águas do Ceará – os cursos da privatização*.

1 de abril – Levantam-se diversos protestos no Brasil, em torno do Dia da Mentira do Governo Federal e do Dia da Verdade do Povo. Entre as atividades desses protestos, são debatidos criticamente os argumentos do governo e dos movimentos sobre a transposição.

9 de maio – Dom Cappio recebe o Prêmio Kant de Cidadão do Mundo, da Fundação Kant, em Freiburg. Esse prêmio tem contemplação bianual e é um reconhecimento do trabalho de lutadores sociais em prol da defesa dos direitos humanos.

10 de junho – Movimentos populares ocupam a barragem de Sobradinho (BA) e instalações do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CE). Entre as demandas está a paralisação das obras da transposição e, a diminuição do preço da energia pago pelas famílias brasileiras.

18 de outubro – A Pax Christi Internacional, com sede em Bruxelas, concede a Dom Luiz Flávio Cappio o prêmio Paz 2008, reconhecendo a importância de sua defesa pelas populações que vivem no vale do São Francisco e no semiárido. O prêmio é entregue na V Romaria das Águas, em Sobradinho.

22 de outubro – Dom Cappio recebe o Troféu João Canuto, do Movimento Humanos Direitos, por sua dedicação a favor dos direitos humanos das populações do Nordeste brasileiro.

## 2009

9 de abril – Ocorre o encontro da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname), em Olinda (PE), para denunciar a violação dos direitos étnicos e territoriais dos povos indígenas atingidos pela transposição do rio São Francisco.

21 a 23 agosto – É celebrado o II Encontro Popular da Bacia do rio São Francisco, em Juazeiro (BA).

## **2010**

17 de março – 800 militantes do MAB ocupam a Chesf, em Sobradinho (BA), reivindicando a paralisação imediata dos projetos de construção das barragens de Riacho Seco e Pedra Branca no rio São Francisco, e a suspensão das obras da transposição.

17 a 19 de junho – Ocorre o Encontro dos Atingidos e Atingidas pela Transposição, em Campina Grande (PB), com representantes de diversos movimentos e entidades populares, para discutir a problemática socioambiental das famílias com seus direitos humanos violados pela construção da obra.

## APÊNDICE C MODOS DE OPERAR DA IDEOLOGIA

Apêndice C - Modos de operar da ideologia em que relações de dominação são estabelecidas e sustentadas – Recortes *ipsis litteris* como se encontra em Thompson (2002, p 81-88)

Modos Gerais de Ideologia	Algumas estratégias típicas de construção simbólica
<p><b>1. Legitimação</b> A representação das relações de dominação como legítima pode ser vista como uma <u>exigência de legitimação</u> que está baseada em certos fundamentos, expressa em certas formas simbólicas e que pode, em circunstâncias dadas, ser mais ou menos efetiva. (p. 82).</p>	<p><b>Racionalização:</b> <u>cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio.</u> (p. 82).</p> <p><b>Universalização:</b> acordos institucionais que servem aos <u>interesses de alguns indivíduos</u> são apresentados como servindo aos <u>interesses de todos</u>, e esses acordos são vistos como estando abertos, em princípio, a qualquer um que tenha a habilidade e a tendência de ser neles bem sucedido. (p. 82).</p> <p><b>Narrativização:</b> essas exigências estão inseridas em <u>histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável.</u> De fato, as <u>tradições são muitas vezes inventadas</u> a fim de <u>criar um sentido de pertença a uma comunidade</u> e a uma história que transcende a experiência do conflito, da diferença e da divisão. (p. 83)</p>
<p><b>2. Dissimulação</b> [...] ações de dominação podem ser [...] <u>ocultadas, negadas ou obscurecidas</u>, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que <u>desvia nossa atenção, ou passa por cima das relações</u> e processos existentes. (p. 84).</p>	<p><b>Deslocamento:</b> [...] um <u>termo costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a um outro</u>, e com isso as conotações positivas ou negativas do termo são transferidas para outro objeto ou pessoa. (p. 84).</p> <p><b>Eufemização:</b> [...] ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a <u>despertar uma valoração positiva.</u> Há muitos exemplos [...]: a <u>supressão violenta do protesto é descrita como a “restauração da ordem”</u>, a prisão ou campo de concentração é descrito como um “centro de reabilitação”; [...] <u>muitas vezes mais sutil</u> do que sugerem esses exemplos bastante conhecidos. [...] Existe um espaço vago, aberto e indeterminado em muitas das palavras de que nós usamos, de tal modo que <u>a eufemização pode se dar através de uma mudança de sentido pequena ou mesmo imperceptível.</u> (p. 84).</p> <p><b>Figuras de linguagem: Sinédoque:</b> [...] <u>junção semântica da parte e do todo:</u> alguém usa um termo que está no lugar de uma parte, a fim de se referir ao todo, ou usa um termo que se refere ao todo a fim de se referir a uma parte. Essa técnica <u>pode dissimular relações sociais, através da confusão ou da inversão das relações entre coletividades e suas partes, entre grupos particulares e formações sociais e políticas mais amplas</u> [...] <b>Metonímia:</b> [...] <u>um termo que toma o lugar de um atributo, de um adjunto, ou de uma característica relacionada à algo para se referir à própria coisa</u> [...] <b>Metáfora:</b> implica a <u>aplicação de um termo ou frase a um objeto ou ação à qual ele, literalmente, não pode ser aplicado.</u> [...] se bem sucedida gera um sentido novo e duradouro. (p. 84-85).</p>
<p><b>3. Unificação</b> [...] através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa <u>identidade coletiva, independente das diferenças e das divisões</u> que possam separá-los. (p. 86).</p>	<p><b>Padronização:</b> Formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica. Essa é uma estratégia seguida, por exemplo, pelas <u>autoridades de Estado, que procuram desenvolver uma linguagem nacional</u>, em contextos de grupos diversos e linguisticamente diferenciados. (p. 86).</p> <p><b>Simbolização da unidade:</b> [...] construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são <u>difundidas através de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos.</u> [...] bandeiras, hinos nacionais, emblemas e inscrições de vários tipos são exemplos [...] pode estar interligada com o processo de narrativização [...] por um processo contínuo de unificação simbólica, através do qual uma identidade coletiva é criada e continuamente reafirmada. [...] (p. 86).</p>
<p><b>4. Fragmentação</b> [...] <u>segmentando aqueles indivíduos e grupos</u> que possam ser capazes de se transformar num <u>desafio real aos grupos dominantes</u>, ou dirigindo forças de oposição [...] a um alvo que é <u>projetado como mau, perigoso ou ameaçador.</u> (p. 87).</p>	<p><b>Diferenciação:</b> [...] isto é, a ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, <u>apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder</u> (p. 87).</p> <p><b>Expurgo do outro:</b> [...] <u>construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador</u> e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo. Essa estratégia, muitas vezes, sobrepõe-se com estratégias que têm como fim a unificação, pois o inimigo é tratado como desafio ou ameaça, diante do qual as pessoas devem se unir. (p. 87).</p>

<p><b>5. Reificação</b>  [...]<u> Processos são retratados como coisas, ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado. A ideologia como reificação envolve, pois, a eliminação, ou a ofuscação, do caráter sócio-histórico dos fenômenos [...].</u>  (p. 87)</p>	<p><b>Naturalização:</b> um estado de coisas que é da criação social e histórica pode ser tratado como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de <u>características naturais</u>, do mesmo modo como, por exemplo, a divisão socialmente instituída do trabalho entre homens e mulheres pode ser retratada como um resultado de características fisiológicas nos sexos, ou de diferenças entre sexos.</p> <p><b>Eternalização:</b> fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como <u>permanentes, imutáveis e recorrentes</u>. <u>Costumes, tradições e instituições que parecem prolongar-se indefinidamente em direção ao passado, de tal forma que todo traço sobre sua origem fica perdido e todo questionamento sobre sua finalidade é inimaginável, [...].</u> Eles se cristalizam na vida social, e seu caráter [...] é reafirmado [...] também <u>na sua pura repetição, eternizam o contingente.</u> (p. 88).</p> <p><b>Nominalização:</b> <u>descrições da ação e dos participantes nelas envolvidos, são transformadas em nomes</u>, como quando nós falamos em “o banimento das importações” ao invés de “o Primeiro-Ministro decidiu banir as importações” [esse é também um tipo de metonímia]. <b>Passivização:</b> [...] <u>verbos são colocados na voz passiva</u>, como quando dizemos que “o suspeito está sendo investigado”, ao invés de “os policiais estão investigando o suspeito”. A <u>nominalização e a passivização</u> concentram a atenção do ouvinte ou leitor em certos temas com prejuízos de outros. Elas <u>apagam os atores e a ação e tendem a representar processos como coisas ou acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito que produza essas coisas.</u> (p. 88).</p>
--	---

Fonte: Organizada pela autora, com base na tabela *Modos de operação da ideologia* elaborada por Thompson (2002). Sua tabela contém somente os tópicos negritados acima. A essa tabela inicial de Thompson aqui se complementou com trechos explicativos do próprio autor sobre cada um dos tópicos (2002, p. 81-88).

**ANEXO A**  
**CARTAS DE DOM CAPPIO E**  
**DOS MOVIMENTOS POPULARES**

**CARTA DE DOM CAPPIO ANTES DA PRIMEIRA GREVE DE FOME**

[Dom Cappio enviou carta ao Presidente Lula e uma declaração, registrada em cartório expondo as suas razões.]

**Uma Vida pela Vida**

Declaração

Em nome de Jesus Ressuscitado que vence a morte pela Vida plena, faço saber a todos:

1. De livre e espontânea vontade assumo o propósito de entregar minha vida pela vida do Rio São Francisco e de seu povo contra o Projeto de Transposição, a favor do Projeto de Revitalização.

2. Permanecerei em greve de fome, até a morte, caso não haja uma reversão da decisão do Projeto de Transposição.

3. A greve de fome só será suspensa mediante documento assinado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, revogando e arquivando o Projeto de Transposição.

4. Caso o documento de revogação, devidamente assinado pelo Exmo. Sr. Presidente, chegue quando já não for mais senhor dos meus atos e decisões, peço, por caridade, que me prestem socorro, pois não desejo morrer.

5. Caso venha a falecer, gostaria que meus restos mortais descansassem junto ao Bom Jesus dos Navegantes, meu eterno irmão e amigo, a quem, com muito amor, doe toda minha vida, em Barra, minha querida diocese.

6. Peço, encarecidamente, que haja um profundo respeito por essa decisão e que ela seja observada até o fim.

Barra, Bahia, domingo de Páscoa de 2005.

Dom Frei Luiz Flávio Cappio, OFM  
R.G.: 3.609.650  
C.P.F.: 291.828.835-72

## CARTA DE DOM CAPPIO NO INÍCIO DA PRIMEIRA GREVE DE FOME

"Quando a razão se extingue, a loucura é o caminho"

Barra, 26 de setembro de 2005.

Senhor Presidente

Paz e Bem!

Quem lhe escreve é Dom Frei Luiz Flávio Cappio, OFM, bispo diocesano de Barra, na Bahia.

Tive a oportunidade de conhecê-lo por ocasião da passagem do senhor por Bom Jesus da Lapa, na Caravana da Cidadania pelo São Francisco, em 1994. Isto aconteceu pouco tempo depois que fizemos uma Peregrinação pelo Rio São Francisco, da nascente à foz, com objetivo de conscientizar o povo ribeirinho sobre a importância do rio para a vida de todos e a necessidade de preservá-lo.

Fui-lhe apresentado por meu professor de teologia, Frei Leonardo Boff. Sempre fui seu admirador. Particpei ativamente em todas as campanhas eleitorais do PT, alimentando o sonho de ver o povo no poder. Desde que o Governo Fernando Henrique apresentou a proposta de transposição do Rio São Francisco, fomos críticos acirrados deste projeto. Desde então acentuamos a necessidade urgente de revitalização do rio e de ações que garantam o verdadeiro desenvolvimento para as populações pobres do nordeste: uma política de convivência com o semi-árido, para todos, próximos e distantes do rio.

Esperávamos do senhor um apoio maior em favor da vida do rio e do seu povo. Esperávamos que, diante de tantos e consistentes questionamentos de ordem política, ambiental, econômica e jurídica, o governo revisse sua disposição de levar a cabo este projeto que carece de verdade e de transparência.

Quando cessa o entendimento e a razão, a loucura fala mais alto. Em meu gesto não existe nenhuma atitude anti-Lula neste momento delicado da vida nacional. Pelo contrário. Quem sabe seja uma maneira extrema de ajudá-lo a entender pelo coração aquilo que a razão não alcança. Tenha certeza, é um profundo testemunho de amor à vida.

Minha vida está em suas mãos. Receba minha saudação fraterna e amiga, Dom Frei

Luiz Flávio Cappio, OFM

**CARTAS DEPOIS DA PRIMEIRA GREVE DE FOME**  
**NO ENSEJO DA AUDIÊNCIA NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (15/12/2005)**

*Carta ao presidente da República*

É IMPORTANTE reconhecer e destacar que esta audiência dá início à participação da sociedade na discussão de um modelo de desenvolvimento baseado na convivência com o semi-árido, que priorize os direitos dos pequenos. Os movimentos sociais e seus coletivos há muito fazem a reflexão das alternativas, origem da pauta inicial para este processo de discussão.

Não mudamos nossa compreensão da transposição de águas do Rio São Francisco, conforme já expressa em Cabrobó. A transposição recebe severas críticas dos movimentos sociais, dos coletivos populares, amparados em estudos de técnicos e especialistas em recursos hídricos.

O Brasil possui uma das mais injustas concentrações no acesso à água. A transposição do Rio São Francisco é um projeto de segurança hídrica dos grandes reservatórios, o que reafirma atual lógica de exclusão no acesso à água. Ele não contempla a democratização ao acesso à água e a ampliação da rede de distribuição. Não é verdade que a transposição levará água a quem tem sede e isto, por si só, já é um impedimento ético mais do que suficiente para justificar a oposição a este projeto.

De qualquer forma, tomamos a iniciativa de trazer um documento que sintetiza os principais argumentos éticos e sociais que amparam a consciente oposição à transposição. O Rio São Francisco, vítima de décadas de descaso e exploração insustentável, agoniza lentamente. É imperativo um pacto nacional pela recuperação do rio. Os diagnósticos da situação são amplamente conhecidos e os documentos que trouxemos demonstram claramente isto.

Precisamos passar do diagnóstico para o tratamento real e efetivo, acima e além de quaisquer interesses regionais ou institucionais isolados e de curto prazo.

O desenvolvimento do Nordeste brasileiro exige a superação da visão preconceituosa do que seja a vida no semi-árido. Já existe uma proposta básica, um indicativo de caminho, para um projeto de desenvolvimento, baseado na convivência com o semiárido.

Uma proposta viável em termos técnicos e econômicos, além de socialmente justa e inclusiva.

Em primeiro lugar, é de fundamental importância que a democratização do acesso à água seja o tema central do modelo de desenvolvimento a ser discutido. A água é um direito humano fundamental, secularmente negado à população do Nordeste brasileiro, porque as obras hídricas sempre reproduziram o modelo concentrador e excludente.

Para o desenvolvimento de um sistema integrado de gerenciamento dos recursos hídricos existentes no semi-árido brasileiro será essencial que a água democratizada esteja realmente disponível para o atendimento das demandas da população.

Mas a água por si mesma não é suficiente para garantir um desenvolvimento socialmente justo e economicamente inclusivo. É essencial a concepção de uma reforma agrária que seja desenvolvida a partir das reais características do semi-árido.

Existem inúmeras iniciativas da sociedade organizada que demonstram as potencialidades da convivência com o semi-árido. As cisternas de placas para consumo doméstico, as cisternas de produção, as barragens subterrâneas, as microbarragens, dentre outras, precisam do apoio de políticas públicas que integrem e sistematizem as ações atualmente isoladas.

O modelo de desenvolvimento sustentável no semi-árido é um tema complexo, que demandará amplas discussões entre a sociedade, especialmente no semi-árido e o governo. Mas, quaisquer que sejam as dificuldades operacionais deste debate, é importante reafirmar a necessidade de um modelo nascido de forma democrática e participativa. Um modelo de desenvolvimento sustentável no semi-árido é um importante componente de um projeto de país, que seja realmente democrático, justo e inclusivo a toda população historicamente marginalizada.

Esperamos que a abertura deste grande processo de discussões receba as bênçãos de Deus e que seja um marco histórico na transformação de nosso país.

Brasília, 15 de dezembro de 2005.

**CARTA DEPOIS DA DECISÃO DO STF A FAVOR DA TRANSPOSIÇÃO E  
PÓS LANÇAMENTO DO PAC INCLUINDO A OBRA**

Barra, 21 de fevereiro de 2007.

Quarta-feira de Cinzas

Caro Presidente Lula

Paz e Bem!

Escrevo-lhe hoje, dia em que a Igreja do Brasil lança a Campanha da Fraternidade 2007 sobre a Vida da Amazônia e toda a sua riqueza humana e natural.

O objetivo desta carta, amiga e fraterna, é retomar o diálogo que assumimos juntos por ocasião de nosso encontro no dia 15 de dezembro de 2005 em sua sala de trabalho no Planalto.

Agradeço pelas oportunidades que os representantes da sociedade brasileira e os representantes do governo tivemos de iniciar o debate sobre assuntos tão importantes como: Projeto de Revitalização do Rio São Francisco, Projeto de Transposição de águas do Rio São Francisco, Projeto de Desenvolvimento Alternativo para o semi-árido brasileiro, na busca de um consenso que soe em acontecer numa sociedade democrática.

Retomo o diálogo justamente quando a humanidade, estarrecida, toma consciência das conseqüências do aquecimento global, com impacto em todo o planeta, particularmente na vida de bilhões de seres humanos, inclusive na já historicamente oprimida e humilhada população nordestina.

Retomo o diálogo quando o Rio São Francisco, mais assoreado, sofre uma grande cheia e sua população ribeirinha, a quinhentos metros do rio, passa sede, como mostrou, nessa semana, o Jornal Nacional.

Retomo o diálogo quando uma menina morreu afogada em um dos canais que supre os perímetros irrigados de Petrolina -PE, por ter ido “roubar” água para matar sua sede e de sua família.

Retomo o diálogo quando o senhor fala em iniciar as obras de transposição que irá consumir inicialmente 6,6 bilhões de reais, mais de 50% de todo o orçamento destinado a recursos hídricos no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC).

Retomo o diálogo quando o Tribunal de Contas da União (TCU) afirma publicamente, em seu relatório, que o Projeto de Transposição de Águas do São Francisco não beneficia o número de municípios e de pessoas que afirma atingir.

Retomo o diálogo quando o mesmo Tribunal, através do acórdão 2020/2006 determinou ao Ministério da Integração e ao Ministério da Defesa que não utilizem recursos públicos para execução de obra de transposição enquanto não houver decisão definitiva sobre a validade de licença prévia concedida pelo IBAMA.

Retomo o diálogo quando a Agência Nacional de Águas (ANA), organismo de Estado, criado para a gestão estratégica do uso da água no Brasil, propõe 530 obras para solucionar os problemas de abastecimento hídrico até 2015 em todos os núcleos urbanos acima de 5.000 (cinco mil) habitantes do semi-árido brasileiro até 2015. Essas obras beneficiariam as populações mais necessitadas, e custaria 3,6 bilhões de reais, portanto, mais baratas, mais abrangentes, mais eficientes que qualquer obra de transposição hídrica.

Em nosso encontro, acima referido, o senhor me disse que “não seria louco de levar essa obra à frente se apresentássemos uma alternativa melhor”. Agora, somando as obras propostas pela ANA juntamente com as iniciativas de captação, armazenamento e manejo de água de chuva desenvolvidos pela Articulação do Semi-Árido (ASA), o senhor tem uma chance de escolha muito melhor, pela qual seu governo ficará marcado para sempre na história do Nordeste brasileiro, sua terra natal.

Não faltam alternativas. Falta uma decisão política mais lúcida.

Nosso pedido, senhor presidente, é que se retome o diálogo e que se garanta que seja amplo, transparente, verdadeiro e participativo, incluindo toda a sociedade do São Francisco e do Semi-Árido, conforme foi pactuado em Cabrobó em outubro de 2005 e renovado através de pedido formal por carta protocolada em 6 de fevereiro último.

Senhor presidente, sempre vestimos sua camisa. Ainda estamos vestidos nela. Nossa contribuição de fiel militante da causa do povo é para que o senhor seja verdadeiramente aquilo a que se propôs, o de ser o presidente de todo o povo brasileiro, especialmente dos pobres deste país, por serem os que mais necessitam de sua atenção.

Receba nossa saudação amiga e fraterna, com os votos de uma Feliz e Santa Páscoa de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Dom Frei Luiz Flávio Cappio, OFM  
Bispo Diocesano de Barra – Bahia

## CARTA NO INÍCIO DA SEGUNDA GREVE DE FOME

29 de novembro de 2007

Carta de Dom Cappio ao Povo do Nordeste

Queridos Irmãos e Irmãs Nordestinos, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Pernambuco,  
Paz e Bem!

Quando encerrei o jejum de 11 dias em Cabrobó, há dois anos atrás, acreditei sinceramente que o governo federal cumpriria sua palavra empenhada no acordo que assinamos. Este acordo estabelecia um amplo, transparente e participativo debate nacional sobre o desenvolvimento do Semi-árido e da Bacia do São Francisco. Acreditávamos piamente que se esse debate fosse verdadeiro seriam esclarecidas as reais necessidades e potencialidades do Semi-árido, e ficaria evidente que a transposição não era necessária nem conveniente ao povo nem ao rio. As águas abundantes do semi-árido falaria por si. E os projetos alternativos existentes se imporiam, como as obras do Atlas Nordeste para o meio urbano e as experiências da ASA – Articulação do Semi-Árido - para o meio rural.

O governo não cumpriu o prometido, abortou o debate apenas iniciado, ganhou as eleições e colocou o Exército para começar as obras da transposição. Movimentos e entidades da sociedade organizada intensificaram as mobilizações e os protestos, mas o governo se fez de surdo. Diante disso, não me restou outra alternativa senão retomar o jejum e oração, como havia dito que faria se o acordo não fosse cumprido. Para isso escolhi a capela de São Francisco, em Sobradinho/BA, bem próximo da barragem de Sobradinho, que há 30 anos passou a ser o coração artificial do Rio São Francisco, um doente em estado terminal.

Sei que meu gesto causará estranheza e incompreensões em muitos de vocês. Não os culpo por isso. Há gerações vem sendo dito a vocês que só a grande obra da transposição “resolve” a seca. Entre os maiores interessados nela estão pessoas que vocês bem conhecem, pois são as mesmas que há muitos anos dominam e exploram a região usando o discurso da seca para desviar dinheiro público e ganhar eleições.

A seca não é um problema que se resolve com grandes obras. Foram construídos 70 mil açudes no Semi-árido, com capacidade para 36 bilhões de metros cúbicos de água. Faltam as adutoras e canais que levem essa água a quem precisa. Muitas dessas obras estão paradas, como a reforma agrária que não anda. Levar maiores ou menores porções

do São Francisco vai tornar cara toda essa água existente e estabelecer a cobrança pela água bruta em todo o Nordeste. O povo, principalmente das cidades, é quem vai subsidiar os usos econômicos, como a irrigação de frutas nobres, criação de camarão e produção de aço, destinadas à exportação. Assim já acontece com a energia, que é mais barata para as empresas e bem mais cara para nós. Essa é a verdadeira finalidade da transposição, escondida de vocês. Os canais passariam longe dos sertões mais secos, em direção de onde já tem água.

Portanto, não estou contra o sagrado direito de vocês à água. Muito pelo contrário, estou colocando minha vida em risco para que esse direito não seja mais uma vez manipulado, chantageado e desrespeitado, como sempre foi. Luto por soluções verdadeiras para a vida plena do povo sertanejo – isso tem sido minha vida de 33 anos como padre e bispo do sertão. É, pois, um gesto de amor à vida, à justiça e à igualdade que nunca reinaram no Semi-árido, seja aí, seja aqui no São Francisco, longe ou perto do rio.

Agora mesmo é grande o sofrimento do povo não muito distante do rio e do lago de Sobradinho que, em função da energia para um desenvolvimento contra o povo, está com apenas 14%. Um projeto de R\$13 milhões que resolveria o abastecimento dos quatro municípios da borda do lago espera desde 2001 pelo interesse dos governantes...

O São Francisco precisa urgentemente de cuidados, não de mais um uso ganancioso que se soma aos muitos que lhe foram impostos e o estão destruindo. Como lhes disse da outra vez, fosse a transposição solução real para as dificuldades de água de vocês, eu estaria na linha de frente da luta de vocês por ela.

O que precisamos, não só no Nordeste, é construir uma nova mentalidade a respeito da água, combater o desperdício, valorizar cada gota disponível, para que não ela não falte à reprodução da vida, não só a humana. Precisamos repensar o que estamos fazendo dos bens da terra, repensar os rumos do Brasil e do mundo. Ou estaremos condenados à destruição de nossa casa e à nossa própria extinção, contra o Projeto de Deus.

Senhor, Deus da Vida, ajude-nos! “Para que todos tenham vida!” (João 10,10).

Recebam meu abraço e minha benção,

Dom Luiz Flávio Cappio, OFM.

## **CARTA DURANTE A SEGUNDA GREVE DE FOME**

Sobradinho, 18 de dezembro 2007.

### **CONTRA-PROPOSTA DE DOM LUIZ CAPPIO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Face à proposta feita pelo Governo Federal, através do Chefe de Gabinete da Presidência da República, Sr. Gilberto Carvalho, para suspensão do jejum de Dom Luiz Cappio;

Tendo em vista a solução real para o déficit hídrico e o desafio do desenvolvimento socioambiental sustentável do Semi-árido e da Bacia do Rio São Francisco;

Baseados na proposta feita pela Caravana em Defesa do Rio São Francisco e do Semi-Árido - Contra a Transposição (27/07/2007);

Para alimentar o diálogo e o entendimento; Dom Luiz Cappio e os Movimentos Sociais que o acompanham e assessoram – MPA, MAB, MST, APOINME, CPT, CIMI, CPP, PJMP e FEAB – apresentam a seguinte contraproposta:

1. Manter a suspensão das obras iniciadas da transposição, com a retirada imediata das tropas do Exército;

2. Adução de 9m<sup>3</sup>/s para as áreas de maior déficit hídrico dos Estados de Pernambuco e da Paraíba, redimensionando o projeto atual de 28m<sup>3</sup>/s, através de termo de ajustamento entre o empreendedor e o Ministério Público Federal com interveniência dos Estados da Bacia, do Estado da Paraíba e do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco;

3. Implementação das obras previstas no Atlas Nordeste de Abastecimento Urbano de Água, da Agência Nacional de Águas, além das já referidas acima no item 2;

4. Apoio da União à introdução, ampliação e difusão de tecnologias apropriadas de captação, armazenamento e manejo de água para o abastecimento hídrico humano e produção agropecuária das comunidades camponesas do Semi-Árido, sob controle da ASA – Articulação do Semi-Árido Brasileiro e dos movimentos sociais;

5. Elaboração e implementação de um programa de revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, que comporte ações amplas e diversificadas, a curto, médio

e longo prazo, e contemple a preservação dos Cerrados e das Caatingas, tornados Biomas Nacionais, tendo como suporte orçamentário o Fundo de Revitalização do Rio São Francisco, conforme a PEC a ser aprovada imediatamente no Congresso Nacional;

6. Elaboração e implementação de Programas de Revitalização das Bacias Hidrográficas dos Rios Jaguaribe no Ceará, Piranhas-Açu na Paraíba e Rio Grande do Norte e Parnaíba no Piauí e Maranhão, e rios temporários do Semi-árido;

7. Apoio técnico-político ao Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco para elaboração do Pacto de Gestão das Águas do São Francisco com inclusão imediata do atendimento às demandas para abastecimento humano do estado da Paraíba e do Pernambuco e consideração dos pleitos dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte para abastecimento humano e dessedentação de animais;

8. Coordenação pela União da elaboração e implementação de um Plano de Desenvolvimento Socioambiental Sustentável para todo o Semi-Árido Brasileiro, conforme o paradigma da Convivência com o Semi-árido.

Sobradinho, 18 de dezembro de 2007

## **CARTA PÓS-SEGUNDA GREVE DE FOME**

### **CARTA DE SOBRADINHO POVOS DO SÃO FRANCISCO E DO SEMI-ÁRIDO SE UNEM PELA VIDA**

Nós, os 93 movimentos populares e organizações sociais e 213 pessoas participantes da Conferência dos Povos do São Francisco e do Semi-árido, realizada em Sobradinho (BA), entre 25 e 27 de fevereiro de 2008, tornamos públicas as discussões e as decisões de continuidade de nossas lutas pela vida do Rio São Francisco e do Semi-árido brasileiro, contra o Projeto de Transposição, ao mesmo tempo em que conclamamos a adesão e a solidariedade de todos e todas.

Escolhemos Sobradinho, como sede da Conferência, pelo seu valor simbólico de resistência, nestes 30 anos da barragem, revivido nos 24 dias de jejum de Dom Luiz Cappio ao final de 2007. A experiência vivida por nós, próximos ou distantes, em torno dele naquela ocasião, sintetizou mística e política, solidariedade e fé, economia e ecologia, reinventou nossas formas de ação e nos colocou em mais alto patamar de luta pela Vida.

Na capela do jejum fizemos a abertura, ao redor de potes e plantas do Semi-árido, juntando terras e águas trazidas pelas delegações, entre as quais água turva do Rio Tietê e terra do Cemitério de Perus, onde eram enterrados ativistas “desaparecidos” durante a ditadura militar e “indigentes” do Povo de Rua de São Paulo.

A Conferência foi organizada e realizada pelos movimentos e organizações sociais, representando os mais diversos segmentos das regiões implicadas e de outras do país e do Exterior, com os objetivos de fazer um balanço destas lutas e suas implicações, consolidar a unidade entre entidades e pessoas nelas envolvidas e definir próximos passos.

Ao analisar a situação atual, mais uma vez rejeitamos este modelo de desenvolvimento predatório e excludente que cada vez mais ameaça o Planeta. No Brasil, é parte essencial das políticas do governo federal que mantém o país na condição de exportador de produtos primários como minérios e produtos agropecuários, entre os quais os agrocombustíveis – uma grande “fazendona” mundial, tal com ocorre desde o período colonial.

Este modelo combina subserviência aos grandes interesses econômicos internacionais com ausência de reais políticas públicas para o Nordeste, em especial o Semi-árido, impondo-lhe mega-obras equivocadas e desnecessárias, tal como a transposição do Rio São Francisco. O “sócio-desenvolvimentismo” do governo Lula não disfarça seu caráter retrógrado, evidente nas obras do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, flexibilização de restrições ao capital, assistencialismo social e cooptação de organizações e movimentos

sociais. Diante deste quadro, definimos os seguintes princípios gerais e as ações que faremos:

#### 1. Acesso à água

Os movimentos sociais e populares do São Francisco e do Semi-árido reafirmam que a água é, em si mesma, um bem e um valor universais e que o acesso a água é direito humano fundamental secularmente negado à população pobre do Semi-árido, a do São Francisco inclusive. O modelo concentrador de água fez construir muitos e suficientes reservatórios e poucas adutoras e ainda mantém quase metade da população do Semi-árido sem acesso a água.

A democratização do acesso a água deve ser uma política pública prioritária, em todo o Semi-árido, baseada no princípio de que o respeito aos direitos humanos deve ser central em qualquer sociedade e rigorosamente respeitado por qualquer governo. Com ela deve ser fomentada uma nova cultura de água, que evite o desperdício, garanta a reprodução de todas as formas de vida e promova a atitude hidro-ecológica.

#### 2. Revitalização do rio São Francisco

Os povos do São Francisco e do Semi-árido reafirmam a posição de que a revitalização verdadeira do São Francisco é urgente e prioritária, visando recuperar as condições hidro e sócio-ambientais do rio e a sobrevivência de milhões de pessoas e demais espécies que habitam a sua bacia. Para isso é condição essencial cessar o avanço e o descontrole da exploração dos Cerrados e Caatingas.

Reafirmamos que a revitalização não pode ser tratada como um mero projeto fragmentado e paliativo, muito menos propagandístico, mas como um amplo e coordenado programa exaustivamente discutido com a sociedade e a ciência e submetido a rigoroso controle social. É disso que o São Francisco precisa, não de mais um uso abusivo.

#### 3. Transposição do rio São Francisco

Os povos do São Francisco e do Semi-árido rejeitam incondicionalmente a transposição de águas do rio. Esta obra apenas reproduz o modelo centenário de concentração de água, que manterá milhões de pessoas excluídas do acesso democrático a água e a um padrão de vida minimamente digno.

Ao levar mais água para onde já existe é uma obra inútil; ao excluir milhões de pessoas é mais uma obra hídrica injusta desde a sua concepção; e ao destinar as suas águas para fins essencialmente econômicos é uma obra desumana que viola o princípio de que a água é um direito humano fundamental. Esta é a mesma razão pela qual rejeitamos os grandes projetos de irrigação, que apenas favorecem o agronegócio exportador.

#### 4. Convivência Sustentável com o Semi-árido

Os povos do São Francisco e do Semi-árido reafirmam que compreendem a Convivência com o Semi-árido como fundamento de desenvolvimento nos termos

contemporâneos mais avançados – um novo paradigma civilizatório. Como tal é dos mais relevantes grandes temas nacionais da atualidade, que interessa e deve ser compreendido por toda a sociedade brasileira.

Rejeitamos o atual modelo de desenvolvimento que há séculos perpetua a concentração de terra, água e renda, excluindo quase metade da população da região. Propomos um modelo de desenvolvimento que seja essencialmente justo, garantindo acesso a terra e a água, baseado na lógica da Convivência com o Semi-árido, com inúmeros programas já testados e comprovadamente eficazes.

### NOSSAS AÇÕES

a) Trabalho de base: intensificar em todas as regiões, em especial no Semi-árido Setentrional, mas também em todo o país, em mutirões que congreguem militantes dos vários movimentos e organizações, utilizem novos subsídios acessíveis ao povo, esclareçam a verdade sobre a transposição e as questões mais amplas da água, do hidro-negócio, da revitalização do São Francisco e da questão energética, divulguem as alternativas e fortaleçam a consciência militante e a organização popular.

b) Organização e articulação: realizar Conferências Regionais / Estaduais; criar novos Comitês contra a transposição; ampliar as articulações regionais e da bacia; manter a articulação e a luta conjunta entre o São Francisco e o Semi-árido, tendo como instrumento a Coordenação desta Conferência; trabalhar a partir das demandas e alternativas (Atlas Nordeste da ANA – Agência Nacional de Águas e iniciativas da ASA – Articulação do Semi-Árido), também no São Francisco (programa de revitalização).

c) Comunicação: massificar a discussão sobre os temas São Francisco, Semi-árido e transposição, considerando os três públicos diferentes (urbano, rural e base dos movimentos); empreender uma contra-ofensiva à nova campanha de propaganda do governo federal; envolver as assessorias de comunicação das diversas entidades envolvidas (comissão e rede de assessoria de imprensa e de comunicadores populares); trabalhar mais as rádios e a internet, monitorando e divulgando o que sai na mídia.

d) Enfrentamento: realizar marchas e outros atos criativos, em Brasília e outros locais, aproveitando as datas do Calendário Nacional de Lutas, nas quais inserir os temas São Francisco, Semi-árido e transposição: 8 de março – Dia da Mulher, Abril Vermelho / 17 de abril – Dia Internacional da Luta Camponesa, 1º de maio – Dia do Trabalhador, 10-13 de junho – Jornada das Organizações do Campo e da Cidade; 4 de outubro – Dia do Rio São Francisco.

e) Igrejas: introduzir os temas nas preocupações e atividades pastorais das Igrejas, em especial na Assembléia da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2-11 de abril), divulgando os subsídios.

O próximo 1º de Abril nós o transformamos em “Dia da mentira do governo e da verdade do povo”, marco central em nossa agenda de lutas, com atividades de protesto e de proposição em todos os cantos do país.

Na beira do São Francisco, contemplando suas belezas e mazelas, ao fundo a barragem de Sobradinho, demos um “gole d’água” ao rio e nos despedimos selando o compromisso de defender a Vida. Mística, Estudo e Ação, propostos por Dom Luiz Cappio, foram as expressões práticas deste compromisso. Cabaças enfeitadas de fitas coloridas, prenhes de sementes, eram os símbolos que cada delegação levou.

Sobradinho 27 de fevereiro de 2008.

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento Saúde Pirituba – SP (Perupi); Marcha Mundial das Mulheres; Apoinme; Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Caritas; Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Pastoral da Juventude do Meio Popular(PJMP); PJR; Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB); CEBs; Sefras – Serviço Franciscano de Solidariedade; Serviço Justiça, Paz e Ecologia da Província Franciscana de SP; Serviço Justiça, Paz e Ecologia da Província Franciscana de Imaculada Conceição; Igreja do Carmo (MG); Congregação Filhas de Jesus (Sobradinho/BA); 1ª Igreja Batista (Santa Maria da Vitória/BA); Romaria do Grito dos Excluídos; Misereor; Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada (IRPAA); Centro Nordestino de Medicina Popular; Consea – PE; Diaconia; PACS; Articulação do Semi-Árido (ASA); ASPTA; CAIS – Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativa Social; Rede Ambiental do Piauí; ABAI – Serviço Paz e Justiça; Instituto Palmas; Museu Ambiental Casa do Velho Chico; Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Aracaju; Associação Pequenos Agricultores Cidadania (APAC); AAPMS; CAA – Centro de Assessoria do Assuruá; SASOP; Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais; EFAs; Centro Terra Mar; Comitê da Bacia do rio Salitre; Ecodebate; Sindicatos de Trabalhadores Rurais; Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto no Estado da Bahia (SINDAE); Pólo Sindical Submédio São Francisco; SINTECT-PE (Sindicato dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos); Sintagro/BA; Sindprev/RJ; APLB – Sindicato de Santa Maria da Vitória; Fórum Permanente da Bahia em Defesa do São Francisco; Frente Cearense por uma Nova Cultura de Água Contra a Transposição; Frente Paraibana em Defesa da Terra, das Águas e dos Povos do Nordeste; Comitê Paulistano Contra a Transposição; CESE; KOINONIA; ABCMAC – P1+2; ACIDES; AMIDES; Água Viva; Paróquias: Campo Alegre de Lurdes/BA, Sobradinho/BA, São Francisco de Assis/BA, Paulo Afonso/BA, Nossa Senhora das Dores; SECON; Rede Social; Jornal: Brasil de Fato;

Conlutas; Diretório Central dos Estudantes de Minas Gerais; Consulta Popular; PSOL; PSTU; PUC Minas; DCE UFMG; Universidade de Innsbruck – Instituto de Geografia; UNB; Federação Argentina de Estudantes de Agronomia; Executiva Nacional dos Estudantes de Veterinária; Grupo Nascer (UFMG); Lições da Terra (PUC Minas); FEAB; Geografar – UFBA; UFS – Campus Itabaiana (SE); UNEB; Povos indígenas – Pipipã, Truká e Tupã; Comunidades: Quilombolas, Vazanteiros, Geraiseiras, Catingueiras e pescadores; Colônia de Pescadores: Z-20 (Ibiaí/MG); Juazeiro, Z-07 (Neópolis/SE); Federação dos pescadores de Alagoas; Reserva Extrativista São Francisco – Serra do Ramalho.

**CARTA DE CARNAÍBA DO SERTÃO**  
**AO POVO DO SÃO FRANCISCO, DO NORDESTE E DO BRASIL**

Rio São Francisco, 23 de agosto de 2009.

De todos os cantos da Bacia do Rio São Francisco vimos nos encontrar em Carnaíba do Sertão, município de Juazeiro-BA. Somos 108 pessoas de 43 organizações sociais e movimentos populares – indígenas e quilombolas, pescadores e vazanteiros, lavadeiras e agricultoras, camponeses de fundos e fechos de pasto, estudantes, educadoras, artistas e operários, lutadores e lutadoras do povo. Conosco se somam a Frente Cearense e a Frente Paraibana no enfrentamento da malfadada transposição, além de companheiros de Brasília, Recife, Aracaju, Mossoró, Alemanha e Holanda, e o presidente do Comitê da Bacia.

Trouxemos as marcas da degradação ambiental, social e humana que se abate sobre a Bacia do São Francisco nestes últimos 50 anos de avanço avassalador do capital. Com alegria e ânimo partilhamos nossas experiências e conquistas na defesa da vida, de nossos direitos, das terras e águas, das plantas, animais e gentes do São Francisco.

Neste II Encontro Popular da Bacia do São Francisco, fizemos o balanço de quatro anos da Articulação Popular do São Francisco, que congrega em torno de 300 entidades. Traçamos nossos planos de continuidade e avanço nos próximos dois anos. Indignados, denunciemos os crimes sociais e ambientais que se multiplicam atualmente num reciclado e retrógado surto de desenvolvimentismo – caso do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) do governo federal. E partilhamos as esperanças e vontades renovadas em barrar a expansão desta engenharia e desta cultura de morte, ao mesmo tempo construindo um projeto popular de vida abundante e paz, em harmonia com o cosmos.

Vários relatos durante o encontro constataam que a exploração e a degradação aumentam. O agronegócio se alastra na onda dos agrocombustíveis, mesmo com a extinção de mananciais, perda de solo e assoreamento. A mineração, antes concentrada na região do Alto São Francisco, agora se generaliza em toda a Bacia. Novas barragens estão sendo construídas e muitas mais planejadas, nos afluentes e na calha principal, agravando o quadro de um rio refém do setor elétrico. O capital globalizado se faz surdo aos cada vez mais evidentes sinais da natureza e apelos da ciência, de que é urgente rever o modelo de civilização. O São Francisco perdeu 25% de suas águas nos últimos 50 anos e poderá

perder o mesmo tanto nos próximos. Porque se insiste em exportá-las em forma de energia, frutas, grãos, etanol, minérios... Isto tem que parar.

As vítimas imediatas deste processo são as populações impactadas, em especial os pobres, as comunidades tradicionais da ribeira, do cerrado, da caatinga e da mata atlântica da Bacia – indígenas, quilombolas, pescadores, vazanteiros, moradores de fundos e fechos de pasto – e das periferias urbanas. Ainda e sempre precários em suas terras e territórios estão à mercê do modo autoritário e desrespeitoso das empresas e governos, que pouco difere do tempo da Ditadura Militar. Assim está acontecendo também o desalojamento de populações nos eixos da transposição, no CE, PB e PE. Muitos sem condições de permanecer migram para as cidades e tentam sobreviver no subemprego e à violência crescente, como nas regiões de Juazeiro e Petrolina. Isto tem que parar.

São elas também as que resistem e nos animam a lutar. Territórios têm sido defendidos (Barra da Parateca – BA) e retomados (Trukás – PE, Tumbalalá – BA e Xakriabás – MG), as comunidades recuperando suas culturas antigas e mais adequadas ao convívio fraterno e à harmonia com o meio-ambiente. Projetos têm sido impedidos: barragens (Gatos e Sacos, Pedra Branca e Riacho Seco - BA), incineração de lixo (Camargos - MG), mineração (Serra da Piedade – MG), irrigação de cana (Areia Grande – BA), turismo (Brejo Grande – SE), piscicultura (MOPEBA – BA). Afluentes têm sido revitalizados, como o dos Cochós (MG).

São elas também as que, em parceria com os movimentos sociais e ambientalistas da Bacia e do Nordeste Setentrional, têm feito a luta contra a transposição do rio São Francisco. Este projeto em obra pelo exército há um ano e meio não avançou mais que 4,9% (eixo norte) e 6,9% (eixo leste) e tem contratos superfaturados como denuncia agora o Tribunal de Contas da União. A revitalização, sem visão de conjunto, focada no esgotamento sanitário, não leva em conta a queda da quantidade da água. E ignora a devastação pelo agronegócio nas regiões das nascentes no Cerrado.

O cerne de toda a nossa luta é o *Projeto Popular para o São Francisco Vivo – Terra e Água, Rio e Povo*, tema do nosso II Encontro, construção que se perde no tempo, mas se acha hoje mais que nunca pertinente aos desafios globais da crise ecológica e econômica e é resposta contundente ao desatino do desenvolvimentismo neoliberal. Nosso projeto é abrangente, plural e inclusivo, e se faz na prática, com protagonismo popular, diálogo com os saberes tradicionais dos povos e o conhecimento da ciência, intercâmbio de experiências no campo e na cidade, defesa e conquista de territórios, reforma agrária e regularização das terras públicas em favor das comunidades, fortalecimento da agricultura familiar camponesa agroecológica, soberania alimentar e energética, recomposição de matas ciliares, proteção

de nascentes, moratória para o cerrado, convivência com o semi-árido, vazão ecológica, defesa da agrobiodiversidade, despoluição, impedimento de projetos degradantes, emprego decente, segurança pública, educação contextualizada, comunicação livre, afirmação cultural... Utopia? É, e é isso que tem faltado em nosso país e no mundo: a retomada do rumo, que só é alternativa real se for socialista com preocupação ecológica e não arremedos de um “capitalismo verde”.

Aos pré-candidatos à próxima eleição presidencial desde já cobramos clareza de posições a respeito destas questões. É o que vai nortear nosso voto. Mas o verdadeiro poder popular construímos na luta organizada que ocupa os espaços políticos da sociedade e os livra dos corruptos e corruptores.

Apelamos a todas as pessoas de boa vontade a se juntarem a nós. A prioridade comum deste momento é a Campanha Opará ([www.saofranciscovivo.com.br](http://www.saofranciscovivo.com.br)) que os povos indígenas do São Francisco lançaram para pressionar o Supremo Tribunal Federal a julgar ações contra a transposição, em defesa de sua soberania e a de seus territórios agredidos pela obra.

Das caatingas de Carnaíba do Sertão, das ribeiras dos pescadores e lavadeiras do Angaris, em Juazeiro da Bahia, vislumbramos um longo e árduo caminho pela frente, tal qual o Velho Chico – Opará – Rio-Mar enfrenta e nos ensina e convoca a enfrentar. “Melhor morrer do que perder a vida”, dizia Frei Tito Alencar. Melhor mesmo é “a alegria de ser mar”, canta Bené Fontelles. São Francisco Vivo, Terra e Água, Rio e Povo.

Rio São Francisco, 23 de agosto de 2009.